UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALISMO, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO
LINHA DE PESQUISA: PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL, POLÍTICA DO DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
PROJETO DE PESQUISA: FUNDAMENTOS AXIOLÓGICOS DA PRODUÇÃO DO DIREITO

DESIGUALDADE NO TRATAMENTO ENTRE PRETENDENTES À ADOÇÃO EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS

GEOVANA DA CONCEIÇÃO

Itajaí-SC, dezembro de 2023.

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALISMO, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO
LINHA DE PESQUISA: PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL, POLÍTICA DO DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
PROJETO DE PESQUISA: FUNDAMENTOS AXIOLÓGICOS DA PRODUÇÃO DO DIREITO

DESIGUALDADE NO TRATAMENTO ENTRE PRETENDENTES À ADOÇÃO EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS

GEOVANA DA CONCEIÇÃO

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica.

Orientador: Professor Doutor Clovis Demarchi

Itajaí-SC, Dezembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais Osvaldo e Irani por serem os pilares de todas as minhas conquistas pois sempre me incentivaram a perseguir os meus sonhos, por mais distantes que eles pareciam estar.

Ao meu amado Charles Cadori por me acompanhar nesta jornada e entender minha ausência em alguns momentos.

Agradecer, também, à minha irmã Vivia da Conceição e meu cunhado Jonathan Cardoso Régis por todo apoio durante a realização deste trabalho.

Gostaria de agradecer o apoio e orientação dada pelo professor Dr. Clovis Demarchi, e por aceitar embarcar neste desafio comigo, atendendo-me, prontamente, sempre que necessitei.

Por fim, agradecer a todos os meus clientes do escritório, especialmente aqueles que me possibilitaram navegar pelos desafios dos processos de adoção e que motivaram a presente pesquisa.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho André da Conceição Arruda Coelho, razão do meu viver.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí-SC, dezembro de 2023.

GEOVANA DA CONCEIÇÃO
Doutoranda

P Á G I N A D E A P R O V A Ç Ã O

Conforme Ata da Banca de defesa de doutorado, arquivada na Secretaria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu em* Ciência Jurídica PPCJ/UNIVALI, em 18/12/2023, às quinze horas, a doutoranda Geovana da Conceição fez a apresentação e defesa da Tese, sob o título “DESIGUALDADENO TRATAMENTO ENTRE PRETENDENTES À ADOÇÃO EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE EMBRIÕESEXCEDENTÁRIOS”.

A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores: Doutor Clovis Demarchi (UNIVALI), como presidente e orientador, Doutora Cleide Calgaro (UCS), como membro, Doutora Alessandra Vanessa Teixeira (UNISM), como membro, Doutora Denise Schmitt Siqueira Garcia (UNIVALI), como membro, Doutora Jaqueline Moretti Quintero (UNIVALI), como membro e Doutor Márcio Ricardo Staffen (UNIVALI), como membro suplente. Conforme consta em Ata, após a avaliação dos membros da Banca, a Tese foi aprovada.

Por ser verdade, firmo a presente.

Itajaí (SC), 20 de dezembro de 2023.



PROF. DR. PAULO MÁRCIO DA CRUZ
Coordenador/PPCJ/UNIVALI

ROL DE CATEGORIAS

ADOÇÃO: Relação que é estabelecida entre duas ou mais pessoas de filiação legal, criando-se a partir de um ato jurídico (sentença) o laço do parentesco civil de paternidade/maternidade e de filiação.[1]

CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO: Ferramenta digital de apoio aos juízes das Varas de Infância e Juventude, que registra os dados, em todas as comarcas das unidades da federação, referentes a crianças e adolescentes disponíveis para adoção, assim como dos pretendentes à adoção domiciliados no Brasil e no exterior, devidamente habilitados, permitindo o cruzamento destes dados.[2]

CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO – CUIDA: Cadastro instituído no Estado de Santa Catarina, pelo Poder Judiciário através do Provimento 13/2005 de 20 de outubro de 2005 pelo então Desembargador Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Eládio Torret Rocha, com o objetivo de facilitar e agilizar os procedimentos relativos à adoção e disciplinar os critérios de inscrição dos pretendentes de modo a se evitar a multiplicidade de pedidos, como ocorria no passado[3].

EMBRIÃO: É o produto gerado a partir do encontro de um gameta feminino (óvulo) com o masculino (espermatozoide), que ocorre com a fecundação, seja ela natural ou por outras técnicas. O período embrionário ocorre nas primeiras 9 (nove) semanas após a fecundação.[4]

---

[1] RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos de Família**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense 2019. p. 471.

[2] BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/Apostila-Sistema-Nacional-de-Adoção-e-Acolhimento_2020-5-8.pdf. Acesso em 5 set. 2023.

[3] SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Provimento 13/2005 de 20 de outubro de 2005**. Dispõe acerca do cadastro único informatizado de pretendentes à adoção, de entidades de abrigo e de crianças e adolescentes abrigados ou em condições de colocação em família substituta. Disponível em https://tinyurl.com/mwntyf5k Acesso em 28 abr. 2022.

[4] BARRETO, Flávio Chame. **Embriologia descomplicada**. Rio de Janeiro: Flavio Chame Barreto Editora. 2019, p. 92 Edição do Kindle.

EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS: Embriões que são produzidos por meio de fertilização *in vitro* mas que não são utilizados no procedimento e permanecem armazenados em geladeiras. São também chamados de embriões supranumerários.[5]

FAMÍLIA: A união de todas as pessoas conectadas por um vínculo sanguíneo, as quais vem de um ancestral comum, bem como aquelas ligadas pela adoção ou afinidade. Assim sendo, os cônjuges, companheiros, parentes e afins[6].

FECUNDAÇÃO ARTIFICIAL HETERÓLOGA: "Ocorre quando se utiliza o esperma de um doador fértil. Assim temos que a concepção ocorre mediante o material genético de outrem".[7]

FECUNDAÇÃO ARTIFICIAL HOMOLOGA: "A denominação Homóloga ocorre quando estamos diante da manipulação de gametas masculinos e femininos do próprio casal. Ocorre, por exemplo, quando a fecundação ocorre *in vitro*, o óvulo é implantado na mulher, que leva a gestação a termo".[8]

FERTILIZAÇÃO IN VITRO: Técnica de fertilização realizada em laboratório que ocorre com a coleta de espermatozoides e óvulos do corpo do homem e da mulher, os quais são fertilizados e após resultarem em embriões viáveis são transferidos para o útero. "A ovulação é geralmente estimulada, os óvulos são colhidos por meio de punção guiada por ultrassonografia endovaginal".[9]

FILIAÇÃO: "A filiação consiste na relação jurídica que resulta do parentesco por consanguinidade ou outra origem, definida entre os ascendentes e descendentes de

---

[5] CALADO, Vinicius; FARIAS, Ana Luiza Coelho; CADENA, Fernanda Prosini; ARAÚJO, Filipi Luis da Costa; COSTA, Jéssica Ribeiro; SOUZA, João Antônio G. de A.; MORAIS, Lorraine Almeida de ; SILVA, Marusa Daniele Ribeiro da. **Direito Médico e da Saúde**. Recife: Fasa, 2017. p. 208. Edição do Kindle.

[6] GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito de família. São Paulo: SaraivaJur, 2022. p. 20. E-book.

[7] VILAS-BÔAS. Renata Malta. **Inseminação Artificial no Ordenamento Jurídico Brasileiro**: a omissão presente no Código Civil e a busca por uma legislação específica. Disponível em https://ibdfam.org.br/_img/artigos/Insemina%C3%A7%C3%A3o%20artificial.pdf Acesso 10 fev. 2024.

[8] VILAS-BÔAS. Renata Malta. **Inseminação Artificial no Ordenamento Jurídico Brasileiro**: a omissão presente no Código Civil e a busca por uma legislação específica. Disponível em https://ibdfam.org.br/_img/artigos/Insemina%C3%A7%C3%A3o%20artificial.pdf Acesso 10 fev. 2024.

[9] CURT, Deise Santos. **Reprodução humana assistida e o Direito**. 2021. p. 22. Edição do Kindle.

primeiro grau, configurando vínculo entre pais e filhos, capaz de gerar o estado de filho em função do vínculo consanguíneo, civil ou socioafetivo e seus reflexos jurídicos".[10]

FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: Assenta-se no reconhecimento da posse de estado de filho; a crença da condição de filho fundada em laços de afeto. A posse de estado é a expressão mais exuberante do parentesco psicológico, da filiação afetiva. [11]

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL: É a deposição de sêmen (espermatozoides + líquido seminal) na vagina da mulher, onde pode permanecer por até cinco minutos na tuba uterina (local onde ocorrerá a fecundação do óvulo pelo espermatozoide). [12]

PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Dever jurídico imposto à família, à sociedade e ao Estado, que deve ser observado "tanto na elaboração quanto na aplicação dos direitos que lhe digam respeito, notadamente nas relações familiares, como pessoa em desenvolvimento e dotada de dignidade".[13]

REPRODUÇÃO ASSISTIDA – RHA - É um conjunto de técnicas "utilizadas para o tratamento da infertilidade através de métodos médico-tecnológicos onde ocorre a manipulação de pelo menos um dos gametas."[14]

SISTEMA NACIONAL DE ACOLHIMENTO: Sistema de alerta instituído pelo Conselho Nacional de Justiça para que os juízes das comarcas e os corregedores possam acompanhar os prazos de acolhimento de crianças aptas à adoção e a fila dos pretendentes inscritos, permitindo maior celeridade e controle aos processos de adoção[15].

---

[10] DAMIAN, Terezinha. **Família e filiação socioafetiva**. Paco e Littera: Jundiaí, 2022. p. 137. Edição do Kindle.

[11] DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**.13. ed. Salvador:Juspodivm, 2020. p. 229-230.

[12] CURT, Deise Santos. **Reprodução humana assistida e o Direito**. 2021. p. 9. Edição do Kindle.

[13] LOBO, Paulo. **Direito Civil**: Famílias. São Paulo: Ed. Saraiva, 2020, p. 53.

[14] SOUZA, Karla Keila Pereira Caetano; ALVES, Oslania de Fátima. **As principais técnicas de reprodução humana assistida**. Saúde & Ciência em Acão. Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde. v.2,n.01:Jan-Julho 2016. p. 26.

[15] PARÁ. Tribunal de Justiça do Pará. **Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ)**. 2021. Disponível em https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/653278-sistema-nacional-de-adocao-e-acolhimento.xhtml Acesso em 23 abr. 2022.

TÉCNICA DA INJEÇÃO INTRACITOPLASMÁTICA DE ESPERMATOZOIDES (ICSI): Técnica que consiste em injetar um único espermatozoide no citoplasma do óvulo, que é colhido do sêmen do homem, através de um aparelho que contém microagulhas.[16]

TRANSFERÊNCIA INTRATUBÁRIA DE GAMETAS NAS TROMPAS DE FALÓPIO: procedimento que capta o óvulo e o espermatozoide por meio de laparoscopia. Após essa preparação os óvulos e os espermatozoides são colocados em uma cânula e o material genético é transferido até uma das trompas.[17]

TRANSFERÊNCIA INTRATUBÁRIA DE ZIGOTOS (ZIFT): "É uma modalidade de reprodução in vitro que consiste na retirada do óvulo da mulher para fecundar em proveta com sêmen do marido ou de doador, para depois introduzir o embrião não para o útero, mas nas trompas".[18]

[16] CURT, Deise Santos. **Reprodução humana assistida e o Direito**. 2021. p. 24. Edição do Kindle

[17] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários, 2021. p. 85.

[18] CURT, Deise Santos. **Reprodução humana assistida e o Direito**. 2021. p. 23. Edição do Kindle

SUMÁRIO

RESUMO.....XIII

RIASSUNTO XIV

RESUMEN XV

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO 1 28

CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E O INSTITUTO DA ADOÇÃO 28

1.1 FILIAÇÃO, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL 29

1.2 DOUTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL E PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE 50

1.3 CONCEITO E CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A ADOÇÃO NO BRASIL 57

1.4 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA ADOÇÃO NO BRASIL 67

1.5 ADOÇÃO E FILIAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 76

1.6 CRITÉRIOS LEGAIS PARA ADOÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTES 81

CAPÍTULO 2 94

O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO E OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PRETENDENTES À ADOÇÃO 94

2.1 CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA 95

2.2 ASPECTOS DESTACADOS SOBRE O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO 103

2.3 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E SUAS ATRIBUIÇÕES NOS PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO 112

2.4 CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA A CONVOCAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO 114

2.5 PERFIL DE CRIANÇAS APTAS À ADOÇÃO NO BRASIL SEGUNDOS DADOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA..... 117

2.7 A INSCRIÇÃO E OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO RESIDENTES EM SANTA CATARINA 131

2.8 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 135

CAPÍTULO 3 148

DA ADOÇÃO DE EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS 148

3.1 REPRODUÇÃO ASSISTIDA: CONCEITO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO 149

3.2 EMBRIÕES HUMANOS: CONCEITUAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL163

3.3 O DESTINO DOS EMBRIÕES EXCEDENTES E EMBRIÕES CRIOPRESERVADOS 176

3.4 A ADOÇÃO DOS EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS E A SOLUÇÃO PARA DIMINUIÇÃO DA ESPERA DOS PRETENDENTES À ADOÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA 181

CONCLUSÃO 203

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS 221

RESUMO

A Tese está inserida na Linha de Pesquisa Principiologia Constitucional, Política do Direito e Inteligência Artificial, e pertence ao projeto de pesquisa Fundamentos Axiológicos da Produção do Direito. A tese possui relação com o ODS 5 – Igualdade de Gênero e com o ODS 10 que visa reduzir as desigualdades. Possui como objetivo investigar a existência de desigualdade no tratamento entre pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina e analisar a possibilidade da adoção de embriões excedentários como uma opção viável para diminuir as filas de espera de pretendentes à adoção cadastrados nas Varas da Infância e Juventude do Estado. O método, utilizado para realização da pesquisa, foi o indutivo, através do qual, no primeiro capítulo, efetuou-se um estudo sobre a filiação, a história social da infância no Brasil, e o instituto da adoção, abordando-se seus conceitos, origens, aspectos históricos, e as diversas transformações destes institutos. No primeiro capítulo demonstrou-se, também, a evolução legislativa da adoção e os critérios legais exigidos pela legislação atual para a adoção de crianças e adolescentes. No segundo capítulo, buscando um conhecimento mais aprofundado a respeito do instituto da adoção abordou-se acerca da importância do Cadastro Nacional de Adoção para os processos de escolha e seleção de pretendentes, as atribuições do Conselho Nacional de Justiça e o cruzamento de dados entre os pretendentes inscritos e as crianças disponíveis à adoção, assim como os critérios de seleção dos pretendentes à adoção. Através de dados estatísticos se demonstrou o perfil de crianças aptas à adoção no Brasil e o perfil escolhido pelos pretendentes, evidenciando-se que a maioria das crianças e adolescentes aptos à adoção não preenchem o perfil escolhido pela maioria dos pretendentes. Por fim, se demonstrou e se analisou os critérios de seleção de pretendentes à adoção residentes no Estado de Santa Catarina. O terceiro, e último capítulo, destinou-se a um estudo mais apurado a respeito da adoção de embriões excedentários, iniciando-se o capítulo com a conceituação e apresentação do desenvolvimento histórico da reprodução assistida no Brasil e no mundo, demonstrando a sua importância para o desenvolvimento da reprodução humana. Desenvolveu-se, ainda, estudo sobre os embriões humanos e as legislações aplicáveis, destacando-se as controvérsias e debates éticos envolvendo a utilizações de embriões humanos e o destino dos embriões excedentes e/ou criopreservados. Por fim, apresentou-se, como proposta, a utilização de embriões humanos excedentários como solução para a diminuição da espera dos pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Adoção. Embriões Excedentários. Cadastro Nacional de Adoção.

RIASSUNTO

La tesi fa parte della linea di ricerca Principiologia Costituzionale, Politica del Diritto e Intelligenza Artificiale, e appartiene al progetto di ricerca Fondamenti Assiologici della Produzione del Diritto. La tesi è collegata all'SDG 5 - Gender Equality e all'SDG 10, che mira a ridurre le disuguaglianze. Il suo obiettivo è indagare l'esistenza di una disparità di trattamento tra i richiedenti l'adozione nello Stato di Santa Catarina e analizzare la possibilità di adottare embrioni in eccedenza come opzione valida per ridurre le liste d'attesa dei richiedenti l'adozione registrati presso i Tribunali per l'infanzia e la gioventù dello Stato. Il metodo utilizzato per condurre la ricerca è stato quello induttivo, attraverso il quale, nel primo capitolo, è stato condotto uno studio sulla filiazione, sulla storia sociale dell'infanzia in Brasile e sull'istituto dell'adozione, affrontandone i concetti, le origini, gli aspetti storici e le varie trasformazioni di questi istituti. Il primo capitolo ha illustrato anche l'evoluzione legislativa dell'adozione e i criteri giuridici richiesti dalla legislazione attuale per l'adozione di bambini e adolescenti. Nel secondo capitolo, cercando una comprensione più approfondita dell'istituto dell'adozione, abbiamo discusso l'importanza del Registro Nazionale delle Adozioni per i processi di scelta e selezione dei pretendenti, le attribuzioni del Consiglio Nazionale di Giustizia e il controllo incrociato dei dati tra i pretendenti registrati e i bambini disponibili per l'adozione, nonché i criteri di selezione dei pretendenti all'adozione. I dati statistici sono stati utilizzati per mostrare il profilo dei bambini idonei all'adozione in Brasile e il profilo scelto dai pretendenti, dimostrando che la maggior parte dei bambini e degli adolescenti idonei all'adozione non soddisfa il profilo scelto dalla maggior parte dei pretendenti. Infine, sono stati dimostrati e analizzati i criteri di selezione dei candidati all'adozione che vivono nello Stato di Santa Catarina. Il terzo e ultimo capitolo è stato dedicato a uno studio più dettagliato dell'adozione di embrioni in eccedenza. Il capitolo è iniziato con una concettualizzazione e presentazione dello sviluppo storico della riproduzione assistita in Brasile e nel mondo, dimostrando la sua importanza per lo sviluppo della riproduzione umana. È stato inoltre condotto uno studio sugli embrioni umani e sulla legislazione applicabile, evidenziando le controversie e i dibattiti etici che circondano l'uso degli embrioni umani e il destino degli embrioni in eccedenza e/o crioconservati. Infine, è stata avanzata una proposta per l'uso di embrioni umani in eccedenza come soluzione per ridurre l'attesa dei richiedenti l'adozione nello Stato di Santa Catarina.

Parole chiave: Adozione. Embrioni in eccedenza. Registro nazionale delle adozioni.

RESUMEN

La tesis forma parte de la línea de investigación Principiología Constitucional, Política del Derecho e Inteligencia Artificial, y pertenece al proyecto de investigación Fundamentos Axiológicos de la Producción del Derecho. La tesis está relacionada con el ODS 5 - Igualdad de género y con el ODS 10, cuyo objetivo es reducir las desigualdades. Su objetivo es investigar la existencia de desigualdad de trato entre los solicitantes de adopción en el estado de Santa Catarina y analizar la posibilidad de adoptar embriones sobrantes como opción viable para reducir las listas de espera de los solicitantes de adopción registrados en los Juzgados de la Infancia y la Juventud del estado. El método utilizado para llevar a cabo la investigación fue el inductivo, a través del cual, en el primer capítulo, se realizó un estudio sobre la filiación, la historia social de la infancia en Brasil y el instituto de la adopción, abordando sus conceptos, orígenes, aspectos históricos y las diversas transformaciones de estos institutos. El primer capítulo también mostró la evolución legislativa de la adopción y los criterios jurídicos exigidos por la legislación vigente para la adopción de niños y adolescentes. En el segundo capítulo, buscando una comprensión más profunda del instituto de la adopción, se discutió la importancia del Registro Nacional de Adopción para los procesos de elección y selección de pretendientes, las atribuciones del Consejo Nacional de Justicia y el cruce de datos entre pretendientes registrados y niños disponibles para adopción, así como los criterios de selección de pretendientes para adopción. Se utilizaron datos estadísticos para mostrar el perfil de los niños aptos para adopción en Brasil y el perfil elegido por los pretendientes, mostrando que la mayoría de los niños y adolescentes aptos para adopción no cumplen el perfil elegido por la mayoría de los pretendientes. Por último, se mostraron y analizaron los criterios de selección de los solicitantes de adopción residentes en el estado de Santa Catarina. El tercer y último capítulo se dedicó a un estudio más detallado de la adopción de embriones sobrantes. El capítulo comienza con una conceptualización y presentación del desarrollo histórico de la reproducción asistida en Brasil y en el mundo, demostrando su importancia para el desarrollo de la reproducción humana. También se realizó un estudio sobre los embriones humanos y la legislación aplicable, destacando las controversias y debates éticos en torno al uso de embriones humanos y el destino de los embriones sobrantes y/o criopreservados. Finalmente, se hizo una propuesta para el uso de embriones humanos excedentes como solución para reducir la espera de los solicitantes de adopción en el estado de Santa Catarina.

Palabras clave: Adopción. Embriones excedentes. Registro Nacional de Adopción.

INTRODUÇÃO

O objetivo institucional da presente Tese é a obtenção do título de Doutora em Ciência Jurídica pelo Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Univali.

A Tese está inserida na Linha de Pesquisa Principiologia Constitucional, Política do Direito e Inteligência Artificial, e pertence ao projeto de pesquisa Fundamentos Axiológicos da Produção do Direito. A tese possui relação com o ODS 5 – Igualdade de Gênero e com o ODS 10 que visa reduzir as desigualdades.

O objetivo científico é investigar a existência de desigualdade no tratamento entre pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina e analisar a possibilidade da adoção de embriões excedentários como uma opção viável para diminuir as filas de espera de pretendentes à adoção cadastrados nas Varas da Infância e Juventude do Estado.

Os objetivos específicos são: a) Ampliar o levantamento bibliográfico sobre os referenciais teóricos do tema proposto, com vistas a identificar a sistemática da adoção, fazendo um comparativo com países da Europa e o modelo existente no Brasil; b) Identificar e analisar os critérios para inscrição, habilitação e escolha dos pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina; c) Avaliar a efetividade do Cadastro Único de Adoção (CUIDA) no Estado de Santa Catarina e os critérios para seleção dos pretendentes inscritos em Comarcas do interior do Estado, e se estes pretendentes possuem as mesmas chances de adoção que os inscritos em Comarcas com maior número de habitantes; d) Analisar os critérios adotados pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e pelo Cadastro Único Informatização de Adoção (CUIDA) na preservação dos interesses da Criança e do Adolescente quanto aos critérios de seleção dos pretendentes à adoção.

O instituto da adoção foi também regulado pelo Código de Menores de 1979, porém, igualmente ao que ocorreu com o instituto da filiação, foi em 1988, após longos debates nacionais e internacionais acerca dos direitos da população infanto-juvenil, inclusive na Assembleia Geral da ONU, que o Brasil inclui na sua Constituição Federal artigo direcionado aos direitos da criança e do adolescente, especialmente no

que diz respeito à adoção, excluindo qualquer forma de discriminação entre filiação biológica ou por adoção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e o Código Civil de 2002 estabeleceram critérios para a habilitação de pretendentes à adoção e, a partir de então, outras legislações foram criadas no intuito de dar maior efetividade aos processos de adoção, diante da crítica da sociedade em razão do tempo de permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento e o grande número de pretendentes dispostos a adotá-los.

Visando alcançar o objetivo proposto foram elaborados os seguintes **problemas** de pesquisa:

a) Quais as chances que os pretendentes à adoção inscritos nas Comarcas do Estado de Santa Catarina com até 40 mil habitantes possuem em relação aos pretendentes inscritos em Comarca com número de habitantes superior a 100 mil, especialmente quando o perfil desejado for de criança menor de 2 anos?

b) A adoção de embriões excedentários poderia ser uma opção viável para diminuir a fila de espera de pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina?

Dante dos problemas apresentados, foram levantadas as seguintes **hipóteses**:

a) As chances diminuem significativamente para os pretendentes inscritos em Comarcas menores, isto porque, nestes locais, a entrega de bebês à adoção não é frequente, já que é comum, na dificuldade de criação do bebê, a família extensa assumir o papel dos genitores, como por exemplo os avós que criam os netos. Assim, os pretendentes inscritos em comarca com até 40 mil habitantes, seguramente, terão reduzidas as chances de adotar um bebê, colocando-os em situação diferenciada dos concorrentes inscritos em Comarca com mais de 100 mil habitantes onde a entrega de crianças à adoção é mais recorrente.

b) Com o avanço das técnicas de reprodução humana e o crescente debate jurídico acerca da criopreservação ou do descarte de embriões excedentários, a utilização destes embriões para a adoção mostra-se viável, como garantia do direito à parentalidade e da consagração do respeito à vida. Os resultados do trabalho de

exame das hipóteses estão expostos na presente Tese, de forma sintetizada, como segue.

Visando buscar verificar esta hipótese, a tese foi dividida em **três capítulos**, a saber:

No **Capítulo 1**, apresentar-se-á um estudo sobre a filiação, a história social da infância no Brasil, e o instituto da adoção, abordando-se seus conceitos, origens, aspectos históricos, e as diversas transformações destes institutos. Durante a pesquisa se apresentará a evolução no conceito de filiação e suas principais conquistas no âmbito social e jurídico. O instituto da filiação, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, era vinculado à ideia de uma família formal, cujo reconhecimento estava ligado ao casamento, e colocava a filiação extraconjugal numa condição discriminatória, sendo em muitos casos, os filhos advindos de relações fora do casamento excluídos da sucessão legítima, por serem considerados como ilegítimos.

Foi somente com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 que se pode observar a grande evolução, fazendo desaparecer toda e qualquer forma de discriminação entre os filhos havidos ou não pelo vínculo do casamento. Os novos arranjos familiares também contribuíram para que o instituto da filiação passasse a ter uma nova definição jurídica, sendo entendido, atualmente como aquele decorrente das relações de socioafetividade, independentemente do vínculo biológico.

Demonstrar-se-á, durante a pesquisa, portanto, que o instituto da filiação acompanhou as mudanças de paradigma do direito de família clássico, admitido que se reconheça um filho oriundo de vínculos socioafetivos e, também, aquele gerado por meio de técnicas de reprodução assistida, de modo a garantir o pleno exercício de um dos pilares da instituição familiar que é a busca pela felicidade.

Abordar-se-á, ainda, a história social da infância no Brasil, demonstrando-se, como não poderia deixar de ser, que após todas as transformações envolvendo o instituto da filiação, a infância também sofreu grandes impactos sociais ao longo da história. Demonstrar-se-á, também que por séculos, a criança permaneceu no anonimato, relegada à insignificância em relação aos seus direitos como cidadão.

A história demonstra que nem sempre existiu sentimento em relação a infância, por décadas, as famílias entendiam a mortalidade infantil como algo natural e os pais nem sempre demonstravam tristeza com a perda de um filho, pois sabiam que logo outro seria concebido e tomaria o lugar do morto.

Não havia qualquer preocupação na formação psicológica, moral ou intelectual da criança na sociedade antiga, este sentimento, era completamente desconhecido e não havia preocupação e tampouco compromisso por parte dos governantes em relação à infância que era negligenciada em todos os seus direitos mais básicos.

Se demonstrará, ainda, o surgimento da roda dos expostos[19] e sua importância para o contexto social e histórico da infância, a qual tinha como objetivo amparar os bebês recém-nascidos que eram abandonados pelas mães, sendo que no Brasil, foi na época da Colônia que essa instituição apareceu, a primeira delas foi na Casa de Misericórdia de Salvador em 1726.

Somente no século XIX que a criança é enquadrada fora do contexto adulto e passa a ter um olhar mais humanista com relevância na esfera social, sendo que a preocupação inicial se dava apenas em relação às questões de saúde e higiene das crianças abandonadas, uma vez que representavam perigo para a sociedade em razão da proliferação das doenças e alto grau de mortalidade infantil.

Assim, os contornos jurídicos de proteção à infância e adolescência foram ganhando força a partir do século XX, com algumas conquistas através do Código de Menores, e posteriormente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, passando a criança a ser um sujeito de direitos e merecendo atenção prioritária por parte do Estado e de toda sociedade.

No primeiro capítulo abordar-se-á, também, o tema central desta pesquisa, qual seja, o instituto da adoção, demonstrando-se que se trata de uma relação que é estabelecida entre duas ou mais pessoas de filiação legal, criando-se a

[19] Cilindro de madeira giratório, fixado no muro ou janela de hospitais onde eram depositados recém-nascidos abandonados pelas mães.

partir de um ato jurídico (sentença) o laço do parentesco civil de paternidade/maternidade e de filiação.

A prática da adoção surgiu na antiguidade, e ganhou a sua primeira sistematização com o Código de Hamurabi representando na época, grande função social e política. No Brasil, a adoção tem sua ligação à já citada roda dos expostos, onde mães anônimas depositavam seus filhos para que fossem criados pelas religiosas das Santas Casas da Misericórdia.

Ademais, nas instituições receptoras, onde se encontrava o cilindro de madeira, havia amas contratadas para cuidar das crianças enjeitadas durante o período que antecedia a adoção, uma vez que a própria instituição era responsável por localizar interessados em adotar os filhos enjeitados.

Com o passar dos séculos e a evolução do direito de família, o instituto da adoção não possui mais as mesmas características e objetivos que tinha na antiguidade, passando a ter um papel mais humano e altruísta na sociedade, focada não apenas em favorecer quem está adotando, mas principalmente em quem está sendo adotado.

Com isto, demonstrar-se, no primeiro capítulo, a evolução legislativa da adoção e os critérios legais exigidos pela legislação atual para a adoção de crianças e adolescentes, uma vez que foi através do Código Civil de 1916 que o instituto da adoção recebeu regulamentação civil, fazendo surgir uma relação jurídica de parentesco entre adotante e adotado, embora, ainda revelasse grande discriminação em relação aos direitos do filho adotivo, como por exemplo, a sua exclusão da sucessão, no caso de o adotante possuir herdeiros legítimos.

O **Capítulo 2** tratará acerca do Cadastro Nacional de Adoção e os critérios de seleção dos pretendentes à adoção. Conforme demonstrar-se-á na pesquisa, em 2008, criado pelo Conselho Nacional de Justiça, o Cadastro Nacional da Adoção com a expectativa de ser uma ferramenta precisa e segura para auxiliar os juízes na condução dos procedimentos de adoção.

Destaca-se que o Cadastro Nacional de Adoção possibilitou a uniformização de todos os bancos de dados sobre crianças e adolescentes aptos à

adoção no Brasil, assim como facilitou o cruzamento com o perfil exigido pelos pretendentes e, a partir de então, todas as crianças acolhidas e aptas a adoção, assim como os pretendentes devidamente habilitados passaram a integrar uma lista controlada pelo CNJ, de modo a permitir o cruzamento de dados entre os pretendentes à adoção, o perfil desejado pelos pretensos adotantes e as crianças disponíveis para adoção em todo o território brasileiro.

O Poder Judiciário exerce o controle sobre o número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção e mantém esta relação sempre atualizada. As informações são repassadas a partir de dados colhidos em processos judiciais de adoção e, também, periodicamente pelas instituições de acolhimento.

Se demonstrará que em 2019, ainda no intuito de dar maior celeridade aos processos de adoção no Brasil, o Conselho Nacional de Justiça criou um sistema, denominado Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), instituído através do Ato Normativo no 5538-25/2019, o qual é resultado de uma fusão do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) e que atualmente é o órgão responsável pela seleção de pretendentes à adoção no Brasil e da inscrição de crianças acolhidas e aptas a serem adotadas.

A pesquisa também demonstrará que o pretendente à adoção, somente será inserido no Cadastro Nacional de Adoção após a devida habilitação na sua Comarca de residência, perante a Vara da Infância e Juventude, permanecendo inscrito pelo período de 3 (três) anos, com possibilidade de renovação por igual período, sendo vedada, no entanto, a duplicidade de cadastramento.

Tanto o CNA, quanto o novo SNA, por sua vez, foram omissos quanto aos critérios de prioridade para a convocação de pretendentes, deixando a cargo das Comarcas onde é realizada a habilitação, a deliberação acerca da escolha dos pretendentes.

Neste capítulo, objetiva-se, ainda, demonstrar como se dá o critério de seleção dos pretendentes à adoção, assim como a problemática para quem está inscrito em comarcas de interior e com menor probabilidade na adoção de crianças menores de 2 anos, que hoje representam a preferência da maioria dos adotantes.

Os pretendentes à adoção, devidamente habilitados, por disposição expressa contida no Estatuto da Criança e do Adolescente serão chamados a adotar de acordo com ordem de inscrição no Cadastro da Comarca, e com o perfil indicado em relação à criança ou o adolescente que pretende adotar. Contudo, a adoção pode ser mais rápida se os pretendentes fizerem menos exigências em relação ao perfil do adotando.

Sendo assim, quando uma criança está apta à adoção é chamado a adotar o primeiro pretendente da lista, de acordo com o perfil da criança exigido. Esgota-se, neste caso, a lista da Comarca onde se encontra a criança, para posteriormente fazer o cruzamento dos perfis com o Cadastro Estadual e num último momento com o Cadastro Nacional, sendo justamente este o ponto que se deseja trazer à discussão na presente pesquisa, pois ao se dar preferência para ao cadastro local, outros casais podem estar sendo preteridos, diante da inexistência de crianças disponíveis na comarca de sua residência.

Para que se tenha exata compreensão acerca da problemática que envolve a morosidade em relação aos processos de adoção e o tempo de espera na fila de adoção que os pretendentes enfrentam, busca-se apontar os dados obtidos através do Conselho Nacional de Justiça no que diz respeito às crianças e adolescentes disponíveis para adoção e as informações sobre o perfil destes futuros adotados.

Com relação ao perfil das crianças e adolescentes disponíveis para adoção, a pesquisa demonstrará que a maioria possui mais de 14 (quatorze) anos de idade, muitos são grupos de irmãos, negros e com algum tipo de enfermidade ou doença, perfil que se contrapõe à pretensão da maioria dos adotantes, cuja faixa etária escolhida, é de crianças entre 2 (dois) e 4 (quatro) anos de idade.

Conforme se destacará no referido capítulo, o preconceito em relação à idade da criança por questões relacionadas à sua origem não é o único entrave à concretização da adoção, uma vez que muitos casais que não tiveram a possibilidade de ter um filho biológico procuram as varas da infância no afã de concretizarem o sonho da maternidade/paternidade e, para tanto, procuram bebês recém-nascidos com características que se assemelham a eles.

Por fim, o capítulo 2 tratará acerca do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA, que foi instituído no Estado de Santa Catarina, pelo Poder Judiciário através do Provimento 13/2005 de 20 de outubro de 2005, com o objetivo de facilitar e agilizar os procedimentos relativos à adoção e disciplinar os critérios de inscrição dos pretendentes no Estado Catarinense.

Conforme dados colhidos dos relatórios do CNJ, apontados na pesquisa, em Santa Catarina, atualmente existem apenas 201 (duzentas e uma) crianças disponíveis para adoção, a maioria delas com idade entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos e, por outro lado, constam nos dados do CNJ que 2.842 pretendentes estão disponíveis para adotar, porém, apenas 4 destes pretendentes aceitam adolescentes entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos, revelando uma preferência numerosa por crianças menores, a exemplo do que ocorre em nível nacional.

Com isto, a pesquisa apontará a problemática em relação ao tempo de espera por um bebê para os casais inscritos no Estado de Santa Catarina, especialmente para aqueles que residem em comarcas onde a cultura da adoção não é difundida, destacando-se a questão das cidades com número pequeno de habitantes, cujas crianças em situação de vulnerabilidade são, via de regra, acolhidas pela rede familiar extensa, inviabilizando o sonho da paternidade/maternidade de muitos pretendentes inscritos no Estado, os quais acabam optando, em muitos casos, pela adoção irregular.

Por fim, o **Capítulo 3**, tratará da possibilidade da adoção de embriões excedentários como proposta para a redução no tempo de espera pela concretização do sonho da maternidade/paternidade e, para tanto, inicialmente se abordará o conceito e desenvolvimento histórico da reprodução assistida no mundo e as diversas técnicas utilizadas para a geração de embriões possíveis de serem implantados no útero feminino.

Quando o método natural não resulta na desejada gravidez, muitas mulheres buscam ajuda de um profissional médico para concretizar o desejo de ter um filho biológico, sendo necessário, em muitos casos, a intervenção tecnológica para que a fecundação ocorra de forma artificial e então esse sonho se torne realidade. A

reprodução humana assistida é um dos métodos capazes de gerar a concepção de uma criança.

Conforme se demonstrará nesta pesquisa, a técnica da reprodução humana assistida, subdivide-se em dois métodos considerados de baixa e alta complexidade.

Entre os métodos de baixa complexidade estão o coito programado que consiste na utilização de medicamentos para estimular a ovulação feminina, aumentando as chances de uma gravidez e a inseminação artificial cujo procedimento ocorre com a implantação do material genético masculino no corpo da mulher através da fecundação realizada em laboratório médico. Já as técnicas de alta complexidade são a fertilização *in vitro*, transferência intratubária de gametas, transferência Intratubária de zigotos e injeção intracitoplasmática de espermatozoides, as quais serão abordas detalhadamente neste capítulo.

O capítulo 3 tratará ainda acerca dos embriões humanos e a legislação aplicável, demonstrando que a conceituação acerca do embrião humano está longe de ser uma unanimidade, pois, comporta diversos posicionamentos e opiniões, especialmente entre especialistas ligados à ciência biológica e jurídica.

Entende-se, todavia, que o processo que origina a reprodução de um ser humano, compreende-se como a fecundação que se dá com o encontro do espermatozoide com o óvulo em um só núcleo, iniciando-se, a partir daí a fase embrionária.

Demonstrar-se-á, ainda, que existem pelo menos 3 (três) posições distintas acerca da origem e dos direitos dos embriões, sendo que a primeira corrente entende que o embrião humano deve ser tratado e considerado como pessoa humana desde o momento da fertilização do espermatozoide com o óvulo. Já a segunda corrente, no entanto, entende que o embrião humano é apenas um aglomerado de células não possuindo qualquer status de pessoa. Por fim, a terceira e última corrente, une as duas teorias anteriores, entendendo que o embrião tem potencialidades como pessoa o que pode ocorrer apenas com o seu desenvolvimento uterino.

A discussão é necessária e se traz na pesquisa objetivando demonstrar a importância de se resguardar os direitos dos embriões desde o momento da fertilização, quando então, se dá o início da vida humana, conforme entendimento adotado pela teoria concepcionista.

Todavia, destacar-se-á durante o capítulo 3, outra teoria, também adotada pelo Código Civil Brasileiro e que, na mesma proporção que a teoria concepcionista, arranca inúmeros debates no mundo jurídico, qual seja, a teoria natalista, a qual não reconhece o nascituro como pessoa e tampouco como sujeito de direitos, exigindo, o nascimento com vida para que tenha personalidade civil.

A análise das teorias acima, se mostra relevante para a definição da personalidade jurídica do embrião, sendo determinante para o estabelecimento de direitos protetivos e, também, para viabilizar a discussão que se pretende demonstrar na presente pesquisa, acerca da utilização dos embriões excedentários como uma possibilidade de propiciar a realização do desejo da maternidade/paternidade para aqueles que não podem realizá-lo de forma natural.

No capítulo 3, se tratará sobre a utilização e o descarte dos embriões excedentários, buscando destacar-se que até o presente momento, a temática envolvendo a reprodução assistida levanta inúmeras discussões de aspectos éticos, morais e jurídicos, dentre os quais pode-se resumir como mais pungente a produção e descarte dos embriões que não foram utilizados nos procedimentos de reprodução assistida e, que, permanecem criopreservados indefinidamente.

Por embriões excedentes, compreende-se aqueles que não foram utilizados numa fertilização *in vitro* e a questão de maior complexidade que se propõe demonstrar é justamente como a ciência qualifica os embriões viáveis e inviáveis e, quais seriam os critérios adotados pela equipe médica responsável pela técnica de fertilização *in vitro* para selecionar os embriões aptos para a fecundação ou aqueles de imediato descarte.

Se demonstrará ainda de que maneira ocorre o descarte de embriões excedentários em outros países como a Nova Zelândia, Itália e Alemanha e o quanto persistem as discussões acerca da teoria do início da vida humana, a natureza jurídica

do embrião e se ele deve gozar de proteção jurídica ou não para utilização em pesquisas científicas ou para outros fins.

Para finalizar a pesquisa, o capítulo 3 tratará ainda da adoção dos embriões excedentários e a solução para diminuição da espera dos pretendentes à adoção no estado de Santa Catarina, demonstrando-se que este modelo de adoção, seria a melhor solução para o grande debate em relação ao descarte dos embriões excedentários, isto porque, garantiria que os embriões tivessem um feliz destino, tendo garantido o direito de nascer, assim, como seria, também, preservado o direito da mulher adotante de gestar e gerar o próprio filho, formando a tão almejada família.

Demonstrar-se-á, ainda, que em outros países a adoção de embriões excedentários é uma realidade que tem solucionado muitos problemas em relação à adoção, especialmente para os casais inférteis e que desejam gestar uma criança.

Portanto, pretende-se demonstrar com a presente pesquisa, que a adoção dos embriões excedentários, além de garantir o correto destino do material genético criopreservado, traria solução para os inúmeros casais que aguardam nas filas de adoção à espera de um bebê.

O presente Relatório de Pesquisa se encerra com a Conclusão, onde é apresentado os aspectos destacados da Tese, seguidos de estimulação à continuidade dos estudos e das reflexões sobre o tema.

Quanto à Metodologia empregada, registra-se que, na Fase de Investigação[20] foi utilizado o Método Indutivo[21], na Fase de Tratamento de Dados o procedimento Cartesiano[22], e, o Relatório dos Resultados expressos na base lógica indutiva.

---

[20] "(...) momento no qual o Pesquisador busca e recolhe os dados, sob a moldura do Referente estabelecido (...)." PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14 ed. ver., atual. e ampl. Florianópolis: Empório Modara, 2018. p. 112-113.

[21] "(...) pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral (...)". PASOLD, Cesar Luiz**. Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 114.

[22] Sobre as quatro regras do Método Cartesiano (evidência, dividir, ordenar e avaliar) veja LEITE, Eduardo de oliveira. **A monografia jurídica**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 22-26.

Nas diversas fases da Pesquisa, foram acionadas as Técnicas do Referente[23], da Categoria[24], do Conceito Operacional[25] e da Pesquisa Bibliográfica[26]. Assim como todas as demais orientações científicas e metodológicas propostas pelo Programa de Pós-graduação “Stricto Sensu” em Ciência Jurídica da Univali.

[23] “(...) explicitação prévia do(s) motivo(s), do(s) objetivo(s) e do produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para a atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa.” PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 69.

[24] “(...) palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou à expressão de uma ideia.” PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 41.

[25] “(...) uma definição para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias que expomos (...)”. PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 58.

[26] “Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais”. PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. p. 217.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E O INSTITUTO DA ADOÇÃO

Um dos institutos do Direito de Família que mais sofreu transformações, sem dúvida, foi o da filiação, o qual até pouco mais de 30 anos, era vinculado à ideia de uma família formal, unida a partir dos laços do casamento sendo que com todas as transformações sociais vividas no âmbito das famílias, o instituto jurídico da filiação passou a ser entendido como aquele decorrente das relações de socioafetividade.

Para a presente pesquisa, mostra-se relevante desbravar as transformações sociais e jurídicas da filiação e, para tanto, apresenta-se neste capítulo, os diversos desafios enfrentados pela infância no Brasil que culminaram com o reconhecimento dos seus direitos através da evolução legislativa e o surgimento da doutrina de proteção integral da infância e juventude.

Neste primeiro momento da pesquisa, pretende-se ainda demonstrar o contexto histórico do instituto da adoção no Brasil e as transformações no conceito da filiação adotiva que, com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988[27], sofreu uma mudança pragmática, especialmente no contexto da igualdade, de modo que nenhum filho, pode sofrer qualquer espécie de discriminação ou preconceito por não ter sido concebido durante o casamento.

Pretende-se, também, demonstrar que as transformações sociais exigiram do legislador um posicionamento mais ativo frente ao instituto da adoção, através da criação de leis específicas ao público infantojuvenil, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado com o intuito de dar maior efetividade ao processo de adoção no Brasil, estabelecendo critérios próprios para maior segurança e proteção aos menores adotados.

[27] Doravante denominada de Constituição Federal de 1988.

1.1 FILIAÇÃO, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

A vida de um ser humano não pode ser pensada sem a existência de um pai e de uma mãe, independentemente das diversas formas de procriação, pois, mesmo nas reproduções realizadas em laboratórios, sempre haverá a necessidade de um sêmen (masculino - pai) e um óvulo (feminino - mãe) para que seja possível gerar um embrião, sendo, portanto, a procriação um fato natural.

No estudo da filiação, é possível encontrar em doutrinas civilistas mais clássicas, um conceito rígido e de origem natural que descreve o instituto da filiação como aquele decorrente da relação de parentesco consanguíneo que resulta em filhos legítimos e biológicos, ou seja, aqueles que eram nascidos de pais sem impedimento para o casamento.

Zeni[28] descreve a classificação trazida pelo Código Civil de 1916 acerca da filiação:

> O Código Civil de 1916 classificava a filiação de acordo com a origem, ou seja, se era ou não advinda do matrimônio, considerando como filho legítimo aquele havido na constância do casamento, e ilegítimo o advindo de relações extramatrimoniais. Os ilegítimos dividiam-se em naturais e espúrios, e estes, por sua vez, classificavam-se em adulterinos e incestuosos.

Essa presunção de que o filho concebido durante o casamento teria como certa a sua paternidade, é fruto da conduta típica da mulher que, na época, tinha o dever cogente de se manter fiel ao marido, pois o adultério masculino era visto como algo tolerável.[29]

Para Dias[30], “era tanto o prestígio emprestado à família constituída pelos “sagrados” laços do matrimônio, que esta era a única família reconhecida pelo legítima”.

---

[28] ZENI, Bruna Schlindwein. **A evolução histórico-legal da filiação no Brasil.** Rev. Direito em Debate. Ano XVII. n. 31. jan-jun, 2009. p. 61,

[29] MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pondes de. **Tratado de Direito Privado**: Direito de família. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1955. p. 24.

[30] DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 40.

A classificação dada aos filhos no Código Civil de 1916, determinava ainda a possibilidade ou não de serem reconhecidos e de receberem seus direitos sucessórios no caso de falecimento do pai natural.

Pelo sistema adotado no Código Civil de 1916, os filhos naturais poderiam ser reconhecidos, mas ainda assim, a lei lhes dispensava um tratamento diferenciado, pois em caso de morte do pai natural, os filhos só teriam direito à metade da herança do que coubesse ao filho legítimo[31], todavia, a situação mais discriminatória se dava em relação aos filhos provenientes de relações adulterinas ou incestuosas, uma vez que a lei vedada o seu reconhecimento[32].

A lei fazia ainda distinção discriminatória em relação à filiação que não fosse aquela originada a partir do casamento. Havia, na época, “uma única espécie de filiação: fruto do contato sexual entre um homem e uma mulher casados entre si” e que autorizava o registro civil do filho em nome dos dois genitores.[33]

Com relação aos filhos das pessoas separadas judicialmente, antes denominadas de “desquitadas”, pairavam dúvidas sobre qual categoria de filiação eles se adequavam. Alguns doutrinadores e julgados da época defendiam que essa espécie de filiação pertencia a classe dos adulterinos[34].

Nas lições de Fujita[35], “O Código Civil de 1916 era embasado na ideia de que somente o casamento constituía a família legítima, com o que se preservava o seu patrimônio, classificava a filiação em quatro espécie: a legítima, a legitimada, a ilegítima e a adotiva”.

Damian[36] acrescenta ainda que:

> As relações familiares e o conceito de filiação foram rotulados através de diretrizes discriminatórias por muito tempo, e essa realidade predominou de maneira incontestável durante o século passado, em

[31] MAIA, Renato. **Filiação paternal e seus efeitos**. São Paulo: SRS Editora, 2008. p. 27.

[32] CÓDIGO CIVIL. Art. 358. Os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos.

[33] DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto**, 2016, p. 40.

[34] MAIA, Renato. **Filiação paternal e seus efeitos**, 2008. p. 29.

[35] FUGITA. Jorge Siguemitsu. **Filiação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011, pp.19-20.

[36] DAMIAN, Terezinha. **Família e filiação socioafetiva**. Jundiaí-SP: Paco e Littera. 2022. p. 131. Edição do Kindle.

> especial, durante a vigência do Código Civil/1916 e das constituições brasileiras anteriores.

A discriminação que outrora circundava o instituto da filiação tem sua origem no direito romano, onde imperava o sistema patriarcal, cuja autoridade familiar se concentrava da figura do *pater famílias*[37], o qual detinha o poder sobre cada integrante da família, especialmente em relação aos filhos, que na maioria das vezes, eram vendidos pelo chefe patriarcal, tornando-se escravos de seus compradores, sendo que neste período, a família ela alicerçada no princípio da autoridade parental e não no afeto entre seus membros.[38]

Segundo Fujita[39] "[...] a *patria potestas* foi diminuindo, tendo em vista a noção moral de dever de afeição, *officium pietatis*, com o Estado começando a imiscuir-se na vida doméstica para exigir do pater o respeito aos seus deveres".

Nas lições de Dias[40]

> Toda essa categorização tentava preservar a "sagrada família" e só teve fim quando a Constituição Federal concedeu os mesmos direitos e qualificados a todos os filhos, havidos ou não da relação de casamento ou adoção, proibindo quaisquer designações discriminatórias (CF 227 §6º). O Estatuto da Criança e do Adolescente referenda a afirmativa (ECA 20).

Ao longo da história, percebeu-se a evolução gradativa e demasiadamente cautelosa no reconhecimento dos direitos da filiação, mas, foi somente com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 que se pode observar a grande evolução, fazendo desaparecer toda e qualquer forma de discriminação entre os filhos havidos ou não pelo vínculo do casamento, todavia, a discriminação em relação aos filhos advindos de uniões fora dos laços do matrimônio, denominados de ilegítimos, perdurou em nossa legislação por aproximadamente 60 (sessenta) anos.

---

[37] Termo latino que significa, "pai de família".

[38] FUJITA, Jorge Shiguemitsu. **Filiação.** 2011, pp.14-15.

[39] FUGITA. Jorge Siguemitsu. **Filiação**, 2011. p. 15.

[40] DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto**, 2016, p. 41.

Maia[41] explica que a Constituição Federal de 1988 foi sacramentada no princípio da igualdade de todos os filhos, eliminando as diferenças em relação à filiação:

> A luta em eliminar as diferenças entre os filhos era em equiparar os filhos ilegítimos e os adotivos ao tratamento que era dado aos filhos legítimos, sendo que esta, como visto é a filiação que mais produz efeitos, tanto em relação a vínculos jurídicos, quanto ao círculo pessoal do filho com sua família.

Portanto, pode-se dizer que a filiação de cada ser humano é, antes de qualquer coisa, um direito seu, vinculado à sua personalidade jurídica e essa personalidade é o conjunto de caracteres próprios da pessoa, sem se consubstanciar em um direito, é ela que apoia os direitos e deveres que dela nascem.[42]

Jorge Siguemitsu Fujita[43], explica que a filiação, no seu entender é:

> [...] o vínculo que se estabelece entre pais e filhos, decorrente da fecundação natural ou da técnica de reprodução assistida homologa (sêmen do marido ou do companheiro; óvulo da mulher ou da companheira) ou heteróloga (sêmen de outro homem, porém com o consentimento do esposo ou companheiro; ou o óvulo de outra mulher, com a anuência da esposa ou companheira), assim como em virtude da adoção ou de uma relação socioafetiva resultante da posse do estado de filho.

Sarlet[44] destaca, no entanto, que a filiação, que outrora tinha como principal função a perpetuação da espécie humana, passou a ter contornos mais apropriados e baseados na solidariedade:

> [...] importa sublinhar que a base da filiação e da parentalidade passou a ser uma espécie de equação dos princípios da responsabilidade, da solidariedade e da esperança para a composição de um panorama familiar brasileiro mais apropriado às demandas atuais em detrimento do viés marcadamente patrimonialista que subsiste em algumas searas jurídicas.

---

[41] MAIA, Renato. **Filiação paternal e seus efeitos**, 2008. p. 37.

[42] MAIA, Renato. **Filiação paternal e seus efeitos**, 2008. pp. 57-58.

[43] FUGITA. Jorge Siguemitsu. **Filiação**, 2011. p. 12.

[44] SARLET. Gabrielle Bezerra Sales. **A filiação e a parentalidade no ordenamento jurídico brasileiro**: uma análise jurídico-bioética da obstinação terapêutica em crianças. Revista Direitos Fundamentais & Justiça. Belo Horizonte, ano 11, n. 37, p. 363-387, jul./dez. 2017. p. 369.

No Brasil, outra legislação que prevê e assegura os direitos básicos e fundamentais para as crianças e adolescentes e ressignificou os direitos da filiação é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado em 13 de julho de 1990[45].

Entre tantas contribuições trazidas para o direito da filiação, foi em relação ao filho adotivo que o Estatuto da Criança e do Adolescente apresentou maior evolução, especialmente ao colocá-lo em condição de igualdade ao filho biológico, reconhecendo a ele os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios[46].

Portanto, com toda evolução que a família sofreu ao longo dos séculos, é absolutamente compreensível que o conceito de filiação também tenha sofrido modificação. Aquela antiga ideia de filiação decorrente apenas dos vínculos consanguíneos, há muito deixou de representar a realidade em relação ao parentesco, reconhecendo-se a sua formação também por vínculos socioafetivos.

Para Damian[47]:

> O instituto da filiação é um dos mais antigos agrupamentos e representa a continuação da humanidade; é a relação mais próxima de parentesco, que une os filhos e seus progenitores; refere-se à descendência e à linhagem de pais a filhos; representa a ligação existente entre pessoas descendentes uma da outra; ou, ainda é a relação de parentesco estabelecida entre duas pessoas, uma das quais nascida da outra, ou adotada, ou vinculada com base na posse de estado de filiação ou por concepção derivada de inseminação artificial.

A filiação decorrente dos vínculos biológicos coabita em nossa sociedade em igualdade com aquela que se origina da socioafetividade e, segundo Dias[48], “Agora a verdade social, fruto do reconhecimento da filiação socioafetiva, passou a ter mais prestígio que a verdade real, cuja descoberta se tornou facilmente identificável pelo exame de DNA”.

---

[45] BRASIL. ECA. **Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[46] FUJITA, Jorge Shiguemitsu. **Filiação**, 2011, p. 27

[47] DAMIAN, Terezinha. **Família e filiação socioafetiva**. 1 ed. Jundiaí-SP: Paco e Littera. p. 3. Edição do Kindle.

[48] DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto**, 2016, p. 45.

A filiação socioafetiva é uma realidade das famílias modernas e, embora não encontre amparo expresso na legislação, é consagrada de forma não explicita em dois artigos do Código Civil, quais sejam, o artigo 1.593 que reconhece além do parentesco natural, civil e consanguíneo, também o parentesco “de outra origem” e, o artigo 1.605, II que prevê expressamente que a filiação pode ser provada quando existirem presunções resultantes de fatos já certos.[49]

Para Cassetari[50]:

> A multiparentalidade pode existir em diversas oportunidades “tais como nos casos em que for possível somar a parentalidade biológica e a socioafetiva, sem que uma exclua a outra”. Ela aparece quando há aglutinação dos vínculos biológicos e afetivos onde existe uma sociedade harmoniosa em prol do interesse da criança ou do adolescente. Na qual possuem participações mútuas na vida desse filho compartilhado. Recaindo lhes todos os encargos do poder familiar em dúplice.

O debate acerca do reconhecimento da paternidade socioafetiva, foi superado pela decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 2016 no Recurso Extraordinário 898.060/SC que eliminou qualquer espécie de discriminação e hierarquização entre espécies de filiação e reconheceu o duplo vínculo (biológico e socioafetivo), trazendo para o conceito de filiação um novo paradigma que tem influenciado nas decisões proferidas por todos os Tribunais brasileiros[51].

Do voto do Relator Ministro Luiz Fux[52] extrai-se:

> Os arranjos familiares alheios à regulação estatal, por omissão, não podem restar ao desabrigo da proteção a situações de pluriparentalidade, por isso que merecem tutela jurídica concomitante, para todos os fins de direito, os vínculos parentais de origem afetiva e biológica, a fim de prover a mais completa e adequada tutela aos

---

[49] DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto**, 2016, p. 46.

[50] CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 169.

[51] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060** Santa Catarina. Relator Min. Luiz Fux. J. 29.9.2016. Disponível em https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13431919. Acesso em 7 mar. 2022.

[52] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060** Santa Catarina.

> sujeitos envolvidos, ante os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da paternidade responsável (art. 226, § 7º).

Para tanto, o Supremo Tribunal Federal[53] fixou a tese jurídica de que “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”

Em seu voto, o Ministro Luiz Fux ressalta as transformações que a família sofreu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, destacando entre elas, a proibição de qualquer distinção entre filhos legítimos, legitimados e ilegítimos, tendo-se deslocado a antiga ideia do Código Civil de 1916 de que a presunção da filiação se relacionava ao instituto do casamento[54].

Diante deste novo direcionamento, ressalta o julgador que a compreensão antiga das famílias exige do judiciário uma postura menos conservadora, de modo a garantir a tutela normativa a todas as formas de parentalidade, não apenas aquela oriunda do casamento ou originada da descendência biológica, mas especialmente a parentalidade que emerge das relações de afeto.[55]

O Ministro Marco Aurélio[56], em seu voto, manifestou-se contrário à exclusão da paternidade biológica, ao se pronunciar: “Permaneço com a convicção de que pai é pai: é pai biológico, de início, a menos que se trate de adoção, quando se tem regência toda própria”.

O Superior Tribunal de Justiça, a partir da matéria julgada pelo STF, tem, também, mantido seu posicionamento de que a existência de vínculo biológico não pode servir como obstáculo para o reconhecimento concomitante da paternidade

---

[53] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060** Santa Catarina..

[54] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060** Santa Catarina..

[55] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060** Santa Catarina.

[56] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060** Santa Catarina.. 2022.

socioafetiva, porquanto, o reconhecimento da filiação, seja qual for sua origem, é direito personalíssimo e indisponível do ser humano[57].

O Ministro Ricardo Villas Boas Cueva[58] ressalta, inclusive, que:

> Não há mais falar em uma hierarquia que prioriza a paternidade biológica em detrimento da socioafetividade ou vice-versa. Ao revés, tais vínculos podem coexistir com idêntico status jurídico no ordenamento desde que seja do interesse do filho.

Desta forma, firmou-se entendimento nas Cortes Superiores de Justiça de que o direito ao reconhecimento da origem genética e o afeto são compatíveis e podem coexistir, pois, mesmo tendo se estabelecido vínculos socioafetivos decorrentes de relação preexistente, a lei garante a qualquer cidadão, a busca da verdade real em relação à sua origem.[59]

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin[60] alerta que "para apreender a verdadeira paternidade, exige mais que a observação do vínculo biológico, emergindo daí a valorização da realidade socio-afetiva que liga um filho a seu pai".

Para Paiano[61]:

> [...] a multiparentalidade é um fenômeno jurisprudencial e doutrinário, advindo de uma interpretação conforme, integrativa e expansiva, que permite o reconhecimento de mais de um pai ou mãe a uma mesma pessoa, de modo que conste em seu registro de nascimento as consequências desse reconhecimento, alteração de nome, inclusão de outro pai ou mãe, inclusão de outros avós [...]

---

[57] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.618.230/RS, 3. Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 28.03.2017. DJe 10.05.2017. Disponível em https://tinyurl.com/35kyhan6 Acesso em 7 mar. 2022.

[58] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.618.230/RS.

[59] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.618.230/RS. 3

[60] FACHIN, Luiz Edson. **Estabelecimento da filiação e paternidade presumida**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1992, p. 34.

[61] PAIANO, Daniela Braga. **A família atual e as espécies e filiação**: da possibilidade jurídica da multiparentalidade. 1.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 155.

Atualmente, compreende-se a filiação não mais apenas sob o prisma da procriação, sendo indispensável que se amplie o seu conceito para além das suas origens biológicas. Com o advento da Constituição Federal de 1988 não há mais que se falar em distinção entre qualquer espécie de filiação, seja ela biológica, socioafetiva ou por inseminação artificial.[62]

A filiação não escapou aos avanços científicos, tendo sua origem também ligada às técnicas de reprodução assistidas, sendo que Leila Donizetti[63] define a reprodução assistida com “um processo através do qual se colhe o material genético do homem por meio de masturbação em laboratório, congelando-se o esperma colhido em solução de azoto líquido para posterior implantação na mulher”.

Para melhor compreensão acerca da filiação que se origina através das técnicas de reprodução assistida, faz-se necessário traçar uma breve distinção entre a inseminação heteróloga e a homóloga, a qual, conforme Jabota[64]:

> [...] homóloga diz respeito à técnica de fertilização artificial que utiliza o próprio material genético dos futuros pais; ao tempo em que a concepção heteróloga alude à possibilidade da utilização do material genético doado por outrem, ou seja, distinto do casal (de um ou de ambos) de futuros pais.

Portanto, a inseminação homóloga ocorre sempre que se está diante da utilização do material genético do próprio casal que deseja gerar uma criança. Esta técnica ocorre quando a fecundação ocorre *in vitro* e o óvulo é implantado na futura mãe, neste caso, sendo ambos casados, o homem será considerado o pai da criança, por presunção legal, nos termos do artigo 1.597, inciso III[65] do Código Civil, sendo que

---

[62] JATOBA, Clever. **Filiação socioafetiva**: os novos paradigmas da filiação. Revista da Faculdade de Direito Maurício Nassau. Recife: ano 5. n. 5. 2010, p. 24. Disponível em https://ibdfam.org.br/artigos/535/Filia%C3%A7%C3%A3o+Socioafetiva:+os+novos+paradigmas+de+filia%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em 5 out. 2022.

[63] DONIZETTI, Leila. **Filiação socioafetiva e direito à identidade genética**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p. 93.

[64] JATOBA, Clever. **Filiação socioafetiva**: os novos paradigmas da filiação. 2010, pp. 28-29.

[65] Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal; II nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento; III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido; IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de

na inseminação heteróloga se utiliza o esperma de um doador desconhecido. Este tema será melhor abordado no terceiro capítulo desta pesquisa.

Pode-se observar, portanto, que o instituto da filiação acompanhou as mudanças de paradigma do direito de família clássico, admitido que se reconheça um filho oriundo de vínculos socioafetivos e, também, aquele gerado por meio de técnicas de reprodução assistida, de modo a garantir o pleno exercício de um dos pilares da instituição familiar que é a busca pela felicidade.

A contextualização da infância e adolescência no Brasil, também se mostra relevante para a presente pesquisa, porquanto, o fundamento de todo apanhando teórico a ser desenvolvido tem como principal objetivo, a garantia dos princípios inerentes à proteção das crianças e adolescentes.

A história social da infância e da adolescência no Brasil, como não poderia deixar de ser, após as transformações acima apontadas, também sofreu grandes impactos sociais ao longo da história. Por séculos, a criança permaneceu no anonimato, relegada à insignificância em relação aos seus direitos como cidadão.

O historiador francês Philippe Ariès traz uma análise aprofundada da história da infância, a partir de estudos centralizados da era medieval à modernidade e observando as diversas representações da infância (pinturas, fotografias, jogos, brinquedos) na Europa Ocidental, cujas análises demonstram que a infância é produto da vida moderna, não representando uma preocupação na idade média. [66]

Ariès[67], destaca que “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade”, sendo que, para o autor, nem mesmo nas pinturas, da época, era possível encontrar uma criança retratada com características infantis, o que demonstrava a pouca importância que era dada à criança durante toda a idade média.

---

concepção artificial homóloga; V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

[66] ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família.** Trad. Dora Flaksmann. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. p. 17.

[67] ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família**, 2011. p. 17.

Ademais, não havia qualquer preocupação na formação psicológica, moral ou intelectual da criança, este sentimento, era completamente desconhecido na sociedade antiga. Havia liberdade no tratamento com as crianças, admitia-se, e era comum, o uso de expressões e palavras de cunho sexual com os menores e até mesmo brincadeiras onde os adultos tocavam as partes íntimas das crianças[68].

A história demonstra que nem sempre existiu sentimento em relação a infância, por décadas, as famílias entendiam a mortalidade infantil como algo natural e os pais nem sempre demonstravam tristeza com a perda de um filho, pois sabiam que logo outro seria concebido e tomaria o lugar do morto.

Veronese[69] esclarece que:

> O tempo nem sempre foi favorável às nossas crianças, vez que por séculos, civilizações inteiras não tinham um compromisso, um olhar, atitudes respeitosas com as crianças. Infelizmente, por anos a fio, gerações pós gerações foram violadas, negadas em suas existências, tratadas como coisas, ou, ainda pior, como coisa alguma.

Neste período também foi criada a roda dos expostos, tendo como principal objetivo amparar os bebês recém-nascidos que eram abandonados pelas mães. No Brasil, foi na época da Colônia que essa instituição apareceu, a primeira delas foi na Casa de Misericórdia de Salvador em 1726.

Passeti[70] explica que:

> Esta roda era uma espécie de dispositivos onde eram colocados os bebês abandonados por quem desejasse fazê-lo. Apresentava uma forma cilíndrica, dividida ao meio, sendo fixada no muro ou na janela da instituição. O bebê era colocado numa das partes desse mecanismo que tinha uma abertura externa. Depois, a roda era girada para o outro lado do muro ou da janela, possibilitando a entrada da criança para dentro da instituição. Prosseguindo o ritual, era puxada uma cordinha com uma sineta, pela pessoa que havia trazido a

---

[68] ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família**, 2011. p. 76.

[69] VERONESE. Josiane Rose Petry. **O direito e o tempo na perspectiva da construção do ser criança.** A Criança e seus Direitos: entre violações e desafios. Rosane Leal da Silva (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, p. 14.

[70] PASSETI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999. p. 9.

> criança, a fim de avisar o vigilante ou a rodeira dessa chegada, e imediatamente a mesma se retirava do local.

A Roda dos Expostos foi aos poucos perdendo sua importância e, no Brasil especialmente por volta do século XIX, começaram a ser fechadas. Médicos higienistas passaram a criticar essas instituições e acusá-las pelas mortes prematuras de inúmeras crianças[71].

No Brasil, a assistência à infância, no período colonial seguia as ordens de Portugal, através de autoridades ligadas à Corte e à Igreja Católica. Neste período os jesuítas cuidavam das crianças índias, tendo como principal objetivo afastá-las do paganismo, orientando-as e educando-as dentro da disciplina cristã, com isso, as crianças eram convertidas em súditos dóceis submissos ao Estado Português[72].

Em razão das disputas de poder na Corte Portuguesa, com o tempo, os jesuítas perderam seus poderes políticos e foram expulsos, o que culminou com a escravização indígena. Neste período, as crianças mais uma vez, foram relegadas, pois financeiramente não eram produtivas tanto quanto um escravo adulto. Assim, muitas crianças morreram em razão das condições precárias em que seus pais eram submetidos, especialmente porque suas mães eram alugadas para amamentar outras crianças[73].

Conforme lecionam Rezzini e Pilotti[74]: “[...] o abandono de crianças, escravas ou não, era uma prática bastante frequente até meados do século XIX, mesmo nos países considerados “civilizados””

Segundo descreve Del Priore[75]:

---

[71] PASSETI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**, 1999. p. 11.

[72] REZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 17.

[73] REZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2011. p. 18.

[74] REZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2011. p. 18.

[75] PRIORE. Mary Del. **Infâncias, adolescências e famílias**: a criança negra no brasil. 14 cap. Disponível em https://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-16.pdf . Acesso em 15 mar. 2022. p. 247.

> A história do Brasil tem fenômenos de longa duração. Os primeiros "vagabundos" conhecidos eram crianças brancas recrutados pelos portos de Portugal, para trabalhar como intermediários entre os jesuítas e as crianças indígenas, ou como grumetes nas embarcações que cruzavam o Atlântico.

Somente no século XIX que a criança é enquadrada fora do contexto adulto e passa a ter um olhar mais humanista com relevância na esfera social. "Os termos criança, adolescente e menino, já aparecem em dicionários da década de 1830. Menina surge primeiro como tratamento carinhoso[...]"[76]

Freitas[77], leciona que:

> No século XIX, criança, por definição, era uma derivação das que eram criadas pelos que lhes deram origem. Eram o que se chamava "crias" da casa, de responsabilidade (nem sempre assumida inteira ou parcialmente) da família consanguínea ou da vizinhança. O abandono de crianças e o infanticídio foram práticas encontradas entre índios, brancos e negros em determinadas circunstâncias, distantes da questão da concentração devastadora nas cidades, da perversa distribuição de bens e serviços entre camadas sociais e das fronteiras que entre eles se estabeleceram.

Acrescenta ainda Ariès[78] que:

> O sentido da inocência infantil resultou, portanto, numa dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos; e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão. Pode parecer que existe aí uma contradição, pois de um lado a infância é conservada, e de outro é tornada mais velha do que realmente é. Mas essa contradição só existe para nós, homens do século XX. Nosso sentimento contemporâneo da infância caracteriza-se por uma associação da infância ao primitivismo e ao irracionalismo ou pré-logismo.

---

[76] PRIORI, Mary Del. **História das crianças no brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2021. p. 140.

[77] FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no brasil**. 9 ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016. p. 32.

[78] ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família**, 2011. p. 91.

A preocupação com a infância se deu inicialmente em relação às questões de higiene e saúde pública, em razão do alto índice de mortalidade infantil. Neste período, as preocupações do Estado eram mais voltadas à erradicação das doenças de forma geral, do que propriamente os cuidados básicos com a população infantil. As políticas públicas, portanto, eram voltadas especialmente às crianças pobres, abandonadas e desvalidas, muitas vezes qualificadas como delinquentes, pervertidas e perigosas, que comprometiam a ordem da nação[79].

Rizzini e Pilotti[80] afirmam que:

> Os higienistas, em geral os médicos, preocupados com a alta mortalidade infantil nas cidades brasileiras, tinham como proposta intervir no meio ambiente, nas condições higiênicas das instituições que abrigavam crianças, e nas famílias. Em meados da metade do século IXI, surgiu a Puericultura, especialidade médica destinada a formalizar os cuidados adequados à infância. Estabeleceu-se, no meio médico, um debate sobre a melhor forma de se cuidar dos expostos, o que efetivamente determinou uma melhoria nas condições de higiene na Casa dos Expostos. A obediência à "lei de higiene" (Austran, 1904, p. 93), ou seja, aos preceitos higiênicos, tornou-se uma necessidade incontestável no século XX, consolidando a importância do papel do médico nas instituições.

Para Rizzini[81]:

> A criança representava uma ameaça nunca antes descrita com tanta clareza. Põe-se em dúvida a sua inocência. Descobrem-se na alma infantil elementos de crueldade e perversão. Ela passa a ser representada como delinquente e deve ser afastada do caminho que conduz à criminalidade, das "escolas do crime" dos ambientes viciosos, sobretudo as ruas e as casas de detenção.

---

[79] REZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2011. p. 38.

[80] REZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2011. p. 21.

[81] RIZZINI, Irene. **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Petrobras-BR: Ministério da cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997. p. 28

Machado[82] leciona que “Foi no final do século XVII, início do XVIII, em primeiro lugar, que a categoria infância começa a ser identificada pelo tecido social. Na Idade Média, ao contrário, a infância não era percebida como categoria diferenciada dos adultos”.

Assim, os contornos jurídicos de proteção à infância e adolescência foram ganhando força a partir do século XX. Neste período “juristas defendiam em congressos internacionais, a ideia de um “novo direito”, com participação ativa da Europa, Estados Unidos e América Latina”. Alinhava-se a ideia de uma justiça mais humana e menos punitiva em relação às crianças, pois “vislumbravam-se novas possibilidades de formação do homem, a partir da criança”[83]

Para Dourado[84]:

> A criança passa a ser objeto de preocupação das sociedades que querem potencializar o presente para preparar seu futuro. Novas expectativas são pensadas para esses futuros cidadãos, cuja inserção na sociedade ganha novos significados, respondendo a oportunidades e limites econômicos que se abrem já desde a Revolução Industrial, que, em meados do século XIX, muda o desenho da economia mundial, lançando os países numa fantástica corrida pelo desenvolvimento científico e pelo progresso material.

Mas essa realidade não era exclusividade do Brasil, uma vez que na Espanha, por exemplo, no período da idade média, a criança era vista como propriedade privada dos pais e se assemelhava a outras propriedades existentes, por esta razão, era comum a ocorrência de maus tratos, negligência e até a morte de crianças sob custódia dos próprios pais. Assim, sob a suposta alegação de preocupação com os cuidados dos filhos, a maneira mais conveniente encontrada era

---

[82] MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri-SP: Manole, 2003. p. 29.

[83] REZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2011. p. 22.

[84] DOURADO. Ana Cristina Dubeux. **História da infância e direitos da criança**. Salto para o futuro. ano XIX. n. 10. Setembro, 2009.

dar os filhos em adoção à terceiros, como um servo ou, colocá-lo num convento como uma criança enjeitada.[85]

Neste contexto, assinalam Boyer e Domingos[86]:

> Si partimos de la Edad Media, observamos cómo el niño era considerado como una propiedad de los padres y susceptible de un tratamiento similar a otras propiedades privadas. Por ello, las conductas de desatención, maltrato, explotación y muerte de los pequeños ocurrían con mucha frecuencia.[87]

Em Portugal, da mesma forma, até final do século XIX a criança não era uma preocupação jurídico-social e socioeducativa, pois dava-se atenção apenas às questões da marginalidade infantojuvenil que perturbava a paz dos adultos. “Só no início do século XX se promulga um direito tutelar de menores, com medidas educativas, tutelares e de tratamento médico-pedagógico em internato ou semi-internato, que fez atenuar os índices de criminalidade [...]”, porém, crianças de famílias pobres não recebiam o mesmo tratamento e eram lançadas à mediocridade, a pobreza e ao trabalho infantil pelos próprios familiares, situação que perdurou por décadas.[88]

Para Colin Heywood[89] professor de história moderna da França, “A ‘descoberta’ da Infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, ‘uma espécie de quarentena’, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos”

---

[85] BOYER, Pedro Castón; DOMINGO, José Ocón. **Historia y sociología de la adopción en espana.** Revista Internacional de Sociologia (RIS). v. 60 Num 33 (2002). p. 176. Disponível em http://revintsociologia.revistas.csic.es. Acesso em 29 dez. 2022.

[86] BOYER, Pedro Castón; DOMINGO, José Ocón. **Historia y sociología de la adopción en espana.** Revista Internacional de Sociologia (RIS). 2002. p. 176.

[87] Se partirmos da Idade Média, observaremos como a criança era considerada como propriedade dos pais e suscetível de tratamento semelhante a outras propriedades privadas. Portanto, comportamentos de negligência, maus-tratos, exploração e morte de crianças ocorreram com muita frequência. (Trad. Livre)

[88] MARTINS, Ernesto Candeias. **A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX.** Instituto Politécnico de Castelo Branco. 2006. p. 97. PDF. Disponível em https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/907. Acesso em 30 dez. 2022.

[89] HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da idade média á época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 23.

E continua Heywood[90]

> Não se tem notícia de camponeses ou artesãos registrando suas histórias de vida durante a Idade média, e mesmo os relatos dos nobres de nascimento ou dos devotos não costumavam demonstrar muito interesse pelos primeiros anos de vida (...). De forma semelhante, durante o período moderno na Inglaterra, as crianças estiveram bastante ausentes na literatura, fossem o drama elizabetano ou os grandes romances do século XVIII. A criança era, no máximo, uma figura marginal em um mundo adulto.

No Brasil, não foi diferente, somente a partir do século XIX que a criança passou a receber tratamento diferenciado na questão assistencial, por parte do Estado, especialmente as crianças em estado de abandono. No ano de 1964, durante o regime militar, surge a primeira política governamental voltada ao amparo à criança carente, através da Lei n. 4.513[91], denominada Política Nacional do Bem-Estar Social do Menor.

Naquele ano, vários Estados instalaram as FEBEM's (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) as quais tinham como objetivo cuidar das crianças carentes, órfãs, delinquentes e abandonadas por seus familiares que eram encaminhadas pelos Juizados. As crianças permaneciam nestas instituições até que fossem adotadas[92]. "Os rostos de crianças negras são os mais frequentes nas imagens mostradas sobre a FEBEM"[93].

---

[90] HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade média á época contemporânea no ocidente. 2004. p. 10.

[91] BRASIL. **Lei 4.513 de 1º de dezembro de 1964**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4513.htm. Acesso em 4 abr. 2022.

[92] NETO, João Clemente de Souza. **Apontamentos históricos sobre a criança e o adolescente em são paulo**. Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura, ano 3/4, p. 183. Disponível em https://tinyurl.com/2n5brru5 Acesso em 4 abr. 2022.

[93] PRIORE. Mary Del. **Infâncias, adolescências e famílias**: a criança negra no brasil. cap. 14. Scielo Books. Disponível em https://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-16.pdf . Acesso em 4 abr. 2022.

Sobre a institucionalização de crianças e adolescentes, Machado[94] acrescenta:

> [...] não apenas no Brasil, mas também em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, houve uma política pública direcionada para a institucionalização das crianças marginalizadas da fruição das riquezas socialmente construídas, sob a justificativa de que estariam mais bem assistidas nas casas de recolhimento do que no seio de suas famílias pobres, ou institucionalizadas em decorrência da confusão conceitual que levou à identificação jurídica da criança carente com o adolescente autor de crime, criando-se a noção jurídica de infância desviante (ou, no nosso ordenamento anterior, menor em situação irregular),

Em 1924, é aprovada em Genebra[95], a primeira Declaração dos Direitos da Criança, a qual foi considerada, por muitos como "um evento importante na história do humanitarismo e direitos humanos, pois implicou que as crianças, pela primeira vez, ganhassem a atenção dos mais altos círculos da política internacional".[96] Este documento foi elaborado pela organização não governamental *Save the Children* e apresentava tímidos quatro itens:

> 1. A criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente;
>
> 2. A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos;
>
> 3. A criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração;

---

[94] MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri, SP : Manole, 2003. p. 154.

[95] UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Declaração de genebra de 26 de setembro de 1924**. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/22021/file/Declaracao-de-Genebra-1924.pdf. Acesso 4 abr. 2023.

[96] FERNANDES, Maria Nilvane; COSTA, Ricardo Peres da. **A Declaração dos direitos da criança de 1924, a liga das nações, o modelo tutelar e o movimento save the children**: o nascimento do menorismo. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCSVol. 13Nº 25, Edição Especial de 202. Disponível em https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11887/8619. Acesso em 23 jul. 2023.

> 4. A criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos.

Para Cavalcanti[97] a Declaração de Genebra, que nasceu após o final da I Guerra Mundial, não surtiu o efeito almejado porque não foi objeto de profundo debate filosófico acerca das reais necessidades das crianças "[...] "Sua origem, aliás, pode ser vista quase que como incidental: partiu de um gesto humanitário praticado em resposta aos horrores da guerra". [...] "O resultado é que o documento não é fruto da reflexão acerca de *o que é a criança*, mas uma tentativa de resposta sobre *o que se deve fazer com ela*".[98]

Pelo texto contido na Declaração de Genebra é possível observar que a criança é retratada como um indivíduo carecedor de preocupação ao invés de ser tratada como um sujeito de direitos. O principal foco da declaração, sem dúvida, foi criar uma espécie de princípio norteador para as entidades que trabalhavam para o bem-estar social da criança, dando aos adultos o total controle sobre o destino dos menores.[99]

Pode-se observar, de maneira cristalina, que as conquistas até hoje alcançadas para a infância, são consequências das inúmeras transformações que a sociedade enfrentou ao longo dos séculos e, para Amin[100], "As diversas discussões acerca da proteção aos interesses da infância, levaram à construção de uma Doutrina do Direito do Menor, fundada no binômio carência/delinquência. Era a fase da criminalização da infância pobre".

---

97 BARBOSA, Joana Bezerra Cavalcanti. **Influência e aplicabilidade das normas de direito internacional na realidade dos jovens em conflito com a lei**.(Dissertação, Direito). Brasília, DF: Centro Universitário de Brasília, 2008. p. 25-26. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp073021.pdf >. Acesso em: 23 jul. 2023.

98 Citação em itálico na obra pesquisada.

99 BARBOSA, Joana Bezerra Cavalcanti. **Influência e aplicabilidade das normas de direito internacional na realidade dos jovens em conflito com a lei**.

100 AMIN, Andréa Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente** In: Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 4 ed. rev. atual. conf. lei 12.010/2009. Coord. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010, p. 6.

Em 1926 foi publicado o Decreto n. 5.083[101], primeiro Código de Menores do Brasil destinado à proteção das crianças expostas e menores abandonados, cujo documento veio a ser substituído em 12 de outubro de 1927 pelo Decreto 17.943-A que determinava ao juiz de menores o dever de decidir o destino dos menores[102].

Segundo Leite[103], "O Código de Menores de 1927 tinha forte caráter assistencialista, protecionista e controlador, consistindo num verdadeiro mecanismo de intervenção sobre a população pobre".

Acerca desta concentração de poder nas mãos dos juízes, assinalam Rizzini e Pilotti[104] que:

> A concentração de praticamente todo o poder de decisão sobre os destinos dos menores (irregulares) nas mãos dos juízes teve vida curta, por ter se concretizado já no final do governo militar. As formas não garantidas dos direitos (sobretudo de defesa) do indivíduo, consideradas arbitrárias e inaceitáveis fora de um regime ditatorial, não sobreviveram à abertura política dos anos 1980.

O Código de Menores adotou expressamente a doutrina da situação irregular, colocando os menores em proteção quando estiverem em estado de patologia social, entendendo-se esta como a privação à subsistência, saúde e instrução ou no caso de ocorrer exploração ou maus tratos provocados pela omissão dos pais.[105]

Na vigência do Código de Menores, era possível observar uma clara distinção na forma como eram tratadas as crianças e adolescentes. O filho de família

---

[101] BRASIL. **Decreto n. 5.083 de 1º de dezembro de 1926**. Institui o Código de Menores.

[102] AMIN, Andréa Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente**, 2010, p. 6

[103] LEITE, Carla de Carvalho. **Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas.** Rev. Ministério Público (23). Rio de Janeiro, 2003. p. 94. Disponível em https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla_Carvalho_Leite.pdf. Acesso em 6 out. 2022.

[104] RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 28.

[105] FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no brasil**. In RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 70.

tradicional e com recursos financeiros era chamado de “criança”, já aquele nascido de família pobre, era tratado como “menor”, este último beneficiário da assistência do Poder Público e considerado em “situação irregular”.[106]

A partir de 1980 a luta pela garantia de direitos a infância foi tomando novos contornos, contudo, somente com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é que inúmeros avanços para os direitos sociais e de proteção à infância foram conquistados.

Rezzini e Pilotti[107] destacam que:

> Um novo quadro se esboçou na década de 1980. A noção de irregularidade começou a ser duramente questionada na medida em que as informações sobre a problemática da infância e da adolescência passaram a se produzir e a circular com maior intensidade.

Segundo Zapater[108] em 1989, nova conquista aos direitos da criança foi alcançada:

> A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989, é o primeiro documento internacional de força vinculante (ou seja, que obriga juridicamente os Estados-partes a adotarem seus dispositivos e aplicá-los à sua ordem jurídica doméstica) a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de Direito e a afirmar seus direitos como dimensão dos Direitos Humanos.

De todo esse movimento, resultou, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que revogou o Código de Menores de 1979, e apresentou um novo paradigma de proteção à infância, com detalhamento dos direitos da criança e do adolescente o que será abordado no item a seguir.

---

[106] LEITE, Carla de Carvalho. **Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas**, 2003. p. 97.

[107] RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil, 2011. p. 28.

[108] ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 66.

1.2 DOUTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL E PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE

A Doutrina da Proteção Integral foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro através do artigo 227[109] da Constituição Federal de 1988[110], que declarou expressamente ser dever da família assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Cury, de Paula e Marçura[111] explicam:

> A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento.

Oportuno destacar que a doutrina de proteção integral para crianças e adolescentes foi construída no Brasil no auge das mobilizações populares que puseram fim ao regime da ditadura militar e idealizou a Assembleia Nacional Constituinte.[112]

Amin[113] explica:

---

[109] **Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[110] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**.

[111] CURY, Munir; PAULA, Paulo Afonso Garrido de; MARÇURA, Jurandir Norberto. **Estatuto da criança e do adolescente anotado**. 3ª ed., rev. E atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 21.

[112] MACHADO, Marthe Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri-SP: Manole, 2003. p. 55.

[113] AMIN. Andrea Rodrigues. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: Aspectos Teóricos. Coord. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. 14. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. p. 22.

> A intensa mobilização de organizações populares nacionais e de atores da área da infância e juventude, acrescida da pressão de organismos internacionais, como o Unicef, foi essencial para que o legislador constituinte se tornasse sensível a uma causa já reconhecida como primordial em diversos documentos internacionais, como a Declaração de Genebra, de 1924; a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (Paris, 1948); a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959; a Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 1969) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras Mínimas de Beijing (Resolução n. 40/33 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1985). A nova ordem rompeu, assim, com o já consolidado modelo da situação irregular e adotou a doutrina da proteção integral.

Este cenário de mobilizações sociais teve como um dos principais atores o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que organizou o. "1º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em 1984, cujo objetivo era discutir e sensibilizar a sociedade para a questão das crianças e adolescentes rotulados como menores abandonados ou meninos de rua". Esteve movimento foi muito importante na conquista de direitos ligados à infância inseridos na Constituição Federal de 1988.[114]

Segundo Pereira[115], "a Comissão Nacional Criança e Constituinte conseguiu reunir 1.200.000 assinaturas para sua emenda e promoveu intenso lobby entre os parlamentares pela inclusão dos direitos infantojuvenis na nova Carta".

Todo esse movimento garantiu que fosse inserido no texto da Constituição Federal de 1988, em seus artigos 227 e 228[116] os direitos e garantias de proteção à criança e adolescente, colocando o Brasil como um dos países mais avançados na proteção integral à infância.

---

[114] AMIN. Andrea Rodrigues. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: Aspectos Teóricos, 2022. p. 22.

[115] PEREIRA, Almir Rogério. **Visualizando a política de atendimento**. Rio de Janeiro: Kroart, 1998. p. 33.

[116] **Art. 228**. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Assim, a doutrina de proteção integral representou um grande avanço em termos de proteção aos direitos fundamentais, uma vez que crianças e adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direitos e não mais como meros delinquentes e abandonados que deveriam ser objeto de cuidado por parte do Estado.

Para Leite[117] a doutrina da proteção integral, “rompeu de vez os paradigmas que lhe antecederam: da *"situação irregular",* do *"assistencialismo",* da *"estatalidade"* e *"centralização"* das ações e das *"funções anômalas"* do Poder Judiciário”.[118]

O princípio da proteção integral coloca a criança como sujeito de direitos, a quem se deve prestar o devido atendimento independentemente de eventual situação de risco ou conflito com a lei. [119]

Sobre a garantia de direitos à infância, consagrados pela Constituição Federal de 1988, destaca Amin[120] as seguintes lições:

> Coroando a revolução constitucional que colocou o Brasil no seleto rol das nações mais avançadas na defesa dos interesses infanto-juvenis, para as quais as crianças e jovens são sujeitos de direito, titulares de direitos fundamentais, foi adotado o sistema garantista da doutrina da proteção integral.

A Constituição Federal de 1988, através dos artigos 227 e 228, sem dúvida, instituiu um sistema especial de proteção aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, entendendo-os como seres em fase de desenvolvimento e, portanto, com maior vulnerabilidade, merecendo especial proteção do Estado, a fim de garantir que a dignidade dessas crianças seja respeitada[121].

A Constituição, portanto, assegurou às crianças e adolescentes com absoluta prioridade, direitos fundamentais que outrora não eram reconhecidos, tendo

---

[117] LEITE, Carla de Carvalho. **Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas**, 2003. p. 100.

[118] Citação em itálico na obra pesquisada.

[119] ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**, 2019. p. 71.

[120] AMIN, Andréa Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente**, 2010, p. 9

[121] MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri, SP : Manole, 2003. p. 405.

afastado a ideia de proteção apenas aos menores em situação irregular, numa verdadeira mudança de paradigma em relação à comunidade infantojuvenil.

A Procuradora de Justiça e Professor Maria Regina Fay de Azambuja[122] acrescenta que:

> Sob a influência dos princípios que integram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o art. 227 da Carta de 1988 insere, no ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da Doutrina da Proteção Integral, assegurando às crianças e aos adolescentes a condição de sujeitos de direitos, de pessoas em desenvolvimento e de prioridade absoluta. Inverteu-se, desde então, o foco da prioridade. No sistema jurídico anterior, privilegiava-se o interesse do adulto. Com a Nova Carta, o interesse a ser preservado, em primeiro plano, passa a ser o da criança.

Em que pese a Constituição Federal de 1988 representar grandes avanços na proteção de direitos para a infância e juventude no Brasil, foi através do Estatuto da Criança e do Adolescente que houve a valorização da doutrina de proteção integral.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/1990), "é reconhecido internacionalmente como um dos mais avançados Diplomas Legais dedicados à garantia dos direitos da população infanto-juvenil".[123]

Evangelista[124], destaca a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente na proteção integral dos direitos da infância:

> O Estatuto é um marco na proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Ao mesmo tempo, ao longo destas três décadas, tem sido também bastante criticado e mal compreendido. Ele entra em vigor em 1990, mas é gestado na década

[122] AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Breve revisão da adoção sob a perspectiva da doutrina da proteção integral e do novo código civil**. Disponível em https://www.tjrs.jus.br/novo/centro-de-estudos/wp-content/uploads/sites/10/2021/04/Adocao.pdf .Acesso em 6 out. 2022.

[123] DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. 7 ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017. p. 1. Disponível em https://femparpr.org.br/site/wp-content/uploads/2017/07/Livro-ECA.pdf. Acesso em 6 out. 2022.

[124] EVANGELISTA. Fernando. **30 anos do ECA:** Brasil quebra paradigma e adota a doutrina da proteção integral. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. 2020. Disponível em https://tinyurl.com/45w5p3p3. Acesso em 4 abr. 2022.

> de 80, com o início da redemocratização. É a época em que os movimentos sociais se organizam, voltam às ruas e se fazem ouvir. Na linha de frente, estão o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), a Pastoral do Menor, magistrados, promotores, servidores da extinta Funabem, entre outros*. Esta mobilização coincide com um momento crucial da história do país: a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. É neste contexto que ocorrem duas importantes vitórias. A primeira é a inclusão do artigo 227 na nova Constituição, o qual estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) adotou expressamente em seu artigo 1º a doutrina de proteção integral à criança, colocando-a na condição de cidadã e com plenas garantias de efetivação dos seus direitos, especialmente através da criação dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, cujas políticas foram descentralizadas para os municípios. O ECA criou, também, uma política especial de atendimento às crianças e adolescentes, possibilitando acesso digno à justiça e às políticas sociais[125].

O ECA trouxe novos parâmetros no atendimento às crianças e adolescentes, de modo que o velho modelo adotado anteriormente restou superado, exigindo do Poder Público novas políticas de atendimento.[126]

O Estatuto da Criança e do Adolescente é orientado a partir de três grandes princípios: a) princípio da prioridade absoluta; b) princípio do melhor interesse; c) princípio da municipalização.[127]

O princípio da prioridade absoluta está fundamento no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que em qualquer situação que a criança e o adolescente se encontrem, deve ser garantido, com prioridade a preservação dos seus interesses, inclusive por parte do Poder Público.

---

[125] FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no brasil**. 2011. p. 81.

[126] BRITO, Leila Maria Torraca de. **Liberdade assistida no horizonte da doutrina de proteção integral.** 2007. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200003 Acesso em 6 out. 2022.

[127] AMIN, Andréa Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente**, 2010, p. 19.

Para Zapater[128] o princípio da prioridade absoluta:

> É um dos princípios informadores do Direito da Criança e do Adolescente, como reflexo do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e com âmbito reduzido de autonomia e ingerência de si próprio, que justifica a preferência a ser dada ao exercício de seus direitos.

O princípio do melhor interesse, embora não expressamente destacado, está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 3º e 4°:

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando sê-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
>
> Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.
>
> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

Em que pese o princípio do melhor interesse da Criança e do Adolescente não se encontrar expressamente destacado, nem no Estatuto da Criança e do Adolescente e nem na Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que este princípio decorre da interpretação coerente de todo o sistema de proteção dos direitos

[128] ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**, 2019. p. 72.

das crianças e adolescentes, assim como da previsão clara contida nos artigos 3º e 4º do ECA[129].

Nas declarações de Zapater[130]:

> Trata-se de conferir à criança e ao adolescente o direito à voz, adotando-se abordagens participativas, a exemplo do texto do Marco Legal da Primeira Infância, que em seu art. 4o consagra o interesse superior da criança, determinando que seja atendido por abordagem participativa.

Sob a ótica civil e jurídica Tartuce[131] acrescenta:

> Na ótica civil, essa proteção integral pode ser percebida pelo princípio de melhor ou maior interesse da criança, ou *best interest of the child*, conforme reconhecido pela Convenção Internacional de Haia, que trata da proteção dos interesses das crianças. O CC/2002, nos seus arts. 1.583 e 1.584, acaba por reconhecer tal princípio, ao regular a guarda durante o poder familiar. Esses dois dispositivos foram substancialmente alterados, inicialmente, pela Lei 11.698, de 13 de junho de 2008, que passou a determinar como regra a guarda compartilhada, a prevalecer sobre a guarda unilateral, aquela em que um genitor detém a guarda e o outro tem a regulamentação de vistas em seu favor. Ampliou-se o sistema de proteção anterior, visando atender ao melhor interesse da criança e do adolescente na fixação da guarda, o que era reconhecido pelos Enunciados ns. 101 e 102 do CJF/STJ, aprovados na I Jornada de Direito Civil.

Portanto, o princípio do melhor interesse tem como objetivo, determinar a primazia das necessidades das crianças e dos adolescentes e a preferência na efetivação dos seus direitos, assim como, na elaboração de políticas públicas de atendimento à infância e igualmente na política orçamentária que deverá dar prioridade à população pueril.[132]

---

[129] ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**, 2019. p. 73.

[130] ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**, 2019. p. 74.

[131] TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: direito de família. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 28.

[132] TAVARES, José de Farias. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 13.

O terceiro princípio que rege a proteção integral à infância é o princípio da municipalização, o qual prevê que as políticas de atendimento à população infanto-juvenil deverão ser, preferencialmente, atribuídas aos municípios, sob o fundamento de que devem ser observadas as demandas específicas de cada região, de modo que os programas de atendimento sejam acessíveis à todos[133].

O Princípio da Municipalização encontra-se expresso no artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente que prevê: “São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento; [...]”[134] e está diretamente ligado às políticas assistenciais direcionadas à criança e ao adolescente.

Desta forma, caberá aos municípios a criação e a fiscalização de políticas direcionadas à infância, colocando à disposição de todos os cidadãos, através dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente os programas com abrangência social.

1.3 CONCEITO E CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A ADOÇÃO NO BRASIL

O conceito de adoção não tem apresentado muita divergência entre os doutrinadores familiaristas, reconhecendo-se, como um instituto que possibilita, especialmente aos casais que não podem ter filhos biológicos, realizar o desejo da paternidade/maternidade, trazendo para dentro do seu organismo familiar, pessoa estranha àquela relação.

Há, contudo, que se ressaltar, que embora grande parte da doutrina reconheça que a adoção está mais direcionada aos casais que não podem ter filhos biológicos, a lei não faz essa distinção, de modo que qualquer pessoa, uma vez que preencha os requisitos, pode ser adotante.

Farias e Rosenvald[135] inclusive fazem uma crítica acerca da adoção como remédio, destacando que: “Desaparece, pois, a falsa ideia da adoção como um

---

[133] ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**, 2019. pp. 74-75.

[134] BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990.

[135] FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 2016. p. 967.

remédio destinado a dar um filho para quem, biologicamente, não conseguiu procriar. Não se trata de uma solução para a esterilidade ou para a solidão."

Riede e Sartori [136], acrescentam que:

> A adoção, como hoje é entendida, não consiste em ter pena de uma criança, ou resolver a situação de casais em conflito, remédio para a esterilidade, ou, ainda, conforto para a solidão, mas sim atender às reais necessidades da criança, dando-lhe uma família onde se sinta acolhida, protegida, segura e amada.

Para Dias[137], "A adoção consagra a paternidade socioafetiva, baseando-se não em fator biológico, mas em fator sociológico. A verdadeira paternidade funda-se no desejo de amar e ser amado".

O ato de adotar é, sem dúvida, um ato de amor que transcende de qualquer explicação científica, pois trata-se de um sentimento que brota tanto no coração do adotante quanto no do adotado muito antes dos efeitos legais produzidos pela sentença judicial que reconhece a filiação socioafetiva[138].

Azambuja[139] traz importante reflexão acerca do ato de amor que é a adoção:

> A adoção de uma criança ou adolescente, mais do que uma questão jurídica, constitui-se em uma postura diante da vida, em uma opção, uma escolha, um ato de amor, que tem sua raiz no desejo, na vontade, envolvendo não só uma pessoa, mas, no mínimo, um grupo de pessoas ou grupos familiares. Sentimentos variados afloram em seus protagonistas. Sentimentos de rejeição, de perda, de dor, de alegria, de expectativa, de vida e de esperança.

---

[136] RIEDE, Jane Elisabete; SARTORI, Giana Lisa Zanardo. **adoção e os fatores de risco:** do afeto à devolução das crianças e adolescentes. PERSPECTIVA, Erechim. v.37, n.138, p.143-154, junho/2013. p. 145-146. Disponível em https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_354.pdf. Acesso em 23 jul. 2023.

[137] DIAS, Maria Berenice. **Manual do direito das famílias**. 14 ed. rev. amp. atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021, p. 329.

[138]SANTOS, Ozéias J. **Adoção:** Novas regras da adoção no estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Syslook, 2011, p. 25.

[139] AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Breve revisão da adoção sob a perspectiva da doutrina da proteção integral e do novo código civil**. Disponível em https://www.tjrs.jus.br/novo/centro-de-estudos/wp-content/uploads/sites/10/2021/04/Adocao.pdf .Acesso em 6 out. 2022.

Numa tentativa conceitual Dias[140], explica a adoção como: “[...] ato jurídico em sentido estrito, cuja eficácia está condicionada à chancela judicial. A adoção cria um vínculo fictício de paternidade-maternidade-filiação entre pessoas estranhas, análogo ao que resulta da filiação biológica”.

Rizzardo[141] leciona que a adoção “Em termos singelos, nada mais, além do ato civil, representa essa figura, pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho. Em última análise, corresponde à aquisição de um filho através de ato judicial de nomeação”.

Na mesma linha, Santos[142], define adoção como:

> [...] um ato jurídico solene sobre o qual observados os requisitos legais, independentemente de qualquer relação jurídica de parentesco (consanguíneo) ou por afinidade, alguém estabelece um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que geralmente lhe é estranha.

Para o direito português o conceito de adoção, segundo Silva[143] está ligado à ideia de um “processo legal que visa conferir uma família, com caráter definitivo, a crianças que, por qualquer motivo, não a possuem”.

No passado, em muitos países a adoção era vinculada ao assistencialismo. Na Argentina, por exemplo, durante o período do século XIX, a adoção era direcionada a crianças órfãs e abandonadas, assim, a ideia de colocação de menores em uma família substituta tinha como função transformá-los em filhos e,

---

[140] DIAS, Maria Berenice. **Manual do direito das famílias**. 14 ed. rev. amp. atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021, p. 329.

[141] RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos de Família**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. p. 471.

[142] SANTOS, Ozéias J. **Adoção:** Novas regras da adoção no estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Syslook, 2011, p. 15.

[143] SILVA, Catarina Andreia Ferreira. **Adoção em Portugal**: uma análise dos principais aspetos jurídicos. Repositório das Universidades Lusíada. 2020. Disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/6196/1/FD_Catarina_Silva-dissert.pdf. Acesso em 29 dez. 2022.

também, orientá-los ao serviço doméstico. Tratava-se, na época, de um instituto filantrópico que possibilitava dar filhos a quem não podia tê-los.[144]

A mais apropriada definição do instituto da adoção apresentada, sem dúvida, foi Caio Mario da Silva Pereira[145] o qual consagrou que “A Adoção é, pois, o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim”.

Não se trata, portanto, de um contrato, mas uma relação que é estabelecida entre duas ou mais pessoas de filiação legal, criando-se a partir de um ato jurídico (sentença) o laço do parentesco civil de paternidade/maternidade e de filiação.[146]

É certo que, segundo Dias[147] “o instituto da adoção é um dos mais antigos que se tem notícia. Afinal, sempre existiram filhos cujos pais não querem ou não podem assumir”, assim como a história nos mostra, que sempre existiram crianças desamparadas e afastadas da convivência familiar, seja por abuso, negligência nos cuidados ou maus-tratos.

A prática da adoção teve sua primeira referência no Código de Hamurabi em seus artigos 185 a 193, contudo, o código não ditava a forma como deveriam ser constituídos os vínculos entre adotante e adotado e admitia a sua dissolução caso o adotante tivesse interesse na devolução do adotado.[148]

O Código de Hamurabi[149], em seu artigo 186, destacava a possibilidade de a criança adotada ser devolvida aos pais biológicos, ao disciplinar que “se um

---

[144] OTERO, Maria Federica. **Os processos de adoção de crianças e adolescentes**: Desafios para uma adequada integração familiar adotiva (Conjunciones nº 49) (Edição em espanhol) (p. 15). Noveduc. Edição Kindle.

[145] PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 28 ed. rev. atual por Tania da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense. 2020. p. 468. Edição do Kindle

[146] RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos de Família**, 2019. p. 471.

[147] DIAS, Maria Berenice. **Manual do direito das famílias**, 2021, p. 328.

[148] CÓDIGO DE HAMURABI: **Código de manu (livro oitavo e nono)**. 3 ed. Supervisão edit. Jair Lot Vieira. São Paulo: EDIPRO. 2011. p. 30.

[149] CÓDIGO DE HAMURABI: **Código de manu (livro oitavo e nono)**. 3 ed. Supervisão edit. Jair Lot Vieira. São Paulo: EDIPRO. 2011. p. 30.

homem adotou uma criança e, depois que a adotou, ela continuou a reclamar por seu pai ou sua mãe, essa criança adotada deverá voltar à casa de seus pais".

Para Thomé[150], "Segundo as Leis de Manu, a adoção seria possível entre um homem e um rapaz da mesma classe, desde que o adotado tivesse conhecimento das cerimônias religiosas praticadas pelo adotante, o que ressalta o caráter religioso do vínculo adotivo".

A adoção, no passado, não tinha como finalidade estabelecer laços de socioafetividade, mas de perpetuar o culto doméstico dos antepassados mantendo a continuidade da religião e assegurar a existência de herdeiros às famílias, tanto que, apenas casais sem filhos podiam adotar.[151]

Neste ponto, Rizzardo[152], destaca que a adoção encontra sua origem "em épocas anteriores ao direito romano, com a finalidade de perpetuar o culto dos antepassados. Assim era entre os egípcios e os hebreus".

Fustel de Coulanges[153] é quem bem descreve a origem da adoção como forma de perpetuação do culto doméstico, ao relatar que "a necessidade de perpetuar o culto doméstico foi o princípio do direito de adoção entre os antigos" uma vez que a adoção era vista como um dos últimos recursos para o homem escapar da desgraça de ver a extinção da sua família.

Acrescenta ainda Coulanges[154] que:

> A adoção era, pois, zelar pela continuidade da religião doméstica, pela salvação do lar, pela continuidade das oferendas fúnebres, pelo repouso dos manes dos antepassados. A adoção justificava-se apenas pela necessidade de prevenir a extinção de um culto, e só se permitia a quem não tinha filhos.

---

[150] THOME Majoí Coquemalla. **Retomada histórica da adoção e sua (ir)revogabilidade.** Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). 2019. Disponível em https://ibdfam.org.br/artigos/1322/Retomada+histórica+da+adoção+e+sua+%28ir%29revogabilidade. Acesso em 23 jul. 2023.

[151] COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 58

[152] RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos de Família**, 2019. p. 472.

[153] COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. 2006. p. 58.

[154] COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**, 2006. p. 58-59.

Na Bíblia Sagrada, também há relatos de adoção que demonstram a antiguidade do instituto, Moisés, por exemplo, segundo o texto sagrado, foi encontrado em um cesto no Rio Nilo e adotado pela filha do faraó[155] se a história é verdadeira ou não, não se sabe, mas é certo que a história da adoção revela que há muito, mães doavam seus filhos quando não possuíam meios para mantê-los.[156]

Como visto, nos povos orientais a adoção desempenhou relevante papel social e político, porém, foi no direito romano que o instituto foi disciplinado, em que pese, ter caído em desuso durante a idade média em razão da forte influência do cristianismo, que privilegiava as famílias oriundas do casamento, situação que perdurou até a entrada em vigor do Código de Napoleão em 1804. [157]

O Código Civil de Napoleão Bonaparte exerceu forte domínio em vários territórios europeus, especialmente os que estavam sob domínio francês, como a Bélgica, Luxemburgo, territórios alemães localizados à oeste do rio Reno, o Palatinado, a Prússia Renânia, Hesse-Darmstadt, Genebra, Savoia, os Ducados de Parma, Plaisance, Blemont e o Principado de Mônaco. O Código de Napoleão foi aplicado nestes territórios por muitos anos e influenciou a criação de novas legislações à medida que estes países foram criando sua soberania.[158]

O Código Civil de Napoleão, em sua versão original, só admitida a adoção dos maiores de idade, passando a reconhecer a adoção de menores apenas com sua reforma ocorrida em 1923. Segundo Josiane Rose Petry Veronese e João Felipe Corrêa Petry[159], foi em 1939, que ocorreu uma profunda reforma “com a criação do instituto da “legitimação adotiva”, dando tal modificação nova redação ao art. 343,

---

[155]BÍBLIA. Português. Bibliaon. **Êxodo 2:1-10**. Disponível em https://www.bibliaon.com/exodo_2/ Acesso em 5 abr. 2022.

[156] DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto**: questões jurídicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 63.

[157] GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** direito de família. 2017. p. 490..

[158] FACCHINI NETO, Eugênio. Code civil francês: gênese e difusão de um modelo. 2013. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496956/000983388.pdf. Acesso em 26 dez. 2022.

[159] VERONESE, Josiane Rose Petry; PETRY, João Felipe Corrêa. **Adoção internacional e Mercosul**: aspectos jurídicos e sociais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. p. 17.

do Código Civil Francês" ao disciplinar que a adoção deveria ser deferida apenas quando apresentasse vantagens para o adotado.

O processo de adoção em Portugal também se inspirou no Código Civil de Napoleão "acolhido e concretizado muito devido aos ideais e realizações pessoais de Napoleão Bonaparte, que ansiava formar um trono hereditário, porém não tinha nem estava convencido de que teria filhos".[160]

Com o objetivo de dar à criança adotada a condição de herdeira, Portugal regulamento a adoção apenas nas Ordenações Afonsinas e Manuelinas, mas foi com o Código Civil de 1966 que o instituto se consagrou, haja vista o elevado número de órfãos e de pais que perderam seus filhos na guerra.[161]

No Brasil, por sua vez, a história da adoção nos faz, também, retornar à antiguidade, mais precisamente no século XIX quando ainda em vigor a já mencionada Roda dos Expostos ou Roda dos Enjeitados, cilindro de madeira onde crianças recém-nascidas eram deixadas por suas mães biológicas para que instituições de caridade as criassem.

Moniz[162] descreve o início da roda dos expostos, dispositivo utilizado para que as famílias depositassem os filhos excedentários ou rejeitados:

> O *"Ospedale degli Innocenti"* de Florença é considerado como o primeiro hospital de expostos moderno: tinha um edifício próprio, monumental, cujo projecto foi confiado ao mais importante arquitecto da cidade Filippo Brunelleschi. Difere dos outros hospitais porque se constituiu exclusivamente como uma instituição dedicada a crianças abandonadas com instalações próprias. [...] Fundado em 1410, abriu

[160] SILVA, Catarina Andreia Ferreira. **Adoção em Portugal**: uma análise dos principais aspetos jurídicos. Repositório das Universidades Lusíada. 2020. Disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/6196/1/FD_Catarina_Silva-dissert.pdf. Acesso em 29 dez. 2022.

[161] SILVA, Catarina Andreia Ferreira. **Adoção em Portugal**: uma análise dos principais aspetos jurídicos. Repositório das Universidades Lusíada. 2020.

[162] MONIZ, Ana Rita Botelho. **O Abandono de crianças na roda dos expostos da santa sasa da misericórdia de lisboa no século XVIII e XIX.** Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal) ProQuest Dissertations Publishing, 2007. Disponível em https://www.proquest.com/openview/359ad7eeaf0a2a0d8593dec515cd842d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em 20 jul. 2023.

> em 1445 e admitia uma média de 130 crianças por ano já nos meados do século XV.

A roda dos expostos, consistiu, portanto, num cilindro no qual eram depositadas as crianças enjeitadas. A roda era girada para o interior da Santa Casa da Misericórdia, sendo a criança imediatamente acolhida pela instituição, que permanecia responsável por ela durante o período de aleitamento, não se tendo informações exatas sobre o período que esta criança permanecia na instituição, sendo certo, no entanto, que ultrapassada a etapa do aleitamento, a criança era entregue para uma "família honesta" para que fosse criada até pelo menos os 7 anos de idade.[163]

Até o século XX a adoção não era regulamentada juridicamente e a sua prática ocorria apenas entre os casais sem filhos e com total anonimato em relação às mães biológicas. Nas instituições receptoras, onde se encontrava o cilindro de madeira, havia amas contratas para cuidar das crianças enjeitadas durante o período que antecedia a adoção. Nas Santas Casas de Misericórdia elegia-se um mordomo que era incumbido de localizar famílias interessados em adotar as crianças deixadas no cilindro.[164]

A institucionalização das crianças colocadas na roda, permitia o anonimato da identidade daquele ou daquela que abandonava, pois não se estabelecia qualquer contato com as pessoas que acolhiam a criança. Em grande parte dos casos, a roda dos expostos era utilizada para ocultar crianças que foram concebidas de amores ilícitos, cujos relacionamentos deveriam ser mantidos em sigilo absoluto e, também, visava evitar as ocorrências de infanticídios. Com o passar do tempo, a roda passou a receber, também, crianças oriundas de pessoas de classes mais populares que não possuíam condições financeiras para cria-las.[165]

---

[163] RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no brasil. 2011, p. 213-214.

[164] JORGE. Dilce Rizzo. **Histórico e aspectos legais da adoção no brasil**. Rev. brasil. Enfermagen. Abr-Jun. 1975. Disponível em https://www.scielo.br/j/reben/a/BgBrdzpHrV5X4NvD7yBVZwP/?lang=pt#. Acesso em 5 abr. 2022.

[165] ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 36.

Para Bordallo[166]:

> Havia a necessidade de ser preservada a identidade dos pais da criança que era objeto de um “mau passo”, da “lascívia” dos pais, considerados pecadores. Da mesma forma, a necessidade de se preservar a vida das crianças, que, pelo espírito cristão, não podiam ser responsabilizadas pelos pecados de seus pais.

Este modelo de institucionalização foi importado da Europa e foi mantido pelas Santas Casas de Misericórdia por quase três séculos, tendo sido criado no Brasil em razão do aumento nos casos de abandono de crianças em portas de igrejas, conventos e residências particulares, levando o Estado a tomar a decisão pela implantação da roda.[167]

Todavia, segundo Rizzini e Pilotti[168], a roda dos expostos não atingiu seu objetivo quanto à política de atendimento aos enjeitados:

> Um dos graves problemas das Rodas foi a alta mortalidade dos expostos nela acolhidos. Estatísticas coletadas por pesquisadores e diários de visitantes revelam números surpreendentes que levam ao questionamento não só da qualidade da assistência nelas prestada como do sistema Roda enquanto política de assistência. Ou seja, tratou-se de uma política perversa, no sentido de que seus resultados foram opostos aos objetivos propostos, pois os expostos recolhidos para que não morressem abandonados nas ruas acabavam aí morrendo.

A roda dos expostos, portanto, configura-se como um marco no abandono de crianças e do início das políticas assistenciais dedicadas ao público infantil. Foi, também, a partir da roda e da convivência afetiva das crianças com as famílias de criação que teve início o que hoje se reconhece como adoção.

---

[166] BORDALLO. Galdino Augusto Coelho. **Adoção**. In curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (coord.). 14 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. p. 149.

[167] BORDALLO. Galdino Augusto Coelho. **Adoção**, 2022. p. 21.

[168] RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no brasil. 2011, p. 215.

Naturalmente que, com o passar dos séculos o instituto da adoção passou por inúmeras transformações de ordem social e jurídica, deixando de ser uma opção assistencialista para dar lugar ao amor e ao afeto.

Maciel e Cruz[169] descrevem como longo o percurso do instituto da adoção até alcançar o entendimento de que os interesses da criança e do adolescente é que devem prevalecer sob qualquer outro:

> Foi um longo caminho até o atual entendimento jurídico e social da adoção desde os tempos da colônia, posto que os papéis da criança, da família e da mulher na sociedade se modificaram e as práticas da adoção acompanharam estas mudanças. A legislação sobre adoção foi se configurando e se modificando ao longo dos anos de acordo com as necessidades sociais, partindo desde o foco no interesse de continuidade e descendência de uma família sem filhos biológicos até a prioridade do melhor interesse da criança.

Otero[170], destaca que na Argentina o instituto da adoção também vem sofrendo um processo de transformação, entendendo-se as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

> [...] durante los últimos setenta años hemos transitado un camino de transformaciones iniciado en la convicción de entender a los chicos y chicas como objetos de tutela, hasta la comprensión y valoración de los infantes como sujetos plenos de derechos.[171]

Porém, para a mencionada autora, a grande conquista para as crianças e adolescentes veio com a tão esperada reforma do Código Civil em agosto de 2015

---

[169] MACIEL, Milena Ataíde; CRUZ, Fátima Maria Leite. **Do abandono de crianças à entrega para adoção: aspectos históricos e legais.** Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Unifafibe). ISSN 2318-5732. vol. 8, n. 3, 2020. p. 514. Disponível em https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:FJ9xJU3N9LcJ:scholar.google.com/+roda+dos+expostos+e+adoção+&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em 19 jul. 2023.

[170] OTERO, María Federica. L**os procesos de adopciones de niños, niñas y adolescentes**: Desafíos para una adecuada integración familiar adoptiva. Conjunciones nº 49. Spanish Edition. p. 16. Noveduc. 2020. Edição do Kindle.

[171] [...] nos últimos setenta anos percorremos um caminho de transformações iniciadas desde a convicção de compreender meninos e meninas como objetos de tutela, até a compreensão e valorização da criança como sujeito pleno de direitos. (Trad. Livre).

que trouxe grandes avanços para o instituto da adoção através do seu artigo 594 que assim dispõe: [172]

> Una institución jurídica que tiene por objeto proteger el derecho de niños, niñas y adolescentes a vivir y desarrollarse en una familia que le procure los cuidados tendientes a satisfacer sus necesidades afectivas y materiales, cuando estos no le pueden ser proporcionados por su familia de origen. La adopción se otorga solo por sentencia judicial y emplaza al adoptado en estado de hijo, conforme las disposiciones de este Código.[173]

Como se vê, o instituto da adoção sofreu alterações na maioria dos países, o que não foi diferente no Brasil, conforme demonstrado acima. Neste contexto, mostra-se relevante para a presente pesquisa, portanto, traçar as principiais conquistas legislativas do instituto da adoção, com o objetivo de se demonstrar que os interesses das crianças e adolescentes do Brasil vem sendo resguardados com absoluta prioridade.

1.4 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA ADOÇÃO NO BRASIL

Conforme já demonstrado nos estudos acima, somente após a virada do século XX é que o Estado passou a demonstrar preocupação em resguardar os interesses das crianças e sua inclusão ao ambiente familiar, resultando, por consequência, na criação de dispositivos legais atinentes à adoção, o que ocorreu através do Código Civil de 1916.

Pereira[174] leciona que:

> O Código Civil de 1916 deu nascimento a uma relação jurídica de parentesco meramente civil entre adotante e adotado, com a finalidade de proporcionar filiação a quem não a tivesse de seu próprio sangue. Estabelecia, como pressuposto, a ausência de filhos, legítimos ou legitimados, legitimados, mas a Lei nº 3.133, de 1957, dispensou-o.

---

[172] OTERO, María Federica. L**os procesos de adopciones de niños, niñas y adolescentes**: Desafíos para una adecuada integración familiar adoptiva. 2020. Edição do Kindle.

[173] Instituição legal que tem por finalidade proteger o direito da criança e do adolescente de viver e desenvolver-se em família que proporcione atendimento às suas necessidades afetivas e materiais, quando estas não puderem ser atendidas pela família de origem. A adoção só é concedida por decisão judicial e cita o adotado como filho, de acordo com o disposto neste Código.(Trad. Livre).

[174] PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**: direito de família. 2020, p. 468. Edição do Kindle.

> Requeria a adoção certo amadurecimento do adotante, para que mais tarde se não viesse a arrepender, suscitando conflitos psicológicos irreversíveis. Previa a lei que só o maior de 30 anos podia adotar. Sendo casado o adotante, somente podia fazê-lo depois de decorridos cinco anos após o matrimônio.

O Código Civil de 1916, portanto, regulamentou a adoção através dos artigos 368 a 378 dispostos no Título V (Relações de Parentesco), Livro I (Do Direito de Família), da parte especial.

Na sua versão inicial, o Código Civil de 1916 previa que a adoção somente poderia ocorrer se o adotante fosse maior de 50 (cinquenta) anos e desde que não tivesse filhos, a legislação fazia referência, ainda, à obrigatoriedade da adoção conjunta por marido e mulher, com a devida comprovação do casamento civil.[175]

Havia, neste período, visível preconceito em relação ao filho adotivo. A própria lei deixava claro em seus artigos 376 e 377 que a relação de parentesco se limitava ao adotante e adotado, portanto, não alcança os irmãos, tios e avós, assim como também deixava expresso que o filho adotivo não teria direito à herança se o adotante possuísse filhos legítimos. A adoção se concretizava por meio de escritura pública com registro em cartório[176].

O Instituto da Adoção foi regulamentado, todavia, a legislação deixava transparecer uma filosofia ultrapassada e de preconceito onde a criança ainda era colocada em situação de vulnerabilidade legal.

Weber[177] acrescenta que:

> As possibilidades de adoção constantes no Código Civil brasileiro assemelhavam-se àquelas ditadas pelo Código Napoleônico. Eram excessivamente rígidas e, consequentemente, isto dificultava o seu

[175] BRASIL. **Lei n. 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

[176] BRASIL. **Lei n. 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

[177] WEBER, Lidia Natália Dobrianskyj. **Pais e filhos por adoção no brasil**: características, expectativas e sentimentos. 8 reimp. Curitiba: Juruá, 2008. p. 51.

> uso social: somente podiam adotar os maiores de 50 anos, sem filhos legítimos ou legitimados.

A luta pela implantação de tribunais e juízes especializados no direito de crianças e adolescentes no Brasil iniciou em 1912, através de um projeto de lei apresentado pelo então deputado João Chaves, que tinha como seu principal discurso alinhar o Brasil aos movimentos internacionais de proteção à criança da época.[178]

Assim, sob forte influência externa, surgiu a doutrina de proteção ao direito do menor, que tinha como principal alicerce combater a carência e a delinquência infanto juvenil, mesmo que para isso o Estado devesse restringir as garantias da população menor.[179]

Amin[180], acrescenta que:

> Em um inevitável desenrolar dos fatos, em 1926 foi publicado o Decreto n. 5.083, primeiro Código de Menores' do Brasil, que cuidava dos infantes expostos, menores abandonados e menores delinquentes. Cerca de um ano depois, em 12 de outubro de 1927, veio a ser substituído pelo Decreto n. 17.943-A, mais conhecido como Código Mello Mattos. De acordo com a nova lei, caberia ao Juiz de Menores decidir o destino de crianças e adolescentes abandonados e delinquentes. A família, independentemente da situação econômica, tinha o dever de suprir adequadamente as necessidades básicas das crianças e dos jovens, de acordo com o modelo idealizado pelo Estado. Medidas assistenciais e preventivas foram previstas com o objetivo de minimizar a infância de rua.

O primeiro Código de Menores, apresentava uma estrutura de proteção aos menores em situação irregular, porém, não trouxe qualquer contribuição para o

---

[178] AMIN. Andrea Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente.** 2022, p. 21.

[179] AMIN. Andrea Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente.** 2022, p. 21.

[180] AMIN. Andrea Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente**. In curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (coord.). 14 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. p. 21.

instituto da adoção e tampouco para reduzir o número de crianças abandonadas no Brasil[181].

Após mais de 30 (trinta) anos, ainda que de forma tímida, o instituto da adoção recebeu atenção mais especial através da Lei 3.133/57[182] que atualizou alguns artigos do Código Civil de 1916.

Tepedino e Teixeira[183] fazem referência à Lei n. 3.133 de 8 de maio de 1957 que trouxe algumas modificações importantes para o instituto da adoção, como por exemplo a redução da idade do adotante para 30 anos e permitindo que a adoção ocorresse mesmo havendo filhos legítimos:

> Em 1957, a Lei 3.133 promoveu algumas modificações no regramento da adoção, estabelecendo a idade mínima de 30 anos para o adotante, além da exigência de que o casal que quisesse adotar contasse com pelo menos 5 anos de casamento. Estabeleceu a diferença de idade entre adotante e adotado em 16 anos, mantendo a necessidade, para a adoção, de consentimento do adotado ou de seu representante legal. A adoção era feita por meio de escritura pública e o parentesco resultante da adoção limitava-se ao adotante e ao adotado, salvo quanto aos impedimentos matrimoniais. Se o adotante tivesse filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção não acarretava direitos sucessórios.

Ainda nesta linha de conquistas legislativas, pode-se afirmar que a adoção recebeu um pouco mais de atenção através da Lei n. 4.655/65 que criou a legitimação adotiva e ampliou alguns direitos do adotado, entre eles a equiparação com os outros filhos do casal adotante e preocupação com o bem-estar do menor, que poderia então ser adotado se estivesse em situação de abandono com até 7 anos de idade, ou ainda, no caso de pais desconhecidos. A lei, no entanto, não estendeu os direitos aos adotados em caso de sucessão[184].

---

[181] WEBER, Lidia Natália Dobrianskyj. **Pais e filhos por adoção no brasil**: características, expectativas e sentimentos, 2008. p. 51.

[182] BRASIL. **Lei n. 3.133 de 8 de maio de 1957**. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil.

[183] TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do direito civil**: direito de família. 2. ed.Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 262.

[184] BRASIL. **Lei n. 4.655 de 2 de junho de 1965**. Dispõe sobre a legitimidade adotiva. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4655.htm. Acesso em 6 abr. 2022.

Porém, foi em 1979 que o instituto da adoção teve maior progresso, do ponto de vista legal, através da promulgação do Novo Código de Menores (Lei n. 6.697 de 10 de outubro de 1979), o qual revogou a Lei n. 4.655/65 e instituiu as modalidades de adoção simples, quando o menor se encontrava em situação irregular e a adoção plena pela qual o adotado se desligava completamente dos vínculos de parentesco com a família biológica. Através do Código de Menores de 1979, com a adoção plena o adotado passou a ter o direito de usar o sobrenome do adotante e ainda lhe possibilitou alterar o prenome.[185]

Maciel e Cruz[186] destacam a importância das modificações trazidas pela Lei 6.697/79:

> Somente em 1979 foi criada a primeira lei específica para crianças e adolescentes, a Lei no 6.697, que revogou expressamente a Lei no 4.655/65 e instituiu dois tipos de adoção: a adoção simples aplicável aos maiores de idade, e a adoção plena concernente às crianças menores de idade (BRASIL, 1979). A partir do Código de Menores, como era chamada a Lei no 6.697, a adoção deixou de ser um ato jurídico que privilegiava o interesse do adotante, por meio exclusivo de escritura públicas, para se tornar um ato de participação ativa do Estado, que preconizava a proteção e o bem-estar do adotado

O novo código de menores (Lei n. 6.697/79), trazia em seus 123 artigos a natureza jurídica do Código, e deixava muito claro o seu objetivo principal voltado à integração da criança e do adolescente ao núcleo sociofamiliar, ditando que, em qualquer situação, deveria prevalecer o direito do menor, fazendo especial distinção da criança e do adolescente em situação irregular que recebia previsão no Código Civil de 1916[187].

E, finalmente em 1988, após longos debates nacionais e internacionais acerca dos direitos da população infanto-juvenil, inclusive na Assembleia Geral da

---

[185] WEBER, Lidia Natália Dobrianskyj. **Pais e filhos por adoção no brasil**: características, expectativas e sentimentos, 2008. pp. 54-55

[186] MACIEL, Milena Ataíde; CRUZ, Fátima Maria Leite. **Do abandono de crianças à entrega para adoção:** aspectos históricos e legais. Revista direitos sociais e políticas públicas (unifafibe). Issn 2318-5732. vol. 8, n. 3, 2020. p. 500. Disponível em https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:FJ9xJU3N9LcJ:scholar.google.com/+roda+dos+expostos+e+adoção+&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em 23 jul. 2023.

[187] BRASIL. **Lei n. 6.697 de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores.

ONU, o Brasil inclui na sua Constituição Federal de 1988 um artigo especialmente direcionado aos direitos da criança e do adolescente (art. 227).[188]

A Constituição trouxe inclusive alterações na forma do reconhecimento da adoção, segundo Caio Mario da Silva Pereira[189] "A partir da Constituição de 1988 passou a constituir-se por ato complexo e exigir a sentença judicial, prevendo-o expressamente o art. 47 do ECA para os menores de 18 anos".

Portanto, a partir da Constituição Federal de 1988, a legislação relacionada aos interesses da criança e do adolescente, especialmente no que diz respeito a filiação e a adoção, continuou apresentando evolução na tentativa de eliminar toda e qualquer forma de diferenciação existente entre os filhos, trazendo suas primeiras modificações através da criação da Lei nº 8.069, de 13.7.1990[190], denominada Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O ECA, como foi carinhosamente batizado o Estatuto da Criança e do Adolescente surgiu para regular o direito dos filhos havidos fora do casamento, lhe dando a possibilidade de serem reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura pública ou outro documento público, independentemente da origem da filiação, cujo reconhecimento poderia inclusive preceder ao nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixasse descendentes.[191]

Tepedino e Teixeira[192] destacam as principais conquistas trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em relação ao regime da adoção:

> Com a promulgação da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), a adoção de menores de 18 anos passou a ser regulada pela nova lei, em consonância com a tábua de valores implementada pela Constituição da República de 1988. O ECA alterou

---

[188] WEBER, Lidia Natália Dobrianskyj. **Pais e filhos por adoção no brasil**: características, expectativas e sentimentos, 2008. p. 56.

[189] PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**: direito de família. 2020, p. 469. Edição do Kindle.

[190] BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

[191] FUJITA, Jorge Shiguemitsu. **Filiação.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 27

[192] TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do direito civil**: direito de família, 2021, p. 263.

> de forma profunda e radical o regime da adoção, inspirado pela doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Estabeleceu-se, a partir daí, e em atenção à Constituição, duplicidade de regimes movida por ratio diversa daquela que inspirou o revogado Código de Menores. O legislador abandona a preocupação anterior, de atribuir uma família aos menores desamparados, para, ao contrário, procurar assegurar o pleno desenvolvimento da criança seja na família natural, seja na família substituta, consagrando o direito fundamental à convivência familiar e comunitária (regulado detalhadamente no extenso Cap. II do Título II, Dos Direitos Fundamentais, da Lei 8.069/1990).

Weber[193], acrescenta que “com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o termo “menor” caiu em desuso a partir de movimentos de pesquisadores e de defesa dos direitos”, porquanto, a expressão era utilizada de forma pejorativa, fazendo referência a crianças originadas de classes mais pobres e criminalizadas.

Ainda sobre as mudanças trazidas pelo ECA, Maciel e Cruz[194] ressaltam:

> Com a redemocratização do país foi instituído, então, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, revogando o Código de Menores e disciplinando de maneira mais específica toda a matéria que envolve criança e adolescente. O objetivo da criação do ECA foi de regulamentar as normas constitucionais, priorizando a segurança e proteção dos menores. No que tange à adoção, o Estatuto eliminou a diferenciação entre os tipos de adoção (plena e simples), tornando uma só possível.

Portanto, o ECA passou a distinguir em duas espécies a adoção: a estatutária aplicada aos menores de 18 (dezoito) anos e, portanto, regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e a adoção civil para os maiores de 18 anos,

---

[193] WEBER, Lidia Natália Dobrianskyj. **Pais e filhos por adoção no brasil**: características, expectativas e sentimentos, 2008. p. 62.

[194] MACIEL, Milena Ataíde; CRUZ, Fátima Maria Leite. **Do abandono de crianças à entrega para adoção:** aspectos históricos e legais. Revista direitos sociais e políticas públicas (unifafibe). Issn 2318-5732. vol. 8, n. 3, 2020. p. 500. Disponível em https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:FJ9xJU3N9LcJ:scholar.google.com/+roda+dos+expostos+e+adoção+&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em 23 jul. 2023.

regulada pelo Código Civil. “Houve toda uma mudança de concepção. Deixou-se de priorizar o interesse dos adotantes por um filho”.[195]

Com a entrada em vigor do Código Civil de 2002[196] reduz para 18 anos da idade do adotando e faz desaparecer a distinção feita entre a adoção de maiores de 18 anos e a adoção de menores de 18 anos, revestindo-se das mesmas características e ambas subordinadas à uma decisão judicial.

Carvalho[197] acrescenta:

> O Código Civil de 2002 regulou a adoção sem distinção de idade do adotando, extinguindo as espécies. Aboliu a adoção simples e reduziu a idade do adotante para apenas 18 anos, quando a pessoa adquire, atualmente, a maioridade civil (art. 5º). Manteve-se, entretanto, os dispositivos da Lei n. 8.069/1990 que não foram regulados pelo atual Código Civil, que acolheu seus princípios.

Em 2009, entrou em vigor a Lei n. 12.010/2009[198] que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescentando inúmeros dispositivos e segundo Carvalho[199] “aperfeiçoando o direito à convivência familiar da criança e do adolescente, priorizando a manutenção e reintegração na família natural ou extensa”, voltando a adoção a ser regulada pelo ECA, inclusive no que se refere aos maiores de 18 anos, uma vez a legislação civil dispõe no seu artigo 1.619[200] que se aplica, no que couber ,as regras gerais do Estatuto.

---

[195] DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto**: questões jurídicas. 2016. p. 67.

[196] BRASIL. **Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

[197] Carvalho, Dimas Messias de. **Direito das famílias**. 8. ed. São Paulo : Saraiva. Educação, 2020. p. 715.

[198] BRASIL. **Lei n. 12.010 de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.

[199] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**. 8. ed. São Paulo : Saraiva. Educação, 2020. p. 715.

[200] Art. 1.619. A adoção de maiores de 18 (dezoito) anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei n º 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tartuce[201] ressalta as reviravoltas no tratamento legal da adoção à partir da Lei 12.010:

> Com a Lei Nacional da Adoção de 2009 houve uma reviravolta no tratamento legal, eis que não há mais dispositivos no Código Civil regulamentando o instituto. O seu art. 1.618 determina que a adoção de crianças e adolescentes será deferida na forma prevista pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA). Ato contínuo, o seu art. 1.619 modificado é claro ao estabelecer que a adoção de maiores de dezoito anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da mesma Lei 8.069/1990.

Tepedino e Teixeira[202] destacam os objetivos da Lei 12.010/09 "[...]foram implementadas significativas mudanças que, apesar de ter sido apelidada de "Nova Lei de Adoção", constituiu verdadeira lei de convivência familiar, buscando alternativas para a problemática do número crescente de crianças institucionalizadas no país.

Entre tantas mudanças editadas pela Lei n. 12.010/2009, destaca-se também a desnecessidade do adotante ser casado e da fixação de período de permanência da criança em instituição de acolhimento por prazo não superior a 2 anos.

O instituto da ação sofreu também alteração legislativa com a promulgação da lei n. 12.955/2014[203] que acrescentou o § 9º ao artigo 47 do ECA, para dar prioridade à tramitação dos processos de adoção das pessoas com deficiência ou com doença crônica.

Em 2017, a Lei n. 13.509, igualmente alterou alguns artigos do ECA com o intuito de dar maior agilidade aos processos de adoção, estipulando o prazo máximo

---

[201] TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: direito de família. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 490.

[202] TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do direito civil**: direito de família, 2021, p. 263.

[203] BRASIL. **Lei n. 12.955 de 5 de fevereiro de 2014**. Acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.

para concluir o processo de adoção, na tentativa de evitar a morosidade no estabelecimento dos vínculos socioafetivos entre adotante e adotado[204].

Tartuce[205] ressalta que “O que se nota é que o tema adoção nunca teve no Brasil uma estabilidade legislativa consolidada, havendo ainda outros projetos de lei que pretendem tratar do tema, como o Estatuto da Adoção, idealizado pelo IBDFAM”.

Toda essa evolução legislativa, no entanto, demonstra que houve grande progresso na conquista de direitos para o instituto da adoção. A adoção perdeu o caráter de assistencialismo que mais priorizava os interesses dos adotantes do que das próprias crianças adotadas para dar lugar à um sistema que leva em consideração o afeto e o amor nas relações de convivência.

1.5 ADOÇÃO E FILIAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Não só o instituto da adoção sofreu mudanças legislativas ao longo dos séculos, mas também o direito de filiação. Outrora, entendia-se a filiação apenas no seu sentido biológico, ou seja, pessoas que descendem umas das outras ou que são ligadas entre si pelo vínculo da adoção, porém, este conceito foi ampliado e atualizado de acordo com a nova realidade social das famílias.

Dias[206] aponta que “[...] essas mudanças se refletem na identificação dos vínculos de parentalidade, levando ao surgimento de novos conceitos e de uma nova linguagem que melhor retrata a realidade atual: filiação social, filiação socioafetiva, estado de filho afetivo etc.”

O direito de filiação, com enfoque no direito de família moderno, deve ser entendido como o vínculo existente entre pais e filhos, incluindo-se neste conceito

---

[204] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020. p. 716.

[205] TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: direito de família, 2021. p. 490.

[206] DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 2021, p. 657.

não apenas os filhos biológicos, mas também aqueles cujo vínculo é originado da adoção civil, da filiação socioafetiva, nascidos ou não na constância do casamento[207].

A realidade jurídica antes da Constituição Federal de 1988 em relação ao instituto da filiação, no entanto, revelava tratamento discriminatório em relação aos filhos havidos fora do casamento. Neste sentido, Dias[208] ressalta: “A família constituída pelo casamento era a única a merecer reconhecimento e proteção estatal, tanto que sempre recebeu o nome de família legítima. É desprezada a verdade biológica e gerada uma paternidade jurídica, por presunção[...]”.

Carvalho[209] aponta as desigualdades entre os filhos expressas no Código Civil de 1916:

> A legislação civil, todavia, mantinha as desigualdades entre os filhos ao dispor que os filhos incestuosos e os adulterinos não podiam ser reconhecidos, gerando odiosa distinção entre os filhos de sangue (art. 358). Ao associar ao casamento a noção de legitimidade da prole, o Código Civil estabeleceu diferenciação na filiação, criando várias categorias de filhos ilegítimos, não atendendo à evolução que se buscava com a eliminação das desigualdades entre os filhos. Recebeu severas críticas em proibir o reconhecimento dos filhos espúrios e abominar a família natural.

Na mesma linha, Villaça[210], assinala que:

> Na vigência do Código Civil de 1916, fazia-se discriminação odiosa entre filiação natural legítima e ilegítima. Filhos legítimos eram os nascidos dos pais, durante seu casamento. Os filhos legitimados eram os concebidos por pessoa não casadas, que se casavam posteriormente (*legimatio per subsequens matrimonium*). Filhos ilegítimos eram os de pessoas não casadas, considerados naturais quando não havia impedimentos matrimoniais entre os pais; ou espúrios por já estar casado um dos pais (filhos adulterinos) ou por

---

[207] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020. p. 594.

[208] DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 2021, p. 204.

[209] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020, p. 596.

[210] AZEVEDO, Álvaro Villaça; **Curso de Direito Civ**il: direito de família. 2019. 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. P 367 e 368.

> existir entre estes relação de impedimentos que obstavam seu casamento (filhos incestuosos), por parentesco próximo.

Foi somente com o advento da Constituição Federal de 1988, que houve proibição ao tratamento discriminatório em relação à filiação, o que levou à revogação do artigo 358 do Código Civil[211] que negava reconhecimento aos filhos nascidos de pessoas impedidas para o casamento[212].

Brauner e Aldrovandi[213] relatam que:

> Profundas alterações no instituto ocorreram somente após o advento da Constituição Federal de 1988, que consagrou a proteção à criança e o adolescente com a Doutrina da Proteção Integral fundada no Princípio da Prioridade Absoluta e garantiu a igualdade entre filhos de qualquer origem, com a proibição de qualquer forma de discriminação com base no art. 227 da Constituição Federal.

Portanto, não se admite qualquer tipo de discriminação em relação à filiação, pois todos os filhos, sejam eles biológicos ou não, originados do casamento ou fora dele, têm iguais direitos, conforme previsão contida inclusive no artigo 1.596[214] do Código Civil[215].

Lobo[216] ainda acrescenta que:

> Desde a Constituição de 1988 não há mais filiação legítima, ou filiação ilegítima, ou filiação natural, ou filiação adotiva, ou filiação incestuosa, ou filiação matrimonial ou extramatrimonial, ou filiação adulterina, como o direito anterior as classificava. Os direitos e deveres dos filhos, de qualquer origem, são plenamente iguais.

---

[211] CC/1916. Art. 358. Os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos.

[212] DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 2021, p. 206.

[213] BRAUNER, Maria Cláudia Crespo; ALDROVANDI, Andrea. **Adoção no brasil**: aspectos evolutivos do instituto no direito de família. JURIS, Rio Grande, 15: 7-35, 2010. p. 11. Disponível em https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5178/Adoção%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 23 jul. 2023.

[214] CC. Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

[215] BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

[216] LÔBO, Paulo. **Direito civil**: famílias. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. p.239.

A partir disso, a legislação brasileira reconhece quatro espécies de filiação, quais sejam: a adotiva, resultante da adoção; a filiação presumida, pois se presumem naturais os filhos gerados na constância do casamento, a filiação natural, que se vincula à identidade biológica e a filiação socioafetiva alicerçada no amor, cuidado e afeto.[217]

Há algumas décadas, a legislação brasileira não amparava e tampouco reconhecia a filiação constituída a partir de laços afetivos, todavia, com a evolução do direito de família e especialmente com o reconhecimento das uniões socioafetivas, o entendimento dos tribunais e do legislador remodelou-se e mesmo que de forma tímida, num primeiro momento, regulamentou através do artigo 1.593[218] do Código Civil a paternidade socioafetiva, quando capitulou que a paternidade poderia também decorrer “de outra origem”.

A família socioafetiva, é um fenômeno moderno decorrente da ampliação no conceito da filiação proposta pela Constituição Federal de 1988, entendendo-se como decorrente de um ato de vontade espontânea, fundamentada no amor e no afeto, que se solidificam ao longo dos anos e que independe de qualquer vínculo biológico ou de parentalidade. Para o direito moderno, a paternidade não deve ser definida apenas por uma verdade biológica, mas pelo dever de cuidado e de responsabilidade.

A filiação socioafetiva, decorrente da adoção ou não, vincula-se a ideia de “sentimento, ternura e afeição de uma pessoa por outra” ecoando como elemento essencial na formação do caráter e personalidade da criança, assim como na formação da sua personalidade.[219]

Carvalho[220], esclarece que a paternidade socioafetiva consiste em:

> [...] criar-se o vínculo de parentesco não pelo sangue ou procriação, mas pelo afeto, pelos cuidados, pelo sentimento paterno-filial, pelo ato de vontade e escolha pelo amor. Vincula-se à filiação e

[217] CARVALHO, Dimas Messias de. **Filiação jurídica:** biológica e socioafetiva. Ibdfam. 2009. Disponível em https://encurtador.com.br/bqrGX. Acesso 16 nov. 2023.

[218] Art. 1.593 CC. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.

[219] MACIEL. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Poder familiar**. 2022. p. 91.

[220] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020. p. 591.

> consequentemente ao parentesco pela convivência e não biologicamente, constituindo e materializando-se no afeto.

A filiação socioafetiva vincula-se a ideia do reconhecimento da posse de estado de filho, ou seja, na aparência e no sentimento de que a paternidade e a maternidade decorrem dos laços de afeto que dão origem à parentalidade psicológica.[221]

O certo é, que a atual legislação brasileira, não comporta qualquer tipo de distinção, seja qual for a origem da filiação, devendo a lei preservar os seus direitos e aplicar os efeitos dela decorrentes.

Lobo[222] destaca os efeitos decorrentes da filiação:

> O estado de filiação desligou-se da origem biológica e de seu consectário, a legitimidade, para assumir dimensão mais ampla, que abranja aquela e qualquer outra origem. Em outras palavras, o estado de filiação é gênero do qual são espécies a filiação biológica e a filiação não-biológica. [...] Na realidade da vida, o estado de filiação de cada pessoa é único e de natureza socioafetiva, desenvolvido na convivência familiar, embora derive biologicamente dos pais, na maioria dos casos. Portanto, não pode haver conflito com outro que ainda não se constituiu.

Com relação a filiação decorrente da adoção, conforme já abordado acima, igualmente foi com o advento da Constituição Federal de 1988 que o instituto recebeu maior proteção, pois deu igualdade de tratamento entre filho adotivo e filiação biológica, proibindo qualquer forma de distinção entre os filhos.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988, que a adoção passou a constituir-se por ato complexo e a exigir sentença judicial, estando também regulada expressamente através do artigo 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente e o artigo 1.619 do Código Civil de 2002, com a redação dada pela Lei n. 12.010, de

---

[221] DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 2021, p. 231.

[222] LOBO, Paulo Luiz Netto. **Direito ao estado de filiação à origem genética**: uma distinção necessária. Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça. R. CEJ, Brasília, n. 27, p. 47-56, out./dez. 2004. Disponível em https://core.ac.uk/reader/211932230 Acesso em 24 jul. 2023.

3.8.2009, demonstrando que a matéria passa a ser de interesse geral, de ordem pública e não mais de interesse individual.[223]

A Constituição Federal de 1988, através do seu artigo 227, § 5º, "enunciou preceituação genérica, revelando que a matéria escapa dos contornos de simples apreciação juscivilista ao determinar que a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei" deixando claro que a adoção não tem mais caracter contratualista e deve tratar todos os filhos sem distinção, dando prioridade absoluta aos seus interesses.[224]

A Constitutição Federal de 1988, trouxe um novo olhar sobre a criança ampliando não só o conceito de filiação como também o instituto da adoção, garantindo os direitos do público infanto juvenil com absoluta prioridade e abrindo espaço para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente que entre tantas garantias, elencou os critérios legais para a adoção de crianças e adolescentes no Brasil, com o intuito de dar maior segurança e efetividade ao instituto.

1.6 CRITÉRIOS LEGAIS PARA ADOÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTES

O sonho da paternidade/maternidade é sempre a motivação mais relevante para dar início a todo o processo de adoção. A vontade de dar continuidade à linhagem e transmitir valores é, sem dúvida, a mola propulsora para a maioria dos pretendentes à adoção e, este desejo, em regra, só será possível, se os candidatos preencherem os requisitos estabelecidos em lei.

Essa motivação de querer um filho e alcançar o sonho de ser pai e mãe é um dos requisitos essenciais para o início de todo o processo, mas obviamente, na avaliação final, outros critérios, também, serão observados pela equipe interdisciplinar forense, como por exemplo, a disponibilidade emocional do pretendente, afetividade, flexibilidade, boa relação com a família extensa, capacidade de solução e superação de situações traumáticas, entre outras habilidades necessárias para quem deseja realmente exercer a parentalidade com todos os desafios que ela apresenta.[225]

---

[223] GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil**. 2020, n. p.

[224] PEREIRA. Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**, 2020. p. 471. Edição do Kindle.

[225] SILVA; Patricia Santos da; SCHWOCHOW, Monique Souza; RESMINI, Gabriela de Faria; FRIZZO, Giana Bitencourt. **Critérios para habilitação à adoção segundo os técnicos do judiciário**.

Essas características que o pretendente à adoção deve possuir são necessárias, uma vez que um indivíduo não nasce pai e nem mãe, como pontuam as psicólogas Patricia Santos da Silva, Monique Souza Schwochow, Gabriela de Faria Resmini e Giana Bitencourt Frizzo[226], sendo fundamental que se estabeleça uma construção da parentalidade, sendo assim, o querer não basta para que o processo de adoção se concretize:

> O indivíduo não nasce nem pai nem mãe, nem mesmo se torna somente com o nascimento de um bebê geneticamente relacionado a ele. É a relação com a criança que faz de uma mulher mãe e de um homem pai, e confere sentido às palavras maternidade e paternidade (Morelli et al., 2015). É preciso construir a parentalidade na relação com a criança bem como na relação que se estabelece entre os pais e a família de origem.

Com relação aos critérios jurídicos, é o Estatuto da Criança e do Adolescente que traz toda a normativa para adoção de crianças e adolescentes no Brasil, o qual determina como critério para habilitação ter o pretendente à adoção mais de 18 anos de idade, ser pelo menos 16 anos mais velho do que adotando, a necessidade de consentimento do adotando se ele contar com mais de 12 anos e o consentimento dos pais ou representantes legais do adotando, salvo se já tiverem sido destituídos do poder familiar.[227]

Carvalho[228], esclarece, no entanto, que:

> Não basta, porém, que os adotantes possuam mais de 18 anos e sejam 16 anos mais velhos que o adotando. É necessário que os adotantes possuam idoneidade, responsabilidade para assumir ato de tamanha importância, aptidão para ser pai e ambiente familiar adequado, sob pena de indeferimento do pedido de adoção, conforme

Disponível em https://www.scielo.br/j/pusf/a/LqG9HDZ7cjSzfLGwNfbbDJR/?format=html#. Acesso em 10 jul. 2023.

[226] SILVA; Patricia Santos da; SCHWOCHOW, Monique Souza; RESMINI, Gabriela de Faria; FRIZZO, Giana Bitencourt. **Critérios para habilitação à adoção segundo os técnicos do judiciário**.

[227] BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[228] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020, p. 754.

> expressamente determina o art. 29 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O sexo dos pretendentes, estado civil e sua nacionalidade não influenciam na capacidade de adotar, o que deve ser observado é a idoneidade do pretendente e o desejo que querer ser pai/mãe. A adoção não pode ser pensada como uma forma de assistencialismo, de querer dar uma chance a uma criança abandonada, é preciso que prevaleça no adotante, o desejo de ter um filho e, neste sentido, mostra-se relevante destacar as lições de Faleiros e Moraes[229], ao afirmarem que:

> Apenas o desejo de ajudar uma criança não deve ser tomado como razão suficiente para a adoção. O vínculo parental não se estabelece apenas em função de “desejos altruístas” ou no desejo de “salvação” da criança. As experiências de adoções que não dão certo nos apontam que é necessário que os requerentes em adoção tenham claro que desejam um filho, e que não estão apenas fazendo o bem, pois a filiação inclui vivências e emoções das mais diversas, por longos períodos de tempo, às vezes pela vida inteira. As famílias devem estar preparadas os desafios diários.

É importante destacar que o ECA veda a adoção entre ascendentes e descendentes, assim como entre irmãos consanguíneos, isto porque, mostra-se desnecessária a ruptura da linha ascendente em razão dos fortes laços de afetividade que naturalmente já os une. Assim, não há motivos para que os avós, por exemplo, adotem seus netos pois automaticamente recebem do Estado a tutela para acolhê-los.[230]

Especificamente com relação à adoção por avós, é importante se destacar que a vedação imposta pelo ECA tem sido relativizada pela jurisprudência, isto porque, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento de que é possível que avós adotem seus netos, “desde que isso não gere confusão na estrutura familiar,

---

[229]FALEIROS, Vicente de Paula; MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza. **Desafios e possibilidades na adoção**. 29-46. p. 32. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634913/3357 Acesso em 10 jul. 2023.

[230] NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 4 ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

problemas relacionados a questões hereditárias ou fraude previdenciária, nem seja uma medida inócua em termos de transferência de afeto ao adotando **(**REsp 1.635.649)”[231]

Para a Ministra Relatora, Nancy Andrighi[232]:

> Conquanto a regra do artigo 42, parágrafo 1º, do ECA vede expressamente a adoção dos netos pelos avós, fato é que o referido dispositivo legal tem sofrido flexibilizações nesta corte, sempre excepcionais, por razões humanitárias e sociais, bem como para preservar situações de fato consolidadas", afirmou a magistrada.

É importante que se esclarece, que o ECA prevê a adoção como medida excepcional que somente deverá ser deferida após a preparação dos adotantes pela equipe multidisciplinar da Justiça da Infância e Juventude e uma vez esgotadas as possibilidades de reinserção da criança ou do adolescente na família biológica[233].

A Lei n. 13.509/2017 (Lei Nacional de Adoção), inclusive, inseriu o artigo 19-A e modificou o § 1º, do artigo 166 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para regulamentar a situação da gestante que tenha manifestado interesse em dar o filho para adoção e, também, dá prioridade na entrega para a família extensa, conforme esclarece Carvalho[234]:

> Após efetuado o relatório pela equipe interprofissional e a busca infrutífera pela família extensa, se não for indicado o outro genitor, ou este também concordar em entregar o filho para adoção, o juiz designa audiência para oitiva da mãe, e do pai, se identificado. Mantida a concordância com a adoção, a justiça declara extinto o poder familiar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, ainda, que para o deferimento da ação não há necessidade de que o adotante seja casado, todavia,

---

[231] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Terceira Turma afasta ilegitimidade ativa de avó em ação de destituição de poder familiar e adoção.** Notícias. Disponível em https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/24102022-Terceira-Turma-afasta-ilegitimidade-ativa-de-avo-em-acao-de-destituicao-de-poder-familiar-e-adocao.aspx Acesso em 25 jul. 2023.

[232] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Terceira Turma afasta ilegitimidade ativa de avó em ação de destituição de poder familiar e adoção.** Notícias.

[233] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020, p. 740

[234] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020, p. 740.

estabelece que para a “adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família”[235].

No caso de adotantes divorciados, separados judicialmente ou ex-companheiros, o ECA prevê a possibilidade da adoção conjunta, desde que o estágio de convivência e os vínculos de socioafetividade com o adotando tenham se iniciado na constância da união e que o casal acorde sobre a guarda e regime de visitas[236].

A adoção será deferida quando ficar demonstrado que a colocação do adotando em família substituta apresenta reais vantagens a ele, tanto que o ECA prevê, também, a possibilidade de a adoção ser deferida quando o adotante vier a falecer no curso do processo de adoção, porém, ressalva a necessidade de inequívoca manifestação de vontade do adotante antes do falecimento.[237]

É importante que se registre, que o pedido de adoção é gratuito e deve ser realizado na Vara da Infância e Juventude mais próxima da residência do interessado, momento em que deverão ser apresentados todos os documentos necessários a comprovar a idoneidade física e moral dos pretendentes, assim como o local de sua residência.

Conforme estabelece pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), “os documentos apresentados serão autuados pelo cartório e serão remetidos ao Ministério Público para análise e prosseguimento do processo” e havendo necessidade poderão ser requisitados documentos complementares[238]. A partir desta etapa, dá-se início ao cadastro dos adotantes que será mais bem abordado no próximo capítulo.

---

[235] BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[236] BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[237] BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[238] BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Como adotar uma criança no brasil: passo a passo. Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/passo-a-passo-da-adocao/. Acesso em 26 dez. 2022.

Mostra-se relevante destacar ainda que os critérios para se adotar uma criança ou adolescente podem variar significativamente em outros países. Em Portugal, por exemplo, as regras são determinadas pelo Instituto da Segurança Social[239], que faz exigências muito mais rígidas em relação à idade do adotante do que no Brasil e, para a legislação portuguesa, podem adotar:

> - Duas pessoas - se forem casadas (e não separadas judicialmente de pessoas e bens ou de facto) ou viverem em união de facto há mais de 4 anos, se ambas tiverem mais de 25 anos.
>
> - Uma pessoa - se tiver mais de 30 anos (ou mais de 25 anos se pretender adotar o filho do cônjuge).
>
> - A partir dos 60 anos a adoção só é permitida se a criança a adotar for filha do cônjuge ou se tiver sido confiada ao adotante antes de este ter completado os 60 anos.
>
> - A diferença de idades entre o *adotante* e o adotado não deve ser superior a 50 anos (exceto em situações especiais).

Na Espanha, a exigência pode variar em algumas comunidades, mas de forma geral, no país, só podem adotar as pessoas com mais de 25 (vinte e cinco) anos e que haja pelo menos 16 (dezesseis) anos de diferença entre o adotado e o adotado e esta diferença não poderá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) anos. Observa-se, portanto, que na Espanha há uma idade de limite máximo para se promover o pedido de adoção, situação diferente da que ocorre no Brasil que não dispõe de qualquer limite em relação à faixa etária máxima do adotante.[240]

Já na Itália, a adoção possui requisitos um pouco mais restritos, pois só é permitido adotar se os adotantes forem casados ou viverem em união estável por um período de pelo menos 3 anos. Entre o casal, também, não pode ter ocorrido, nos últimos 3 anos, a separação judicial ou de fato de modo que é vedada a adoção após

---

[239] PORTUGAL. Instituto da Segurança Social, IP. **Guia prático adoção**. 32 – v4.10, 2019. Disponível em https://www.seg-social.pt/documents/10152/14984/N32_adocao/eda1d840-7306-49b7-a699-cbfa9d8d604c. Acesso em 14 jun. 2022.

[240] ESPANHA. Boletín Oficial del Estado (BOE). **Codigo Civil y legislación complementaria**. Disponível em https://www.boe.es/buscar/pdf/1889/BOE-A-1889-4763-consolidado.pdf. Acesso em 26 dez. 2022.

o divórcio. A Itália também estabelece critério de idade máxima ao adotante de 45 anos, cujo requisito pode ser flexibilizado se apenas um dos adotantes ultrapassar a idade, desde que o limite máximo não ultrapasse 10 anos[241].

Outra significativa restrição na Itália diz respeito à adoção por casais homossexuais que, apesar de ser expressamente reconhecida a união civil entre pessoas do mesmo sexo desde 2016, através da Lei 76/2016, não é permitida legalmente a adoção por casais do mesmo sexo, assim como também não é permitido que o filho biológico de um seja reconhecido pelo outro. Casais homoafetivos que objetivam o reconhecimento precisam recorrer à Justiça Italiana para ter seu reconhecimento e mesmo assim, recebem forte crítica da ala conservadora do parlamento italiano.[242]

Neste ponto, tanto no Brasil quanto na Itália, diante da ausência de legislação específica sobre o tema, o Poder Judiciário tem desempenhado papel importante como guardião dos direitos fundamentais dos cidadãos, especialmente na preservação dos interesses do público infanto juvenil.

Retomando-se a temática acerca dos critérios para a adoção no Brasil, observa-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, no seu artigo 46, o requisito do estágio de convivência, se o adotando não estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante, caso em que será dispensada a exigência. O período de convivência previsto no Estatuto é de 90 (noventa) dias e poderá ser prorrogado por igual período em decisão fundamentada, devendo o estágio ocorrer em território nacional, preferencialmente na comarca de domicílio do adotando[243].

Se o pedido judicial for de adoção unilateral, ou seja, quando um dos cônjuges ou companheiro adota o filho do outro, a adoção é simples e direta, não

---

[241]ITÁLIA. Ministero della giustizia. **Adozione nazionale.** 2022. Disponível em https://www.giustizia.it/giustizia/it/mg_3_5_2.page. Acesso em 26 dez. 2022.

[242] OLIVEIRA, Farlei Martins Riccio de; MUSACCHIO, Camilla de Santana Sucupira. **A adoção homoparental à luz do Direito brasileiro e italiano**. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD). Unisinos 2018. Disponível em https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2018.102.10. Acesso 26 em dez 2022.

[243] BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

havendo necessidade de habilitação no Juizado da Infância e Juventude e tampouco a inscrição junto ao Cadastro Nacional de Adoção e, neste caso, o juiz observará os requisitos legais e se o pedido de adoção unilateral preserva os interesses do adotando[244].

Os critérios para a adoção por pessoas do mesmo sexo, embora não encontre amparo na legislação pátria, são os mesmos aplicados à pessoas solteiras, casadas ou conviventes, portanto, também plenamente possível quando representar vantagem para o adotado, não importando a orientação sexual do adotante, isto porque, o próprio Supremo Tribunal Federal reconheceu a legitimidade da união homoafetiva ao equipará-la à união estável em 2011, quando do julgamento da Acão Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277/DF.[245]

O Ministro Relator da ADI n. 4.277[246], Ayres de Brito, em seu voto destacou que “o sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3o da Constituição Federal”.

A adoção póstuma, ou *post mortem*, encontra previsão no § 6º do artigo 42 do ECA., ao estabelecer que a adoção poderá também ser deferida após o falecimento do adotante, porém, deverá o processo de adoção já estar em curso ao tempo do óbito, respeitando-se, desta forma que o desejo do falecido seja concretizado mesmo após sua morte.

Já com relação à adoção internacional, as exigências são um pouco mais criteriosas em razão das dificuldades impostas pela legislação pátria, ao determinar que somente será permitida a acolhida de crianças brasileiras por adotantes de outros países, caso não haja outro meio de colocação desta criança em família do seu país de origem (Brasil), orientação esta que segue a recomendação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

---

[244] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020, p. 745.

[245]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI n. 4.277/DF**. Disponível em https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635. Acesso em 26 dez. 2022.

[246]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI n. 4.277/DF**.

A adoção internacional, também, encontra regulamentação no Estatuto da Criança e do Adolescente, que é claro quanto a preferência por candidatos residentes no Brasil, vindo então Carvalho[247], descrever que:

> O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que serão distintos os cadastros para pessoas residentes no Brasil (nacionais ou estrangeiros) e para pessoas residentes fora do Brasil, mesmo se for brasileiro, tratando-se, neste caso, de adoção internacional, sendo preferida a adoção para os candidatos domiciliados no Brasil. Assim, a preferência para a adoção será da pessoa ou casal domiciliados na comarca de origem do menor, cadastrados e habilitados no Juízo da Infância e da Juventude. Na ausência de pessoas domiciliadas na comarca, a preferência recairá nos interessados inscritos nos cadastros estaduais e nacional.

O Ministério da Justiça estabelece os procedimentos para a adoção internacional, todavia, os critérios serão determinados de acordo com o país onde residem os pretendentes estrangeiros, obedecendo-se as regras da Convenção de Haia, quando as adoções forem realizadas entre os países ratificantes da convenção. Se o país de destino da criança e ou adolescente não for um dos países ratificantes da convenção, aplica-se as previsões contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente[248].

Os requisitos para adoção de criança e ou adolescente brasileiro por um pretendente estrangeiro estão previstos no artigo 52 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual determina que todo processo se inicia a partir de um pedido de habilitação perante a Autoridade Central onde está situada a sua residência habitual, o qual deverá estar acompanhado de documentos comprovando as condições físicas, emocionais e econômicas dos pretendentes[249].

Após todo o trâmite, bastante burocrático, verificado que se encontram presentes todos os requisitos exigidos pela legislação brasileira para a adoção e a

---

[247] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020, p. 743.

[248] BRASIL. Ministério da Justiça. **Procedimentos da adoção**: adoção internacional. http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/adocao-internacional/procedimentos-de-adocao. Acesso em 26 em dez. 2022.

[249] BRASIL. Ministério da Justiça. **Adoção por Residentes no Exterior**. Disponível em: https://tinyurl.com/3d2hraz6 Acesso em 26 dez. 2022.

compatibilidade com as normas do país de acolhida da criança, será expedido laudo de habilitação, que deverá ser protocolado perante o Juízo da Infância e Juventude local em que se encontra o adotando, conforme indicação da Autoridade Central Estadual, no caso do Brasil, os Tribunais de Justiça[250].

Importante destacar, todavia, que segundo as informações do próprio Conselho Nacional de Justiça[251], a adoção por pretendentes estrangeiros ocorre somente nos casos em que não for encontrada uma família brasileira disponível para adotar a criança, o que torna a adoção internacional viável apenas em relação às crianças maiores em idade ou grupo de irmãos, os quais frequentemente são rejeitados pelos pretendentes brasileiros.

Por fim, de forma geral após cumpridos todos os critérios estabelecidos pela legislação e verificado pelo Magistrado que a adoção preserva os interesses do adotando, o vínculo de filiação se constituirá por sentença que será transcrita no registro civil onde constará o nome do adotando, o qual poderá ser modificado à pedido dos interessados, além dos nomes dos adotantes como seus pais, bem como o nome dos seus ascendentes, sendo proibida qual transcrição no registro do adotando fazendo referência sobre o processo de adoção[252].

O processo de adoção, assim como os documentos ou outras medidas a ele relacionado, deve ser mantido pela Justiça em arquivo físico ou digital, para garantir que os interessados possam realizar consulta a qualquer tempo, uma vez que a lei garante ao adotado o direito de conhecer sua origem genética[253].

A adoção, a partir do trânsito em julgado da sentença que a reconhece, traz consigo efeitos de ordem pessoal e patrimonial, sendo os ordem pessoal

---

[250] BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

[251] BRASIL. Conselho Nacional da Justiça. **CNJ Serviço: entenda como funciona a adoção internacional,** 2015.Disponível em https://tinyurl.com/44hrh7mp. Acesso em 26 dez. 2022.

[252] BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[253] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020, p. 747.

relacionados ao parentesco, ao poder familiar e ao nome do adotando e os de ordem patrimonial se referem aos alimentos e ao direito sucessório[254].

Para Pereira[255]

> O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os vínculos entre o adotado e seus pais biológicos são extintos após a adoção, sendo disposto apenas uma exceção, os impedimentos matrimoniais. O artigo 49 do documento jurídico supracitado afirma que mesmo após a morte do adotante, o poder familiar dos pais biológicos não é restituído, assim como a superveniência de filhos dos adotantes não anula os efeitos da adoção. [...] Dessa forma, é possível observar que a adoção traz implicações legais que se agravam ainda mais quando se trata de uma irrevogabilidade da medida que aborda um assunto tão sensível como a família..

A adoção traz, portanto, como efeito pessoal a parentalidade entre os ascendentes do adotante e o adotado, assim como em relação aos colaterais do adotante, que também se tornam parentes do adotado.

Já em relação aos impedimentos para o casamento, por força das questões genéticas e de ordem moral, são mantidas as restrições conforme preceitua o artigo 1.521 inciso I, III e V do Código Civil, sendo que sua inobservância leva a nulidade do casamento.

Com a sentença de adoção o adotado recebe o patronímico do adotante, podendo inclusive requerer a alteração do seu prenome, se for menor de idade, operando-se, automaticamente um rompimento com a família biológica, promovendo-se a completa alteração do registro civil do adotado, de modo que nenhuma informação acerca da sua origem fique registrada, assegurando-se, todavia, ao adotado maior de 18 anos, o direito de conhecer sua origem biológica e acesso ao

---

[254] GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil** brasileiro: direito de família. 2021, p. 158.

[255] PEREIRA, Núbia Marques. **O processo de adoção e suas implicações legais**. Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Ago/2020. Disponível em https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1531/O+processo+de+adoção+e+suas+implicações+legais Acesso em 25 jul. 2023.

processo de adoção, conforme estabelece o artigo 48 do Estatuto da Criança e do Adolescente.[256]

É importante, ainda, que se registre, que os efeitos pessoais e patrimoniais da adoção apenas se operam após o trânsito em julgado da sentença que reconheça o vínculo da filiação adotiva, com exceção para os casos em que ocorre a adoção *post mortem*, cujo efeito retroage à data do óbito do adotante, conforme dispõem os artigos 42 §6º e 47 §7º do ECA.[257]

O instituto da adoção traz consigo, também, os efeitos de ordem patrimonial, os quais dizem respeito à obrigação alimentar surgida entre adotante e adotado reciprocamente e o direito sucessório, conforme disposições contidas nos artigos 1.696 e 1.829, I do Código Civil.

Naturalmente que, da mesma forma como ocorre na filiação biológica, os alimentos são devidos também na filiação adotiva, uma vez que os vínculos parentais são estabelecidos a partir da sentença constitutiva. Assim, tanto o filho adotado poderá pedir alimentos ao pai adotante, quanto o pai adotante poderá requerer do filho adotado os alimentos que necessitar, nos termos do que preceitua o artigo 1.696 do Código Civil[258].

É certo que, os filhos adotados, em razão do rompimento do vínculo de filiação com a família biológica, não possuem direito à herança da família de origem, isto porque, a adoção traz consigo efeitos de ordem patrimonial, de modo que ocorrendo o falecimento do adotante, o filho adotivo concorre à herança em igualdade de condições com os filhos biológicos do falecido em razão da previsão contida no artigo 227, § 6º, da Constituição Federal de 1988.[259]

---

[256] BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[257] BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[258] CC. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

[259] NADER, Paulo. **Curso de direito civil**: direito de família. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 376.

O Código Civil, em seu artigo 1.829, inciso I é claro ao determinar que a sucessão legítima defere-se aos descendentes em concorrência com o cônjuge sobrevivente e, neste passo, é possível observar que não há, na lei civil, qualquer distinção entre filhos naturais ou adotivos, de modo que o filho adotivo concorre na herança com os demais descendentes do falecido em igualdade de condições, conforme a ordem de vocação hereditária.[260]

O direito sucessório do filho adotivo encontra previsão no artigo 41 §2º do Estatuto da Criança e do Adolescente[261] ao estabelecer que "É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária".

A administração e usufruto dos bens do filho adotivo é também um dos efeitos causados pela adoção "como consequência lógica de adotado se tornar filho legítimo dos adotantes" incumbindo a estes a administração e usufruto de eventuais beis do menor, conforme disposição contida no artigo 1.689, I do Código Civil.[262]

Com isto, finaliza-se o primeiro capítulo o qual teve como intuito expor como ocorreu o processo de conquista dos direitos da infância no Brasil, até o surgimento do instituto da adoção, com o reconhecimento de valores que outrora se desconhecida, tais como o amor e afeto e sua importância no direito brasileiro.

Demonstrou-se ainda que, a partir de toda abordagem acerca da adoção que, o processo judicial de reconhecimento da filiação adotiva prescinde de requisitos e critérios próprios disciplinados pela legislação civil, sem os quais, não é possível preservar-se, com prioridade absoluta, os interesses do adotado.

A partir desta primeira análise, no capítulo 2, mostra-se necessário abordar o tema relacionado ao Cadastro Nacional de Adoção e ao CUIDA – Cadastro Único de Adoção do Estado de Santa Catarina, os quais servirão de referência para que se possa alcançar o objetivo proposto na presente pesquisa.

---

[260] BRASIL. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

[261] BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

[262] GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção**: doutrina e prática. Curitiba: Juruá, 2009. p. 94.

CAPÍTULO 2

O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO E OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PRETENDENTES À ADOÇÃO

Trata-se o Cadastro Nacional de Adoção de uma ferramenta criada pelo Conselho Nacional de Justiça, de grande relevância para os processos de adoção, e, para tanto, mostra-se necessário para a presente pesquisa, destacar os principais aspectos deste instrumento e a sua importância no processo de seleção dos pretendes à adoção.

Nesta linha, pretende-se demonstrar quais as atribuições do Conselho Nacional de Justiça perante os processos de adoção e, também, os critérios determinados para convocação dos pretendentes à adoção devidamente inscritos e habilitados no Cadastro Nacional.

Neste capítulo, se destacará, ainda, o papel importante da Convenção Internacional de Direitos da Criança, a qual foi aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 com o intuito de garantir a preservação dos interesses do público infanto-juvenil, combatendo a antiga doutrina da “situação irregular” prevista no Código de Menores.

Através de dados estatísticos colhidos no site do Conselho Nacional de Justiça, se apresentará um panorama do perfil de crianças aptas à adoção, assim como o número de pretendes inscritos e suas preferências em relação ao perfil das crianças e/ou adolescentes pretendidos, tendo-se como intuito demonstrar que a preferência dos adotantes por crianças de tenra idade ainda é uma realidade que traz como consequência a demora na conclusão dos processos de adoção no Brasil.

Por fim, no presente capítulo objetiva-se, ainda, demonstrar como ocorre a inscrição de pretendentes e a seleção de crianças aptas à adoção no Estado de Santa Catarina com enfoque no princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, demonstrando-se que pretendentes inscritos em comarcas pequenas,

onde a entrega de crianças à adoção não é comum, ao escolher um bebê (criança menor de 2 anos), amargarão longos anos de espera, isto porque a concorrência por crianças desta idade é acirrada dentro da própria comarca.

Importa observar que as chances, no entanto, aumentam se o pretendente estiver inscrito numa comarca com maior número de habitantes onde a entrega por crianças à adoção é mais procurada.

2.1 CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança foi um instrumento de direitos humanos mais representativo e aceito no mundo em relação aos direitos da infância e juventude, tendo sido ratificado por 196 (cento e noventa e seis) países. A Convenção foi aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e entrou em vigor em 2 de setembro de 1990, apenas os Estados Unidos não aderiu à ratificação da Convenção Internacional.[263]

Silva[264], explica que:

> A proposta original para que a ONU adotasse um instrumento em favor dos direitos da criança foi formalmente apresentada pelo governo polonês em 1978, com o objetivo de que a Convenção fosse adotada já em 1979, o Ano Internacional da Criança. Em razão do intento de obter celeridade na “tramitação” do documento apresentado para que pudesse ser adotado já́ no ano festivo supramencionado, este se aproximava em muito da Declaração dos Direitos da Criança de 1959. Entretanto, quando a proposta de Convenção foi apresentada a outros países pelo Secretário Geral da ONU com o objetivo de obter sugestões e observações, muitos asseveraram que o texto era em grande parte omisso, eis que não se referia a uma serie de direitos das crianças.

[263] FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os direitos da criança**. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em 20 jul. 2023.

[264] SILVA, Paulo Lins e. **Os tratados internacionais de proteção às crianças e aos adolescentes**. Anais do Congresso Brasileiro de Direito de Família: famílias nossas de cada dia. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 520-521. Disponível em https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/254.pdf. Acesso em em 26 jul. 2023.

Rosemberg e Mariano[265] discorrem que: “A proposta inicial, encaminhada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas à apreciação dos países e organizações intergovernamentais – OIGs -, recebeu muitas críticas, especialmente dos países ocidentais industrializados”, uma vez que o texto continha uma “linguagem imprecisa, e omissões em relação a uma série de direitos” itens fundamentais em se tratando de um documento internacional.

Após o transcuro de 10 (dez) anos de muito trabalho e inúmeras modificações, finalmente em 1989 a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança foi acatada, exatamente 30 (trinta) anos após a promulgação da Declaração dos Direitos da Criança, o que não representou um acaso, pois no dia 20 de novembro é celebrado o Dia Universal da Criança. [266]

O sociólogo Francisco Pilotti[267], chama a atenção para o fato de que a situação atual da infância na maior parte do mundo, especialmente a América Latina, revela uma grande lacuna entre o que deseja a Convenção Internacional e o que é possível para os Estados, havendo para o autor, uma grande distância entre a garantia dos direitos sociais da criança e a sua realidade socioeconômica:

> La situación actual de la infancia en América Latina revela, sin embargo, enormes brechas entre lo deseable, expresado en la Convención, y lo coyunturalmente factible. El formalismo que ha caracterizado la difusión de la Convención en la región, no ha contribuido al análisis de estas distancias y a la elaboración de estrategias para acortarlas, toda vez que tiende a sobrestimar el papel de las leyes como instrumentos de cambio social, disociando el discurso de los derechos del niño∗ de la realidad socioeconómica y

[265] ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lucia Sussel. **Convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões.** Estudos Sobre a Infância e Direitos da Criança. Cad. Pesqui. 40 (141). Dez 2010. Disponível em https://www.scielo.br/j/cp/a/gvh6jf9BxZFWyZzcbSDWpzk/?lang=pt#. Acesso em 26 de jul. 2023.

[266] SILVA, Paulo Lins e. **Os tratados internacionais de proteção às crianças e aos adolescentes**. Anais do Congresso Brasileiro de Direito de Família: famílias nossas de cada dia. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 520-521. Disponível em: https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/254.pdf. Acesso em 26 jul. 2023.

[267] PILOTTI, Francisco. **Globalización y convención sobre los derechos del niño:** el contexto del texto. Publicación de las Naciones Unidas. CEPAL - SERIE Políticas sociales n. 48. 2001, p. 8. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5998/1/S01040321_es.pdf . Acesso em 25 jul. 2023.

> cultural en la que se manifiestan las injusticias que afectan a la infancia.[268]

Para o sociólogo, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança é produto cultural de origem ocidental, a qual foi elaborada a partir de uma concepção de infância emanada dos países industrializados da Europa e da América do Norte, cuja realidade socioeconômica é bem diferente dos países menos desenvolvidos. Não há dúvidas, no entanto, de que a Convenção representou um grande marco no processo de globalização do ideal ocidental em relação à aos direitos da infância na contemporaneidade, mas está longe de atingir seus objetivos em relação à proteção dos direitos e garantias de todas as crianças do mundo. [269]

Em 26 de janeiro de 1990, a Convenção Internacional foi aberta para assinatura e ratificação em Nova Iorque (EUA), tendo o Brasil aderido através do Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990[270]

De acordo com Rosemberg e Mariano[271] o Brasil, assim como em toda a América Latina, forma os pioneiros na ratificação da convenção, tendo inclusive, muitos países a transformado em lei federal:

> [...] a América Latina e o Caribe foram pioneiros no processo mundial de ratificação da Convenção, tendo muitos países a transformado em lei nacional mediante um trâmite de aprovação parlamentar. A aprovação e difusão da Convenção na região coincidiu com o retorno à democracia em vários países (Méndez, 2001), o que permite sugerir que a linguagem progressista dos novos direitos da criança se

---

[268] A situação atual da infância na América Latina revela, no entanto, grandes lacunas entre o que é desejável, expresso na Convenção, e o que é factível atualmente. O formalismo que tem caracterizado a difusão da Convenção na região não tem contribuído para a análise dessas distâncias e para a elaboração de estratégias para encurtá-las, pois tende a superestimar o papel das leis como instrumentos de mudança social, dissociando o discurso dos direitos da criança* da realidade socioeconômica e cultural em que se manifestam as injustiças que afetam as crianças. (Trad. Livre)

[269] PILOTTI, Francisco. **Globalización y convención sobre los derechos del niño:** el contexto del texto. Publicación de las Naciones Unidas. CEPAL - SERIE Políticas sociales n. 48. 2001, p. 13. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5998/1/S01040321_es.pdf . Acesso em 25 jul. 2023.

[270] BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.

[271] ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lucia Sussel. **Convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões.** Estudos Sobre a Infância e Direitos da Criança. Cad. Pesqui. 40 (141). Dez 2010. Disponível em https://www.scielo.br/j/cp/a/gvh6jf9BxZFWyZzcbSDWpzk/?lang=pt#. Acesso em 26 de jul. 2023.

> ajustava e impulsionava a reconstrução da democracia na região, o que pode ter contribuído para franquear, sem maior debate ou contextualização, as céleres ratificações da Convenção na América Latina, inclusive no Brasil.

No Brasil, um pouco antes de sancionar a Lei que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o então Presidente da República Fernando Collor de Melo, anunciou a criação do Ministério da Criança simultaneamente ao envio da proposta de ratificação da Convenção Internacional, sendo que em seu discurso, Fernando Collor ressaltou a preocupação do país com a qualidade de vida das crianças brasileiras, anunciando a importância de devolver-lhes a dignidade, dando-lhes amor, afeto e garantindo-lhes alimentação, moradia e saúde. A divulgação, por parte do Presidente da República dos novos direitos da criança no Brasil tinha como especial objetivo o combate da doutrina da "situação irregular" que era orientada pelo Código de Menores, contrapondo-a com a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente.[272]

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança possui 54 (cinquenta e quatro) artigos que trazem inúmeras conquistas para os direitos do público infantojuvenil, especialmente no que diz respeito à garantia do melhor interesse das crianças, assegurando que todas tenham direito à vida e ao pleno desenvolvimento e, acima de tudo, que tenham respeitadas as suas opiniões quando puderem expressá-las.[273]

Logo no primeiro artigo é possível identificar o público alvo a ser protegido pelo documento, ou seja, para a Convenção "considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes"[274], assim como no

---

[272] ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lucia Sussel. **Convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões.** Estudos Sobre a Infância e Direitos da Criança. Cad. Pesqui. 40 (141). Dez 2010.

[273] PRIORIDADE ABSOLUTA. **6 coisas que você precisa saber sobre a convenção sobre os direitos da criança**. 2020. Disponível em https://prioridadeabsoluta.org.br/agenda-227/6-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/. Acesso em 26 de jul. 2023.

[274] FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os direitos da criança**. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.

artigo 2º, também, é possível identificar quais os objetivos da Convenção em relação à proteção da infância:

> Os Estados Partes devem adotar todas as medidas apropriadas para assegurar que a criança seja protegida contra todas as formas de discriminação ou punição em função da condição, das atividades, das opiniões manifestadas ou das crenças de seus pais, representantes legais ou familiares.[275]

No Brasil, apesar dos inúmeros avanços alcançados em relação aos direitos da criança, as desigualdades sociais são o principal desafio para a total implementação da convenção sobre os direitos da criança. Milhares de crianças e adolescentes brasileiras ainda continuam privadas dos seus direitos mais básicos, como moradia, saúde e educação e, persistem sendo expostas à violência, exploração e negligência, sendo certo que ainda há um árduo e longo caminho a se percorrer. [276]

Na Europa, a Convenção sobre os Direitos da Criança tornou-se a principal ferramenta no desenvolvimento de legislações e políticas de atendimento à criança e, não poderia ser diferente, uma vez que todos os países da união europeia aderiram à convenção, de modo que essa integração dos países facilita a vinculação de instrumentos mais eficazes na proteção dos direitos da criança. [277]

> A importância da CDC em termos da orientação do desenvolvimento dos direitos da criança a nível da UE está patente no programa da UE para os direitos da criança, onde se afirma que «as normas e os princípios desta convenção devem continuar a orientar as políticas e ações da UE que tenham impacto sobre os direitos da criança». Neste espírito, os instrumentos legislativos respeitantes às crianças fazem-se acompanhar, quase sem exceção, quer de uma referência explícita à CDC quer de uma referência mais implícita aos princípios relativos aos direitos da criança, tais como o «interesse superior da criança», o

[275] FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção sobre os direitos da criança**.

[276] PRIORIDADE ABSOLUTA. **6 coisas que você precisa saber sobre a convenção sobre os direitos da criança**. 2020. Disponível em https://prioridadeabsoluta.org.br/agenda-227/6-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/. Acesso em 26 de jul. 2023.

[277] AGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA E CONSELHO DA EUROPA. **Manual de legislação europeia sobre os direitos da criança.** 2015. Disponível em https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/Handbook_rights_child_POR . Acesso em 20 jul. 2023.

> seu direito a participar nas decisões que a afetam, ou o direito a ser protegida da discriminação.[278]

A União Europeia, todavia, não é, nem pode tornar-se, parte na Convenção sobre os Direitos da Criança, considerando que a Convenção não prevê a possibilidade de adesão de outras entidades além dos Estados e, deste modo, cada Estado Membro tem autonomia na aplicação do documento internacional na formulação de suas leis de proteção à criança. [279]

Portugal, um dos países que também integra a União Europeia, ratificou a Convenção em 21 de setembro de 1990, e, da mesma forma como ocorre no Brasil, apesar das muitas conquistas alcançadas em favor dos direitos das crianças, ainda persistem os problemas sociais que inviabilizam a total garantia de atendimento aos direitos das crianças. Tomás e Fernandes[280], ressaltam que “Persistem, mais ainda com a crise econômica que vivemos atualmente, direitos que estão longe de serem garantidos, como por exemplo a pobreza infantil, que permanece como um problema grave, em sociedades como a portuguesa”.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi ratificada pela Itália em 27 de maio de 1991 com a Lei n. 176 e, desde então, o país vem rompendo com o passado no que diz respeito à proteção de crianças e adolescentes, construindo uma nova identidade para o menor, entendendo-o como um sujeito de direito, ativo, participante e que deve ser ouvido, informado e respeitado. Desde a ratificação da Convenção Internacional, muita coisa mudou, o que pode ser percebido na Itália, no âmbito do direito de família, onde “a “responsabilidade parental” substituiu o “poder” original, fazendo uma mudança também terminológica que tem

---

[278]AGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA E CONSELHO DA EUROPA. **Manual de legislação europeia sobre os direitos da criança.** 2015.

[279]AGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA E CONSELHO DA EUROPA. **Manual de legislação europeia sobre os direitos da criança.** 2015.

[280] TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália. **Direitos da Criança em Portugal**: os desassossegos dos riscos na/da Infância. IV Encontro Maus-Tratos, Negligência e Risco na Infância e na Adolescência, 2011. Disponível em https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/890 . Acesso em 26 jul. 2023.

um profundo valor cultural, no sentido de abandonar qualquer lógica de posse de menores."[281]

A Autoridade Garantidora da Infância e Adolescência Italiana, ONG responsável por promover programas de implementação das garantias de proteção à infância previstas na CDC, questionam o fato de que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança não define a natureza dos recursos disponíveis que os Estados devem usar para implementar os direitos das crianças, de modo que cada um deve organizar não só os seus recursos financeiros mas, também, recursos organizacionais e sociais no intuito de garantir que todas as crianças sejam assistidas em seus direitos e que no caso da Itália os direitos assegurados na Convenção devem ter um lugar de destaque, não podendo ser relegados à segundo plano. [282]

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança foi, também, ratificada pelo parlamento Espanhol, em 30 de novembro de 1990, entrando em vigor em 5 de janeiro de 1991 e, as autoridades tem tentado, em larga escala, aplicar as recomendações da Convenção, através da criação de leis de amparo e proteção à infância, contudo, há uma crítica em relação à falta de divulgação da Convenção para o público em geral, pois as informações não chegam ao alcance da população, seja para os adultos ou para as crianças e adolescentes. As autoridades espanholas não têm se preocupado, por exemplo, em difundir os direitos e garantias assegurados pela Convenção quando da formação dos profissionais que atuam diretamente no atendimento ao público infanto juvenil, de modo que muitos desconhecem os direitos da infância assegurados pela CDC.[283]

---

[281] AUTORITÀ GARANTE PER L'INFANZIA E L'ADOLESCENZA. **La Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti dell'infanzia e dell'adolescenza**: conquiste e prospettive a 30 anni dall'adozione. 2019. p. 8. Disponível em https://www.garanteinfanzia.org/sites/default/files/agia_30_anni_convenzione.pdf. Acesso em 25 jul. 2023.

[282] AUTORITÀ GARANTE PER L'INFANZIA E L'ADOLESCENZA. **La Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti dell'infanzia e dell'adolescenza**: conquiste e prospettive a 30 anni dall'adozione. 2019. p. 8.

[283] PLATAFORMA DE ORGANIZACIONES DE INFANCIA. **Informe complementário Al iii y iv informe de aplicación de la convención sobre los derechos del niño en españa.** Plataforma de infância España.Madrid, marzo/2010. p. 18. Disponível em https://www.plataformadeinfancia.org/wp-content/uploads/2020/09/informe-complementario-al-iii-y-iv-informe-presentado-por-espana-al-comite-de-derechos-del-nino.pdf . Acesso em 27 jul. 2023.

O instituto da adoção tem dois artigos (20 e 21) na Convenção que foram amplamente discutidos durante a assembleia geral pelos países da América Latina, especialmente pelo grupo de trabalho da delegação Argentina, que foi firme em relação à redação dos referidos artigos, no sentido de evitar os abusos cometidos por alguns regimes autoritários, como a apropriação de filhos de pais perseguidos politicamente e posterior falsificação de seus documentos de identidade. Como bloco, a América Latina foi importante na elaboração dos textos relativos à adoção internacional os quais foram propostos pelos países ocidentais industrializados e não previam, por exemplo, medidas para impedir o tráfico de crianças. [284]

O artigo 20 da Convenção é claro em relação à obrigação do Estado de proteger e propiciar condições para que crianças retiradas do seu ambiente familiar se desenvolvam de forma plena e sadia. O Estado deve também garantir cuidados alternativos às crianças de acordo com suas leis nacionais, entre eles a colocação em orfanatos, a *kafalah*[285] do direito islâmico, a adoção ou, caso necessário, a colocação em instituições adequadas de proteção da criança. Diz ainda o referido artigo que ao serem consideradas as soluções acima, o Estado deve dar atenção à origem étnica, religiosa, cultural e linguística da criança, bem como a continuidade de sua educação.[286]

No artigo 21, é possível observar que a Convenção obriga os Estados Partes a garantir que o melhor interesse da criança seja a consideração primordial no processo de adoção, assegurando-se que somente as autoridades competentes sejam as responsáveis para deferir a adoção de uma criança ou adolescente, assegurando-se o contraditório e a possibilidade de reinserção do menor na família extensa antes da destituição do poder familiar. [287]

---

[284] PILOTTI, Francisco. **Globalización y convención sobre los derechos del niño:** el contexto del texto. Publicación de las Naciones Unidas. CEPAL - SERIE Políticas sociales n. 48. 2001, p. 52. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5998/1/S01040321_es.pdf . Acesso em 25 jul. 2023.

[285] Adoção legal.

[286] FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca . Acesso em 27 jul. 2023.

[287] FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF) **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**.

O mesmo artigo faz referência, também, à adoção por estrangeiros, reconhecendo que a adoção internacional é um meio alternativo, pois a preferência sempre será a permanência da criança no seu país de origem. Todavia, quando adotada por estrangeiro, devem os Estados garantir que a adoção não resulte de benefícios financeiros indevidos e, que, as autoridades competentes não envidem esforços para assegurar que a colocação da criança em outro país seja intermediada apenas pelos organismos responsáveis pela adoção. [288]

A Convenção sobre os Direitos da Criança trouxe uma reflexão acerca da importância de se garantir os direitos das crianças, sem que fossem elas qualificadas como propriedade de seus genitores, tornando-se não só um marco internacional, mas, também, um tratado de direitos humanos que foi ratificado pela maioria dos líderes mundiais e, que, auxiliou na transformação da vida de muitas crianças.

Uma das transformações que se pôde observar ao longo da história legal de proteção da criança e do adolescente foi o surgimento do Cadastro Nacional de Adoção, que trouxe critérios específicos acerca do procedimento de adoção no Brasil, de modo a garantir a efetividade dos direitos e proteção das crianças em condição de acolhimento.

2.2 ASPECTOS DESTACADOS SOBRE O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO

Para dar maior lisura ao processo de adoção, facilitar e agilizar o cruzamento de dados pelas autoridades judiciárias, entre pretendentes à adoção e crianças e adolescentes disponíveis, foi criado em 2008 o Cadastro Nacional de Adoção através da Resolução n. 54[289], em que em seu artigo 1º assim se pronunciava:

> Art. 1º. O Conselho Nacional de Justiça implantará o Cadastro Nacional de Adoção, que tem por finalidade consolidar dados de todas as comarcas das unidades da federação referentes a crianças e adolescentes disponíveis para adoção, após o trânsito em julgado dos respectivos processos, assim como dos pretendentes à adoção domiciliados no Brasil e no exterior, devidamente habilitados, havendo

[288] FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**.

[289] BRASIL. **Resolução n. 54 de 29 de abril de 2008**. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção.

> registro em subcadastro distinto para os interessados domiciliados no exterior, inserido no sistema do CNA.

Assim, estando o casal devidamente habilitado na sua comarca de residência e tendo cumprido os critérios acima descritos, o pretendente à adoção terá seu nome inscrito no cadastro existente na comarca onde ocorreu a habilitação e simultaneamente no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

O CNA foi criado com a expectativa de ser uma ferramenta precisa e segura para auxiliar os juízes na condução dos procedimentos de adoção, atendendo os anseios da sociedade de uma justiça mais célere e menos burocrática quando o assunto é adoção. O Cadastro Nacional de Adoção possibilitou a uniformização de todos os bancos de dados sobre crianças e adolescentes aptos à adoção no Brasil, assim como facilitou o cruzamento com o perfil exigido pelos pretendentes.[290]

Para Bordallo[291], “A existência desses cadastros é bastante útil, pois facilita a apuração dos requisitos legais e facilita a compatibilidade entre adotante e adotando pela equipe interprofissional, o que tornará mais célere os processos de adoção”.

O Poder Judiciário exerce o controle sobre o número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção e mantém esta relação sempre atualizada. As informações são repassadas a partir de dados colhidos em processos judiciais de adoção e, também, periodicamente pelas instituições de acolhimento, sendo que a maior ocorrência de crianças disponíveis para adoção encontra-se ligada ao abandono paterno filial.[292]

A criança que é abandonada quando recém-nascida, embora, em muitos casos, não seja possível a identificação dos pais biológicos e da sua origem, também será incluída no cadastro nacional, o que deve ocorrer dentro de um prazo mais curto

---

[290] BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/Apostila-Sistema-Nacional-de-Adoção-e-Acolhimento_2020-5-8.pdf. Acesso em 23 abr. 2022.

[291] BORDALLO. Galdino Augusto Coelho. **Adoção**, 2022. p. 162.

[292] BORDALLO. Galdino Augusto Coelho. **Adoção**, 2022. p. 162.

possível, evitando-se, com isto, que a criança permaneça muito tempo em abrigamento.[293]

Por outro lado, quando uma criança ou adolescente é abandonada, mas é possível obter-se informações acerca da sua origem, o Poder Judiciário inicialmente verificará a veracidade das informações acerca do seu abandono e sempre que possível, tentará reintegrar esta criança no núcleo familiar biológico. Constatada a impossibilidade de reinserção na família de origem, a criança ou adolescente é inscrita no cadastro nacional o mais rápido possível, de modo a possibilitar que ela ainda seja recebida por uma família substituta, isto porque, conforme se demonstrará a seguir, dependendo da idade do adotando torna-se mais difícil a realização da adoção.[294]

A tentativa de reintegrar à criança ao núcleo familiar de origem é também uma das causas de maior demora na conclusão dos processos de adoção. A regra encontra-se estabelecida no artigo 25 do ECA, de modo que o Poder Judiciário não medirá esforços na reintegração do menor na família de origem.

É importante, contudo, que se destaque que o artigo 25 do ECA foi alterado pela Lei nº 12.010/2009, que estendeu o conceito de família extensa, legitimando outros vínculos além daqueles estabelecidos com o pai e a mãe: “Art. 25, parágrafo único: Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

Para Valente[295]:

> Passa-se, com isso, a valorizar mais as diversas formas de viver família, próprias da cultura familiar brasileira, e nem por isso *desestruturada*, mas com estruturas diferenciadas que precisam ser respeitadas, desde que representem cuidado e proteção às crianças e adolescentes que com elas convivem. É importante observar que, na alteração assegurada pela Lei 12.010/2009, a rede social

[293] BORDALLO. Galdino Augusto Coelho. **Adoção**, 2022. p. 162.

[294] BORDALLO. Galdino Augusto Coelho. **Adoção**, 2022. p. 162.

[295] VALENTE, Jane. **Família acolhedora**: as relações de cuidado e proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.

> significativa é aquela *representada pela família extensa ou ampliada, que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal.* Essa família ampliada, por essa lei, é formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Em 2019, ainda no intuito de dar maior celeridade aos processos de adoção no Brasil, o Conselho Nacional de Justiça criou um sistema, denominado Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), instituído através do Ato Normativo no 5538-25/2019, o qual é resultado de uma fusão do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA)[296].

Para Herculano[297], da agência do CNJ de notícias:

> [...] o SNA engloba os cadastros municipal, estadual e nacional de pretendentes à adoção, o que permite maior controle das filas de habilitados. A parte principal é a associação da criança com o pretendente: se não há disponibilidade no município, o sistema permite que seja feita uma busca no estado, a seguir, em outras unidades da federação e, então, entre pretendentes internacionais, vinculando a criança disponível ao primeiro pretendente da lista, acelerando, assim, o processo de adoção.

O Tribunal de Justiça de São Paulo[298], através do seu portal na internet dedicado aos esclarecimentos sobre a adoção nacional, destaca:

> Uma vez habilitado pela Vara da Infância e Juventude, o pretendente é inserido no sistema SNA e sua inscrição será válida em todo o território nacional (caso opte por adotar em outros Estados pela procura nacional). O sistema fará uma procura da criança/adolescente por meio do perfil indicado no momento da habilitação.

---

[296] BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA.pdf. Acesso em 23 abr. 2022.

[297] HERCULANO, Lenir Camimura. **Novo sistema de adoção e acolhimento é realidade no país.** Agência CNJ. Disponível em https://www.cnj.jus.br/novo-sistema-de-adocao-e-acolhimento-e-realidade-em-todo-o-pais/. Acesso em 28 dez. 2022.

[298] BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Adoção nacional.** Disponível em https://adotar.tjsp.jus.br/Adocao/CadastroNacional. Acesso 28 em jun. 2022.

Uma das novidades do sistema adotado pelo SNA foi a possibilidade do pré-cadastro de pretendentes à adoção que pode ser realizado pelo próprio interessado, o qual deverá inserir seus dados pessoais e indicar o perfil da criança ou adolescente preferido. Na sequência o próprio sistema indica quais os documentos necessários para dar início ao processo de habilitação à adoção os quais devem ser levados pelo pretendente à vara da infância de sua residência. O sistema do SNA permite também que o próprio adotante verifique o seu perfil de usuário e a posição que se encontra na lista municipal, estadual e nacional.[299]

Herculano[300] esclarece, ainda, que uma das principais novidades do sistema é a automatização da busca de pretendentes para crianças disponíveis para a adoção. “Todas as noites, o sistema fará a busca automática, com o objetivo de vincular uma criança ao primeiro pretendente encontrado, dentro da ordem de preferência prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”

Segundo a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pará: “O Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais (CGCN), instituído pela Portaria Conjunta 01/2018 do CNJ[301], com o objetivo de subsidiar a elaboração e o monitoramento de políticas judiciárias, é o responsável pela gestão do SNA”[302].

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento instituiu um novo sistema de alerta para que os juízes das comarcas e os corregedores possam acompanhar os prazos de acolhimento dos pretensos adotandos e os pretendentes inscritos, trazendo maior celeridade e controle aos processos de adoção[303].

---

[299] HERCULANO, Lenir Camimura. **Novo sistema de adoção e acolhimento é realidade no país.** Agência CNJ. Disponível em https://www.cnj.jus.br/novo-sistema-de-adocao-e-acolhimento-e-realidade-em-todo-o-pais/. Acesso em 28 dez. 2022.

[300] HERCULANO, Lenir Camimura. **Novo sistema de adoção e acolhimento é realidade no país.** Agência CNJ.

[301] PARÁ. Tribunal de Justiça do Pará. **Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ)**. 2021. Disponível em https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/653278-sistema-nacional-de-adocao-e-acolhimento.xhtml. Acesso em 23 abr. 2022.

[302] PARÁ. Tribunal de Justiça do Pará. **Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ)**. 2021.

[303] PARÁ. Tribunal de Justiça do Pará. **Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ)**. 2021.

A responsabilidade pela inserção dos dados referentes aos processos de adoção nas Comarcas onde o adotante está inscrito é dos juízes das Varas da Infância e Juventude, os quais declararão, inclusive, a inexistência de pretendentes, caso não haja interessados em adotar[304].

Conforme já mencionado acima, o pretendente à adoção, somente será inserido no Cadastro Nacional de Adoção após a devida habilitação na sua Comarca, perante a Vara da Infância e Juventude, permanecendo inscrito pelo período de 3 (três) anos, com possibilidade de renovação por igual período, sendo vedada, no entanto, a duplicidade de cadastramento[305].

O SNA é, portanto, mais uma ferramenta desenvolvida com a finalidade de cruzar os dados fornecidos pelos Tribunais de Justiça dos Estados entre os pretendentes à adoção, o perfil desejado pelos pretensos adotantes e as crianças disponíveis para adoção em todo o território brasileiro, além de possuir um sistema de alertas que possibilitam aos magistrados acompanhar os prazos referente às crianças em acolhimento e em processo de adoção[306].

Pachá e Oliveira Neto[307] traçam elogios ao surgimento do Cadastro Nacional, pois no passado, não era possível fazer tão facilmente o cruzamento de dados entre o pretendente à adoção e a criança disponível à adoção dentro do perfil desejado:

> A principal causa era a ausência de um órgão centralizador dessas informações, faltava conhecimento global de quem é o pretendente a adoção, qual a sua renda, qual a sua formação e, principalmente, qual a sua preferência em relação às características da criança pretendida. Informações necessárias para a adequada compreensão dos motivos que levam o país a ter, de um lado, pouco mais de 11 mil pretendentes a adoção e, de outro, cerca de 2 mil crianças e adolescentes disponíveis e aguardando uma família. Também não era conhecida a

[304] BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA.pdf. Acesso em 23 abril 2022.

[305] BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).**

[306] BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).**

[307] PACHÁ, Andréa; OLIVEIRA NETO, Francisco de. **Cadastro Nacional permite traçar o perfil da adoção no Brasil**. Disponível em https://www.anoreg.org.br/site/imported_12444/. Acesso em 28 dez. 2022.

> realidade das crianças e adolescentes em condições de adoção. Por que razão encontram-se nesta situação? Quantas são? Qual a cor da sua pele? Qual a sua idade média?

O CNA além de reduzir em parte a burocracia do processo de adoção, foi criado especialmente como uma ferramenta para moralizar as adoções irregulares no país. No passado não era possível aos Juízes da infância e juventude ter acesso simultâneo do número de crianças acolhidas e disponíveis à adoção na comarca local, no estado e a nível nacional, sendo que "Através dele é possível que as Corregedorias Gerais de Justiça, administradoras do sistema em nível regional, exerçam o controle das informações em cada estado da federação".[308]

Porém, tanto o CNA, quanto o novo SNA, por sua vez, foram omissos quanto aos critérios de prioridade para a convocação de pretendentes, deixando a cargo das Comarcas onde é realizada a habilitação, a deliberação acerca da escolha dos pretendentes.

Tem-se observado ainda, que a criação das diversas ferramentas para facilitar o cruzamento de dados e dar maior celeridade aos processos de adoção não foram suficientes para evitar que as adoções *intuitu personae* continuassem ocorrendo. Ainda é possível constatar-se uma ocorrência predominante de mães biológicas entregando seus bebês para pretendentes determinados e por ela escolhidos.

A adoção *intuitu personae* normalmente ocorre em situações em que os pretendentes não se encontram cadastrados juntos ao SNA ou quando cadastrados, seus critérios de escolha da criança são direcionados para bebês com até 2 (dois) anos de idade, cuja espera pode levar até uma década.

Diante das frequentes discussões que afluem no Poder Judiciário, a temática da adoção *intuito personae* tem atribuído ao Cadastro Nacional de Adoção caráter não absoluto, porquanto, os Tribunais o têm interpretado de forma a garantir a primazia do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e da doutrina

---

[308] COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL. Seção São Paulo. **Cnj: Cadastro nacional de adoção completa 11 anos**. Disponível em https://cnbsp.org.br/2019/04/29/cnj-cadastro-nacional-de-adocao-completa-11-anos/. Acesso 28 dez. 2022.

de proteção integral, com prioridade absoluta ao melhor interesse da criança e do adolescente, de modo a garantir que os laços de afetividade já consolidados sejam preservados.

Portanto, embora considerada ilegal, a adoção *intuito personae* vem sendo amparada em diversas decisões judiciais, quando evidente a existência de vínculos socioafetivos estabelecidos entre a criança e os pretendentes à adoção, ainda que estes não façam parte do SNA, conforme pacífica orientação adotada pelo Superior Tribunal de Justiça[309], conforme se destaca a seguir:

> I - A observância do cadastro de adotantes, vale dizer, a preferência das pessoas cronologicamente cadastradas para adotar determinada criança não é absoluta. Excepciona-se tal regramento, em observância ao princípio do melhor interesse do menor, basilar e norteador de todo o sistema protecionista do menor, na hipótese de existir vínculo afetivo entre a criança e o pretendente à adoção, ainda que este não se encontre sequer cadastrado no referido registro;
>
> II - É incontroverso nos autos, de acordo com a moldura fática delineada pelas Instâncias ordinárias, que esta criança esteve sob a guarda dos ora recorrentes, de forma ininterrupta, durante os primeiros oito meses de vida, por conta de uma decisão judicial prolatada pelo i. desembargador-relator que, como visto, conferiu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento n. 1.0672.08.277590-5/001. Em se tratando de ações que objetivam a adoção de menores, nas quais há a primazia do interesse destes, os efeitos de uma decisão judicial possuem o potencial de consolidar uma situação jurídica, muitas vezes, incontornável, tal como o estabelecimento de vínculo afetivo;

Trata-se na verdade, de uma excepcionalidade do sistema de adoção, que prioriza a efetividade dos direitos da criança e do adolescente, como valor absoluto, em respeito ao princípio da dignidade humana e do melhor interesse do adotando, diante dos vínculos socioafetivos já estabelecidos com a nova família.

---

[309] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudências do STJ. **REsp 1172067** / MG. Relator Min. Massami Uyeda. J. 18.03.2010. Disponível em https://tinyurl.com/4bhkxt6h. Acesso em 28 jun. 2022.

Silva[310], traz uma reflexão acerca da dignidade da pessoa humana e suas dimensões na efetividade dos direitos dos cidadãos, que se harmoniza com as decisões tomadas pelos Tribunais:

> [...] a dignidade pessoa humana constitui **um** valor que atrai a realização dos direitos fundamentais do homem, em todas as suas dimensões, e, como a democracia é o único regime político capaz de propiciar a efetividade desses direitos, o que significa dignificar o homem, é ela que se revela como o seu valor supremo, o valor que a dimensiona e humaniza.

Moraes[311], ressalta que a dignidade da pessoa humana concede garantias fundamentais ao cidadão, sendo "Esse fundamento afasta a ideia de predomínio das concepções transpessoalistas de Estado e Nação, em detrimento da liberdade individual. A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa [...]".

Garantir com primazia os interesses da criança e do adolescente é condição *sine qua non* na aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, pois "a dignidade é um princípio que envolve todos os princípios relativos aos direitos e também aos deveres das pessoas e à posição do Estado perante elas"[312].

Para Cruz[313],

> A relevância jurídica dos "direitos do homem" não é *per si*, resultado de afirmações filosóficas, mas sim, como foi dito, de sua inclusão em normas vinculantes e, em especial, nos textos constitucionais, convertendo-se em direitos fundamentais, ou seja, como de inspiração para todo ordenamento jurídico.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 (art. 227) garante com absoluta prioridade que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e/ou adolescente o direito à dignidade, ao respeito e à convivência familiar, é

---

[310] SILVA, José Afonso da. **A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia**. Rev. Direito Administrativo. Rio de Janeiro. Abri/Jun/1998. p. 94. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13488/13488_3.PDF Disponível em 26 jun. 2022.

[311] MORAES, Alexandre**. Direito constitucional**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 50.

[312] MIRANDA, Jorge. **A dignidade da pessoa humana e a unidade valorativa do sistema de direitos fundamentais**. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro n. 52. abr/jun. 2014. Disponível em https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2550135/Jorge_Miranda.pdf. Acesso em 28 jun. 2022.

[313] CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do direito constitucional**. Curitiba: Juruá, 2001, p. 145.

obrigação do Poder Judiciário, portanto, promover a efetividade destes direitos através de suas decisões.

E neste aspecto, compete ao Poder Judiciário, fiscalizar o Sistema Nacional de Acolhimento para que tenha eficácia no cruzamento de dados entre os pretendentes e as crianças e adolescentes aptas à adoção, atribuição que lhe é conferida por ordem do Conselho Nacional de Justiça.

2.3 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E SUAS ATRIBUIÇÕES NOS PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO

Segundo o disposto no artigo 4º do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, compete ao CNJ "o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados", portanto, é uma instituição pública que tem por objetivo aperfeiçoar o trabalho do Poder Judiciário brasileiro, especialmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual[314].

O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005, e tem previsão no do art. 103-B da Constituição Federal, sendo o CNJ um órgão do Poder Judiciário com sede em Brasília (DF) e com atuação em todo o território nacional[315].

Entre as atribuições do CNJ está o controle da eficiência dos serviços judiciais de modo a fomentar e disseminar práticas que tenham por objetivo a celeridade dos serviços prestados pelos órgãos do Judiciário e, a partir dos relatórios estatísticos emitidos pelos órgãos do Poder Judiciário de todo o Brasil, o CNJ formula políticas judiciárias que visem a eficiência da justiça brasileira[316].

O CNJ é o órgão responsável pela implementação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), o qual tem por finalidade consolidar os dados fornecidos pelos Tribunais de Justiça brasileiros no que tange ao acolhimento

---

[314] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Quem somos**. Disponível em https://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos/. Acesso em 26 abr. 2022.

[315] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Quem somos**.

[316] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Quem somos**.

institucional de crianças e adolescentes, adoção, colocação em família substituta e sobre a inscrição e habilitação de pretendentes nacionais e estrangeiros[317].

O Conselho Nacional de Justiça "não é um órgão jurisdicional, ou seja, não é mais um tribunal ou instância de julgamento. Na realidade o CNJ se trata de um órgão administrativo", portanto, sua principal atuação é no controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.[318]

Faz parte, entre outras, das atividades do Conselho Nacional de Justiça:

> Zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do estatuto da magistratura;
>
> Definir o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário;
>
> Receber reclamação contra membros ou órgãos do judiciário;
>
> Julgar processos disciplinares e aplicar sanções aos envolvidos;
> Fomentar práticas que visem a modernização e a celeridade dos serviços dos órgãos do Judiciário.[319]

Dias[320] esclarece sobre as atribuições do CNJ nos procedimentos de adoção:

> O Conselho Nacional de Justiça instituiu o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), conjunto dinâmico de informações para atender as demandas que versam sobre acolhimento institucional e familiar, adoção e outras modalidades de colocação em família substituta, bem como sobre pretendentes nacionais e estrangeiros habilitados à adoção.

Dentre as atribuições do CNJ nos procedimentos de adoção está a prestação de apoio técnico necessário aos Tribunais de Justiça para a adequada

---

317 BRASIL. **Resolução nº 289 de 14/08/2019** do Conselho Nacional de Justiça. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e dá outras providências. Disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2976. Acesso em 26 abril de 2022.

318 FACHINI, Thiago. Projuris. **CNJ**: Uma breve história do conselho nacional de justiça. 2021. Disponível em https://www.projuris.com.br/blog/cnj-breve-historia/. Acesso 20 dez. 2022.

319 FACHINI, Thiago. Projuris. **CNJ**: Uma breve história do conselho nacional de justiça. 2021.

320 DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 2021, p. 330.

alimentação dos dados a serem inseridos no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento e a promoção de campanhas que incentivem à adoção de crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional e que já não tenham mais possibilidades de reinserção na família natural.[321]

Sem dúvida, o CNJ exerce papel fundamental no controle dos serviços judiciais relacionados à adoção, garantindo que os processos tenham não só a celeridade necessária, mas especialmente assegurem proteção às crianças em condição de adoção, exigindo que sejam respeitados os critérios de inscrição e seleção dos futuros adotantes.

2.4 CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA A CONVOCAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO

Conforme já destacado acima, podem adotar as pessoas habilitadas à adoção e devidamente inscritas nos cadastros da comarca onde residem. Segundo Carvalho[322]: “A inscrição nos cadastros de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, incluindo o contato com crianças e adolescentes em condições de ser adotados, buscando estreitar o relacionamento e criar vínculos de afinidade”.

Os pretendentes à adoção serão chamados a adotar de acordo com ordem de inscrição no Cadastro da Comarca, e com o perfil indicado em relação à criança ou o adolescente que pretende adotar. A adoção pode ser mais rápida se os pretendentes fizerem menos exigências em relação ao perfil do adotando[323].

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina, em seu artigo 50, que deve ser mantido na comarca ou foro regional a existência do cadastro de pessoas interessadas na adoção e do cadastro de menores em condições de ser

---

[321] BRASIL. **Resolução nº 289 de 14/08/2019** do Conselho Nacional de Justiça. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências. Disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2976. Acesso em 26 abr. 2022.

[322] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020, p. 742.

[323] PARANÁ. Ministério Público do Paraná. **Adoção: Um encontro de amor.** Disponível em https://mppr.mp.br/pagina-6099.html Acesso em 26 abr. 2022.

adotados, sendo deferida a inscrição dos interessados em adotar, somente após o preenchimento dos requisitos legais.

Conforme leciona Carvalho[324]:

> Somente na ausência de pessoas ou casais em condição de adotar na comarca de origem, serão as crianças e adolescentes inscritos nos cadastros estaduais e nacional, o mesmo ocorrendo com os interessados habilitados na ausência de menores para adoção.

Portanto, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando uma criança está apta à adoção é chamado a adotar o primeiro pretendente da lista, de acordo com o perfil da criança exigido. Esgota-se, neste caso, a lista da Comarca onde se encontra a criança, para posteriormente fazer o cruzamento dos perfis com o Cadastro Estadual e num último momento com o Cadastro Nacional.

Sobre o cadastro na comarca de residência dos pretendentes, esclarece Tavares[325]:

> A comarca é a unidade territorial básica da jurisdição. Quando nela só funciona um único juiz, como ocorre na maioria das comarcas brasileiras, ele exerce ali a competência do Juízo da Infância e da Adolescência. Em cada comarca dessas, portanto, existirá um cadastro previsto neste artigo do Estatuto.

O próprio §8º[326] do artigo 50 do ECA, é cristalino quanto a preferência do cadastro local na seleção de crianças e pretendentes à adoção, pois deixa claro que o Juiz apenas deverá providenciar a inscrição das crianças aptas à adoção nos cadastros estadual e nacional “que não tiveram colocação familiar na comarca de origem”, obviamente, demonstrando que a listas estadual e nacional ficam relegadas para aqueles casos em que a criança foi rejeitada na comarca de origem.

---

[324] CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**, 2020, p. 742.

[325] TAVARES, José de Farias. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**, 2012. p. 52.

[326] § 8 º A autoridade judiciária providenciará, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a inscrição das crianças e adolescentes em condições de serem adotados que não tiveram colocação familiar na comarca de origem, e das pessoas ou casais que tiveram deferida sua habilitação à adoção nos cadastros estadual e nacional referidos no § 5 º deste artigo, sob pena de responsabilidade.

Nucci[327] esclarece que é dever do Poder Judiciário manter um registro de interessados na adoção “e um banco de dados das crianças e adolescentes adotáveis. Esse cadastro, segundo este Estatuto [...] é o primeiro a ser consultado; somente depois, passa-se ao estadual e ao nacional”.

É justamente este o ponto que se deseja trazer à discussão na presente pesquisa, pois ao se dar preferência para ao cadastro local, outros casais podem estar sendo preteridos diante da inexistência de crianças disponíveis na comarca de sua residência.

Considerando que a maioria dos pretendentes à adoção têm interesse por crianças entre 2 (dois) anos e 4 (quatro) anos[328] e que estas crianças são minorias nos abrigos, a espera por um bebê pode se arrastar por longos anos, especialmente se o pretendente residir em comarca com poucos habitantes, onde frequentemente não há tantos problemas sociais e/ou a cultura da adoção não é uma realidade recorrente.

A concorrência entre pretendentes é acirrada dentro da própria comarca em relação à espera por uma criança menor de 2 (dois), de modo que estando disponível uma criança com este perfil, certamente será entregue ao primeiro inscrito no cadastro local, tornando-se, assim, inaplicável o Cadastro Estadual e o Nacional.

Assim, verifica-se a problemática para quem está inscrito numa comarca pequena, onde a entrega de bebês à adoção pela mãe biológica não é frequente, sendo que estes futuros adotantes, raramente serão chamados na comarca local diante da inexistência de crianças aptas à adoção e, portanto, ficarão à espera das crianças listadas no cadastro Estadual ou Nacional, as quais, pela sistemática adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, só estão ainda à espera de uma família, porque, foram “rejeitadas” pelos pretendentes nas comarcas do local de sua residência.

Desta forma, os critérios de seleção para pretendentes à adoção colocam os concorrentes que estão habilitados em comarcas com pouca incidência

---

[327] NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 2018. PDF.

[328] BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Disponível em: https://tinyurl.com/368yheyu. Acesso em 28 abr. 2022.

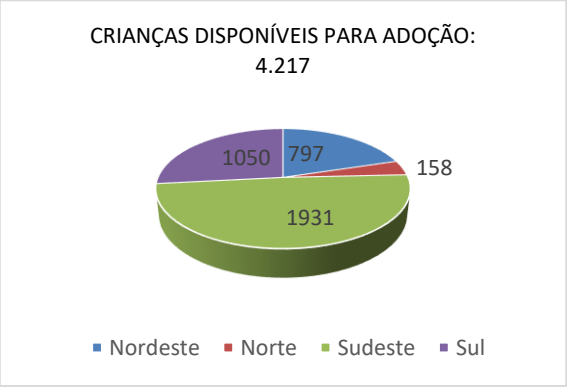
de entrega de crianças menores de 2 (dois) anos em posição de desvantagem, pois suas chances ficam significativamente diminuídas frente àqueles pretendentes inscritos em comarcas com maior frequência na entrega de bebês para adoção.

Naturalmente que em se tratando de crianças com mais de 5 (cinco) anos de idade, com problemas de saúde ou grupo de irmãos, há maior incidência de adoções através do Cadastro Nacional, uma vez que este perfil é normalmente recusado pela maioria dos pretendentes no cadastro disponível na comarca local.

2.5 PERFIL DE CRIANÇAS APTAS À ADOÇÃO NO BRASIL SEGUNDOS DADOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

No sítio da internet do Conselho Nacional de Justiça é possível ter acesso ao relatório atualizado do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento no que diz respeito às crianças e adolescentes disponíveis para adoção e as informações sobre o perfil destes futuros adotandos.

Segundo dados do CNJ, representados pelo gráfico abaixo, em dezembro de 2022 existiam 4.217 (quatro mil duzentas e dezessete) crianças cadastradas no SNA aptas à adoção, sendo a maior concentração delas na região sudeste com 1.931 (hum mil novecentos e trinta e uma) e na região sul com 1.050 (hum mil e cinquenta) crianças disponíveis. Na região sudeste observa-se que o maior número é registrado no Estado de São Paulo (991 crianças) e na região sul no Estado do Rio Grande do Sul (494 crianças)[329].



[329] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Crianças disponíveis ou vinculadas para adoção**. Disponível em https://tinyurl.com/2p8kxsus Acesso em 27 dez. 2022.

Esse percentual maior de crianças acolhidas nas regiões sul e sudeste se explica em razão da maioria dos pretendentes inscritos ter preferência por crianças de no máximo 8 (oito) anos, contudo, é possível observar que nestas regiões o maior número de crianças disponíveis para adoção está na faixa etária acima de 10 (dez) anos de idade.[330]

Com relação ao perfil das crianças e adolescentes disponíveis para adoção, constata-se que a maioria possui mais de 14 (quatorze) anos de idade, sendo 1.412 (hum mil quatrocentas e doze) delas e, apenas 329 (trezentas e vinte e noven) crianças aptas à adoção possuem menos de 2 (dois) anos de idade. Já na análise por grupos de irmãos percebe-se que a maioria das crianças disponíveis não possuem nenhum irmão, neste perfil são registradas 1.821 (hum mil oitocentas e vinte e uma) crianças; 943 (novecentos e quarenta e três) possuem pelo menos um irmão; 689 (seiscentos e oitenta e nove) delas possuem 2 (dois) irmãos; 409 (quatrocentos e nove) contam com 3 (três) irmãos e 358 (trezentos e cinquenta e oito) crianças ou adolescentes aptos à adoção possuem mais de 3 (três) irmãos[331].

Os dados do CNJ acima, revelam a realidade e o perfil das crianças acolhidas no Brasil e com poucas chances de serem adotadas, ou seja, adolescentes com mais de 14 (quatorze) anos, grupo de irmãos, crianças negras e com alguma deficiência física ou doença grave. Este fator ocorre em razão do perfil exigido pelos pretendentes e, também, pela morosidade na condução dos processos de destituição do poder familiar que tramitam no Poder Judiciário.

Observa-se que do percentual total de crianças aptas à adoção 16,70% (dezesseis vírgula setenta por cento) são crianças negras; 28,30% (vinte e oito vírgula trinta por cento)brancas; 53,20% (cinquenta e três vírgula vinte por cento) pardas; 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) amarela e 0,60% (zero vírgula sessenta por cento) não possuem informações sobre a sua etnia.[332] Portanto, pode-se observar que

---

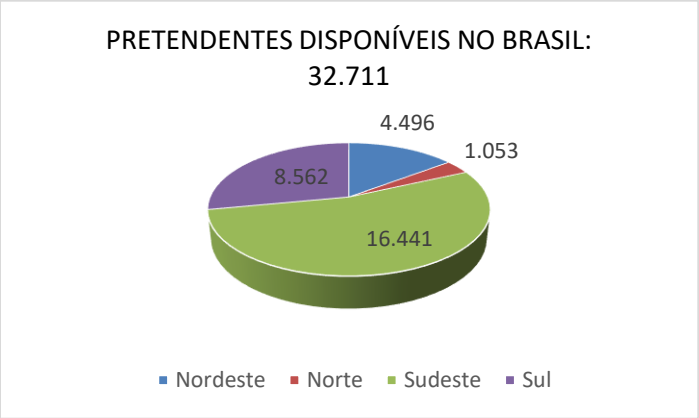
[330] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Crianças disponíveis ou vinculadas para adoção**.

[331] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Crianças disponíveis ou vinculadas para adoção**.

[332] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Crianças disponíveis ou vinculadas para adoção**.

crianças negras e pardas formam a maioria (81,50%) nas instituições de acolhimento a espera de uma família adotiva, isto porque, a grande preferência dos adotantes é pautada num estereótipo de criança modelo, ou seja, branca e de olhos claros.

Com relação aos pretendentes já habilitados e disponíveis para receber uma criança ou adolescente o número é de 32.711 (trinta e dois mil setecentos e onze) pessoas aptas; identificando-se que a maioria dos pretendentes (16.441) também está na região sudeste do país e o segundo maior número se concentra na região sul, com 8.562 pretendentes disponíveis, números que são representados no gráfico abaixo.[333]



O elevado número de pretendes à adoção na região Sudeste, se explica em razão de que é a região brasileira mais populosa, concentrando nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o maior número de habitantes (39 milhões)[334], além de observar-se que a maioria dos pretendentes aceita apenas crianças de até 6 (seis) anos de idade, branca e sem doenças ou deficiência física. Já a região Sul do país, se destaca nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por apresentar mais pretendentes disponíveis. Estes números na Região Sul chamam a atenção uma vez que não se trata da segunda região mais populosa do país, todavia, pelos dados do CNJ é possível observar que esta região também ficou em

[333] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Pretendentes disponíveis**. Disponível em https://tinyurl.com/ywmsz7sk. Acesso em 27 dez. 2022.

[334] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html . Acesso em 27 jul. 2023.

segundo lugar em adoções concluídas desde 2019, o que pode ser um fator motivador para que mais interessados se habilitem.[335]

Quanto à faixa etária escolhida, observa-se uma preferência acentuada (10.609 pretendentes) por crianças entre 2 (dois) e 4 (quatro) anos de idade, sendo que apenas 87 (oitenta e sete) cadastrados aceitam adolescentes maiores de 16 (dezesseis) anos. Na questão relacionada as doenças, 92,10% (noventa e dois vírgula dez por cento) dos pretendentes não aceitam crianças com doenças infectocontagiosas; 94,30% (noventa e quatro vírgula trinta por cento) preferem crianças sem deficiência e 60,70% (sessenta vírgula setenta por cento) manifestaram-se contra a adoção de crianças com algum tipo de doença, todavia, 19.738 (dezenove mil setecentos e trinta e oito) pretendentes aceitam crianças e adolescentes de qualquer etnia[336].

Sendo assim, analisando-se os perfis acima, é possível diagnosticar as razões pelas quais a adoção no Brasil é alvo de críticas, as quais são sempre atribuídas à demora na espera por uma criança apta à adoção. A maioria das crianças e ou adolescentes aptos à adoção não preenchem o perfil dos pretendentes disponíveis, sendo assim, há evidente incompatibilidade nos números.

No Brasil, são 32.711 (trinta e dois mil setecentos e onze) pessoas disponíveis a adotar, sendo que 26.446 (vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e seis) pretendentes aceitam apenas crianças de até 6 (seis) anos de idade; por outro lado, tem-se 4.217 (quatro mil duzentos e dezessete) crianças aptas para serem recebidas em adoção, dentre elas 3.290 (três mil duzentos e noventa) são maiores de 6 (seis) anos.

Apesar dos dados mostrarem que 32.711 (trinta e dois mil setecentos e onze) pessoas estão aptas a adotar uma criança ou adolescente no Brasil, apenas 5.447 (cinco mil quatrocentos e quarenta e sete) crianças estão em processo de adoção neste momento da pesquisa, a maioria delas conta com até 2 anos de idade,

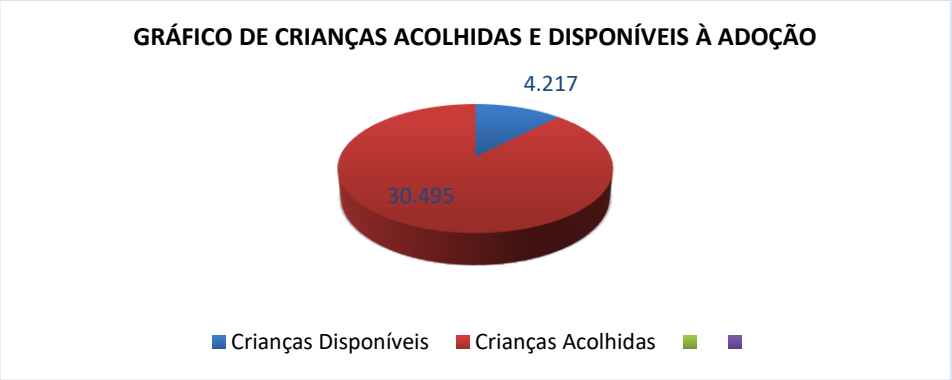
---

[335] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Crianças adotadas a partir de janeiro de 2019**. Disponível em https://shre.ink/ajJp. Acesso em 27 jul. 2023.

[336] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Pretendentes disponíveis**. Disponível em https://tinyurl.com/ywmsz7sk Acesso em 27 dez. 2022.

sem irmãos, sexo masculino, cor branca e sem qualquer tipo de doença ou deficiência física. São Paulo lidera as cidades com maior número de crianças em processo de adoção, com 1.574 (hum quinhentos e setenta e quatro) processos em andamento, estando a região Norte do país em última posição, sendo o Estado de Roraima o menos avançado, com apenas 2 processos em andamento.[337]

Infelizmente, dados do CNJ representados no gráfico abaixo, mostram que 30.495 (trinta mil quatrocentos e noventa e cinco) crianças atualmente se encontram em situação de acolhimento, sendo a maior parte delas com idade superior a 16 (dezesseis) anos (5.227) e com alguma doença infectocontagiosa (99,60%). Nota-se a partir destes dados que muitas crianças e adolescentes (26.278) estão institucionalizadas, porém, ainda não se encontram disponíveis para a adoção. É possível observar, ainda, que 2.156 (dois mil cento e cinquenta e seis) crianças ou adolescentes se encontram acolhidas há mais de 2 (dois) anos.[338]



É certo que a permanência do infante em instituições de acolhimento e a longa espera pela adoção é danosa à sua formação psicológica e social, mas infelizmente, pelo sistema atual adotado pelo ECA, uma criança somente será colocada em adoção após esgotadas todas as possibilidades de reintegração ao núcleo familiar biológico e/ou quando decretada a perda do poder familiar pelo Poder Judiciário, sendo que até que todos estes critérios sejam cumpridos, inevitavelmente

[337] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Crianças em processo de adoção**. Disponível em https://tinyurl.com/4jx3yfyu. Acesso em 27 dez. 2022.

[338] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Crianças acolhidas**. Disponível em https://tinyurl.com/34rt6xu8. Acesso em 27 dez. 2022.

a criança já está mais crescida, diminuindo suas chances de ser adotada pois os candidatos interessados, em sua maioria preferem crianças menores.[339]

A adoção tardia é ainda alvo de muito preconceito em nosso país, sendo que muitos pretendentes se baseiam em concepções equivocadas de que a criança ou adolescente, com mais idade, não teriam mais condições de estabelecer novos vínculos socioafetivos, especialmente porque, permaneceram muito tempo institucionalizadas e na maioria trazem consigo histórico anterior de violência e conflitos emocionais.

Por adoção tardia, entende-se a adoção de crianças ou adolescentes maiores e que possuem certa independência do adulto, normalmente com mais de 6 anos de idade.

Conforme leciona Barros[340]:

> Essa percepção de adoção tardia potencializa crenças e expectativas negativas com o medo de que a criança, por ter passado longo período de sua vida em instituições de acolhimento, ou ter experenciado outras relações familiares difíceis, não se adapte ou não consiga estabelecer vínculos afetivos com a nova família, além da crença de que a criança que passou parte significativa de seu desenvolvimento em instituições possui vícios, traumas irreversíveis, falta de educação e de limites que dificultarão, ou mesmo impedirão, o estabelecimento de novos vínculos.

Conforme destacam Costa e Rossetti-Ferreira[341], a maioria das famílias inscritas nos cadastros procuram por crianças menores ou recém-nascidas por “medo de que crianças mais velhas trariam consigo maus hábitos, defeitos de caráter adquiridos em suas famílias de origem (por convivência ou por herança biológica) ou ainda adquiridos em abrigos”.

---

[339] NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 2018.

[340] BARROS, Rosa Maria Souza de. **Adoção e família**: A preferência pela faixa etária, certezas e incertezas. Curitiba: Juruá: 2014. p.66

[341] COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia**. Psicologia: Reflexão e Critica, 20(3), 2007. p. 425-434.

Para Surama Gusmão Ebrahim[342], autora de uma pesquisa realizada no ano de 2001 no Estado da Paraíba, sobre a adoção tardia, e que buscou avaliar adotantes de crianças maiores de dois ano e pais que efetuaram adoções de bebês, a justificativa repousa basicamente na questão de adaptação das crianças adotadas à nova família:

> Os conceitos dos adotantes quanto à adoção de crianças mais velhas, e que surgem como forma de justificar a preferência por bebês, relacionam-se, fundamentalmente, com a dificuldade na educação. Segundo as famílias adotivas, dificilmente uma criança adotada tardiamente aceitaria os padrões estabelecidos pelos pais, pois estariam com sua formação social iniciada. As pessoas, portanto, adotariam bebês para obterem uma melhor adaptação entre pais e filhos e uma adequada socialização, onde as crianças fossem capazes de atender aos anseios da família

A autora acima mencionada, descreve ainda em sua pesquisa que os adotantes que optaram por crianças mais velhas, apresentaram nível socioeconômico superior aos pais adotantes que preferiram bebês. O estado civil dos pais adotantes de crianças acima de 2 (dois) anos também apresentou um panorama diferenciado, ou seja, muitos adotantes divorciados, solteiros ou viúvos. Por outro lado, os adotantes que preferiram bebês, em sua maioria, eram casados.[343]

Mas o preconceito em relação à idade da criança em razão das questões relacionadas à sua origem não é o único entrave à concretização da adoção. Muitos casais que não tiveram a possibilidade de ter um filho biológico procuram as varas da infância no afã de concretizarem o sonho da maternidade/paternidade e, para tanto, procuram bebês recém-nascidos com características que se assemelham a eles, criando critérios restritivos em relação ao perfil da criança.[344]

Inegavelmente as experiências traumáticas vivenciadas pela criança ou adolescente antes da adoção, podem sim, influenciar no seu comportamento futuro,

---

[342] EBRAHIM. Surama Gusmão. **Adoção Tardia**: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional. Psicologia: Reflexão e Crítica, 14(1), 2001. p. 73-80.

[343]EBRAHIM. Surama Gusmão. **Adoção Tardia**: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional, 2001. p. 73-80.

[344] BARROS, Rosa Maria Souza de. **Adoção e família**: A preferência pela faixa etária, certezas e incertezas. 2014. p.67

essa é uma realidade que obviamente não se pode negar e, segundo Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro[345]: “Essas e outras experiências vão se acumulando no histórico dessas crianças desde o rompimento com a família biológica, incluindo a passagem por instituições de acolhimento, até a chegada à família adotiva.”

Do mesmo modo, Costa e Rossetti-Ferreira[346] apontam que:

> Na adoção tardia a tensão é ainda mais complexa porque a criança se posiciona no processo interativo de modo mais ativo que um bebê, aceitando, negando e negociando posições que lhe são atribuídas, somado ao fato de que ela tem uma história pregressa. Uma história de vida anterior às relações agora estabelecidas.

O filho adotivo, inevitavelmente, carrega consigo as feridas da rejeição pela mãe biológica que se recusou ficar com ele após o seu nascimento e, do ponto de vista psicológico, essa rejeição, qualquer que sejam os motivos, traz sequelas de ordem psicológica em vários graus, do quase imperceptível ao mais agudo. Denota-se ainda que estas sequelas, normalmente estão ligadas aos relacionamentos humanos, porque a criança se vê como não merecedora de qualquer sentimento de afeto, todavia, a maturidade a ser alcançada pela criança e o amor que serão recebidos da nova família podem suavizar e inclusive curar todas essas mazelas, tornando o processo de convivência algo natural e sem traumas.[347]

Nesta perspectiva, muitos pais preferem ocultar a verdade dos filhos adotivos, apagando as velhas memórias da vida da criança, na tentativa de desconstruir antigos valores éticos e morais estabelecidos. Porém, as informações em relação ao passado e a todo o processo de adoção mostram-se importantes na formação psíquica da criança ou adolescente e especialmente na criação de vínculos de afeto com a nova família, se fazendo “necessário que os pais adotivos compreendam que “ser pai/mãe” é mais importante do que gerar um filho” e que o

---

[345] SAMPAIO, Débora da Silva; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Pedras no Caminho da Adoção Tardia**: Desafios para o Vínculo Parento-Filial na Percepção dos Pais. Pontífica Universidade do Rio de Janeiro. Temas em Psicologia. Março 2018, vol. 26, no 1, 311-324. Disponível em https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt. Acesso em 27 dez. 2022.

[346] COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia**. Psicologia: Reflexão e Critica, 2007, p. 425-434.

[347] NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e adolescente comentado**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 179

histórico da criança adotiva constitui parte da sua identidade sendo de grande relevância ressignificá-lo.[348]

Para Vargas[349]

> As projeções dos pais, de acordo com as expectativas de todo o grupo familiar em relação à criança, imprimem características ao processo de adoção tardia, determinando, muitas vezes, o caminho que ele vai seguir. ROBERT (1989) assinala que a criança fantasiada pelos pais deve ser "maleável" o bastante para permitir uma superposição com a criança real, ou seja, que deve haver uma certa flexibilidade quanto às características imaginadas, para que a criança real possa, pouco a pouco, desenvolver qualidades no sentido de se aproximar da criança imaginária dos pais adotivos.

Costa e Rossetti-Ferreira[350] relatam a partir de suas experiências profissionais e pesquisas acadêmicas realizadas, que há um forte desejo dos pais adotivos de que o passado da criança seja esquecido, uma vez que "para a maioria das crianças abrigadas, esse passado envolve histórias de abandono, negligência, rupturas, perdas e (ou) violência. Seria a possibilidade de sair do limbo e ganhar um batismo, uma vida nova", contudo, concluem que essa percepção sobre o passado da criança dificulta "o processo de adoção e de constituição de maternidade e paternidade" além de desenvolver um sentimento negativo em relação às lembranças das experiências do passado.

Embora se possa constatar que há uma forte preocupação do legislador em criar ferramentas jurídicas que possibilitem reduzir o tempo de espera nas filas de adoções e especialmente o tempo de abrigamento de crianças e adolescentes acolhidos, é imprescindível que se criem políticas públicas de conscientização para

---

[348] SAMPAIO, Débora da Silva; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Pedras no Caminho da Adoção Tardia**: Desafios para o Vínculo Parento-Filial na Percepção dos Pais. 2018. Disponível em https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt. Acesso em 27 dez. 2022.

[349] VARGAS, Marlizete Maldonado. **Adoçao tardia**: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 40.

[350] COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia**, 2007. p. 425-434.

que sejam rompidos antigos mitos acerca da adoção de crianças maiores e, acerca desta temática, Sampaio, Magalhães e Férres-Carneiro[351] lecionam que:

> Apesar das transformações ocorridas até aqui, construir uma nova cultura da adoção no Brasil que quebre antigos mitos e preconceitos é uma tarefa que ainda impõe muitos desafios. A adoção se apresenta como principal solução para tentar reconstruir um ambiente familiar que se adeque às necessidades da criança com um histórico de perdas e separações. A literatura tem mostrado que o processo de adoção tardia envolve diversas especificidades e desafios tanto para os pais quanto para as crianças, sobretudo, no que diz respeito ao período inicial de convivência.

Portanto, a partir dos dados coletados acima e dos demais entraves relacionados à idade das crianças à espera de uma família para adoção é que a longa espera pela adoção se justifica. Hoje, a maioria das crianças e adolescentes aptos à adoção não preenchem o perfil escolhido pela maioria dos pretendentes, especialmente porque, muitos pretendentes querem realizar o desejo da maternidade/paternidade e por este motivo, escolhem um bebê para educá-lo dentro dos padrões e rotinas da família.

Para fundamentar a pesquisa a partir da proposta apresentada, faz-se necessário demonstrar como ocorre o cadastro de pretendentes a adoção no Estado de Santa Catarina e, também, o perfil de crianças exigido no momento da inscrição.

2.6 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA – CUIDA

O Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA, foi instituído no Estado de Santa Catarina, pelo Poder Judiciário através do Provimento 13/2005 de 20 de outubro de 2005, pelo então Desembargador Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Eládio Torret Rocha, com o objetivo de facilitar e agilizar os procedimentos relativos à adoção e disciplinar os critérios de inscrição

[351] SAMPAIO, Débora da Silva; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Pedras no Caminho da Adoção Tardia**: Desafios para o Vínculo Parento-Filial na Percepção dos Pais. 2018. Disponível em https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt. Acesso em 27 dez. 2022.

dos pretendentes de modo a se evitar a multiplicidade de pedidos, como ocorria no passado[352].

Sendo assim, em Santa Catarina, os pretendentes à adoção devem se habilitar obrigatoriamente na Comarca onde residem e após habilitados, integram uma ordem cronológica, sendo que quando uma criança está apta à adoção é chamado o primeiro pretendente da lista, de acordo com o perfil da criança exigido e, esgota-se, neste caso, a lista da Comarca onde se encontra a criança, para posteriormente fazer o cruzamento dos perfis com o Cadastro Estadual (CUIDA) e num último momento com o Cadastro Nacional. [353]

O Provimento 13/2005 prevê ainda que a Comissão Judiciária de Adoção (CEJA) auxiliará no gerenciamento do cadastro de pretendentes à adoção mantendo atualizados os dados relativos aos interessados estrangeiros na adoção internacional[354].

No Estado de Santa Catarina, a instituição do CEJA ocorreu através da Resolução n. 001/933, de junho de 1993 “com a finalidade de contribuir para a garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina, segundo a Lei Federal”.[355]

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção em Santa Catarina é composta por 6 (seis) membros, dentre eles o corregedor geral da justiça do Estado, um juiz da infância da comarca da capital, um representante do Ministério Público, um representante da classe dos advogados, um(a) assistente social e um(a) psicólogo(a),

---

[352] SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Provimento 13/2005 de 20 de outubro de 2005**. Dispõe acerca do cadastro único informatizado de pretendentes à adoção, de entidades de abrigo e de crianças e adolescentes abrigados ou em condições de colocação em família substituta. Disponível em https://tinyurl.com/mwntyf5k. Acesso em 28 abr. 2022.

[353] SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC).** Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/adocao/cadastro-unico-cuida. Acesso em 4 jan. 2022

[354] SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Provimento 13/2005 de 20 de outubro de 2005**. Dispõe acerca do cadastro único informatizado de pretendentes à adoção, de entidades de abrigo e de crianças e adolescentes abrigados ou em condições de colocação em família substituta. Disponível em https://tinyurl.com/mwntyf5k. Acesso em 28 abr. 2022.

[355] SANTA CATARINA. Poder Judiciário de Santa Catarina. **Regimento interno da comissão estadual judiciária de adoção**. Disponível em https://tinyurl.com/589du3sa. Acesso em 28 abr. 2022.

os quais tem como função fazer o estudo prévio e análise dos pedidos de habilitação à adoção de estrangeiros residentes e domiciliados fora do país[356].

A Resolução 289, de 14 de agosto de 2019, editada pelo Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), o qual engloba os cadastros municipal, estadual e nacional de pretendentes à adoção, “permite maior controle das filas dos habilitados, de forma que, se não há disponibilidade de adoção no Município, o sistema integrado permite que a busca seja feita no Estado e, na sequência, nas outras unidades da Federação, acelerando o processo de adoção”.[357]

O Estado de Santa Catarina, é o menor estado do sul do Brasil com 95,4 mil km². O Estado é composto por 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios e sua Capital é Florianópolis. Destaca-se entre as maiores cidades, Joinville, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Chapecó, Criciúma, Lages e Jaraguá do Sul e sua população está estimada em 7.165.000 (sete milhões cento e sessenta e cinco mil) habitantes.[358]

Estes dados são relevantes para a presente pesquisa em razão da necessidade de se demonstrar as dificuldades no processo de adoção de crianças e adolescentes quando os pretendentes se encontram inscritos em comarcas do interior de Estados com poucos habitantes, o que também é objeto de estudo no presente trabalho.

Em Santa Catarina, conforme se iliustra através dos gráficos abaixo, atualmente existem apenas 201 (duzentas e uma) crianças disponíveis para adoção, a maioria delas com idade entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos (45) e por outro lado, constam nos dados do CNJ que 2.842 (dois mil quatrocentos e oitenta e dois) pretendentes estão disponíveis para adotar, porém, apenas 4 destes pretendentes aceitam adolescentes entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos. A preferência dos Catarinenses é por crianças entre 4 e 6 anos, sem doenças infectocontagiosas ou

---

[356] SANTA CATARINA. Poder Judiciário de Santa Catarina. **Regimento interno da comissão estadual judiciária de adoção**. Disponível em https://tinyurl.com/589du3sa. Acesso em 28 abr. 2022.

[357] MADALENO. Rolf. **Manual de Direito de Família**. 2020. p. 222

[358] SANTA CATARINA. **Portal do Estado**. Disponível em https://estado.sc.gov.br Acesso em 27 dez. 2022.

alguma deficiência física. A maioria dos pretendentes são casados ou vivem em união estável.[359]





Como se pode observar, o perfil de crianças escolhidas pelos Catarinenses não foge à regra nacional, a preferência também é em relação à adoção clássica, ou seja, crianças de menor idade. Mais uma vez é possível observar que “a conta não fecha” porquê das 201 crianças ou adolescentes disponíveis no Estado, 45 relacionam-se à adoção tardia, sendo que apenas 4 pretendentes aceitam este perfil. Dentre todas as crianças disponíveis, apenas 14 crianças preenchem o perfil desejado pela maioria dos pretendentes[360], sendo que estes dados são relevantes e auxiliam

[359] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Sistema Nacional de Acolhimento**. Disponível em https://tinyurl.com/t6nr6vapl Acesso em 27 dez. 2022.

[360] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Sistema Nacional de Acolhimento**. Disponível em https://tinyurl.com/ywmsz7sk Acesso em 27 dez. 2022.

na visualização da disparidade entre crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Estado de Santa Catarina e as preferências dos candidatos.

Outra questão bastante pontual e que deveria ser uma preocupação efetiva do Estado diz respeito aos jovens acolhidos e próximos de completar a maioridade, sendo a adoção uma questão de necessidade. Desta forma, entende-se que o maior desafio do Estado de Santa Catarina, assim como de todo o Poder Público nacional, encontrar famílias interessadas para estes adolescentes que foram preteridos pelos pretendentes e que também possuem o direito fundamental à convivência familiar, a qual deve ser tutelada pelo Estado garantindo sua efetivação.

Assim como ocorre no Estado de Santa Catarina, no Brasil muitas crianças e adolescentes permanecem longos anos em instituições de acolhimento e, infelizmente, completam a maioridade sem ter a chance de conviver com uma família que lhe dê amor e afeto. Em pior situação, na maioria das vezes, o jovem precisa deixar a instituição sem ter um lar acolhedor.

O ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Paulo Paim, destaca que, “em grande parte, essa condição acaba sendo causada pelo próprio Estado, na lentidão para finalizar a burocracia que libera a criança para a adoção” como por exemplo a incessante e morosa busca por familiares que desejem ficar com a criança ou o adolescente e a destituição do poder familiar.[361]

Embora esse não seja o objeto central desta pesquisa é importante se registrar que a morosidade do Poder Judiciário, também, contribui para as longas esperas dos pretendentes à adoção, uma vez que muitas crianças são retiradas dos pais biológicos e colocadas em instituições de acolhimento, lá permanecendo por longos e intermináveis anos à espera do processo burocrático de destituição do poder familiar.

A falta de funcionários, juízes e equipe interdisciplinar para atuar nos inúmeros processos de destituição do poder familiar em trâmite nas Varas da Infância

[361] BRASIL. Senado Federal. Agência do Senado. **Jovens não adotados vivem drama quando fazem 18 anos e precisam deixar abrigos**. 2020. Disponível em https://tinyurl.com/573hvam3. Acesso em 27 dez. 2022.

do Estado é uma realidade que contribui para a morosidade dos processos e com isso a longa espera das crianças nos abrigos.

2.7 A INSCRIÇÃO E OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO RESIDENTES EM SANTA CATARINA

Conforme já demonstrado acima, a inscrição de pretendentes à adoção residentes no Estado de Santa Catarina será feita na Comarca em que residem os pretendentes, pois o próprio Conselho Nacional de Justiça proíbe a multiplicidade de inscrições ou a inscrição dos pretendentes fora do seu domicílio.

Para a inscrição à adoção os pretendentes deverão procurar o fórum da comarca de sua residência, presencialmente, munidos dos documentos pessoais originais, certidões de antecedentes criminais e de ações cíveis; atestado de sanidade mental, comprovante de residência, rendimentos, certidão de casamento, nascimento ou declaração de união estável, onde preencherão o requerimento simples conforme modelo elaborado pelo próprio Poder Judiciário e disponível inclusive no site do Tribunal[362].

Recebido o pedido de inscrição, o processo será encaminhado ao representante do Ministério Público para a devida manifestação. Ao retorno, o Juiz determinará que o pretendente participe de programa de preparação psicossocial e jurídica, e determinará a realização de estudo psicossocial pela equipe do serviço social do juízo da infância e juventude[363].

O curso de preparação para adoção oferecido pelo Poder Judiciário aos pretendentes, tem ocorrido semestralmente, em todas as comarcas do Estado de Santa Catarina, na modalidade EaD (a distância) desde o ano de 2020, em razão da pandemia de Covid-19, sendo que outrora era oferecido de forma presencial.[364]

---

[362] SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Documentos para a adoção nacional**. Disponível em https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/adocao-nacional. Acesso em 28 abr. 2022.

[363] SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Adoção:** habilitação de pretendentes à adoção nacional. Disponível em https://tinyurl.com/5c9dcjh7. Acesso em 28 abr. 2022.

[364] SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Adoção:** habilitação de pretendentes à adoção nacional. Disponível em https://tinyurl.com/5c9dcjh7. Acesso em 28 abr. 2022.

O andamento do pedido de habilitação pode ser acompanhado pelos pretendentes “mediante contato com o fórum da comarca de residência do requerente, no setor psicossocial ou vara com competência na infância e juventude, preferencialmente por e-mail”[365].

Nos termos do Provimento 13/2005, uma vez deferida a habilitação dos pretendentes à adoção e tendo ocorrido o trânsito em julgado da decisão, serão incluídos os nomes dos pretendentes no CUIDA – Cadastro Único Informatizado, em que o processo será encaminhado à assistente social forense para a inserção dos dados no sistema do Poder Judiciário para posterior arquivamento[366].

O artigo 5º do Provimento 13/2005[367], determina que:

> Constatada a possibilidade de adoção, o juiz fará a consulta ao cadastro para a busca do(s) pretendente(s), observada a ordem de habilitação e atendida a seguinte preferência:
>
> I - pretendente(s) residente(s) na comarca;
>
> II - pretendente(s) residente(s) no Estado;
>
> III - pretendente(s) residente(s) em outros Estados da Federação;

Portanto, os critérios para seleção dos pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina encontram-se previstos no Provimento 13/2005, o qual determina que a consulta será realizada primeiramente na comarca de residência dos pretendentes, onde, também, ocorrerá o cruzamento com o perfil da criança apta à adoção, disponível na mesma comarca.

---

[365] SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Adoção:** habilitação de pretendentes à adoção nacional. Disponível em https://tinyurl.com/5c9dcjh7. Acesso em 28 abr. 2022.

[366] SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Provimento 13/2005 de 20 de outubro de 2005**. Dispõe acerca do cadastro único informatizado de pretendentes à adoção, de entidades de abrigo e de crianças e adolescentes abrigados ou em condições de colocação em família substituta. Disponível em https://tinyurl.com/mwntyf5k. Acesso em 28 abr. 2022.

[367] SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Provimento 13/2005 de 20 de outubro de 2005**. Dispõe acerca do cadastro único informatizado de pretendentes à adoção, de entidades de abrigo e de crianças e adolescentes abrigados ou em condições de colocação em família substituta.

Sendo assim, após a inclusão dos pretendentes no cadastro, inicia-se o processo de localização de uma criança ou adolescente dentro do perfil escolhido pelos pretendentes, ocorrendo, deste modo, o cruzamento de dados e a identificação do pretendente, inicia-se o processo de aproximação e estágio de convivência.

Em situações de falta de candidatos habilitados na comarca de residência ou qualquer outro da lista nacional, é possível que seja deferida pelo juiz a adoção internacional, nos termos do artigo 50, § 10 do ECA. A adoção internacional somente será deferida se verificado o real benefício ao adotado.

Sobre o estágio de convivência, o artigo 46[368] do ECA, determina que seja fixado pelo prazo máximo de 90 dias para que adotantes e adotado se adaptem à nova realidade familiar e possam ser avaliados pela equipe interdisciplinar do Juízo da Infância e Juventude da comarca de residência dos interessados.

Bordallo[369] acrescenta que o estágio de convivência se mostra necessário e salutar neste processo de adaptação:

> Esta aferição se faz extremamente necessária, pois não basta que o adotante se mostre uma pessoa equilibrada e que nutre grande amor pelo próximo, uma vez que breve e superficial contato nas dependências do Juízo não garante aquilatarem-se as condições necessárias de um bom pai ou boa mãe. Indispensável a realização de acompanhamento do dia a dia da nova família, a fim de ser verificado o comportamento de seus membros e como enfrentam os problemas diários surgidos pela convivência.

A adoção traz consigo muitas ocorrências de inaptidão dos adotantes para o exercício da paternidade e maternidade, pois muitos não sabem lidar com as dificuldades diárias que uma rotina com a criança apresenta, não sendo raros os casos de devolução da criança durante o período do estágio de convivência.

Muitos adotantes criam uma expectativa fantasiosa e romântica acerca da adoção e quando se deparam com a realidade, há uma reveladora constatação de

---

[368] **Art. 46.** A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

[369]BORDALLO. Galdino Augusto Coelho. **Adoção**, 2022. p. 172.

que não estavam preparados para o exercício da parentalidade. Muitos pais não estão preparados, por exemplo, para as noites mal dormidas, as doenças que a criança pode apresentar, a rebeldia em razão do processo de aceitação da criança à nova família, sendo, portanto, muito necessário o estágio de convivência.

Oliveira e Maux[370] promovem uma análise fenomenológica do processo de adaptação dos pais adotantes com criança recém inserida no contexto familiar:

> [...]pode-se pensar que a adoção é permeada por tabus, fantasias e medos. A disposição afetiva para adotar se inicia anteriormente à própria filiação, mas a construção concreta desses novos papéis de pai/mãe e filho começa com a chegada da criança ao lar dos adotantes. Nesse período se inicia o estágio de convivência. É um momento delicado, por envolver pessoas que até então se desconheciam, podendo haver ansiedade pela construção do vínculo.

É importante que se registre que o ECA prevê a necessidade de consentimento dos genitores biológicos do adotando ou do representante legal, o qual poderá ser dispensado caso os pais sejam desconhecidos ou já tenham sido destituídos do poder familiar, conforme prevê o artigo 45 do Estatuto. Tratando-se de criança ou adolescente com mais de 12 (doze) anos será também necessária à sua concordância.

Bordallo[371] destaca que:

> Com a adoção é rompido o vínculo de parentesco com a família biológica como consequência lógica de novo vínculo: do adotivo com a família substituta. Por tal motivo, a lei exige que os pais biológicos consistam na adoção, como se verifica pela regra constante do art. 45, caput, do ECA, já que possuem legitimo interesse em realizar oposição a que seu filho ingresse em uma família substituta.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 50 §13º, traz algumas exceções à regra da obrigatoriedade de habilitação e inscrição no Cadastro

---

[370]OLIVEIRA, Laura Cristina Santos Damásio de; MAUX, Ana Andréa Barbosa. **O estágio de convivência em casos de adoção:** uma compreensão fenomenológica. Pepsic: Periódicos Eletrônicos em Psicologia. Rev. abordagem gestalt. v. 27 n. 3 Goiânia set./dez. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672021000300006. Acesso em 28 abr. 2022.

[371] BORDALLO. Galdino Augusto Coelho. **Adoção**, 2022. p. 422.

de Adoção ao dispensar essa exigência em três situações específicas: quando se tratar de adoção unilateral, quando o pedido for formulado por algum parente da criança que já possua vínculos de afinidade e afetividade e por último quando o pretendente já detiver a guarda legal ou tutela da criança maior de 3 anos e desde que comprovados os vínculos socioafetivos. Tais exceções, todavia, não dispensam o adotante de demonstrar em juízo que preenche os requisitos legais para o deferimento da adoção.

Passa-se, portanto, a análise dos critérios de seleção de pretendes à adoção no Estado de Santa Catarina.

2.8 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pela sistemática adotada no Estado de Santa Catarina, embora exista um Cadastro que interligue todas as Comarcas, e que qualquer criança apta à adoção estaria automaticamente inscrita na lista Estadual, a *priori*, em se tratando de um bebê entregue à adoção pela mãe biológica, conforme demonstrado acima, será inicialmente esgotada a lista de pretendentes da Comarca que a criança se encontra, para só então dar a opção de escolha para outras Comarcas e então fazer o cruzamento de dados com os pretendentes Cadastrados no Estado.

É certo que ao se tratar de bebê (criança menor de 2 anos) a concorrência é acirrada dentro da própria comarca que os pretendentes estão inscritos, tornando-se praticamente inaplicável o Cadastro Estadual neste caso. Por outro lado, verifica-se a problemática para quem está inscrito numa Comarca pequena em que a entrega de bebês à adoção não é frequente, estes pretendentes, seguramente, não adotarão um bebê, colocando-os em situação diferenciada dos demais concorrentes.

Portanto, é flagrante a existência de diferença quanto ao tempo de espera para os pretendentes à adoção que residem em comarcas com maior número de habitantes do que aqueles que residem em comarca interioranas, especialmente quando o perfil escolhido pelos pretendentes se referir a criança recém-nascida ou de até 4 anos de idade.

Há com isto, visível violação ao princípio fundamental da isonomia entre os pretendentes inscritos à adoção no Brasil, uma vez que não há equalização dos procedimentos jurídicos quanto à escolha da criança nas diferentes comarcas do país, impedindo que a lei seja aplicada de forma igualitária.

Ao se referir ao princípio da igualdade, Slaibi Filho[372] esclarece que "ao afirmar que todos são iguais perante a lei, pretende a Constituição que somente ela pode criar tratamento desigual para pessoas em igualdade de condições", para o autor, não se trata apenas de dar ao cidadão igualdade de direitos, mas igualdade de oportunidades.

Para Rui Barbosa[373], "A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade".

O princípio fundamental da igualdade previsto na Constituição Federal de 1988 preserva a ordem constitucional e serve como estruturador na garantia da aplicação do direito, o qual deveria ser fielmente observado em relação aos critérios de seleção dos pretendentes à adoção no Brasil e, para Mendes[374]

> Os direitos fundamentais são, a um só tempo, direitos subjetivos e elementos fundamentais da ordem constitucional objetiva. Enquanto direitos subjetivos, os direitos fundamentais outorgam aos titulares a possibilidade de impor os seus interesses em face dos órgãos obrigados. Na sua dimensão como elemento fundamental da ordem constitucional objetiva, os direitos fundamentais — tanto aqueles que nao asseguram, primariamente, um direito subjetivo, quanto aqueloutros, concebidos como garantias individuais — formam a base do ordenamento jurídico de um Estado de Direito democrático.

---

[372] SLAIB FILHO, Nagib. **Direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 314-315.

[373] BARBOSA. Rui. **Oração dos moços**. Edições Senado Federal. vol. 271. Brasília: Senado Federal, 2019. p. 36.

[374] MENDES, Gilmar Ferreira. **Os direitos fundamentais e seus múltiplos significados na ordem constitucional**. Anuário Iberoamericano de Justicia Constitucional n. 8, 2004. p. 132. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1983624.pdf. Acesso em 26 maio 2022.

Para Carvalho[375], “A expressão direitos humanos tem, obviamente, um significado determinado, ressalvando-se, por evidente, toda a fluidez que o conceito possa trazer consigo[...]”.

É exatamente neste o ponto e com destaque à principiologia constitucional, que se pretende também trazer uma reflexão acerca dos critérios aplicados ao Sistema Nacional de Adoção no Brasil e ao CUIDA em Santa Catarina.

Verifica-se, ainda que as políticas de divulgação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento e do CUIDA em Santa Catarina, apesar de não fazerem qualquer referência ao perfil da criança, se referem à adoção tardia, pois apenas nestes casos é que há a consulta ao Cadastro. No mais, os pretendentes precisam aguardar que uma criança no perfil escolhido esteja disponível na sua comarca de inscrição.

Os pretendentes à adoção inscritos nas comarcas menores, onde a adoção de crianças não é recorrente, amargam anos e anos de espera e essa demora faz com que muitos pretendentes procurem meios alternativos, não judiciais, para concretizar o desejo da paternidade/maternidade, a exemplo da adoção *intuitu personae* já acima mencionada e da adoção à brasileira, fazendo surgir daí os litígios de adoção, fator também relevante do posto de vista social e especialmente do interesse da criança e do adolescente.

Na adoção direta ou à brasileira os interesses das crianças e adolescentes nem sempre são priorizados, porquanto, não há uma preparação e/ou qualquer espécie de fiscalização por parte do Poder Judiciário em relação à adaptação e cuidados com a criança recebida pela nova família às quais na sua grande maioria são mantidas em guarda de fato sigilosa durante anos.

Além do que, nas adoções extrajudiciais não é possível controlar os casos de venda e tráfico internacional de crianças que movimentam um comércio milionário no Brasil e em outros países. Existem mulheres que são contratadas para

[375] CARVALHO. Weliton. **Direitos fundamentais**: Constituição e tratados internacionais - análise do ordenamento jurídico brasileiro. Curitiba: Juruá, 2014, p. 258.

“produzirem bebês mediante pagamento”, outras utilizam a documentação falsa com o nome da mãe adotiva na maternidade, para facilitar o registro fraudulento do bebê[376].

Assim, a partir dos dados acima apontados, resta evidente que não há plena efetividade na aplicação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento no Estado de Santa Catarina, porquanto, os critérios de seleção priorizam sobremaneira crianças maiores de 7 anos de idade, abrigadas, com algum tipo de doença ou grupo de irmãos, cujo perfil não é prioridade para a maioria dos adotantes.

Os dados apresentados na presente pesquisa, ratificam a importância de se repensar o modelo atual do sistema de adoção no Brasil, o qual deveria priorizar com absoluta primazia o princípio fundamental da igualdade entre os pretendentes inscritos e habilitados a adotar, independentemente da comarca em que ocorreu o processo de habilitação.

A norma que regulamenta o Sistema Nacional de Adoção no Brasil e por consequência também no Estado de Santa Catarina, que é objeto de reflexão na presente pesquisa, deveria garantir a aplicação dos princípios constitucionais com o intuito de assegurar e atender as aspirações legítimas da sociedade e especialmente, atuar como um mecanismo de validade de todo o sistema jurídico de adoção que tem como principal condutor o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

No âmbito do direito da infância e do adolescente, regras e princípios efetivam a doutrina da proteção integral e, por equivalência, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, razão pela qual faz-se necessário invocar a principiologia constitucional ativa e presente em toda legislação infantojuvenil.

Antes de qualquer abordagem acerca da aplicação dos princípios constitucionais ligados ao direito da criança e do adolescente faz-se importante destacar as lições de J.J. Canotilho[377] acerca da diferença entre princípios e regras:

> Os princípios são normas jurídicas impositivas de uma ‘optimização’, compatíveis com vários graus de concretização, consoante os

[376] PARANÁ. Ministério Público do Paraná. **Criança e adolescente**: quando o crime se mistura com a adoção. Disponível em https://crianca.mppr.mp.br/pagina-188.html. Acesso em 10 maio 2022.

[377] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almediana, 1998, p. 1161.

> condicionalismos ‘fácticos’ e jurídicos; as regras são normas que prescrevem imperativamente uma exigência (impõem, permitem ou proíbem) que é ou não cumprida; a convivência dos princípios é conflitual, a convivência de regras antinômica; os princípios coexistem, as regras antinômicas excluem-se. Consequentemente, os princípios, ao constituírem ‘exigência de optimização’, permitem o balanceamento de valores e interesses (não obedecem, como as regras, à lógica do ‘tudo ou nada’), consoante seu ‘peso’ e a ponderação de outros princípios eventualmente conflitantes.”

Os princípios constitucionais são vigas mestras de todo o ordenamento jurídico contemporâneo e possibilitam a aplicação adequada e válida do direito, razão pela qual deve haver harmonia entre os princípios e as regras[378].

Para Sarlet[379]

> [...] independentemente da existência de outras possibilidades de enquadramento dos princípios quanto à sua condição normativa, é possível, numa primeira aproximação, afirmar que princípios correspondem a normas dotadas de um significativo grau de abstração, vagueza e indeterminação (diversamente das regras, que ostentam caráter mais determinado e menos vago e abstrato, diferença que, baseada no critério da generalidade e abstração, por si só não é suficiente e que tem sido designada de um critério fraco de distinção entre as duas espécies normativas).

Conforme leciona Magalhães[380], “princípios são normas jurídicas de observância obrigatória e que devem ser interpretados diante dos casos concretos[...], e devem ser utilizados para a garantia de aplicação dos direitos das pessoas.

Os princípios constitucionais podem ser aplicados em um maior número de situações porque eles regulam um número expressivo de situações e são a base

---

[378] CRUZ, Paulo Márcio; GOMES, Rogério Zuel. **Princípios constitucionais e direitos fundamentais**: contribuições ao debate. Curitiba: Juruá, 2007. p. 13.

[379] SARLET, Ingo Wolfgang. **Dos princípios fundamentais**. In SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 11 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. p. 117.

[380] MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Dos princípios fundamentais**. In BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. Comentários a constituição federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 8.

do sistema de normas de uma sociedade, já as regras, regulam uma situação específica[381].

Especialmente nos casos em que envolvam os direitos da criança e do adolescente é essencial a observância da força normativa dos princípios enquanto instrumento para solução dos conflitos, competindo, portanto, ao legislador, a observância da força vinculante dos princípios na elaboração da norma jurídica de modo que ela possa alcançar o fim a que se destina.

Bonavides[382] leciona que “sem aprofundar a investigação acerca da função dos princípios nos ordenamentos jurídicos não é possível compreender a natureza, a essência e os rumos do constitucionalismo contemporâneo”.

Portanto, analisando-se os critérios de seleção de pretendentes à adoção acima, é possível observar que o legislador, ao criar a norma específica em relação à obrigatoriedade do Cadastro na seleção dos pretendentes, não respeitou a força vinculante dos princípios constitucionais, especialmente os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, uma vez que não deu tratamento igualitário aos pretendentes inscritos em comarcas com menor número de habitantes.

Sendo assim, mostra-se necessário uma postura ativa do Estado, no sentido de implementar políticas que possibilitem a efetivação dos direitos de todos aqueles que têm a pretensão de adotar uma criança ainda bebê e, da forma como vem ocorrendo atualmente o processo de seleção dos pretendentes, não há igualdade de oportunidades no direito de adotar.

Analisando-se especialmente a norma aplicada no Estado de Santa Catarina, é possível afirmar que há flagrante inconstitucionalidade na forma como são selecionados os pretendentes à adoção. Ao exigir que os futuros adotantes se inscrevam, obrigatoriamente, na comarca de sua residência, a norma fomenta a desigualdade, haja vista que o pretendente inscrito em uma comarca do interior não

---

[381] MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Dos princípios fundamentais**, 2009. p. 8.

[382] BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 258.

terá a mesma oportunidade de adotar um bebê, do que aquele pretendente inscrito em uma comarca com maior número de habitantes.

Numa abordagem comparativa e com o intuito de se chamar a atenção ainda mais para a violação dos princípios constitucionais acima destacados, pretende-se, demonstrar como ocorre a sistemática de seleção de pretendentes à adoção em Portugal, Itália e Espanha.

Em primeira análise, é possível verificar que em Portugal os pretendentes à adoção devidamente habilitados e já tendo cumprido os requisitos exigidos pela legislação, passam a integrar uma lista nacional, imediatamente após receber o certificado de seleção. Quando uma criança estiver disponível é chamado o primeiro da lista para que tenha o primeiro contato com a criança e inicie o período de convivência que finalizará com a sentença judicial[383].

Observa-se, portanto, que em Portugal todos os pretendentes inscritos e devidamente habilitados possuem as mesmas chances na adoção de uma criança, porquanto, integram uma lista única nacional. Não há, naquele país, um cadastro local, como ocorre no Brasil.

Na Itália, o número de crianças disponíveis para adoção é significativamente baixo, em razão da redução na taxa de natalidade dentre outros fatores, o que pode se revelar em um problema para os pretendentes, pois acabam amargando longas esperas. Todavia, quando uma criança está disponível a média de espera dos pretendentes é de 12 a 14 meses, o que representa uma espera muito rápida em comparação com o Brasil.[384]

A ONG Italiana Associação de Famílias Adotivas[385], esclarece os procedimentos para a adoção quando o Tribunal de Menores observa que a família

---

[383] SEGURANÇA SOCIAL. **Como adotar**. Disponível em https://www.seg-social.pt/como-adotar. Acesso em 21 jul. 2022.

[384] ITÁLIA. Associazione Famiglie Adottive. Le Radici e le Ali Adottare un Figlio Sostegno, informazione, formazione. **Come adottare.** Disponível em https://www.leradicieleali.com/html/adottare.html Acesso em 28 dez. 2022.

[385] ITÁLIA. Associazione Famiglie Adottive. Le Radici e le Ali Adottare un Figlio Sostegno, informazione, formazione. **Come adottare.**.

de origem não dispõe de condições para receber de volta ao núcleo familiar a criança ou o adolescente:

> Quando il Tribunale dei Minori valuta che le difficoltà della famiglia di origine sono permanenti, decide di emettere un “Decreto di adottabilità” ed attivare i colloqui con le famiglie che hanno dato disponibilità per l’adozione. Per l'adozione nazionale i tempi necessari per adottare sono piuttosto brevi, generalmente intorno ai 12-14 mesi dal momento della deposizione della domanda. Il numero di bambini adottabili è però molto basso e molte famiglie rischiano di non essere mai chiamate.[386]

Diante da escassez de crianças disponíveis para adoção muitos casais Italianos e, também, outros europeus, optam pela adoção internacional com última possibilidade de realizarem o sonho de se tornarem pais. Como ocorre no Brasil, na Itália também a preferência maior em relação ao perfil de crianças é de até 2 (dois) anos de idade, sendo que as crianças maiores de 7 (sete) anos são as que lotam os centros de acolhimentos.[387]

Anselmo[388], professora e pós-doutora em serviço social, esclarece que os requisitos para adoção na Itália são mais restritos que em outros países da Europa e sua reflexão se dá a partir de uma pesquisa realizada com 8 (oito) famílias italianas que adotaram crianças e 7 (sete) organizações credenciadas daquele país que fazem atendimento às famílias adotivas:

> A Itália é um dos países europeus que tem as condições mais restritivas para a adoção. No artigo 6 do Regulamento normativo são descritos os requisitos:

---

[386]Quando o Juizado de Menores avalia que as dificuldades da família de origem são permanentes, decide emitir um “Decreto de Adotabilidade” e acionar entrevistas com as famílias que se disponibilizaram para adoção. Para adoção nacional, os tempos necessários para adotar são bastante curtos, geralmente em torno de 12 a 14 meses a partir do momento da apresentação do pedido. No entanto, o número de crianças adotáveis é muito baixo e muitas famílias correm o risco de nunca serem chamadas. (Trad. Livre).

[387] ANSELMO. Gisele Caroline Ribeiro. **Adoção de crianças brasileiras na europa**: o percurso das famílias italianas. Rev. Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5. 17 cap. 2019. pp. 185-199.

[388] ANSELMO. Gisele Caroline Ribeiro. **Adoção de crianças brasileiras na europa**: o percurso das famílias italianas. 2019. pp. 185-199.

> - Casais casados há pelo menos 3 anos ou com comprovada união estável e posterior matrimônio pelo período mínimo de 3 anos (sem períodos de separação);
>
> - Casais que sejam avaliados como afetivamente idôneos e capazes em educar, instruir e manter as crianças que pretendem adotar;
>
> - A idade dos adotantes deve ser de pelo menos 18 anos e não mais que 45 anos em relação ao adotado.

O primeiro passo para quem quer adotar uma criança na Itália é procurar um Tribunal de Menores de competência da área de sua residência e procurar a Conservatória do Registo Civil onde deverá apresentar a “declaração de prontidão para adoção”, também chamado de “pedido de adoção”, com os respectivos documentos que comprovem a aptidão do pretendente. Os pedidos podem ser apresentados simultaneamente em vários Tribunais, aumentando as chances da adoção.[389]

O artigo 22 da Lei Italiana de 4 de maio 1983, n. 184[390], dispõe acerca dos procedimentos da adoção naquele país:

> I coniugi che intendono adottare devono presentare domanda al tribunale per i minorenni, specificando l'eventuale disponibilità ad adottare più fratelli. È ammissibile la presentazione di più domande anche successive a più tribunali per i minorenni, purché in ogni caso se ne dia comunicazione. I tribunali cui la domanda e presentata possono richiedere copia degli atti di parte ed istruttori, relativi ai medesimi coniugi, agli altri tribunali; gli atti possono altresì essere comunicati d'ufficio. La domanda decade dopo due anni dalla presentazione e può essere rinnovata.[391]

---

[389] ITÁLIA. Associazione Famiglie Adottive. Le Radici e le Ali Adottare un Figlio Sostegno, informazione, formazione. **Come adottare.** Disponível em https://www.leradicieleali.com/html/adottare.html Acesso em 28 dez. 2022.

[390] Comune di Jesi. **Legge 4 maggio 1983, n. 184**. Disciplina dell'adozione e dell'affidamento dei minori. Disponível em http://www.comune.jesi.an.it/MV/leggi/l184-83.htm Acesso em 28 dez. 2022.

[391] Os cônjuges que pretendam adotar devem apresentar um pedido ao tribunal de menores, especificando a sua eventual vontade de adotar mais irmãos. É admissível a apresentação de vários requerimentos, ainda que sucessivamente, a vários tribunais de menores, desde que, em qualquer caso, seja feita comunicação. Os tribunais a que for apresentado o pedido podem requerer aos outros tribunais cópia dos autos das partes e das diligências, respeitantes aos mesmos cônjuges; os

Se o pretendente estiver apto, o Juiz decretará a disponibilidade no prazo de 15 (quinze) dias e essa documentação é transmitida aos serviços das autoridades locais que iniciam as entrevistas, cursos de formação e análises acerca da capacidade do pretendente receber uma criança. Uma vez constatada a aptidão, inicia-se o processo de aproximação com a criança disponível que poderá no futuro ser confiada definitivamente à adoção. Na Itália, existe um período de risco legal, onde a criança, mesmo estando em período de convivência com os pretendentes, pode retornar ao convívio com a família biológica. Porém, decorrido o prazo de pré-adoção, estando todos os requisitos preenchidos e não tendo ocorrido devolução da criança, o Tribunal de Menores, decretará a adoção definitiva.[392]

Observa-se, em termos de critérios de seleção de pretendentes, que na Itália, os inscritos e aptos a adotar possuem igualdade de oportunidade em relação à adoção de crianças e adolescentes, e, também, muito mais chances de receber uma criança do que no Brasil, pois a legislação italiana permite que o interessado se inscreva simultaneamente em vários Tribunais.

Na Espanha, quando uma família pretende adotar uma criança ou adolescente, deve apresentar um pedido junto ao Serviço de Proteção de Menores na sua respectiva comunidade autônoma e então deverá aguardar em lista de espera a avaliação do pedido por equipe especializada. O processo de avaliação consiste em visitas domiciliares, entrevistas e apresentação de uma série de documentos demonstrando a idoneidade dos pretendentes[393].

Verificado pelas autoridades que os pretendentes preenchem os requisitos, será concedido idoneidade aos requerentes e estes passarão a integrar uma lista de seleção e então será feita a busca pela criança iniciando-se o acolhimento pré-adotivo com a aproximação da família com a criança. O processo de adoção na

documentos também podem ser comunicados ex officio. O pedido expira dois anos após o envio e pode ser renovado. (Trad. Livre)

[392] COMUNE DI JESI. **Legge 4 maggio 1983, n. 184**. Disciplina dell'adozione e dell'affidamento dei minori. Disponível em http://www.comune.jesi.an.it/MV/leggi/l184-83.htm Acesso em 28 dez. 2022.

[393]ADOPCION.ORG. **Adopción nacional**: espana. Disponível em http://adopcion.org/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=91. Acesso em 20 jul. 2022.

Espanha pode arrastar-se por até 9 (nove) anos e encerrará com uma ordem de adoção concedido pelo Juiz, a qual será averbada no Registro Civil da criança[394].

Pode-se observar, portanto, que o perfil da criança desejada também é um entrave para a rápida conclusão dos processos de adoção na Espanha. A preferência também é por recém-nascidos ou crianças de pouca idade e em razão disto, as famílias aguardam longos anos de espera nas listas.

Uma curiosidade na adoção espanhola é que não serão aceitos requerimentos que impliquem em preconceito ou discriminação quanto ao sexo da criança, etnia ou condição sociofamiliar do menor, podendo, todavia, o pretende escolher a faixa etária da criança pretendida[395].

Nos mesmos moldes do que ocorre em Portugal e na Itália, o pretendente integra uma lista única, não existindo listas locais como ocorre no Brasil, possibilitando que todos os pretendentes tenham as mesmas chances de adotar uma criança.

Na Espanha, assim como ocorre no Brasil, a adoção é concedida quando representar reais benefícios ao menor e, para tanto, durante todo o processo, compete aos técnicos responsáveis pelo setor realizar a avaliação pormenorizada da situação e, deste modo, assim esclarecem Boyer e Domingo: [396]

> Actualmente, no se concibe la adopción como un recurso destinado sólo a familias de un deteraiinado nivel socio-económico-cultural o estabilidad matrimonial, sino que, siempre en beneficio del menor, los técnicos responsables de la selección otorgan también mucha importancia a factores relacionados con la motivación, aceptación de las características del niño, disposición para la revelación, habilidades educativas, capacidad de acogida, madurez psicológica de la pareja, etc.[397]

---

[394]ADOPCION.ORG. **Adopción nacional**: espana..

[395]ADOPCION.ORG. **Adopción nacional**: espana..

[396] BOYER, Pedro Castón; DOMINGO, José Ocón. **Historia y sociología de la adopción en espana.** Revista Internacional de Sociologia (RIS). 2002. p. 203.

[397] Atualmente, a adoção não é concebida como um recurso destinado apenas a famílias de determinado nível socioeconômico-cultural ou estabilidade conjugal, mas sim, sempre em benefício do menor, os técnicos responsáveis pela seleção também atribuem grande importância a fatores

Diante do tempo que pode se estender a espera por um bebê de até 2 (dois) anos de idade e pela burocracia que representa a adoção no Brasil, muitos brasileiros têm recorrido à adoção internacional. A África tem se mostrado como um país bastante atraente para os brasileiros, especialmente porque é um país membro da Convenção de Haia e todo o processo de inscrição e localização de uma criança é bastante simples e rápido, neste caso, o brasileiro deverá se submeter as regras da adoção internacional.[398]

Porém, para a adoção nacional, tratando-se de cidadão sul-africano residente na África do Sul, o pretendente que tiver interesse em adotar uma criança ou adolescente africana, deve se dirigir a uma agência de adoção, em qualquer província de sua escolha e efetivar sua inscrição. Feito isto, a agência realizará uma triagem com o pretendente e determinará se está apto ou não para receber uma criança em adoção. Estando apto, o pretendente passa a integrar um Registro de Crianças Adotáveis e Pais Adotivos e, então, tanto o pretendente quando a agência iniciam a procura por uma criança. Uma vez encontrada a criança disponível, a agência de adoção fará contato com o pretendente e, caso haja interesse, será finalizado o processo pelo Tribunal de Menores que emitirá uma ordem de adoção e, posteriormente, o registro com os dados do pretendente e da criança.[399]

Deste modo, analisando os problemas e as hipóteses de pesquisa acima apresentadas, pode-se concluir, mesmo que prematuramente, que o Cadastro Estadual não é uma ferramenta útil no processo de adoção de crianças de até 2 (dois) anos de idade, especialmente quanto aos critérios de seleção dos pretendentes, porquanto, o modelo atual coloca os inscritos em situação de desigualdade, pois a depender da comarca que estão inscritos, suas chances diminuem de modo considerável.

---

relacionados à motivação, aceitação das características da criança, vontade de revelação, competências educativas, capacidade de aceitação, amadurecimento psicológico do casal, etc. (Trad. Livre).

[398] CERQUEIRA, Sofia. **É cada vez maior o número de brasileiros que adotam crianças na África**. Revista veja. 18 mar. 2022. Disponível em https://veja.abril.com.br/comportamento/e-cada-vez-maior-o-numero-de-brasileiros-que-adotam-criancas-na-africa. Acesso 20 jul. 2022.

[399] ÁFRICA. Republic of South Africa. South Africa Government. **Kinderaanneming**. Disponível em https://www.gov.za/af/services/adopt-child/apply-national-adoption Acesso 29 dez. 2022.

Com isto, pode-se dizer que no Estado de Santa Catarina e inclusive em nível nacional, haveria maior eficácia na aplicação do Cadastro de Adoção em relação à seleção dos pretendentes, se fosse possibilitado a todos os inscritos a mesma oportunidade de adotar uma criança dentro dos seus critérios de preferência, estando estes inscritos em comarcas pequenas ou não.

A pesquisa, portanto, não tem como objetivo fomentar ou incentivar que pretendentes à adoção sejam induzidos, com essa proposta de mudança dos critérios, a optar pela adoção de crianças menores de 2 (dois) anos, mas sim, amenizar um problema social já existente, uma vez que as estatísticas apontam que a preferência por bebês é significativamente maior do que pelas crianças de mais idade e o direito garante que todos possam ter garantido o direito de ser pais e mães.

Não se olvida que o Cadastro Nacional tem como principal objetivo estimular a adoção de crianças maiores, grupos de irmãos ou com alguma deficiência, todavia, ao possibilitar que os pretendentes possam escolher o perfil da criança desejada, tem o Estado a obrigação de zelar pela igualdade entre os pretendentes, assegurando a supremacia da Constituição Federal e a garantia dos direitos fundamentais.

Portanto, a solução mais adequada que se propõe investigar na presente pesquisa, seria possibilitar que, todos os pretendentes pudessem ter as mesmas chances da adoção no Estado, propondo-se como uma alternativa possível a criação de um cadastro único em Santa Catarina com a utilização de embriões excedentários produzidos em laboratórios, resguardando-se assim, o direito à vida dos embriões descartados e o direito dos adotantes de concretizar o sonho da constituição de uma família, o que será abordado no próximo capítulo da pesquisa.

CAPÍTULO 3

DA ADOÇÃO DE EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS

O terceiro e último capítulo se dedicará a abordar o objetivo geral da pesquisa acerca da (im)possibilidade da adoção de embriões excedentários como proposta para a redução no tempo de espera pela concretização do sonho da maternidade/paternidade e, para tanto, inicialmente se abordará o conceito e desenvolvimento histórico da reprodução assistida no mundo e as diversas técnicas utilizadas para a geração de embriões possíveis de serem implantados no útero feminino.

Deste modo, se estudará de forma técnica e científica a conceituação do embrião humano, demonstrando que a própria ciência admite que o conceito está longe de ser uma unanimidade, pois, comporta diversos posicionamentos e opiniões entre especialistas ligados à ciência biológica e jurídica, sendo certo que uma corrente entende que o embrião humano deve ser tratado e considerado como pessoa humana desde o momento da fertilização do espermatozoide com o óvulo e outra, no entanto, entende que o embrião é apenas um aglomerado de células, não possuindo status de pessoa. Descrever-se-á, neste capítulo, portanto, a posição adotada pela teoria concepcionista e pela teoria natalista destacando-se suas razões e fundamentos.

Demonstrar-se-á ainda que o uso dos embriões através das técnicas de reprodução assistida ganhou grande visibilidade no Brasil a partir da década de 1990, surgindo a necessidade de regulamentação por parte do Conselho Federal de Medicina de modo a regulamentar as questões éticas em relação a utilização dos embriões, no intuito de evitar a clonagem humana, o descarte e a seleção de sexo do bebê quando da fertilização e sendo assim, busca-se dispor neste capítulo, acerca das diversas alterações na legislação aplicável aos embriões humanos.

Sabendo-se que a temática envolvendo a reprodução assistida levanta inúmeros debates científicos e éticos, dedicou-se neste capítulo um item específico

para tratar acera do destino dos embriões excedentes e os criopreservados por prazo indeterminado, demonstrando-se as espécies de embriões utilizados para a geração de uma futura gravidez e aqueles considerados inviáveis para as técnicas de reprodução assistida.

Demonstrar-se-á, ainda, como são utilizados os embriões excedentes em alguns países como Itália, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e no Brasil.

Por fim, apresentar-se-á a adoção de embriões excedentários como solução para a diminuição da espera dos pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina, defendendo-se a ideia da adoção dos embriões excedentários provenientes da técnica de reprodução assistida *in vitro* quando não tiverem mais utilidade para o casal doador, observando-se as regras da adoção estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.1 REPRODUÇÃO ASSISTIDA: CONCEITO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

O desejo de gerar um filho próprio biologicamente tem sido uma constante na história, por esta razão, muitos casais inférteis têm buscado, há muitas décadas, as tecnologias da reprodução assistida para alcançar o sonho da maternidade/paternidade, quando pelo método natural não encontram sucesso.

Para uma concepção natural, a mulher não precisa de intervenção médica ou tecnológica, basta uma relação sexual com um parceiro onde ocorra a ejaculação de espermatozoides. É importante esclarecer, para fins de compreensão do tema pesquisado que menos de 200 (duzentos) espermatozoides, dos mais de 300 (trezentos) milhões que são ejaculados durante o ato sexual dentro da vagina, chegam até o útero da mulher, vindo então Curt[400] esclarecer que:

> Quando o homem ejacula, o sêmen excretado é transportado através do útero e depois pelas trompas de falópio, onde normalmente ocorre a fertilização (união dos cromossomos/ células genéticas do óvulo com os do espermatozoide) e forma-se uma célula chamada Zigoto. Esta célula, quando se divide algumas vezes se transforma em blastocisto.

[400] CURT**.** Deise Santos**. Reprodução humana assistida e o direito.** 2021.p. 9. Edição do Kindle.

> Nesse momento, esta célula adere à parede do útero da mulher. A partir do momento desta aderência, a mulher estará grávida.

Para que ocorra a fertilização de forma natural, a mulher deve estar com o óvulo preparado, ou seja, que esteja no seu período de ovulação (período fértil). Ainda assim, para que a fertilização tenha sucesso é importante a quantidade e a qualidade dos óvulos e que a fecundação ocorra no período exato, assim como deve ser de grande quantidade o transporte dos espermatozoides até as trompas para que, finalmente, ocorra a aderência das estruturas embrionárias na parede do útero e finalmente seja diagnosticada a gravidez.[401]

Quando o método natural não resulta na desejada gravidez, muitas mulheres buscam ajuda de um profissional médico para concretizar o desejo de ter um filho biológico, sendo necessário, em muitos casos, a intervenção tecnológica para que a fecundação ocorra de forma artificial e então esse sonho se torne realidade. A reprodução humana assistida é um dos métodos capazes de gerar a concepção de uma criança.

A Reprodução Humana Assistida – RHA é um conjunto de técnicas "utilizadas para o tratamento da infertilidade através de métodos médico-tecnológicos onde ocorre a manipulação de pelo menos um dos gametas"[402] e, esta técnica é bastante difundida e utilizada para casais que não conseguem ter uma gestação espontaneamente.

Para que a reprodução humana assistida ocorra com maior índice de probabilidade de uma gravidez é necessária a intervenção médica de modo a permitir a qualidade dos embriões implantados diretamente no óvulo facilitando a procriação.[403]

---

[401] CURT, Deise Santos. **Reprodução humana assistida e o direito**. 2021. p. 10. Edição do Kindle.

[402] SOUZA, Karla Keila Pereira Caetano; ALVES, Oslania de Fátima. **As principais técnicas de reprodução humana assistida**. Saúde & Ciência em Acão. Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde. v.2,n.01:Jan-Julho 2016. p. 26.

[403] RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha. **Reprodução assistida, consumo de tecnologia, deslocamentos e exclusões**. Cienc. Cult. vol.60 no.1 São Paulo 2008. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000100016. Acesso em 2 jan. 2022.

Importante relatar que a técnica de maturação dos óvulos foi descoberta pelo médico obstetra e ginecologista Patrick Christopher Steptoe em 1969 o qual tornou-se pioneiro na utilização da laparoscopia na recuperação óvulos maduros tornando-os mais propícios à fertilização.[404]

Para o biólogo americano Lee M. Silver as técnicas de reprodução assistida podem ir muito além, mesmo havendo discussões éticas acerca do procedimento, o qual defende a técnica da clonagem humana como garantia do direito à reprodução e com isto, diz ser possível que mães solteiras realizem o desejo da maternidade dando à luz a um filho próprio, utilizando células da sua pele, combinada com um de seus óvulos não fertilizados, implantados no útero. A opção pode também ser utilizada por casais de lésbicas que poderão compartilhar a maternidade biológica utilizando-se o óvulo de uma e a célula somática da outra[405].

Ainda de acordo com Silver[406]: “El hijo que naciera estaría emparentado por sus genes con una madre, y emparentado por nacimiento con la otra, de modo que ambas mujeres podrían correctamente llamarse a sí mismas madres biologicas.”[407]

A técnica da reprodução humana assistida, subdivide-se em dois métodos considerados de baixa e alta complexidade, sendo que entre os métodos de baixa complexidade estão o coito programado que consiste na utilização de medicamentos para estimular a ovulação feminina, aumentando as chances de uma gravidez e a inseminação artificial cujo procedimento ocorre com a implantação do material genético masculino no corpo da mulher através da fecundação realizada em laboratório médico. A inseminação normalmente ocorre após o uso de medicamentos para a indução da ovulação na mulher, tendo como resultado altas chances de

---

[404] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários. São Paulo: Edições Loyola, 2021. p. 76.

[405]RAMÍREZ-GÁLVEZ, Marha Celia. **Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: fabricando a vida, fabricando o futuro**. Campinas-SP., 2003. p. 1. Disponível em https://core.ac.uk/download/pdf/296834371.pdf. Acesso em 2 jan. 2022.

[406] SILVER, Lee. **Vuelta al Edén**. Mas allá de la clonación en un mundo feliz. Madrid: Taurus, 1997. p. 164.

[407] A criança que nascesse seria aparentada por genes com uma mãe, e por nascimento com a outra, de modo que ambas as mulheres pudessem se chamar corretamente de mães biológicas. (Trad. Livre).

gravidez uma vez que a fecundação ocorre como um processo natural, como ocorreria após uma relação sexual. [408]

Curt[409], esclarece, portanto, que “Inseminação é a deposição de sêmen (espermatozoides + líquido seminal) na vagina da mulher, onde pode permanecer por até cinco minutos na tuba uterina (local onde ocorrerá a fecundação do óvulo pelo espermatozoide)”.

De acordo com a origem do sêmen utilizado, a inseminação é caracterizada como homóloga ou heteróloga. Na inseminação homóloga é utilizado o sêmen do próprio marido ou companheiro da mulher e na inseminação heteróloga utiliza-se o sêmen de um doador anônimo e estranho ao casal.

Tem-se, por outro lado, as técnicas de alta complexidade as quais subdividem-se em Fertilização *in vitro* (FIV), Transferência Intratubária de Gametas (GIFT), Transferência Intratubária de Zigotos (ZIFT) e Injeção Intracitoplasmática de Espermatozoides (IIEC), todas realizadas em laboratórios e com intervenção médica.[410]

A fertilização *in vitro* é uma técnica de “fertilização artificial onde a concepção é realizada de forma laboratorial, ou seja, fora do corpo feminino, onde apenas irá ocorrer a implantação dos embriões já fecundados”[411], uma vez que este método implica na coleta de espermatozoides e óvulos do corpo do homem e da mulher, os quais são fertilizados em laboratório e após resultarem em embriões viáveis são colocados em incubadora para que se desenvolvam até serem transferidos para o útero.

A fertilização *in vitro* (FIV) tem como objetivo a produção de embriões que poderão ser utilizados em investigações de pesquisa, no tratamento da

---

[408] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários, 2021. p. 76.

[409] CURT, Deise Santos. **Reprodução humana assistida e o Direito**. 2021. p. 9. Edição do Kindle.

[410] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários, 2021. p. 79-88.

[411] VILAS-BÔAS, Renata Malta. **Inseminação Artificial no Ordenamento Jurídico Brasileiro**: a omissão presente no código civil e a busca por uma legislação específica. 2011. p. 1-2. Disponível em: https://ibdfam.org.br/_img/artigos/Insemina%c3%a7%c3%a3o%20artificial.pdf. Acesso em 5 out. 2022.

infertilidade humana, no aumento da produtividade de animais destinados à alimentação e na conservação de mamíferos ameaçados de extinção.[412]

Eler[413] explica como ocorre o processo de transferência dos embriões para o útero da mulher:

> A transferência dos embriões, independentemente da técnica de manipulação utilizada nos gametas, poderá ser feita após 48 horas, 72 horas ou 5 dias (transferência de blastocisto). As clínicas preferem transferir o embrião no estágio blastocisto, pois é nesse estágio que, normalmente, o embrião chega à cavidade uterina, quando a fecundação é natural. A transferência do blastocisto, dessa forma, aumenta a chance de gravidez.

Portanto, a fertilização *in vitro* é um processo progressivo e continuo iniciado pela junção de um óvulo maduro e espermatozoides capacitados que resulta na saída forçada de um segundo corpo polar que irá crescer e se desenvolver até que seja possível observar a fertilização da união dos cromossomos maternos e paternos.[414]

O cientista e especialista em embriogênese Barry D. Bavister[415], diz que a técnica apesar de muito utilizada e com resultados significativos no processo de procriação humana e animal, ainda depende de muitas respostas científicas, como por exemplo, a quantidade de espermatozoides utilizados no processo de fertilização *in vitro*:

> Considering that it takes only one or a few spermatozoa to fertilize oocytes within the oviduct, why are so many spermatozoa needed to

---

412 BAVISTER. Barry D. **Early history of in vitro fertilization.** Department of Biological Sciences, University of New Orleans, and the Audubon Center for Research of Endangered Species, New Orleans. 2002. PDF. Disponóvel em https://www.semanticscholar.org/paper/Early-history-of-in-vitro-fertilization.-Bavister/8afc738d73ebddb7fcabe03ecd73f9e48b4da161. Acesso em 3 jan. 2022.

413 ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários, 2021. p. 81.

414 BAVISTER. Barry D. **Early history of in vitro fertilization.** Department of Biological Sciences, University of New Orleans, and the Audubon Center for Research of Endangered Species, New Orleans. 2002. PDF. Disponóvel em https://www.semanticscholar.org/paper/Early-history-of-in-vitro-fertilization.-Bavister/8afc738d73ebddb7fcabe03ecd73f9e48b4da161. Acesso em 3 jan. 2022.

415 BAVISTER. Barry D. **Early history of in vitro fertilization.** Department of Biological Sciences, University of New Orleans, and the Audubon Center for Research of Endangered Species, New Orleans. 2002. PDF..

> effect fertilization in vitro? How is capacitation stimulated within the female reproductive tract in species such as the hamster or rhesus monkey that require chemical stimulators for supporting sperm capacitation in vitro? Does the application of ICSI make IVF obsolete or redundant, or does IVF, by preserving the natural mechanisms for selecting against the entry of abnormal spermatozoa into the oocyte, safeguard against defects that may be introduced using ICSI? Full answers to these perplexing questions concerning fertilization should be provided during the next 30 years of research into this fundamental aspect of mammalian reproduction.[416]

Outro método de maior complexidade é a Transferência Intratubária de Gametas nas trompas de falópio cujo procedimento é muito parecido com o que ocorre na fertilização in vitro, especialmente em relação à preparação do óvulo e do espermatozoide que são captados por meio de laparoscopia. Após essa preparação os óvulos e os espermatozoides são colocados em uma cânula e o material genético é transferido até uma das trompas. Normalmente são transferidos de dois a três óvulos por trompa e 80.000 (oitenta mil) a 150.000 (cento e cinquenta mil) espermatozoides, sendo que essa técnica apresenta melhores condições para o desenvolvimento natural do embrião com maior probabilidade de sucesso pois a fecundação ocorre in vivo, ou seja, dentro do corpo da mulher.[417]

A Transferência Intratubária de Zigotos (ZIFT) é mais uma das técnicas que se assemelha tanto com a Fertilização *in vitro* (FIV) quanto com a Transferência Intratubárias de Gametas (GIFT), com a diferença de que na ZIFT a fecundação ocorre fora do corpo da mulher, *in vitro*, e um embrião em estado muito inicial, denominado de zigoto, é posteriormente transferido para as trompas uterinas da mulher.[418]

---

[416] Considerando que são necessários apenas um ou alguns espermatozoides para fertilizar os ovócitos dentro do oviduto, por que tantos espermatozoides são necessários para efetuar a fertilização in vitro? Como a capacitação é estimulada no trato reprodutivo feminino em espécies como o hamster ou o macaco rhesus, que requerem estimuladores químicos para dar suporte à capacitação espermática in vitro? A aplicação da ICSI torna a FIV obsoleta ou redundante, ou a FIV, preservando os mecanismos naturais de seleção contra a entrada de espermatozoides anormais no oócito, protege contra defeitos que podem ser introduzidos com a ICSI? Respostas completas a essas questões desconcertantes sobre a fertilização devem ser fornecidas durante os próximos 30 anos de pesquisa sobre esse aspecto fundamental da reprodução dos mamíferos. (Trad. Livre).

[417] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários, 2021. p. 85.

[418] PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Problemas Atuais de Bioética**. 3a edição, Editora Loyola, São Paulo, 1991, p. 218.

Por fim, tem-se a técnica da Injeção Intracitoplasmática de Espermatozoides (ICSI) indicada para casos de infertilidade masculina grave ou quando for baixa a contagem de espermatozoides. É um método de fecundação avançada que surgiu em 1992 como uma alternativa para a infertilidade masculina e consiste em injetar um único espermatozoide que é colhido do sêmen do homem diretamente no óvulo da mulher através de uma agulha muito fina. O processo é muito semelhante a FIV uma vez que em ambos os casos a fecundação ocorre fora do corpo da mulher. A infertilidade masculina, antes de 1992, "era considerada intratável em muitos casos. Com o aparecimento da injeção intracitoplasmática de espermatozoides (ICSI) foi possível solucionar, de forma eficaz, grande parte desses casos, através da utilização de espermatozoides obtidos do ejaculado".[419]

Santos[420], explica que:

> A ICSI é uma modificação da fecundação *in vitro* (FIV) que envolve a injeção de um único espermatozoide vivo no citoplasma do ovócito, o que a torna capaz de solucionar os problemas de infertilidade de um grande número de casais, em que a quantidade ou a motilidade dos espermatozoides é reduzida significativamente. A fecundação *in vitro*, com auxílio de ICSI, no ciclo natural, é uma alternativa de tratamento de baixo custo e com baixo índice de complicações (gestação múltipla e síndrome de hiperestímulo ovariano) para as pacientes com baixo poder aquisitivo ou que não respondem à indução da ovulação.

Para que esta técnica tenha sucesso é importante que a mulher não possua qualquer anomalia uterina e seja perfeitamente fértil para se submeter a intervenção da fertilização *in vitro*, situação que inclusive levanta um debate ético e aceitação por parte do corpo médico, por se tratar de uma intervenção de risco sobre mulheres saudáveis, uma vez que a ICSI é uma técnica de micromanipulação invasiva. [421]

---

[419] SANTOS, Maria de Fátima de Oliveira dos. **Injeção intracitoplasmática de espermatozoides: questões éticas e legais.** Programa de Doutoramento em Bioética. Faculdade de Medicina. Universidade do Porto. 2010. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/K3yjTNWWZ6J64kv8vWSJzVK/?lang=pt# Acesso em 3 jan. 2022.

[420] SANTOS, Maria de Fátima de Oliveira dos. **Injeção intracitoplasmática de espermatozoides: questões éticas e legais.** Programa de Doutoramento em Bioética.

[421] SANTOS, Maria de Fátima de Oliveira dos. **Injeção intracitoplasmática de espermatozoides: questões éticas e legais.** Programa de Doutoramento em Bioética..

Técnicas mais modernas vêm surgindo a todo instante em razão do grande avanço da medicina reprodutiva, como por exemplo, o congelamento e a vitrificação de óvulos que possibilitam a guarda do material genético para uma gravidez futura, preservando-se a fertilidade da mulher pelo tempo que ela desejar.

> O óvulo, por ser uma célula muito grande, tinha um alto índice de perda no processo de congelamento e descongelamento lento, e pesquisadores procuraram minimizar o problema desenvolvendo novas técnicas de preservação. A vitrificação mostrou ser a técnica ideal para este gameta, proporcionando índices acima de 95% de sobrevivência ao processo. O congelamento lento, demora de 120 a 180 minutos para ser realizado, eficaz para a preservação de embriões, não é eficiente quando utilizado para óvulos, perdia-se muito material devido à formação de cristais de gelo no seu interior levando a precárias taxas de recuperação após descongelamento.[422]

A técnica é muito utilizada e tem sido recomendada para mulheres que desejam ter filhos no período da menopausa ou que passaram por tratamento de quimioterapia em razão de um câncer, onde as chances de uma gravidez são significativamente afetadas. Assim, a preservação do óvulo jovem e saudável, possibilita que, no futuro, essas mulheres tenham a chance de ter uma gravidez saudável.[423]

A gestação por substituição (barriga de aluguel) também é uma técnica de reprodução assistida possível no Brasil, contudo, em razão das regras mais restritas impostas pelo Conselho Federal de Medicina não têm sido a opção mais procurada por mulheres ou casais com problema de infertilidade. Trata-se de uma técnica onde o embrião após ser fertilizado através da técnica *in vitro* é colocado no

---

[422] FERTILITY Medical Group. **Vitrificação de óvulos**. São Paulo, 2013. Disponível em https://fertility.com.br/noticias/vitrificacao-de-ovulos/. Acesso em 4 jan. 2022.

[423] CASTELLOTTI, Daniella S.; CAMBIAGHI, Arnaldo S. **Preservação da fertilidade em pacientes com câncer.** Rev. Brasileira Hematol. Hemoter. 30 (5). Out 2008. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbhh/a/3rPFjKNYhJH83Qzt3LYCqTr/#. Acesso em 4 jan. 2023.

útero de uma mulher doadora que gestará a criança por 9 meses e, após, a entregará aos pais biológicos.[424]

Scotti[425] explica a técnica que é conhecida e utilizada em vários países do mundo:

> La maternidad subrogada es el compromiso entre una mujer, llamada “mujer gestante”, a través del cual ésta acepta someterse a técnicas de reproducción asistida para llevar a cabo la gestación en favor de una persona o pareja comitente, llamados él o los “subrogantes”, a quien o a quienes se compromete a entregar el niño o niños que pudieran nacer, sin que se produzca vínculo de filiación alguno con la mujer gestante, sino con él o los sub-rogantes.[426]

A Resolução nº 2.294/2021 que regulamenta a reprodução humana assistida no Brasil dispõe que a técnica da gestação de substituição somente poderá ocorrer se houver problema médico que impeça ou contraindique a gestação e nos casos de uniões homoafetivas ou de pessoas solteiras. Também é exigência que a cedente do útero tenha pelo menos um filho vivo e tenha parentesco até o quarto grau com um dos parceiros, de modo que não é permitido qualquer tipo de comercialização pela “hospedagem” do embrião.[427]

A doadora do útero e os pacientes que forneceram o material genético serão advertidos pela clínica que realizará o procedimento e, inclusive, assinarão termo de compromisso, acerca da filiação da criança que será reconhecida, por registro civil, como sendo dos pacientes e não da doadora do útero. Caso a doadora

---

[424] GRAZIUSU, Bruna Kern. **Gestação de substituição no Brasil e nos Estados Unidos**: regulamentações e práticas de casos nacionais e transnacionais. Rev. Electronica Direito Sociedade 374. 2018. Disponível em https://encurtador.com.br/dsZ58. Acesso em 4 jan. 2023.

[425] SCOTTI, Luciana B. **El reconocimiento extraterritorial de la “maternidad subrogada**”: una realidad colmada de interrogantes sin respuestas jurídicas. Buenos Aires: Revista Pensar en Derecho, 2012, p. 9.

[426]A maternidade de substituição é o compromisso entre uma mulher, denominada "mulher grávida", através da qual esta se compromete a submeter-se a técnicas de reprodução assistida para realizar a gravidez em favor de uma pessoa ou casal denominado de "substitutos", a quem se comprometa a entregar o filho ou filhos que venham a nascer, sem que se produza qualquer relação de filiação com a mãe substituta, mas sim com esta ou com as sub-rogadas.(Trad. Livre)

[427] BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 2.294** de 15 de junho de 2021. Disponível em https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2021/2294_2021.pdf Acesso em 4 jan. 2022.

seja casada ou viva em união estável será necessário o consentimento do seu marido ou companheiro, conforme dispõe a Resolução 2.294/2021.[428]

Conforme anunciado acima, no Brasil, a gestação por substituição é regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina, porém, muitos países não possuem a mesma disciplina em relação a esta técnica, alguns permitindo inclusive que a substituição ocorra de forma onerosa como é o caso da Índia, Ucrânia, Rússia e alguns Estados do Estados Unidos da América (p.ex.: Califórnia e Nova Jersey) o que "tem gerado um fenômeno global denominado turismo da fertilidade" e um mercado milionário nesta área da medicina.[429]

Beatriz Schettini[430] relata as questões que tem gerado grandes embates jurídicos acerca da gestação por substituição:

> Crédito positivo de maternidade, questões relacionadas ao registro civil da criança, descumprimento do acordo de sub-rogação, exploração do corpo da gestante e coisificação da criança nascida são apenas alguns dos dilemas jurídicos e morais que demonstram o impasse mundial acerca da aceitação dessa modalidade de reprodução humana assistida.

Com todas as controvérsias existentes em cada uma das técnicas, é possível observar, no entanto, que, mesmo o casal que tenha alguma impossibilidade física ou genética de procriar, terá o direito de ter um filho seu e com isto dar continuidade à família, alcançando o desejo da parentalidade.

Rocha[431] explica que a ideia de reprodução humana sem a necessidade de contato humano sexual já foi manifestada em outros povos ao longo da história:

> Essa ideia da reprodução humana despida de relação sexual não é recente, estando presente em diversas manifestações, de diferentes

---

[428] BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 2.294** de 15 de junho de 2021.

[429] SCHETTINI, Beatriz. **Reprodução humana e direito**: o contrato de gestação por substituição onerosa. Belo Horizonte: Cohecimento Livraria e Distribuidora. 2019. n.p.

[430] SCHETTINI, Beatriz. **Reprodução humana e direito**: o contrato de gestação por substituição onerosa.

[431] ROCHA Patricia Ferreira. **A construção do conceito jurídico de concepção: uma análise da legitimidade sucessória a partir da reprodução humana assistida *post mortem***. Recife. 2018. p. 27.

> povos, ao longo da história. Várias passagens mitológicas são encontradas: na Grécia, onde Ates, filho de Nana, esta filha do rei Sangário, teria colhido uma amêndoa e colocado em seu ventre; passando pela China, em que a deusa Kwayin possibilitava a fecundidade das mulheres que prestassem culto; pelo Japão da deusa Vanijin, que fazia com que as mulheres que se dirigiam sozinhas a seu templo retornassem grávidas; e até mesmo no Brasil, onde é conhecida a lenda amazônica do boto que engravida as mulheres que lhe dirigem o olhar. Para além da mitologia, na própria Bíblia Sagrada encontra-se a descrição da anunciação, pelo anjo Gabriel, da concepção de Jesus por Maria, que fora envolvida pela sombra do Espírito Santo, dando à luz uma criança, mesmo sendo virgem.

Os relatos constantes em um dos livros do novo testamento da Bíblia Sagrada[432], anunciam a chegada de um filho (Jesus) antes que sua mãe (Maria) mantivesse qualquer contato sexual com José a quem estava prometida em casamento. No livro de Mateus 1:18-24, essa descrição anuncia que Maria estava grávida por intercessão do Espírito Santo:

> Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim: Que estando Maria, sua mãe, desposada com José, antes de se ajuntarem, achou-se ter concebido do Espírito Santo. Então José, seu marido, como era justo, e a não queria infamar, intentou deixá-la secretamente. E, projetando ele isto, eis que em sonho lhe apareceu um anjo do Senhor, dizendo: José, filho de Davi, não temas receber a Maria, tua mulher, porque o que nela está gerado é do Espírito Santo; E dará à luz um filho e chamarás o seu nome JESUS; porque ele salvará o seu povo dos seus pecados. Tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que foi dito da parte do Senhor, pelo profeta, que diz; Eis que a virgem conceberá, e dará à luz um filho, E chamá-lo-ão pelo nome de EMANUEL, Que traduzido é: Deus conosco. E José, despertando do sono, fez como o anjo do Senhor lhe ordenara, e recebeu a sua mulher;

A primeira técnica de reprodução assistida que se tem notícia no mundo, não ocorreu em seres humanos, ela foi realizada através da primeira inseminação

[432] BIBLIA SAGRADA ON LINE. **O nascimento de jesus**. Mateus 1:18-24. Disponível em https://www.bibliaon.com/mateus_1/. Acesso em 3 jan. 2022.

artificial em equinos, pelos árabes em 1332, a qual consistia em retirar o sêmen do macho e introduzi-lo na fêmea, no mesmo instante[433].

Contudo, a primeira técnica, desta natureza, cientificamente registrada, ocorreu em 1779, quando o fisiologista e sacerdote italiano Lazzaro Spallanzani colheu o sêmen de um cachorro e o aplicou em uma cadela no cio, a qual pariu três filhotes. Spallanzani também realizou um experimento para demonstrar que os espermatozoides poderiam ser inativados por resfriamento e reativados posteriormente.[434]

Enquanto a técnica de inseminação artificial em animais se expandiu rapidamente e se tornou uma indústria, vários anos se passaram para que essa mesma tecnologia fosse usada em humanos. Após onze anos da descoberta de Lazzaro Spallanzani, a primeira técnica de inseminação bem-sucedida que se tem registro, ocorreu em uma mulher, pelo médico cirurgião John Hunter no final da década de 1770, porém, o verdadeiro início desta técnica ocorreu quase um século depois, quando o primeiro relatório sobre a técnica de inseminação artificial humana foi publicado pelo médico Alan Edwuard Guttmacher em 1943, dando início a nova era da reprodução assistida.[435]

Durante muitos anos as técnicas de inseminação artificial foram utilizadas apenas para os casos de disfunção fisiológica e psicológica, sendo que nos anos de 1970 a inseminação artificial teve baixo índice de sucesso, com isto, foi temporariamente abandonada e posteriormente considerada bastante arcaica. [436]

---

[433] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários. São Paulo: Edições Loyola, 2021. p. 75.

[434] SHARMA, Radhey Shyam; SAXENA, Richa; SINGH, Rajeev. **Infertility & assisted reproduction: A historical & modern scientific perspective**. National Library Of Medicine. 2018 Dec; 148(Suppl 1): S10–S14. Disponível em https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6469376/ Acesso em 2 jan. 2023.

[435] SHARMA, Radhey Shyam; SAXENA, Richa; SINGH, Rajeev. **Infertility & assisted reproduction: A historical & modern scientific perspective**. National Library Of Medicine. 2018 Dec; 148(Suppl 1): S10–S14. 3

[436] MOURA, Marisa Decat; SOUZA, Maria do Carmo Borges de; SCHEFFER, Bruno Brum. **Reprodução assistida**: um pouco de história. Rev. SBPH v.12 n.2 Rio de Janeiro dez. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582009000200004#12a Acesso em 2 jan. 2023.

Ademais, no início da década de 1970, “geneticistas ingleses intensificaram os estudos sobre fertilização in vitro com óvulos humanos, coletas de espermatozoides e de óvulos, formação de embriões extracorpóreos e sua posterior implantação no útero.”[437]

Assim, deu-se início a uma técnica mais avançada de reprodução humana assistida, a fertilização *in vitro* – FIV,[438] Moura, Souza e Scheffer[439] comentam sobre o sucesso da técnica de Walter Heape, professor na Universidade de Cambridge:

> Nos anos 1980, Heape transferiu, com sucesso, embriões entre coelhos. Coletou dois embriões obtidos de ovidutos depois da cruza entre uma coelha angorá doadora e um macho da mesma raça. Então, transferiu esses embriões para o oviduto de uma fêmea da raça belga que tinha cruzado algumas horas antes. No devido tempo, seis coelhos nasceram, dois dos quais angorás. Ele havia demonstrado a possibilidade fisiológica de recuperar um estágio embrionário de pré-implantação de uma fêmea por meio de lavagem do oviduto e então transferir o embrião para outra fêmea sem prejudicar o seu desenvolvimento.

Coroando todo o esforço da ciência para amenizar os problemas de infertilidade humana, em 25 de julho de 1978, o pesquisador e médico Robert Edward com a ajuda do seu colega Patrick Steptoe viu nascer o primeiro bebê gerado através da fertilização in vitro no Oldhan General Hospital de Lancashire, na Inglaterra, a menina Louise Joy Brown pesando 2,6 quilos.[440]

Robert Edward ficou conhecido mundialmente como o criador da fertilização *in vitro,* permitindo que fosse possível conceber um ser humano a partir de

---

[437] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários. São Paulo: Edições Loyola, 2021. p. 75.

[438] MOURA, Marisa Decat; SOUZA, Maria do Carmo Borges de; SCHEFFER, Bruno Brum. **Reprodução assistida**: um pouco de história. Rev. SBPH v.12 n.2 Rio de Janeiro dez. 2009.

[439] MOURA, Marisa Decat; SOUZA, Maria do Carmo Borges de; SCHEFFER, Bruno Brum. **Reprodução assistida**: um pouco de história. Rev. SBPH v.12 n.2 Rio de Janeiro dez. 2009.

[440] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários, 2021. p. 75.

técnicas de fecundação em laboratório, fora do corpo humano, dando a possibilidade que casais engravidassem naturalmente. [441]

Assim, pode-se afirmar que a reprodução humana assistida surgiu a partir do progresso e do avanço dos estudos da genética no mundo e, no Brasil, também não foi diferente, a reprodução humana assistida deu seus primeiros passos em 26 de dezembro de 1947 em uma reunião médico-científica que ocorreu na sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro com 147 médicos, os quais criaram, naquele mesmo dia, a nova associação médica que teria como objetivo discutir as questões científicas em relação a esterilidade.[442]

Dirceu Henrique Mendes Pereira[443], médico especializado em medicina reprodutiva descreve os primeiros passos científicos dados no Brasil em relação às técnicas de reprodução assistida em evento ocorrido no Rio de Janeiro, onde ele se encontrava presente:

> Em 1974, o Rio de Janeiro tornou-se palco do maior evento científico de reprodução humana realizado no país. Campos da Paz conseguiu reunir, no Hotel Copacabana Palace, os 50 especialistas mais expressivos do mundo, oriundos da Europa, Ásia, América do Norte e América Latina. Foi um congresso inesquecível! Durante o evento, a SBE mudou o seu estatuto e passou a ser denominada Sociedade Brasileira de Reprodução Humana (SBRH).

A década de 1980 foi muito importante para as atividades e os estudos envolvendo a reprodução humana no Brasil, uma vez que o ginecologista Nilton Nakamura, perseguindo o êxito de Robert Edwards e Steptoe na Inglaterra, que geraram o primeiro bebê de proveta, dedicou-se obstinadamente aos estudos para conseguir a mesma façanha no Brasil e, após erros, críticas da imprensa, um lamentável episódio onde uma das mulheres fertilizadas veio a óbito em razão de um

---

[441] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários, 2021. p. 75.

[442] PEREIRA, Dirceu Henrique Mendes. **A história da reprodução humana no Brasil**. Rev. Femina. Fev. 2011. v. 39. n. 2. Federação brasileira das associações de ginecologia e obstetrícia. Disponível em http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2011/v39n2/a2450.pdf. Acesso em 4 jan. 2022.

[443] PEREIRA, Dirceu Henrique Mendes. **A história da reprodução humana no Brasil**. 2011.

acidente anestésico e uma pausa de dois anos, Nakamura conseguiu, no início de 1984, a primeira gravidez através da fertilização extracorpórea.[444]

A gravidez foi mantida em sigilo até que, em 7 de outubro de 1984, nasceu na cidade de São José dos Pinhais-PR., a primeira criança brasileira concebida pela técnica da fertilização in vitro, de nome Ana Paula Caldeira. “Nesse mesmo ano, nascia, na Austrália, o primeiro bebê desenvolvido, a partir de um embrião congelado, que havia sido criopreservado durante quatro meses[...]”.[445]

A evolução das técnicas de reprodução humana assistida não foi fruto apenas da tecnologia, mas, também, do grande esforço de inúmeros profissionais e cientistas que se dedicaram, por décadas, ao estudo da infertilidade humana. A reprodução humana assistida se consolidou no país e no mundo e os procedimentos relatados no presente estudo vem sendo a cada ano aprimorados, no intuito de se alcançar, cada vez mais, o melhor resultado.

3.2 EMBRIÕES HUMANOS: CONCEITUAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A conceituação acerca do embrião humano está longe de ser uma unanimidade, pois, comporta diversos posicionamentos e opiniões, especialmente entre especialistas ligados à ciência biológica e jurídica, mas certo é que, o embrião é gerado a partir do encontro de um gameta feminino (óvulo) com o masculino (espermatozoide), que ocorre com a fecundação, seja ela natural ou por outras técnicas.

É chamado de embrião, o produto da concepção a partir do quinto ou sexto dia da fecundação até a oitava semana de desenvolvimento, e após esse período o ser que está sendo gestado passa a ser um feto.[446]

---

[444] PEREIRA, Dirceu Henrique Mendes. **A história da reprodução humana no Brasil**. 2011.

[445] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários. São Paulo: Edições Loyola, 2021. p. 76.

[446] NAZARI, Evelise Maria; MULLER, Yara Maria Rauh. **Embriologia humana**. Florianópolis: biologia/ead/ufsc, 2011.p. 88.

Conforme leciona Barreto[447], a reprodução humana, “depende de um intercurso sexual entre um homem e uma mulher cuja relação, normalmente, resulta de uma atração entre eles e, também, geralmente, carrega um elevado grau de excitação sexual durante o coito”.

O processo que origina a reprodução de um ser humano, compreende-se como fecundação que ocorre com o encontro do espermatozoide com o óvulo em um só núcleo, a partir daí, inicia-se a fase embrionária. [448]

Evelise Maria Nazari e Yara Maria Rauh Müller[449], embriologistas, explicam o desenvolvimento do embrião e sua formação morfológica e orgânica:

> Durante o período compreendido entre a metade da 3a semana e a 8a semana, ocorrem os eventos do período embrionário. Os dobramentos do corpo do embrião nos sentidos céfalo-caudal e lateral marcam o início desse período. Como consequência dos dobramentos, o embrião assume o aspecto cilíndrico e passa a ser totalmente envolvido pela vesícula amniótica. Ocorre também a internalização do teto da vesícula vitelínica para formar o intestino primitivo. O embrião vai assumindo gradativamente o aspecto humano (morfogênese), influenciado pelo desenvolvimento de órgãos (organogênese) como coração, fígado e encéfalo. Ao final da 8a semana, o embrião apresenta cerca de 3 cm de comprimento, possui aspecto humano e tem formado o esboço de todos os sistemas orgânicos.

Segundo Leite[450] “Relativamente ao estatuto do embrião humano, três são as posições fundamentais detectáveis na atualidade: duas radicais (ou extremistas) e uma terceira, avançada, que procura o justo equilíbrio nos excessos.”

Uma corrente entende que o embrião humano deve ser tratado e considerado como pessoa humana desde o momento da fertilização do espermatozoide com o óvulo. Outra corrente, no entanto, entende que o embrião

---

[447] BARRETO, Flavio Chame. **Embriologia descomplicada**. Rio de Janeiro: Flávio Chame Barreto Ed. 2019, p. 50. Edição Kindle.

[448] BARRETO, Flavio Chame. **Embriologia descomplicada**, 2019, p. 50. Edição Kindle.

[449] NAZARI, Evelise Maria; MULLER, Yara Maria Rauh. **Embriologia humana**, 2011.p. 88.

[450] LEITE, Eduardo de Oliveira. **O direito do embrião humano**: mito ou realidade? Revista da Faculdade de Direito da UFPR, Curitiba, a. 29, n. 29, 1996, p. 121-146.

humano é apenas um aglomerado de células não possuindo qualquer status de pessoa. A terceira e última posição une as duas teorias anteriores, entendendo que o embrião tem potencialidades como pessoa o que pode ocorrer apenas com o seu desenvolvimento uterino. [451]

O início da vida é uma questão que há anos tem levantado uma diversidade de pontos de vista e calorosos debates entre cientistas, juristas e religiosos. Mas como bem observou a Suprema Corte dos EUA no julgamento do caso Roe V. Wade[452] em 1973: “Não precisamos resolver a difícil questão de quando a vida começa. Se os formados nas respectivas disciplinas de medicina, filosofia e teologia são incapazes de chegar a algum consenso, também o judiciário, neste estágio do conhecimento humano, não está em posição de especular”.[453]

A teoria concepcionista reconhece o embrião como pessoa a partir da sua concepção. Tal teoria assegura ao nascituro os seus direitos ainda que no ventre materno, mesmo que este não possua ainda direito de gozo.

Para Miguel Kottow[454] “El fundamento metafísico de la postura concepcional indica que el momento de la concepción da origen al ser humano en cuanto persona, si bien esta caracteristica es potencial y se desarrollará a lo largo del tempo.”[455]

A teoria concepcionista reconhece o direito à existência do embrião com o mesmo fundamento de que é proibida a interrupção de qualquer vida humana.

---

[451] LEITE, Eduardo de Oliveira. **O direito do embrião humano**: mito ou realidade? 1996, p. 121-146.

[452] O caso Roe contra Wade ou Roe v. Wade foi um litígio judicial ocorrido em 1973, no qual a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a Constituição dos Estados Unidos deveria proteger a liberdade individual das mulheres grávidas e de garantir-lhes a opção de fazer um aborto sem alguma restrição governamental. (JUSTIA. US. Supreme Court - Roe v. Wade, 410 U.S. 113 (1973)

[453]KOTTOW, Miguel. **Bioética del comienzo de la vida ¿Cuántas veces comienza la vida humana?** Rev. Bioética, 2001. v. 9 n. 2. PDF. Disponível em https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/243/243. Acesso em 6 jan. 2022.

[454]KOTTOW, Miguel. **Bioética del comienzo de la vida ¿Cuántas veces comienza la vida humana?** 2001. v. 9 n. 2.

[455] O fundamento metafísico da posição conceitual indica que o momento da concepção dá origem ao ser humano como pessoa, embora essa característica seja potencial e se desenvolva ao longo do tempo. (Trad. Livre).

Assim, no Brasil, também não é permitida a interrupção voluntária de um embrião que está em desenvolvimento, o que fundamenta os defensores desta teoria. [456]

Segundo Leite[457], “A posição é radical e não admite outras interpretações, de forma que, quaisquer que forem as razões invocadas ou as circunstâncias apresentadas, a postura é extremamente clara: a interrupção desta vida é homicídio[...]”. Tanto é que, no Brasil, em regra, a interrupção voluntária da gestação é crime, admitindo-se, apenas, duas hipóteses como exceção: Quando a gravidez resultar de estupro e quando não for possível salvar a vida da gestante ou em situações pontuais, admitidas pela jurisprudência, quando o feto possuir anencefalia (sem cérebro).

Outra teoria também adotada pelo Código Civil Brasileiro e que, na mesma proporção, arranca inúmeros debates no mundo jurídico, é a teoria natalista, a qual não reconhece o nascituro como pessoa e tampouco como sujeito de direitos, exigindo, o nascimento com vida para que tenha personalidade civil.[458]

Madaleno[459] explica a teoria natalista, a qual prevalece para o Direito Civil brasileiro:

> A corrente *natalista* difunde como ponto de partida da existência humana o nascimento com vida, não havendo como atribuir personalidade ao nascituro, não obstante a lei proteja seus direitos desde a sua concepção. No Brasil prevalece a teoria natalista, segundo a qual, durante toda a duração da gestação, o nascituro não tem personalidade jurídica e, portanto, não goza de direitos próprios, que ficam condicionados ao seu nascimento com vida, podendo retroagir sua personalidade para efeito de aquisição dos direitos que a lei lhe pôs a salvo desde a concepção (CC, art. 2°).

[456] BARRETO, Flavio Chame. **Embriologia descomplicada**. Rio de Janeiro: Flávio Chame Barreto Ed. 2019, p. 50. Edição Kindle.

[457] LEITE, Eduardo de Oliveira. **O direito do embrião humano**: mito ou realidade? 1996, p. 121-146.

[458] PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil**: direito de família. vol. 28. ed., revista e atualizada por Tânia da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Edição do Kindle.

[459] MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 2021, p. 592.

Pontes de Miranda[460] igualmente defendia que “[...]No útero, a criança não é pessoa, se não nasce viva, nunca adquiriu direitos, nunca foi sujeito de direito, nem pode ter sido sujeito de direito (= nunca foi pessoa)”, entendendo, que se fosse um sujeito de direitos também deveria ter obrigações e que portanto, só o nascimento consuma o início da personalidade.

Para os defensores da teoria genética, o embrião, nas suas primeiras fases, não pode ser considerado como pessoa humana, mas tão somente com um “amontoado de células”, ou seja, uma espécie de material biológico ainda em formação. Os defensores desta teoria não observam no embrião em desenvolvimento, um sujeito de direitos que mereça proteção, o que é veemente criticado pelo mundo jurídico que entende o embrião como um ser vivente, dotado de dignidade humana. [461]

Já os defensores do embrião como potencialidade de pessoa, entendem que o mero embrião, isolado, não é suficiente para ser reconhecido como pessoa humana, mas que é dotado de autonomia embrionária. Na realidade esta teoria visa a conjunção da teoria concepcionista com a biológica, de modo que o embrião embora tenha sua autonomia reconhecida ainda no útero, apenas adquire status de pessoa após o nascimento com vida. Para os defensores desta corrente o embrião, enquanto categoria original, “não pode se confundir nem com a característica humana (que implica na ocorrência de um ser dotado de personalidade) nem com a - meramente celular (na medida em que seu desenvolvimento conduz, inexoravelmente, à categoria "humana")”.[462]

A análise de todas as teorias acima, se mostra relevante para a definição da personalidade jurídica do embrião, sendo determinante para o estabelecimento de direitos protetivos e, também, para viabilizar a discussão que se pretende demonstrar na presente pesquisa, acerca da utilização dos embriões excedentários como uma possibilidade de propiciar a realização do desejo da maternidade/paternidade para aqueles que não podem realizá-lo de forma natural. É necessário, portanto, abordar-

[460] PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. Parte geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Bookseller, 2000. p. 54.

[461] LEITE, Eduardo de Oliveira. **O direito do embrião humano**: mito ou realidade? 1996, p. 127.

[462] LEITE, Eduardo de Oliveira. **O direito do embrião humano**: mito ou realidade? 1996, p. 128.

se as teorias existentes de modo a amparar a pesquisa, utilizando-se a mais adequada para a fundamentar abordagem da adoção dos embriões excedentários.

No que concerne a legislação aplicável aos embriões, destaca-se, inicialmente, que o direito à vida é requisito para garantia de qualquer outro direito inerente ao ser humano. Entender que o embrião possa ter seus direitos garantidos é retomar a discussão, já mencionada acima, de se reconhecer, ou não, que o embrião tem qualidades de uma pessoa humana.

Todavia, é preciso reconhecer que mesmo os atos científicos que envolvem a utilização de embriões humanos necessitam de normatização, para garantir que a ética seja o esteio para garantir a preservação da dignidade da pessoa humana desde a sua concepção.

Nesta temática, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, *caput*, assegura:

> Artigo. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos;

A inviolabilidade do direito à vida assegurado pela Constituição Federal de 1988 encontra-se relacionada ao direito do indivíduo desde a concepção, o que também é reconhecido pelo Código Civil brasileiro, em seu artigo 2º, o qual estabelece que os direitos do nascituro estão assegurados desde a concepção, deixando claro que o embrião não é um mero "amontoado de células" que poderia inclusive ser utilizado como cobaia de experimentos científicos mas um indivíduo em formação com seus direitos e garantias preservados.

O Pacto de São José da Costa Rica[463], também conhecido como a Convenção Americana de Direitos Humanos em seu artigo 4º[464] prevê que a vida do ser humano deve ser preservada desde a concepção, o que também avaliza o

[463] BRASIL. **Decreto n. 678 de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

[464] 1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

argumento dos defensores do embrião como pessoa, pois garante o direito à vida antes mesmo de nascer.

Os direitos do nascituro foram também resguardados através da Lei nº 11804/2008 que disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido, a qual prevê a possibilidade de se arbitrar alimentos em favor da gestante para que possa manter as despesas com alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames, medicamentos, internações entre outras necessidades, antes do nascimento da criança, em claro reconhecimento aos direitos do embrião de se desenvolver sadiamente.[465]

Como bem pontua Rodrigues[466]:

> Recusar o reconhecimento do status de sujeito de direito ao ser humano em processo de formação trata-se de discriminação indevida, posto que desprovida de fundamento fático e jurídico que a sustente. Voltando à matriz kantiana, recusar ao ser humano em processo de desenvolvimento o status de pessoa significa classificá-lo como coisa, ser desprovido de dignidade, sobre o qual qualquer ação humana é possível, percepção esta possível de ser equiparada à vigente durante o período de escravatura.

Filiando-se à corrente que entende o embrião como pessoa humana, pode-se perceber que a legislação brasileira demonstra, mesmo que de forma tímida e à sombra de outros direitos, a proteção do embrião em desenvolvimento, o que se percebe, inclusive, no Estatuto da Criança e do Adolescente que incluiu uma gama de proteções e cuidados à gestante, em respeito ao filho que está gerando em seu ventre, deixando claro o intuito de proteção ao ser humano em processo de gestação.[467]

Além das normas acima citadas, tem-se outras proteções e garantias ao embrião em desenvolvimento, como por exemplo, a previsão contida no artigo 1.799

---

[465] BRASIL. **Lei n. 11804 de 5 de novembro de 2008**. Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.

[466] RODRIGUES, Liz Helena Silveira do Amaral. **Breves considerações a respeito das teorias relativas ao reconhecimento da personalidade jurídica e sua aplicabilidade à proteção do ser humano em gestação**. Lex Humana, Petrópolis, v. 5, n. 1, p. 119 -135, 2013.

[467] RODRIGUES, Liz Helena Silveira do Amaral. **Breves considerações a respeito das teorias relativas ao reconhecimento da personalidade jurídicas e sua aplicabilidade à proteção do ser humano em gestação**. 2013. PDF.

do Código Civil acerca da sucessão testamentária de filhos ainda não concebidos; o direito de reconhecimento voluntário de filho ainda não nascido (art. 1.609 CC) e a possibilidade de o nascituro receber bens em doação (art. 542 CC).

Com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e o surgimento da reprodução humana assistida com exponentes debates no campo da biomedicina, mostrou-se, também necessário, regulamentar as questões relacionadas ao status jurídico dos embriões produzidos em laboratórios.

Para os professores Vicente Paulo Barretto e Elis Cristina Uhry Lauxen[468]

> As técnicas da engenharia genética, em que pesem os relevantes melhoramentos que proporcionam à humanidade, possibilitam práticas discutíveis. Nessa linha, são criticados procedimentos para escolha do sexo, definição de características genéticas, físicas e cognitivas, mediante arguição de manipulação da natureza humana, assim como de interesses econômicos, políticos, militares etc. Sob outro prisma, o aperfeiçoamento genético é entendido como moralmente justificável, porquanto expressa a essência criativa do ser humano, cuja inteligência precisa ser aprimorada para acompanhar a velocidade e complexidade da biotecnologia.

Não há dúvidas de que as técnicas da engenharia genética trouxeram grandes avanços para a humanidade, especialmente para solucionar os problemas existentes em relação à doenças e infertilidade, porém, a utilização do material genético produzido é objeto de grandes debates e questionamentos, tais como a seleção e o descarte de embriões não utilizados, utilização e destruição de embriões em pesquisas, manipulação genética, criopreservação sem prazo estipulado e inclusive a utilização dos embriões para outros fins que não o da procriação, como por exemplo, a produção de cosméticos industriais ou extração de tecidos para transplantes.[469]

---

[468] BARRETTO, Vicente Paulo; LAUXEN, Elis Cristina Uhry. **O marco inicial da vida humana: perspectivas ético-jurídicas no contexto dos avanços biotecnológicos.** Cad. Saúde Pública, 2017**.** Disponível em https://doi.org/10.1590/0102-311X00071816. Acesso em 9 jan. 2022.

[469] BARRETTO, Vicente Paulo; LAUXEN, Elis Cristina Uhry. **O marco inicial da vida humana: perspectivas ético-jurídicas no contexto dos avanços biotecnológicos.** Cad. Saúde Pública, 2017**.**.

Por esta razão, mesmo que não tenha o condão de encerrar o debate e a controvérsia acerca do tema, a legislação brasileira tratou de regulamentar a utilização de embriões no artigo 1.597 do Código Civil em três incisos, que preveem o reconhecimento da filiação originada através das técnicas de reprodução assistida, assegurando a esta os mesmos direitos dos filhos havidos pelos métodos normais de reprodução.

O uso dos embriões através das técnicas de reprodução assistida ganhou grande visibilidade no Brasil na década de 1990 e, também, inúmeras críticas em revistas e jornais de grande circulação, especialmente em relação às questões éticas relacionadas à possibilidade de clonagem humana, descarte de embriões, seleção de sexo e eugenia do bebê a ser gerado, debates acerca do início da vida, fazendo com que o Conselho Federal de Medicina publicasse a resolução CFM nº 1.358/1992, a qual foi bastante limitada em relação aos direitos dos embriões, porquanto representava em grande parte os interesses dos médicos e outros profissionais envolvidos com a técnica, como por exemplo a permissão de congelamento dos embriões, sendo que dentre as conquistas de direitos e garantias, a referida resolução proibiu a seleção de sexo, a destruição e comercialização de gametas e embriões e limitou a transferência de mais de 4 embriões por tentativa. A resolução CFM nº 1.358/1992, apesar de conservadora, permaneceu vigente no Brasil por 18 anos.[470]

Em 15 de dezembro de 2010, o CFM, revogou a resolução 1.358/1992 e editou a Resolução 1.957/2010 que estabelecia novas regras na utilização das técnicas de reprodução assistida e trazendo grandes avanços para prática clínica e resolvendo as situações omissas da resolução anterior, preenchendo, assim, o vazio legislativo acerca do tema.

Leite[471] relaciona as principais alterações incorporadas pela Resolução de 2010:

---

[470] LEITE, Tatiana Henrique. Análise crítica sobre a evolução das normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida no Brasil. **Ciencia & saúde coletiva**. 24(3):917-928, 2019. PDF.

[471] LEITE, Tatiana Henrique. Análise crítica sobre a evolução das normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida no Brasil. **Ciencia & saúde coletiva**. 24(3):917-928, 2019. PDF..

> [...] a transferência embrionária limitada por faixa etária da mulher (até 35 anos – 2 embriões; entre 36 e 39 anos – 3 embriões e mais de 40 anos-máximo 4 embriões), a não exigência de estado civil e sexo específico para ser considerado candidato a TRA, a possibilidade de descarte de embrião e, por fim, a regularização da reprodução assistida *post mortem*. Essa resolução inovou por abrir o debate sobre a utilização das TRA por pessoas solteiras e casais homoafetivos. No entanto, foi considerada conservadora por abordar esse e outros temas polêmicos de uma maneira discreta.

Naturalmente, que, com a rapidez das novas descobertas tecnológicas na área da reprodução assistida, três anos depois o Conselho Federal de Medicina obrigou-se a atualizar a resolução de 2010 e então editou a Resolução CFM nº 2.013/2013, que trouxe como principais alterações a limitação da idade da mulher para gestar, idade limite para doação de gametas, a gestação de substituição com a necessidade de apresentação de documentação pertinente à técnica e ampliação do grau de parentesco para a receptora do embrião a ser gestado.[472]

Diante das inúmeras críticas recebidas, a regulamentação em relação a utilização das técnicas de reprodução assistida e a utilização de embriões foi novamente alterada através da Resolução CFM nº 2.121/2015 que trouxe como principais alterações, a doação compartilhada de oócitos onde é possível à doadora e à receptora, apresentando problemas de reprodução, compartilhar o material genético e inclusive os custos que envolvem o procedimento. A resolução trouxe previsão ainda, acerca da gestação compartilhada onde é possível uma mulher doar a outra os seus gametas femininos para que ela possa gestar o embrião. Tal normativa beneficiou inúmeros casais de mulheres homoafetivas que viram a possibilidade das duas vivenciarem a maternidade e estarem envolvidas na concepção.[473]

Enquanto não é aprovada uma legislação específica sobre o tema pelo Congresso Nacional, o Conselho Federal de Medicina justifica a necessidade de constantes alterações da normativa que regulamenta a reprodução assistida, através da atualização e edição de novas resoluções. Em 2003 o Senado aprovou o Projeto

---

[472] CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 2013 de 16 de abril de 2013**. Disponível em https://portal.cfm.org.br/images/PDF/resoluocfm%202013.2013.pdf. Acesso em 9 jan. 2022.

[473] LEITE, Tatiana Henrique. Análise crítica sobre a evolução das normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida no Brasil. **Ciencia & saúde coletiva**. 24(3):917-928, 2019.

de Lei n. 90/1999 que regulamenta a reprodução assistida no Brasil, todavia, a proposta segue aguardando a análise pela Câmara de Deputados.[474]

Na esteira de atualizações das regras relativas a RA, a resolução CFM n. 2.121/2015[475], foi revogada pela Resolução CFM nº 2.168/2017 que após 3 anos foi também revogada pela resolução CFM nº 2.294/2021 e que foi igualmente revogada pela Resolução CFM nº 2.320/2022[476] atualmente em vigor.

Portanto, as últimas atualizações acerca do uso dos embriões e nas técnicas de reprodução assistida no Brasil determinam que a idade máxima para a gestação é de 50 (cinquenta) anos, que o número de embriões a serem implantados será de 2 (dois) para mulheres de até 37 (trinta e sete) anos e 3 (três) embriões para mulheres com idade superior a 37 (trinta e sete) anos, manteve-se a proibição da escolha do sexo da criança e estabelecida a idade limite de 37 (trinta e sete) anos para mulheres e 45 (quarenta e cinco) anos para homens efetuarem a doação de gametas. A última Resolução publicada acabou com o número limite de 8 (oito) embriões gerados em laboratório, retirou o trecho da normativa que previa o uso das técnicas de RA por heterossexuais, homossexuais e transgênero e excluiu a possibilidade de descarte de embriões congelados com 3 (três) anos ou mais de guarda, temas que eram previstos na resolução de 2021.[477]

Importante que se alerte para o fato de que se trata de resolução editada pelo próprio Conselho de Medicina e, que, eventual descumprimento de qualquer cláusula, implicará em conduta antiética a ser punida administrativamente pelos Conselhos responsáveis, não existindo qualquer punição civil ou penal diante da ausência de legislação aplicável ao tema.[478]

---

[474] BRASIL. Senado Federal. **Conselho Federal de Medicina tem novas normas para Reprodução Assistida**. 2022. Diponível em https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/09/21/conselho-federal-de-medicina-tem-novas-normas-para-reproducao-assistida. Acesso em 9 jan. 2022.

[475] CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 2.121 de 24 de setembro de 2015**. Disponível em https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2015/2121. Acesso em 9 jan. 2022.

[476] CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução 2.320 de 20 de setembro de 2022**. Disponível em https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2022/2320. Acesso em 9 jan. 2022.

[477] CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução 2.320 de 20 de setembro de 2022**.

[478] LEITE, Tatiana Henrique. Análise crítica sobre a evolução das normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida no Brasil. **Ciencia & saúde coletiva**. 24(3):917-928, 2019.

Por fim, não se pode deixar de mencionar em termos de legislação aplicável a utilização dos embriões em laboratório, a Lei nº 11.105/05[479] que permite a extração de células-tronco de embriões humanos para fins de pesquisa, a qual segundo artigo 1º:

> Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente.

A redação do artigo 5º, da citada lei, permite a utilização de células-tronco embrionárias, obtidas de embriões humanos produzidos em laboratório por fertilização *in vitro*, quando não foram utilizados nos procedimentos adotados pelos pacientes. A norma prevê que apenas será possível a utilização de embriões inviáveis ou que estejam congelados há 3 (três anos ou mais.[480]

Marco Segre[481], um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Bioética, era defensor da utilização de células-tronco embrionárias para fins medicinais e terapêuticos e, também, da utilização de embriões descartados após a fertilização *in vitro* e, assim, ressaltava a importância deste material genético para a solução e cura de várias doenças:

> A possibilidade de se tratarem (e curarem?) doenças como leucemias, mal de Parkinson, Alzheimer, a par de se poderem desenvolver órgãos que poderão ser utilizados em transplantes, é uma perspectiva alentadora no sentido de melhorar a qualidade e alongar o tempo de vida de muitas pessoas.

---

[479] BRASIL. **Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005**. Lei de biossegurança. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm. Acesso em 9 jan. 2022.

[480] BRASIL. **Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005**. Lei de biossegurança.

[481] SEGRE, Marco. **A propósito da utilização de células-tronco embrionárias.** Ética e Ciências da Vida. Estud. av. 18 (51). Ago 2004. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000200017. Acesso em 9 jan. 2022.

Para que a utilização das células-troncos seja possível é necessária a obediência criteriosa da lei, especialmente em relação ao consentimento dos genitores e proibição de qualquer cobrança ou comercialização do material biológico. A Lei veda ainda a clonagem humana e determina que todo o projeto de utilização das células-tronco deve ser submetido à apreciação e aprovação dos comitês de ética e pesquisa responsáveis.[482]

É importante registrar que em 2008 o Supremo Tribunal Federal julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.510 do Distrito Federal onde se discutia a constitucionalidade do artigo 5º da Lei da Biossegurança e seguindo o voto do Relator Min. Ayres Britto, por maioria de votos, foi autorizada a pesquisa com células-tronco no Brasil. Em seu voto o Min. Ayres Britto destaca que o embrião a que se refere a lei é aquele produzido *in vrito*, e, portanto, "não é uma vida a caminho de outra vida virginalmente nova, porquanto lhe faltam possibilidades de ganhar as primeiras terminações nervosas, sem as quais o ser humano não tem factibilidade como projeto de vida autônoma e irrepetível".[483]

A utilização das células-tronco embrionárias (CTE), embora prevista em lei, ainda levanta muitos debates, diante da necessidade de se destruir embriões para sua utilização, especialmente entre os defensores da teoria de que vida humana se inicia a partir da concepção. Estes autores, sugerem a utilização de células-tronco adultas (CTA) para fins medicinais, preservando-se, desta forma a vida humana, todavia, a temática está longe de ser unanimidade, haja vista, que, biologistas entendem que a utilização da CTA não apresenta resultados conclusivos e aceitáveis tanto quanto a CTE.[484]

Analisadas as teorias aplicadas aos embriões humanos e as legislações e resoluções pertinente à utilização destes, nas técnicas de reprodução assistida, no

---

[482] BRASIL. **Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005**. Lei de biossegurança.

[483] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 3510/DF**. Rel. Mini. Ayres Britto. J. 5.3.2008. Disponível em https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=611723. Acesso em 9 jan. 2022.

[484] PRANKE, Patrícia. **A importância de discutir o uso de células-tronco embrionárias para fins terapêuticos.** Cienc. Cult. v.56. n.3. São Paulo. 2004. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000300017&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em 9 jan. 2022.

próximo tópico, a pesquisa abordará o destino dos embriões excedentes e criopreservados.

3.3 O DESTINO DOS EMBRIÕES EXCEDENTES E EMBRIÕES CRIOPRESERVADOS

A presente pesquisa, revela até o presente momento, que a temática envolvendo a reprodução assistida levanta inúmeras discussões de aspectos éticos, morais e jurídicos, dentre os quais pode-se resumir como mais pungente a produção e descarte dos embriões que não foram utilizados nos procedimentos de reprodução assistida e, que, permanecem criopreservados indefinidamente.

Por embriões excedentes, compreende-se aqueles que não foram utilizados numa fertilização *in vitro*. Durante o processo de reprodução os óvulos da mulher são captados e fertilizados com o espermatozoide fora do corpo humano, gerando futuros embriões, que serão, após, implantados no útero. Conforme já mencionado acima, com a nova Resolução nº 2.2320/2022, o Conselho Federal de Medicina extinguiu a cláusula que limitava em 8 (oito) o número de embriões que poderiam ser gerados em laboratório, possibilitando, desta forma, a geração de embriões extranumerários.

Nader[485] conceitua os embriões excedentários como aquele

> [...] fecundado in vitro, não aproveitado imediatamente pelo casal e armazenado em laboratório. Não há normas legais sobre o destino dos embriões excedentários. Se de um embrião excedentário vier a nascer um filho a qualquer tempo, mediante inseminação artificial homóloga, presume-se tenha sido concebido na constância do casamento.

Para o objeto da pesquisa apresentada é importante a análise das espécies de embriões que são utilizados para a geração de uma futura gravidez e o destino daqueles que são considerados como inviáveis para as técnicas de reprodução assistida.

---

[485] NADER, Paulo. **Curso de direito civil**: direito de família, 216, p. 318.

A Lei de Biossegurança[486] faz referência e distinção entre embriões viáveis e inviáveis, considerando como viável o embrião que poderá ser criopreservado pelo prazo de 3 (três) anos, sendo útil para uma futura implantação no útero da paciente. Os embriões inviáveis, embora a lei não faça descrição do que seriam eles, pode-se entender como os embriões que não servem mais para a reprodução e podem ser doados imediatamente para a utilização em pesquisa.

A questão de maior complexidade é justamente definir como a ciência qualifica os embriões viáveis e inviáveis e quais seriam os critérios adotados pela equipe médica responsável pela técnica de fertilização *in vitro* para selecionar os embriões aptos para a fecundação ou aqueles de imediato descarte.

Segundo Eler[487], a seleção dos embriões normalmente é feita de acordo com critérios morfológicos "como tempo de clivagem, fragmentação, simetria, multinucleação e aspectos citoplasmáticos dos blastômeros, além da avaliação precoce dos pró-núcleos".

Nas clínicas de reprodução, a seleção dos embriões frescos a serem implantados ocorre após um período de observação em laboratório, e, transcorridos alguns dias, tendo se verificado que alguns embriões apresentam melhor desenvolvimento, estes são transferidos para o útero da mulher, os demais são congelados e armazenados em uma substância chamada de crioprotetor que protege os embriões do excesso de frio.[488]

O método de congelamento dos embriões, é empregado para que a mulher possa passar pelo procedimento de reprodução assistida com menos impacto psicológico e físico, uma vez que, ocorrendo qualquer falha na primeira tentativa, não será necessário se proceder a uma nova hiperestimulação dos hormônios para se obter mais óvulos. O congelamento além de evitar o desgaste emocional e físico da paciente, também é atrativo do ponto de vista financeiro, uma vez que não será

---

[486] BRASIL. **Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005**. Lei da biossegurança..

[487] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários, 2021. p. 104.

[488] CLÍNICA CONCEPTUS. **Embriões congelados**: entenda como funciona. 2017. Disponível em http://clinicaconceptus.com.br/embrioes-congelados-como-funciona/. Acesso em 10 jan. 2022.

necessária a utilização de toda técnica desde o estágio inicial, o que reduz significativamente os custos do procedimento.[489]

Segundo dados obtidos através do Relatório do Sistema Nacional de Produção de Embriões elaborado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no ano de 2021, foram congelados 114.372 (cento e quatorze mil, trezentos e setenta e dois) embriões no país, sendo realizados apenas 45.952 (quarenta e cinco mil novecentos e cinquenta e dois) ciclos de fertilização no mesmo ano, o que evidencia um número elevado de embriões excedentes.[490]

Para Curt[491], no momento de optar pela criopreservação do material genético, os pacientes devem manifestar sua decisão, por escrito, no que diz respeito ao destino dos embriões criopreservados em caso de um futuro divórcio, dissolução da união estável ou falecimento de um dos pacientes ou de ambos e, inclusive, se desejam doá-los. “Os embriões criopreservados com três anos ou mais poderão ser descartados se essa for a vontade expressa dos pacientes, mediante autorização judicial”.

O tempo máximo de preservação dos embriões varia de acordo com cada país, em Vitória, na Austrália, os embriões podem ser mantidos por até 5 (cinco) anos com a opção dos casais solicitaram a prorrogação deste prazo. As opções para os casais que vivem em Vitória em relação aos embriões excedentes são o descarte, a doação para pesquisa ou doação para casais com problemas de infertilidade. Ultrapassado o prazo de 5 anos e caso o casal não tenha sido localizado ou não tenha manifestado sua intenção em relação ao destino dos embriões, eles serão descartados.[492]

---

[489] ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários, 2021. p. 102.

[490] BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Sistema Nacional de Produção de Embriões**. Disponível em https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/dadosabertos/informacoes-analiticas/sisembrio. Acesso em 9 jan. 2022.

[491] CURT. Deise Santos. **Reprodução humana assistida e o Direito**. 2021. p. 31. Edição do Kindle**.**

[492] HAMMARBERG, Karin; TINNEY Leesa. **Deciding the fate of supernumerary frozen embryos: a survey of couples’ decisions and the factors influencing their choice**. In vitro fertilization. v. 86, issue 1, p. 86-91, 2006. Disponível em https://www.fertstert.org/action/showPdf?pii=S0015-0282%2806%2900540-1. Acesso em 10 jan. 2022.

Na Nova Zelândia, o armazenamento de embriões criopreservados pode ser mantido por até 10 (dez) anos. Quando o tempo de armazenamento é atingido, nos mesmos moldes do que ocorre na Austrália, os casais devem decidir o destino a ser dado a eles, podendo descartá-los, doá-los para pesquisas ou para casais inférteis.[493]

Já na Itália, as técnicas de reprodução são reguladas pelas Lei 40 de 19 de fevereiro de 1940, que não permite o armazenamento de embriões, porém, esta lei sofreu diversas atualizações por meio de decisões do Tribunal Constitucional que declarou alguns artigos inconstitucionais. O sistema que regula o uso de embriões em técnicas de reprodução assistida é bastante ultrapassado e incompleto, razão pela qual a lei esteve no centro de grandes debates na justiça italiana.[494]

Já no ano seguinte à aprovação da Lei 40, foi realizado um referendo revogatório para alterar os pontos mais controversos da normativa que regulamenta a reprodução assistida, porém, sem resultado, por falta de *quorum*. Contudo, como dito, muitos artigos da lei foram declarados inconstitucionais, entre eles o artigo 14 §2º que estabelecia um número máximo de 3 embriões a serem produzidos em laboratório e desde que fossem eles estritamente necessários para uma única implantação no útero. Após a decisão de inconstitucionalidade, o médico poderá levar em consideração o estado de saúde da mulher e, a partir disto, produzir tantos embriões quantos forem necessários e, implantá-los, quando for necessário. Com isto, ficou também autorizado, mesmo que com restrições, o congelamento dos embriões por recomendação médica.[495]

Na Itália, apesar das várias decisões do Tribunal alterando artigos da Lei 40/2004, permanece a proibição do uso de embriões excedentários para pesquisa

---

[493] GOEDEK, Sonja; PAYNE Deborah. **Embryo donation in New Zealand**: a pilot study. Human Reproduction. v. .24, n.8 pp. 1939–1945, 2009. Disponível em https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19429908/. Acesso em 10 jan. 2022.

[494] INSTITUTO BERNABEU. Medicina Reproductiva. **Quadro normativo italiano sulla procreazione medicalmente assistita**. Disponível em https://www.institutobernabeu.com/it/quadro-normativo-italiano-sulla-procreazione-medicalmente-assistita/. Acesso em 10 jan. 2022.

[495] INSTITUTO BERNABEU. Medicina Reproductiva. **Quadro normativo italiano sulla procreazione medicalmente assistita**.

científica[496] o que demonstra ser, ainda, um país bastante conservador em relação ao uso dos embriões, certamente pela forte influência da Igreja Católica nas decisões do Estado.

A Alemanha é um dos países da Europa que também proíbe, por lei, a utilização de embriões para a pesquisa científica. O grande debate naquele país é, justamente, o fato de que não há proibição para os cientistas conduzirem pesquisas com células-tronco embrionárias humanas, quando obtidas de outros países, o que colocaria em cheque qualquer teoria acerca do respeito à vida humana, por exemplo.[497]

Assim como no Brasil, na maioria dos países da Europa há lei prevendo e permitindo a utilização de embriões excedentários, seja para fins de congelamento, doação para casais inférteis ou para pesquisa e inclusive para um possível descarte após a dispensa pelo casal doador.

Porém, como se vê, em qualquer parte do mundo, persistem as discussões acerca da teoria do início da vida humana, a natureza jurídica do embrião e se ele deve gozar de proteção jurídica ou não para utilização em pesquisas científicas ou para outros fins.

Para Lincoln Frias[498] defensor do uso de embriões em pesquisa e divergente da teoria concepcionista:

> O respeito às opiniões divergentes não é suficiente para proibir o uso e descarte de embriões, porque isso significaria abrir mão de importantes benefícios, mas é suficiente para justificar que o descarte de embriões seja feito da maneira menos ofensiva possível.

---

[496] ANSA.it. Salutte&Benessere. Cosa resta della legge 40, aboliti 5 divieti. **Di Maria Emilia Bonaccorso**. Roma. 26 luglio 2022. Disponível em https://www.ansa.it/canale_saluteebenessere/notizie/sanita/2020/07/05/cosa-resta-della-legge-40-aboliti-5-divieti_c7448ba0-56d9-49bb-b6d3-c5e368249058.html. Acesso em 10 jan. 2022.

[497] STAMMZELLNETNETZWERK.NRW. Disponível em https://www.stammzellen.nrw.de/informieren/ethik-und-recht/rechtslage. Acesso em 10 jan. 2022.

[498] FRIAS, Lincoln. **A ética do uso e da seleção de embriões**. Florianópolis: Ed. UFSC. 2012, p. 103.

Habermas[499], traz uma reflexão acerca da existência do embrião como um ser em desenvolvimento, e faz questionamentos se “podemos dispor livremente da vida humana para fins de seleção?” e quanto ao aspecto, se seria ético o “consumo de embriões para suprir a vaga esperança de um dia poder-se produzir e enxertar tecidos transplantáveis, sem ter de enfrentar o problema de transpor as barreiras da rejeição a células estranhas”. Para o filósofo, contudo, na medida que se utilizam e produzem embriões para fins de pesquisa vai se operando a normalização do debate e uma mudança de percepção cultural acerca da vida humana na fase embrionária e, com isto, a perda da sensibilidade moral em relação às questões relacionados as garantias de preservação da vida humana em relação ao seu custo-benefício.

Conforme se observa, o mundo tecnológico proporcionou muitos recursos e benefícios para a reprodução humana assistida, porém, também trouxe grandes debates éticos-científicos. A técnica é eficiente e útil para casais que desejam realizar o sonho da gestação, todavia, a ética deve ser a normativa que deve delinear os procedimentos, pois nem tudo que a ciência acredita ser possível é verdadeiramente ético.

Com isto, a pesquisa se direcionará no intuito de demonstrar que é possível atender aos anseios dos casais inférteis e, ao mesmo tempo, ser ético e eficiente do ponto de vista técnico-científico, garantindo que os embriões excedentários que não têm mais como destino a fecundação no casal doador, sejam utilizados de maneira a garantir a continuidade da vida humana, e, ao mesmo tempo proporcionando o direito à gestação daquela mulher que não pode gerar o filho próprio.

3.4 A ADOÇÃO DOS EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS E A SOLUÇÃO PARA DIMINUIÇÃO DA ESPERA DOS PRETENDENTES À ADOÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Tendo a presente pesquisa demonstrado no primeiro e segundo capítulo os critérios para a adoção de criança e adolescente no Brasil e também as dificuldades

[499] HABERMAS, Jurgen. **O futuro da natureza humana**: a caminho de uma eugencia liberal. Tradução Karina Janini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004. p. 29.

enfrentadas pelos casais pretendentes, especialmente em relação ao tempo de espera para conseguir alcançar o desejo de adotar uma criança ainda bebê, objetiva-se, com o presente estudo, defender-se a ideia da adoção dos embriões excedentários provenientes da técnica de reprodução assistida *in vitro* quando não tiverem mais utilidade para o casal doador, observando-se as regras da adoção estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tanto o ECA quanto o Código Civil brasileiro são omissos em relação a possibilidade da adoção de embriões excedentários, isto porque, a adoção está totalmente vinculada a teoria natalista, sendo possível concretizar o ato apenas com a criança nascida. Todavia, em outros tempos, o próprio Código Civil previa a possibilidade da adoção na fase embrionária, ao permitir que o nascituro fosse adotado.

O Código Civil de 1916[500] em seu artigo 372[501] previa a possibilidade da adoção daquele que mesmo que ainda não tivesse nascido, estava inserido no ventre materno, e para o qual era garantido o direito a uma família, mesmo que no plano futuro, priorizando o Estado, os interesses do nascituro.

O Código Civil pretérito previa, então, a necessidade de consentimento do próprio adotado ou de seu representante legal se for ele incapaz ou um indivíduo embrionário e é justamente esta questão do consentimento incerto que levantou grandes debates em relação à adoção do nascituro, tendo como consequência a revogação do artigo 372.

Para José Carlos Teixeira Giorgis[502], o instituto da adoção não pode estar vinculado à um evento incerto, porquanto, o nascimento do embrião se encontra no campo da mera cogitação, o que conflita com a natureza jurídica do parentesco que é definitivo e irrevogável, tornando-se, para o autor, a adoção embrionária inviável.

---

[500] BRASIL. **Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

[501] Art. 372. Não se pode adotar sem o consentimento do adotado ou de seu representante legal se for incapaz ou nascituro.

[502] GIORGIS, José Carlos Teixeira. **A adoção de nascituro**. IBDFAM, 2007. Disponível em https://ibdfam.org.br/artigos/306/A+adoção+do+nascituro. Acesso em 18 jan. 2023.

O advogado e presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Rodrigo da Cunha Pereira[503], explica que não há mais previsão na legislação brasileira que ampare a adoção do nascituro, pois, após a revogação do Código de 1916, tanto o Código Civil de 2002 quanto a Lei de Adoção (12.010) foram completamente omissos em relação à adoção embrionária:

> A adoção de nascituro, ou seja, daquele que já foi concebido, mas ainda não nasceu, não tem previsão expressa em nossa lei, como acontecia na vigência do CCB 1916, que em seu art. 372, assim determinava: *Não se pode adotar sem o consentimento do adotado ou de seu representante legal, se for incapaz ou nascituro*. O ECA omitiu-se sobre a possibilidade da adoção do nascituro, trazendo tão somente que *a adoção depende do consentimento dos pais ou do consentimento legal do adotando* (Art. 45). O CCB 2002, bem como a Lei nº 12.010/09, que regulamenta a adoção, também foram omissos.

Muitos autores civilistas, a exemplo de Antônio Chaves, Carlos Roberto Gonçalves, José Carlos Teixeira Giorgis, Guilherme Calmon Nogueira da Gama e Maria Berenice Dias, não são adeptos da adoção do nascituro, apontando questões jurídicas como empecilho para a sua viabilidade e, também, porque o direito brasileiro adota a teoria natalista, sendo que Maria Berenice Dias, por exemplo, sustenta não ser possível a adoção embrionária em razão da exigência legal do consentimento da mãe biológica após o nascimento do bebê.[504]

Com o devido respeito às opiniões destes consagrados doutrinadores, é preciso que se advirta que o Código Civil de 1916 surgiu em outro momento da história do direito de família, muitas regras relativas ao instituto da adoção foram revogadas em razão dos novos anseios da sociedade e, também, dos novos arranjos familiares e, o que outrora era requisito imperativo, hoje pode ser relativizado atendendo os interesses do adotando. No passado, conforme já abordado nos capítulos iniciais, a adoção era entendida como um negócio jurídico bilateral, que prescindia de escritura pública, sendo impossível a sua concretização sem a anuência do adotando ou do

---

[503] PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Adoção**: quais são os tipos mais conhecidos? Disponível em https://www.rodrigodacunha.adv.br/7790-2/. Acesso em 18 jan. 2023.

[504] MIRANDA, Adriana Augusta Telles de. **Adoção de embriões excedentários à luz do direito brasileiro.** Coord. Giselda F. Novaes Hironaka e Flávio Tartuce. 1 ed. São Paulo: Método, 2016. p. 140.

seu representante legal, o que demonstrava a rígida obediência à forma e pouca importância aos interesses do menor.

Portanto, a doutrina negacionista da adoção do nascituro ou de embriões sob o argumento de que o instituto da adoção exige como requisito o consentimento do adotado ou estágio de convivência, não possui fundamento, uma vez que esse processo de adaptação ocorrerá naturalmente. No caso do embrião adotado, a mãe gestora terá o período de aproximadamente 40 (quarenta) semanas para se adaptar a nova realidade e sentir a presença do bebê no seu ventre, já no caso do nascituro, o estágio ocorrerá após o nascimento, uma vez que decisão da mãe biológica de doar o bebê já ocorreu muito antes do parto, tendo os adotantes, tempo suficiente para acompanhar e se adaptarem a todo o processo que resulta de uma gestação.[505]

A adoção moderna recebeu outros contornos jurídicos e sociais, colocando o adotando como figura central do instituto, de modo a igualá-lo à condição de filho legítimo em caráter irrevogável e garantindo-lhe, com absoluta prioridade, o direito de ser criado e educando no seio de uma família, ficando complemente afastada a ideia da adoção contratualista de outrora.

Com isto, é absolutamente compreensível que com o passar do tempo e o surgimento de tantas tecnologias relacionadas à reprodução humana, se abram, também, novas possibilidades de alcançar o consagrado direito a ter e a pertencer à uma família, garantido pela Constituição Federal de 1988.

Venosa[506], ao referenciar Arnaldo Marmitt, faz uma crítica à omissão do legislador em relação à adoção do nascituro no Estatuto infanto-juvenil: “Sem dúvida a adoção do nascituro, se admitida, o que nos parece a melhor solução, deve ser feita, por analogia, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, não podendo prevalecer interpretação literal, nesse caso”.

Lobo[507], defensor da adoção do nascituro, menciona o fato de que a lei civil prevê que todos os direitos da futura pessoa são preservados desde à concepção,

---

[505] MIRANDA, Adriana Augusta Telles de. **Adoção de embriões excedentários à luz do direito brasileiro.** 2016. p. 149.

[506] VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: direito de família. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 272.

[507] LOBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil**: Família. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 274.

portanto, a adoção também poderá ser garantida desde à concepção, ficando, obviamente, concretizada apenas com o nascimento com vida da criança, quando então passará a produzir todos os seus efeitos. Com isto, ficam preservados os interesses do nascituro e os princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade, de modo que tanto a criança quanto a mãe adotante terão o direito a formar uma família.

Tartuce[508], igualmente, manifesta-se totalmente adepto à tese da adoção do nascituro "como forma de tutela dos direitos de quarta geração da pessoa humana", porquanto, destaca que o nascituro é pessoa, e, como tal, é também sujeito de direitos, como por exemplo alimentos, direito à honra, a imagem, à intimidade e a investigação de paternidade, não havendo qualquer razão que possa fundamentar a recusa ao direito de ser adotado. O mencionado autor ainda ressalta o fato de que o próprio Código Civil, no artigo 1.609, prevê a possibilidade do reconhecimento do nascituro como filho e que, neste caso, seria um contrassenso não reconhecer a possibilidade da adoção. "Ora, se é possível reconhecê-lo como filho, porque não seria possível adotá-lo?"

A quarta geração da pessoa humana ou quarta era dos direitos é caracterizada a partir de uma expressão utilizada por Norberto Bobbio, que designa os avanços tecnológicos de grande impacto jurídico descritos em sua obra "a era dos direitos", que embora não se refira a tempo algum, traz importantes contribuições à diversos temas relacionados aos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.[509]

A quarta geração de direitos, portanto, é caracterizada a partir da evolução tecnológica no campo da ciência biológica e cientifica, "em defesa do patrimônio genético, pelo avanço tecnológico, pelo direito à democracia, à informação e ao pluralismo".[510]

---

[508] TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito de família. v. 5. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 490.

[509] CHINELATTO, Silmara Juny de Abreu. **A pessoa natural na quarta era dos direitos**: o nascituro e o embrião pré-implantatório. Revista Brasileira de direito comparado. Rio de Janeiro, n. 32. 2007, pp. 79-129. Disponível em http://www.idclb.com.br/revistas/32/revista32%20(7).pdf. Acesso em 18 jan. 2023.

[510] SERRAGLIO, Lorena Pretti. **Quarta geração de direitos**. Faculdade Antônio Eufrázio de Prudente. Presidente Prudente-SP. 2008. Disponível em

Especificamente naquela obra, o autor italiano, traz grandes lições sobre a mutabilidade dos direitos da pessoa humana, justificando o que se traz a discussão na presente pesquisa, de que a norma precisa acompanhar a evolução da sociedade, especialmente no que concerne aos direitos do embrião gerado a partir das técnicas de reprodução humana. O que outrora era visto como ilegítimo ou impossível de se imaginar, hoje pode ser uma solução.

> [...] os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente. Não é difícil de prever que, no futuro, poderão surgir novas pretensões que no momento sequer podemos imaginar. O que demonstra que não existem direitos por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas"[511]

Portanto, a inexistência de uma norma regulamentadora da adoção do nascituro ou de embriões produzidos em laboratórios, por si só, não gera a presunção de sua impossibilidade, especialmente porque o próprio Código Civil preserva os direitos do nascituro desde a concepção, assim sendo, esta pesquisa filia-se nas ideias de Silmara Juny de Abreu Chinellato e Almeida[512], jurista pioneira na defesa dos direitos do embrião e uma das principais defensoras da teoria concepcionista, de que a adoção é uma forma de assegurar com prioridade os "direitos de quarta geração da pessoa humana", incluindo-se, neste contexto, o nascituro e os embriões excedentários.[513]

Silmara Juny de Abreu Chinellato e Almeida[514], filia-se a corrente também adotada por outros civilistas e filósofos de renome nacional e internacional

---

http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/1681/1608. Acesso em 18 jan. 2023.

511 BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 19.

512 ALMEIDA, Silmara Juny de Abreu Chinellato. **Adoção de nascituro e a quarta era dos direitos**: razões para se alterar o caput do artigo 1.621 do novo Código Civil. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (coord). Questões controvertidas no novo código civil. São Paulo: Método, 2003. p. 355.

513 MIRANDA, Adriana Augusta Telles de. **Adoção de embriões excedentários à luz do direito brasileiro.** 2016. p. 146.

514 ALMEIDA, Silmara Juny de Abreu Chinellato. Estatuto jurídico do nascituro: o direito brasileiro. **Rev. jurídica da universidade católica portuguesa**. 2008, p. 162. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/direitoejustica/article/view/9843. Acesso em 19 jan. 2023.

como Mário Emílio Bigotte Chorão[515], Limongi França[516], Günter Rager[517], Francesco Donato Busnelli[518], Elio Sgreccia[519] e Antonio Tarantino[520], este último, Diretor do Centro de Bioética e Direitos Humanos da Università di Lecce, de que desde a fecundação o embrião recebe a carga genética do pai e da mãe formando o seu próprio DNA, motivo pelo qual se torna um ser distinto desde o primeiro momento do seu desenvolvimento, esclarecendo:

> A esta corrente também me filio, sustentando que entre embrião implantado e não implantado pode haver diferença quanto à capacidade de direito, mas não quanto à personalidade. Esta é um *quid*, enquanto a capacidade é um *quantum.* No dizer oportuno de Francisco Amaral, pode-se ser mais ou menos capaz, mas não se pode ser mais ou menos pessoa.

Na discussão do que pode ser entendido como pessoa humana, inclui-se no presente estudo o embrião produzido em laboratório a partir da técnica de reprodução humana *in vitro*, os quais, assim como o nascituro, tem garantidos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a exemplo do direito à vida e à dignidade, os quais devem ser preservados, com absoluta prioridade, mesmo que ainda no estágio inicial do seu desenvolvimento.[521]

A manipulação de embriões humanos para fins de pesquisa ou a destruição deles, representa, sem dúvida, umas das particularidades mais atuais na discussão da preservação da vida humana e da garantia dos direitos fundamentais à

---

[515] CHORÃO, Mario Emílio. **O problema da natureza e tutela jurídica do embrião humano à luz de uma concepção realista e personalista do direito**. Separata da Revista O Direito, Lisboa, ano 123, 1991, IV.

[516] FRANCA, Limongi. **Manual de Direito Civil**. 3. Ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1981.

[517] RAGER, Gunter. (Hg.) (2009) Beginn, **Personalität und Würde des Menschen**. 3. vollständig neu bearbeitete und erweiterte Auflage. Grenzfragen Band 32. Freiburg / Brsg.: Alber Verlag.

[518] BUSNELLI, Francisco Donato. **Bioética e diritto privatto: frammenti di um dizzionario**. Torino, Giapichelli Editore, 2001.

[519] SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética**: Fundamentos e Ética Biomédica. 2° Ed. São Paulo: Loyola, 2014.

[520] TARANTINO, Antonio. **Per una dichiarazione dei diritti del nascituro** (coordenador). Sutdi Giuridici-sezione di folosofia del diritto e dela politica. Università degli sutdi di lecce. 1 ed. Dott. A. Giuffrè, Milano, 1996.

[521] MIRANDA, Adriana Augusta Telles de. **Adoção de embriões excedentários à luz do direito brasileiro.** 2016. p. 147.

vida e à dignidade humana, mostrando-se relevante uma regulamentação que priorize o novo ser em desenvolvimento, sendo que para o professor português, Manuel António Carneiro de Frada[522]:

> A resposta do ordenamento carece, aqui, de ser valorativamente coerente. Um sistema que penalize o aborto – e há, logo em nome da unidade e coerência do sistema, uma necessidade ético-jurídica de manter, por princípio, incriminadas todas as ofensas à vida humana – não se vê que possa deixar de reprovar igualmente a instrumentalização dos embriões humanos para fins experimentais ou outros, e a sua sujeição a subsequente destruição.

Em que pese as acirradas discussões que envolvem as suas entrelinhas, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 478/2007 de autoria dos deputados Luiz Bassuma e Miguel Martini, que tem como objetivo a criação do Estatuto do Nascituro, o qual possui dispositivos que se relacionam à presente pesquisa e podem servir, também, de fundamento para o que se pretende defender. O Estatuto coloca o nascituro na condição de ser humano, também incluídos os seres humanos concebidos por técnicas de fertilização *in vitro* e proíbe o congelamento, o uso em pesquisas e descarte dos embriões, garantindo a eles o "direito à vida, à saúde, à honra, à integridade física, à alimentação e à convivência familiar". O projeto obteve parecer e aprovação pela Comissão de Seguridade Social e Família em 2009, pela Comissão de Finanças e Tributação em 2013, pela Comissão de Constituição e Justiça em 2017 e, também, pela Comissão de Defesa da Mulher em 06/05/2022. Atualmente o projeto foi retirado de pauta em razão de outros diversas projetos com conteúdo semelhante que foram apensados a ele.[523]

O artigo 13 do referido projeto de lei, permite à mãe, o direito de entregar o nascituro em adoção caso não deseje assumir a criança e, portanto, embora o estatuto faça referência apenas a adoção do nascituro, é certo que o projeto reconhece o embrião como um ser humano em desenvolvimento e sujeito de direitos

---

[522] FRADA, Manuel António Carneiro de. **A protecção juscivil da vida pré-natal sobre o estatuto jurídico do embrião**. Rev. direito e justiça da Universidade católica portuguesa. In: *Verdade, pessoa humana e ordem político-jurídica: Colóquio Internacional em Homenagem a Mário Emílio Bigotte Chorão*, 2008. pp. 133-155 PDF. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/direitoejustica/issue/view/607. Acesso em 19 jan. 2023.

[523] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 478/2007 e seus apensados**. Disponível em https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345103. Acesso em 19 jan. 2023.

fundamentais, assim, é possível se fazer uma interpretação extensiva do artigo e, por analogia, reconhecer-se a possibilidade da adoção também de embriões excedentários.[524]

A adoção de embriões criopreservados e excedentes, é uma realidade da qual não se pode lutar contra, conforme já demonstrado acima, inúmeras clínicas pelo mundo se utilizam da técnica de fertilização *in vitro* e acabam implantando um número de embriões muito menor dos que os que foram fertilizados no útero da mulher. No Brasil, conforme demonstra o Relatório do Sistema Nacional de Produções de Embriões (SisEmbrio), existem aproximadamente 220 mil embriões congelados em clínicas de fertilizações, tendo sido implantados menos de 50mil embriões[525].

Deste modo, a questão que se coloca em discussão é: Por que não utilizar os embriões excedentes como meio de possibilitar aos casais inférteis, constituir uma família?

Para Nucci[526]

> [...] é prematuro que a legislação brasileira obrigue as famílias a doar os embriões congelados; é também precoce que se promova, com tais embriões, a adoção. Porém, já é momento de se iniciar uma campanha de esclarecimento para que as famílias se conscientizem da relevância de doar os embriões a quem deles pode fazer um bom uso, promovendo a gestação.

As técnicas de reprodução humana e a adoção são as duas formas mais procuradas pelos casais inférteis no intuito de realizar o desejo de ter um filho. A cura da infertilidade é uma demanda que vem sendo objeto de relevantes estudos no mundo, porém, enquanto não se tem um diagnóstico e tratamento definitivo para solucionar o problema, muitos casais têm alcançado sucesso na tão sonhada

---

[524] MIRANDA, Adriana Augusta Telles de. **Adoção de embriões excedentários à luz do direito brasileiro.** 2016. p. 149.

[525] AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÊNCIA. **Sistema Nacional de Produções de Embriões** (SisEmbrio). 2022. Disponível em https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/dadosabertos/informacoes-analiticas/sisembrio. Acesso em 20 jan. 2023.

[526] NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 178.

gestação, através das diversas técnicas de reprodução. A adoção, no entanto, continua sendo “uma alternativa para quem não consegue gerar filhos do próprio sangue, mas apenas depois da tentativa, sem sucesso, de várias técnicas, em várias ocasiões”.[527]

Um obstáculo que é de grande relevância para casais com menos condições financeiras são os custos para a realização de uma técnica de fertilização. O tratamento não está incluído na tabela de procedimentos cobertos pelo Sistema Único de Saúde, assim, para que o procedimento *in vitro* seja realizado, o casal precisará desembolsar mais de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e, ainda, caso desejem congelar o embrião, precisarão pagar uma taxa de “aluguel” anual, que pode variar de R$ 500,00 (quinhentos reais) à R$ 1.000,00 (mil reais)[528].

A adoção, para os casais inférteis é sempre colocada em segundo plano, porquanto, a maioria deles tenta até a última possibilidade gerar o filho com o próprio material genético, fazendo uso de todas as técnicas de reprodução assistidas possíveis. Quando eles não obtêm sucesso, então, a adoção acaba sendo o único meio de alcançar o desejo de constituir uma família, mesmo com todos os riscos de trazer para dentro da família um ser estranho e com linhagem genética completamente diferente.

Ramirez-Galvez[529] esclarece que:

> Os especialistas em RA, principalmente dos serviços privados afirmam que os casais sempre querem tentar, até o último momento, ter o filho deles, naturalizando o fato de recorrer à RA seguidas vezes antes de optar pela adoção de crianças. Para alguns desses profissionais, tal questão é colocada no plano dos direitos: as tecnologias reprodutivas seriam uma opção e os casais teriam o direito de tentar um filho próprio, antes de adotar o filho de outros**.**

---

[527] RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha. Reprodução assistida, consumo de tecnologia, deslocamentos e exclusões. **Cienc. Cult. V**. 60 n. 1. São Paulo, 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000100016. Acesso em 20 jan. 2023.

[528] ESTADÃO. E-Investidor. **Fertilização in vitro: confira os custos dos procedimentos e como é feito**. Disponível em https://shre.ink/ajCt. Acesso em 31 jul. 2023.

[529] RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha. Reprodução assistida, consumo de tecnologia, deslocamentos e exclusões. **Cienc. Cult. V**. 60 n. 1. São Paulo, 2008.

A possibilidade de gestar e gerar um filho, mesmo que seja ele proveniente de material genético obtido de terceiros, é uma solução viável e que precisa ser repensada pelas autoridades legislativas, pois seria a chance de realizar o sonho reprodutivo de muitas mulheres. No caso em que o casal infértil apresenta dificuldades na fecundação do material genético, “a tecnologia permitiria realizar uma adoção numa fase anterior ao nascimento, deslocando o foco de atenção para a importância da experiência corporal de gestação” momento que é significativamente importante para a mulher.[530]

A experiência do parto e de todos os cuidados que antecedem ao nascimento do bebê, certamente superaria a relevância dada pelos casais adotantes às questões genéticas, porquanto, toda experiência de gerar e gestar um ser, traz consigo a ideia de uma naturalidade biológica. O parto, é sem dúvida, um momento único vivido pela mulher, uma vez que constitui a efetivação dos vínculos entre mãe e filho, vindo, neste sentido, destacar a posição de Martha Ramirez-Gálvez[531]:

> A tecnologia reprodutiva parece constituir o principal operador e habilitador para atingir desejos naturalizados que reforçam a maternidade como essencial à realização feminina. A experiência corporal da maternidade é destacada para justificar a existência de programas de adoção de embriões ou o desenvolvimento de técnicas que permitam a concepção em idade avançada, em uma tentativa de superar e expandir os limites de uma natureza que teria ficado pequena para dar conta do mundo contemporâneo.

A adoção de embriões antes da implantação no útero, portanto, seria uma saída viável para superar as dificuldades de muitos casais inférteis de realizar a experiência da gestação e de ter um filho, sem com isso, esperar por longos e exaustivos anos nas filas de adoção, além do que, dá aos casais tratamento de igualdade, ao permitir que todo cidadão, seja ele com mínima condição financeira ou aquele privilegiado, que poderia facilmente recorrer à qualquer técnica de reprodução humana, possa ter garantido o direito fundamental de constituir sua própria família.

---

[530] RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha. **Reprodução assistida, consumo de tecnologia, deslocamentos e exclusões**. Cienc. Cult. V. 60 n. 1. São Paulo, 2008.

[531] RAMIREZ-GÁLVEZ, Martha. Razões técnicas e efeitos simbólicos da incorporação do “progresso tecnocientífico”: reprodução assistida e adoção de crianças. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, p. 565-586.

Adotando-se a teoria concepcionista, a adoção de embriões excedentários possibilitaria, ainda, que fosse assegurado, com absoluta prioridade, o princípio fundamental do direito à vida do embrião, reconhecido este como uma vida humana em desenvolvimento, desde a concepção, com o direito de ser gestado e gerado, com todas as garantias previstas na Constituição Federal de 1988, como qualquer outro ser humano.

Portanto, como bem pontua Miranda[532]: “não apenas o direito do nascituro à vida está em foco, mas também o direito de uma mulher, em ver resguardado o princípio da dignidade humana, pela possibilidade de ser mãe” condição própria e natural do gênero feminino.

A adoção, sem dúvida, é a melhor solução para o grande debate em relação ao descarte dos embriões excedentários, isto porque, garantiria que os embriões tivessem um feliz destino, tendo garantido o direito de nascer, assim, como seria, também, preservado o direito da mulher adotante de gestar e gerar o próprio filho, formando a tão almejada família.

O tema é delicado e tem abrangência não só no mundo jurídico, mas especialmente no campo da ciência, todavia, não há como se negar o fato de que a adoção dos embriões poderia conceder à casais inférteis o direito de trazer, para dentro da sua família, o desejado bebê, assumindo, com isto, as responsabilidades e obrigações decorrentes da paternidade estabelecida a partir dos laços de socioafetividade.

A paternidade socioafetiva, conforme já demonstrado nos capítulos anteriores desta pesquisa, em muito se assemelha com a adoção e, ambos os institutos têm sua relevância na preservação dos interesses da criança e do adolescente, pois permitem que uma criança seja reconhecida como filho sem que haja qualquer vínculo biológico, o que, por analogia, poderia ser perfeitamente aplicado na adoção de embriões excedentários proveniente da doação de terceiros,

---

[532] MIRANDA, Adriana Augusta Telles de. **Adoção de embriões excedentários à luz do direito brasileiro.** 2016. p. 150.

uma vez que a verdade biológica não é necessariamente o vínculo exigido para se estabelecer uma relação de parentesco.

A adoção de embriões é reconhecida em algumas partes do mundo, com suas particularidades, cita-se no presente trabalho, como referência os Estados Unidos e o Estado de Querétaro no México.

Em Querétaro, pequeno Estado situado no centro-norte do México, há previsão legal (art. 401 do Código Civil Querétaro)[533] quanto à adoção de embriões excedentários, os quais são disponibilizados para casais receptores quando os pais doadores autorizarem a doação ou, então, nos casos em que os doadores vieram a falecer ou não os reclamarem no prazo da lei:

> La adopción de embriones sólo procederá respecto de los supernumerarios crioconservados preexistentes, que fueren fruto de la fertilización in vitro homóloga, en los siguientes casos:
>
> I.Cuando los padres biológicos hayan manifestado su libre voluntad de dar en adopción los embriones supernumerarios;
>
> II.Cuando hayan fallecido los padres biológicos de los embriones o que se les declare como ausentes; y
>
> III.Cuando los padres biológicos no hayan reclamado los embriones en el plazo señalado para ello en la ley que regule lo relativo a la crioconservación de embriones.[534]

Ortiz[535], acrescenta que o Estado de Querétaro "regula de forma particular este acto jurídico, importante en las relaciones sostenidas en el

---

[533] MÉXICO. **Código Civil del Estado de Querétaro**. Disponível em https://site.legislaturaqueretaro.gob.mx/CloudPLQ/InvEst/Codigos/COD001_60.pdf. Acesso em 26 jan. 2023.

[534] A adoção de embriões só se dará em relação a supranumerários pré-existentes criopreservados, resultantes de fertilização in vitro homóloga, nos seguintes casos: I. Quando os pais biológicos tiverem manifestado a sua livre vontade em ceder os embriões supranumerários para adoção; II - Quando os pais biológicos dos embriões faleceram ou foram declarados ausentes; e III. Quando os pais biológicos não tenham reclamado os embriões no prazo indicado para isso na lei que regula o que se refere à criopreservação de embriões. (Trad. Livre)

[535] ORTIZ, Miguel Angel Léon. **Dos aspectos a considerar en la adopción de embriones en el Estado de Querétaro**: el derecho del menor a conocer su origen genético y la prohibición implícita de los diagnósticos genéticos preimplantacional y prenatal. Revista Iberoamericana de Bioética, nº

derecho de familia actual, poniendo al alcance de parejas infértiles la posibilidad de acudir a la adopción de embriones supernumerarios”[536].

O Código Civil de Querétaro, possui um livro (arts. 399 a 405) exclusivamente dedicado à adoção de embriões, a qual é autorizada para casais com algum problema de infertilidade, maiores de idade, casados ou vivendo em união estável e, também, para mulheres que tenham atingido a maioridade civil, estabelecendo como idade limite, 35 (trinta e cinco) anos para mulher e 50 (cinquenta) anos para o homem. Na adoção de embriões é vedado selecionar o sexo da criança e, também, não pode o casal receptor rejeitar o bebê caso ele venha a nascer com alguma doença ou deficiência física. [537]

O Código Querétaro prevê, ainda, o direito do adotando, ao alcançar a maioridade, conhecer a identidade dos pais biológicos, todavia, o casal doador, ao se submeter à técnica de reprodução humana assistida, assina termo de autorização concordando com a doação dos embriões excedentários e ao mesmo tempo renuncia à paternidade do futuro embrião. [538]

O Ministério da Saúde do Estado de Querétaro, possui arquivo onde ficam registradas as informações acerca da doação dos embriões e mantém ativo em seu cadastro, uma lista de pessoas que tenham decidido ceder os embriões excedentários para adoção, de modo que os pretendentes à adoção poderão se dirigir ao órgão para verificar se há embriões disponíveis à adoção vinculados ao seu cadastro. O pedido de verificação será feito por escrito, acompanhado do atestado médico comprovando a infertilidade dos requerentes.[539]

Caso não haja disponibilidade imediata, o Ministério da Saúde incluirá o pedido dos pretendentes em lista de espera, que terá ordem de prioridade, de modo

---

03. 01-14, 2017. Dsponível em https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/7654/7473. Acesso em 26 jan. 2023.

[536] [...] regula de forma particular este ato jurídico, importante nas relações sustentadas no atual direito da família, disponibilizando aos casais inférteis a possibilidade de recorrer à adoção de embriões supranumerários. (Trad. Livre)

[537] MÉXICO. **Código Civil del Estado de Querétaro**.

[538] MÉXICO. **Código Civil del Estado de Querétaro**.

[539] MÉXICO. **Código Civil del Estado de Querétaro**.

que, quando houver embriões disponíveis para adoção, os requerentes serão notificados, por escrito, para que dentro de um prazo de até quinze dias, manifestem a sua aceitação. [540]

O que chama atenção na legislação de Querétaro é que no momento que o casal receptor é notificado da disponibilidade de embriões são revelados os dados dos pais biológicos, para que os futuros adotantes possam estabelecer contato com os mesmos e se ambos concordarem com a adoção, deverão apresentar pedido, por escrito, perante o juiz de família para que declare a adoção com todos os seus efeitos.[541]

Observa-se uma significativa diferença em relação à normativa brasileira, uma vez que há a possibilidade de que os embriões extranumerários sejam doados a outros casais, mesmo sem a autorização dos doadores, nos casos em que ocorra o falecimento dos pais biológicos ou que estes não venham a reclamá-los no prazo determinado pela lei, possibilitando que embriões órfãos possam se desenvolver no útero humano.

Nos Estados Unidos a adoção de embriões é também permitida. São 7 (sete) programas que oferecem serviços de adoção de embriões. Os dois maiores programas são: Adoção de Embriões Snowflakes e o Centro Nacional de Doação de Embriões, os quais já possibilitaram o nascimento de mais de 500 crianças nos EUA e no exterior[542].

Dos 7 programas, cinco utilizam a adoção como modelo para combinar doadores de embriões com receptores cadastrados e após o cruzamento dos dados, os doadores conversam com o programa de assistência social sobre suas as qualidades e o perfil que desejam nos destinatários. Os destinatários, por sua vez, também precisam preencher um formulário e um perfil e passar por um estudo domiciliar com uma agência de adoção. Para realizar o cadastro inicial e fazer a

---

[540] MÉXICO. **Código Civil del Estado de Querétaro**.

[541] MÉXICO. **Código Civil del Estado de Querétaro**.

[542] CROMER, Risa. **Saving embryos in stem cell science and embryo adoption. New Genetics and Society, 2018.** V. 37, n. 4, pp. 362–386. Disponível em https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/14636778.2018.1546574?needAccess=true&role=button. Acesso em 26 jan. 2023.

escolha acerca das características do embrião (raça/etnia) a ser doado, os receptores precisam desembolsar em média US$ 1000. O programa de Adoção de Embriões Blossom, é um dos programas mais atuantes na adoção de embriões nos Estados Unidos o qual tem como compromisso ético, valorizar o potencial dos embriões congelados e salvá-los de uma possível destruição. Tim Shoener, fundador da Blossom, sentiu que havia um “problema na sociedade de valorizar menos a vida”, pois para Shoener “a adoção de embriões é um movimento para lembrar às pessoas que a vida começa na concepção”.[543]

O programa de Blossom, utilizou como ferramenta para disseminar a ideia da adoção de embriões excedentário, a valorização dos embriões sobressalentes, fazendo com que os doadores os vissem não apenas como um conjunto de células, mas como pré-crianças que poderiam nascer e se desenvolver em uma outra família, com a ideia de que se não pudessem gerá-los fisicamente, então sua responsabilidade seria encontrar uma família para eles. A antropóloga Emma Kowal chama de “criopolítica” esta prática adotada por Blossom de impedir que embriões sejam descartados. A ideia do programa é conscientizar os doadores do material genético de que os embriões não servem apenas para realizar o desejo de alguma família de ter filho, mas eliminar um problema real de que existem crianças à espera de nascer.[544]

A política de valorização da vida, através da doação de embriões praticada nos Estados Unidos é uma ferramenta que poderia ser facilmente aplicada no Brasil, de modo a fortalecer a ideia de que o embrião excedentário é uma vida em potencial, que poderá se desenvolver e crescer dentro de uma família que espera ansiosamente por um filho gerado no útero materno. A política de conscientização, sem dúvida, é mais uma ferramenta que dá possibilidades de aumento no número de doação dos embriões congelados e deveria ser amplamente estimulada pelo Poder Público.

---

[543] CROMER, Risa. **Saving embryos in stem cell science and embryo adoption. New Genetics and Society, 2018.** V. 37, n. 4, p. 362–386.

[544] CROMER, Risa. **Saving embryos in stem cell science and embryo adoption. New Genetics and Society, 2018.** V. 37, n. 4, pp. 362–386.

Os embriões produzidos em laboratórios, atualmente, têm como destino a implantação no óvulo feminino e o congelamento quando forem produzidos em número excedente, para uma futura utilização, se necessário. Ultrapassado o período de 3 (três) anos de criopreservação, a Lei de Biossegurança (art. 5º, Lei nº 11.105/2005)[545] entende que estes embriões apenas podem ser doados pelo próprio casal para pesquisa ou, então descartados, pois seriam eles inviáveis para reprodução humana. As clínicas que manipulam o material genético, não podem, em hipótese alguma, utilizar os embriões sem a autorização dos doadores, sendo assim, o destino depende exclusivamente do casal que produziu o material genético.

Nesta esteira, para evitar que o material genético seja descartado pelo casal doador, entende-se que é absolutamente possível que estes embriões excedentários possam ser destinados à adoção, independente de autorização do casal doador, em respeito ao direito fundamental à vida deste ser em desenvolvimento e, também, para possibilitar que casais inscritos no Cadastro Nacional de Adoção, sejam chamados a adotar este embrião, observados os mesmos requisitos dispostos na Lei de Adoção e Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente em relação à ordem de inscrição, perfil da criança escolhida e a total gratuidade do ato.

O anonimato dos doadores é garantido pela resolução do CFM e poderia também ser aplicado no caso da adoção de embriões excedentários, de forma que a identidade do casal doador fosse totalmente preservada, tornando o ato ainda mais seguro e, conforme asseveram Souza e Gomes[546]:

> O anonimato dos doadores é garantido por lei e, há posicionamentos sobre o fato de não ser permitida sob qualquer hipótese sua revelação a fim de preservar certas situações que podem interferir no desenvolvimento saudável da criança. Tal fato é garantido pela Resolução do Conselho Federal de Medicina [...] Tal garantia deve-se ao fato de que busca- se evitar que haja situações emocionais ou legais entre os dois lados: doadores e receptores. Além disso, busca-

[545] BRASIL. **Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005**. Lei da biossegurança.

[546] SOUZA, Antônio Carlos Marques; GOMES, Maxwell Ferreira. **A reprodução assistida e a adoção de embriões excedentários.** E-revista 01 (2018) 1981-3511**.** Disponível em http://periodicos.estacio.br/index.php/e-revistafacitec/issue/current. Acesso em 23 jan. 2023.

> se evitar problemas de ordem psicológica da criança nascida por meio desse procedimento.

Portanto, considerando que o embrião humano tem proteção jurídica desde o momento em que ocorreu a sua concepção, e isso resta mais do que evidente através dos dispositivos contidos na Constituição Federal de 1988 (art. 5º), no Código Civil (art. 2º) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (arts. 7º e 8º) não há como não se reconhecer que a partir, deste momento, se dá o início da vida humana, porquanto, não haveria qualquer razão para justificar tanta proteção à vida humana embrionária se fossem tratados apenas, como um aglomerado de células.

E assim sendo, tendo os embriões excedentários destino incerto, diante da falta de interesse dos doadores, há de se reconhecer a necessidade urgente de uma solução legal ou jurídica para que os embriões tenham a garantia de se desenvolver dentro do útero de uma outra mulher e assim preservar a continuidade da vida humana, sendo que para a professora portuguesa Dra. Vera Lúcia Raposo[547]:

> Uma vez que a criopreservação não se pode manter indefinidamente, sob pena de transferir para o útero embriões que já perderam a capacidade de desenvolvimento, há que conferir aos embriões excedentes um destino no mais breve prazo possível. Para tal, urge aferir da legitimidade de cada um dos participantes no processo reprodutivo para tomar a decisão.

O casal doador, além de ter a chance de gerar um filho próprio através da técnica de fertilização *in vitro*, poderá, também, proporcionar, através de um ato solidário, que outros casais possam igualmente constituir a sua própria família, utilizando os embriões excedentes. Para tanto, é preciso que o casal que se submete a tal tratamento tenha ciência que ao permitir a criopreservação de embriões extranuméricos, estará automaticamente autorizando a doação daqueles que não forem utilizados para casais inscritos no Cadastro Nacional da Adoção, isto porque, “a destinação dos embriões excedentários diz respeito à sociedade como um todo,

---

[547] RAPOSO, Vera Lúcia. **O dilema do rei salomão**: conflitos de vontade quanto ao destino dos embriões excedentários. Revista do instituto de direito brasileiro, ano 2 (2013), n. 6. p. 5484. Disponível em https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/06/2013_06_05477_05520.pdf, Acesso em 23 jan. 2023.

tendo em vista a necessidade e reconhecimento de proteção ao patrimônio genético, pois o embrião é um ser vivo”[548].

Adriana Augusta Telles de Miranda[549], propõe a criação da “Lei da Adoção de Embrião” como medida para garantir “a vida dos embriões excedentários viáveis, os quais poderão nascer e ser inseridos numa família”. Para a autora, a criação de uma legislação específica traria maior segurança para o ato e resguardaria a origem genética do embrião doado, “evitando-se, por exemplo, que irmão se relacione com irmã e constituam prole” e, portanto, sugere, também, a criação de um banco de dados de doadores e receptores disponíveis e um procedimento próprio da adoção, de modo que os doadores jamais possam reclamar a filiação do embrião.

A adoção dos embriões excedentários, além de garantir o correto destino do material genético criopreservado, traria solução para os inúmeros casais que aguardam nas filas de adoção à espera de um bebê.

Assim, conforme demonstrado no segundo capítulo da presente pesquisa, a maioria dos pretendentes à adoção têm preferências por crianças menores, como desejo de uma realização plena da maternidade e paternidade, porém, a maioria das crianças disponíveis são maiores de 10 (dez) anos, o que se revela num problema social eminente, haja vista, que a maioria destas crianças permanece anos seguidos em abrigamento institucional e, para tanto, políticas públicas de conscientização em relação à adoção tardia precisam ser potencializadas para que estas crianças maiores tenham, também, o direito à convivência familiar garantida.

A disponibilização de embriões excedentes para adoção, traria, também, igualdade na concorrência dos pretendentes, uma vez que, aqueles inscritos em comarcas do interior, cuja entrega de bebês não é recorrente, têm reduzidas as suas chances de adotar uma criança menor de 2 (dois) anos de idade. A criação de um cadastro único de adoção de embriões excedentários daria a todos os pretendentes

---

[548] ANDRIGHI, Jucélia Geraldo. **O descarte de embriões humanos excedentários.** Universidade autônoma de Lisboa**.** Repositório Institucional Camões, 2018. Disponível em https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4200, Acesso em 26 jan. 2023.

[549] MIRANDA, Adriana Augusta Telles de. **Adoção de embriões excedentários à luz do direito brasileiro.** 2016. p. 156.

inscritos as mesmas chances da adoção, independentemente da comarca de inscrição.

Atualmente, e especialmente no Estado de Santa Catarina, que é o foco da presente pesquisa, o que se observa é a flagrante existência de diferença quanto ao tempo de espera para os pretendentes à adoção que residem em comarcas com maior número de habitantes do que aqueles que residem em comarca do interior, especialmente quando o perfil da criança escolhido se relaciona ao desejo de ter um bebê na família. Desta forma, tanto o Cadastro Nacional de Adoção quanto o Cadastro Único de Adoção do Estado de Santa Catarina mostram-se ineficientes em relação à adoção de crianças menores de 2 (dois) anos, haja vista que em razão do atual regramento da adoção a lista de crianças disponíveis é esgotada facilmente na própria comarca onde está inscrito o pretendente, de modo que aquele que aguarda por seu bebê na comarca do interior amargará anos seguidos na fila.

A solução neste caso, especialmente para possibilitar que todos os pretendentes tenham as mesmas chances de adotar um bebê, seria a criação de um cadastro único de embriões excedentários disponíveis para adoção, de modo que fossem selecionados, por ordem de habilitação, os casais ou pretendentes que concordem em receber estes embriões, independentemente da Comarca onde foi realizada a inscrição para a adoção.

Conforme já demonstrado no primeiro capítulo da presente pesquisa, ao proceder a inscrição para adoção de criança e/ou adolescente o pretendente preenche um cadastro onde escolhe o perfil da criança desejada e, neste ponto, é comum que pretensos adotantes selecionem um perfil de criança que se assemelhe com as suas próprias características. Na adoção de embriões, isto também seria possível, uma vez que a própria resolução nº 2.320/22 do Conselho Federal de Medicina, prevê que a clínica responsável pela implantação deverá garantir que o doador tenha, dentro do possível, semelhança o casal ou com a mulher receptora, todavia, por questões éticas, esta não deve ser uma decisão do casal receptor, mas tão somente da clínica médica. Para Flávio Tartuce[550], em que "Não seria possível ou mesmo recomendável no

[550] TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: direito de família, 2021. p. 490.

campo ético-jurídico a criação de *cardápios de espermas* em bancos de sêmen, na busca da criação de um *ser humano perfeito*."

No preenchimento do cadastro de inscrição para adoção, o pretendente, poderia, inclusive, manifestar seu interesse em receber embriões produzidos em laboratórios com material genético de terceiros, possibilitando-se, desta forma, que estes pretendentes tivessem suas chances ampliadas em relação ao desejo de formar a própria família e, a partir desta declaração, formar-se-ia, automaticamente, um banco de dados de pretendentes à adoção de embriões excedentários, com cruzamento de dados a partir de relatórios emitidos pela Agência Nacional de Vigilância em relação à embriões viáveis e, disponíveis para a adoção.

Para tanto, sugere-se a inclusão de um parágrafo único no artigo 1.618 do Código Civil, para que passe a constar com a seguinte redação:

> Art. 1.618. A adoção de crianças e adolescentes será deferida na forma prevista pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
>
> Parágrafo único. A adoção de embriões excedentários produzidos a partir de técnicas de reprodução humana assistida poderá ser deferida, na forma da lei, independente de autorização dos doadores do material genético, assegurado o direito ao anonimato.

Filiando-se a ideia de Adriana Augusta Telles de Miranda[551], a inclusão do parágrafo único no artigo 1.618 do Código Civil, possibilitando a adoção de embriões excedentário, sugere a necessidade da criação de uma lei específica acerca da adoção de embriões, de modo a regulamentar todo o procedimento e, também, retirar do âmbito do Poder Judiciário a decisão acerca da doação do embrião para casais cadastrados nas listas de adoção, pois à legislação comportaria tal determinação.

Não se pode fechar os olhos para a realidade estampada nos relatórios do Conselho Nacional de Justiça em relação ao perfil de crianças desejado pelos pretendentes inscritos e, sabendo-se que a maioria prefere bebês, reconhece-se que

---

[551] MIRANDA, Adriana Augusta Telles de. **Adoção de embriões excedentários à luz do direito brasileiro.** 2016. p. 158.

a eles também deve ser assegurado o direito a realização do desejo de gestar e gerar o filho adotivo no ventre da mulher, o que será possível se todos tiverem acesso à implantação de embriões doados, cuja técnica, atualmente, depende da autorização do casal doador para ocorrer, conforme determinado pela Resolução 2.294/2021 do CFM.

Deste modo, de todo o exposto, uma política de conscientização sobre a relativização e descarte da vida humana a ser adotada pelo Estado de Santa Catarina, seria, também, uma solução viável, a curto prazo, de modo a convencer os doadores do material genético que um ser humano não pode permanecer indefinidamente congelado ou, em último caso, ser descartado, pois é preciso valorizar e defender a vida humana como garantia da continuidade da espécie.

Sendo assim, defender a vida humana é preservar os valores fundamentais e basilares da sociedade, devendo, para tanto, haver maior empenho por parte do Poder Público na garantia do pleno desenvolvimento do embrião congelado, que assim como qualquer cidadão, tem direito à vida e a uma família para crescer e se desenvolver.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a existência de desigualdade no tratamento entre pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina e analisar a possibilidade da adoção de embriões excedentários como uma opção viável para diminuir as filas de espera de pretendentes à adoção cadastrados nas Varas da Infância e Juventude do Estado.

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho foi dividido em três capítulos: No capítulo 1, abordou-se o instituto da filiação, da infância e da adolescência no Brasil e da adoção. Já no capítulo 2 a pesquisa tratou sobre o Cadastro Nacional de Adoção e os critérios de seleção dos pretendentes à adoção. Por fim, o capítulo 3 dedicou-se ao estudo da possibilidade da adoção de embriões excedentários.

Na primeira parte da pesquisa, portanto, destacou-se as principais transformações ocorridas no instituto da filiação e da adoção. Nesta fase, deu-se enfoque, também, às transformações ocorridas em relação aos direitos da população infanto-juvenil no Brasil, utilizando-se, para tanto, autores clássicos do Direito de Família, assim como antropólogos e cientistas sociais especialistas nas questões relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes.

Demonstrou-se que no passado, especialmente sob a égide do Código Civil de 1916, era possível encontrar doutrinas civilistas que traziam um conceito rígido que descrevia o instituto da filiação como aquele decorrente da relação de parentesco consanguíneo e natural, que resultava em filhos legítimos e biológicos, nascidos de pais sem qualquer impedimento para o casamento. Nesta época, a família constituída pelos laços do matrimônio recebia maior prestígio do legislador e, os filhos provenientes de relações adulterinas, recebiam tratamento discriminatório, como, por exemplo restrições em relação aos direitos sucessórios.

A discriminação na filiação, que perdurou até a promulgação da Constituição Federal de 1988, tem como fundamento o sistema patriarcal herdado do direito romano, onde a autoridade familiar estava concentrada na figura do *pater*

famílias e, em decorrência disto, todos os seus membros eram submetidos aos comandos e decisões desta autoridade parental. Neste período da história, a filiação tinha como principal função a perpetuação da espécie humana, dando-se pouca importância para o afeto entre seus membros.

A partir da Constituição Federal de 1988 se pôde observar grande evolução no instituto da filiação, fazendo desaparecer toda e qualquer forma de discriminação entre os filhos havidos ou não pelo vínculo do casamento, especialmente porque, nossa Carta foi alicerçada no princípio da igualdade de todos os filhos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado em 13 de julho de 1990 foi, também, grande marco para a conquistas de direitos básicos e fundamentais ao público infanto-juvenil. Em relação ao filho adotivo, pode-se dizer que foi através do ECA que houve a maior evolução em termos de direitos, uma vez que o Estatuto colocou o filho adotivo em condição de igualdade ao filho biológico, reconhecendo a ele, os mesmos direitos e deveres daquele, inclusive sucessórios.

Conforme se abordou, a filiação não escapou, também, aos avanços científicos, tendo sua origem também ligada às técnicas de reprodução assistidas, de modo que é reconhecido como filho aquele proveniente de inseminação homologa, quando se utiliza o material genético dos próprios pais e da inseminação heteróloga, quando é utilizado o material genético de um terceiro, o doador.

Dentre tantas conquistas e transformações no instituto da filiação ao longo da história, a mais atual e, porque não dizer a mais significativa em termos de conquistas aos direitos fundamentais, diz respeito ao reconhecimento do vínculo de socioafetividade para estabelecimento da filiação. Portanto, aquela antiga ideia de filiação decorrente apenas dos vínculos consanguíneos, há muito deixou de representar a realidade em relação ao parentesco, reconhecendo-se a sua formação também por vínculos socioafetivos.

A denominada paternidade socioafetiva que se fundamenta exclusivamente nos laços de afeto, de amor e cuidado entre pais e filhos, teve um longo percurso até ser reconhecida, todavia, após longos debates jurídicos, hoje, a filiação decorrente dos vínculos biológicos coabita em nossa sociedade em igualdade

com aquela que se origina da socioafetividade, conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 2016 no Recurso Extraordinário 898.060/SC.

Contextualizou-se, também, a infância e adolescência no Brasil, na tentativa de demonstrar-se que a infância, ao longo da história, também sofreu grandes transformações, não só em termos de conquistas sociais, mas também, na garantia dos seus direitos, pois por séculos, a criança permaneceu no anonimato, relegada à insignificância em relação aos seus direitos como cidadão.

Até por volta do século XII, a criança não era dada importância, nem mesmo nas representações gráficas e nas pinturas medievais era possível encontrar a figura de uma criança retratada. Nesta época, a história demonstra que não havia qualquer preocupação na formação psicológica, moral ou intelectual da criança, este sentimento, era completamente desconhecido na sociedade antiga. Por décadas, as famílias entendiam a mortalidade infantil como algo natural e os pais nem sempre demonstravam tristeza com a perda de um filho, pois sabiam que logo outro seria concebido e tomaria o lugar do morto.

Conforme demonstrou-se na pesquisa, essa realidade em relação à infância não era exclusividade do Brasil, muitos outros países como Espanha, Portugal e França a criança não era uma preocupação jurídico-social para o Estado. A criança era uma propriedade particular dos pais, muitas vezes vítimas de maus tratos e exploração.

Por séculos a criança permaneceu alheia ao olhar humano. Inúmeras gerações negaram a existência de direitos ao público infantil, o abandono de crianças era muito frequente e se estendeu até por volta do século XIX.

Em 1726, no Brasil, foi criada a primeira Roda dos Expostos, instalada na Casa de Misericórdia de Salvador, tendo como principal objetivo amparar os bebês recém-nascidos que eram abandonados pelas mães. Esta roda era em formato de cilindro com uma janela voltada para a rua, de modo que a mãe que não desejasse criar o seu filho, poderia depositá-lo na roda. Ao girar o cilindro, o bebê era colocado para o lado de dentro da instituição e imediatamente acolhido.

Estas instituições, foram fechadas por volta do século XIX, em razão do grande número de mortes prematuras de crianças e em razão da proliferação de doenças e problemas de higiene.

Foi então a partir do século XIX, que os contornos jurídicos de proteção à infância e adolescência foram ganhando força em todo o mundo, ramificando-se em vários países a ideia de proteção aos direitos da infância. No Brasil, como já dito, foi através da Constituição Federal de 1988 que foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro, a doutrina de proteção integral, obrigando o Estado e a família o dever de assegurar com prioridade os direitos fundamentais previstos no artigo 227.

A doutrina de proteção integral representou um grande avanço em termos de proteção aos direitos fundamentais, uma vez que crianças e adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direitos e não mais como meros delinquentes e abandonados que deveriam ser objeto de cuidado por parte do Estado.

Nesta primeira etapa da pesquisa, abordou-se, também, o instituto da adoção, o qual assim como o instituto da filiação sofreu grandes transformações ao longo da história, embora seu conceito não tenha apresentado muita divergência entre os doutrinadores familiaristas. A adoção, portanto, pode ser entendida como um instituto que possibilita, especialmente aos casais que não podem ter filhos biológicos, realizar o desejo da paternidade/maternidade, trazendo para dentro do seu organismo familiar, pessoa estranha àquela relação.

Observou-se que a adoção por muitos séculos era vinculada a ideia de assistencialismo, sendo direcionada especialmente a crianças órfãs e abandonadas, de modo que a ideia de a colocar sob o cuidado de uma família substituta, tinha como principal objetivo assegurar que esta criança pudesse ter uma família e, a exemplo do que ocorria na Argentina, orientá-la para o serviço doméstico.

O instituo da adoção é bastante antigo, em épocas anteriores ao Direito Romano, pois como se pôde observar pelos estudos da história da infância no Brasil e no mundo, sempre existiram crianças abandonas e/ou afastadas da convivência familiar em decorrência dos maus tratos.

O Código de Napoleão de 1804, foi a primeira legislação que disciplinou a adoção, todavia, em sua versão original regulamentava apenas a adoção de maiores de idade, vindo a reconhecer a adoção de menores apenas com a sua reforma ocorrida em 1923, disciplinando que a adoção deveria ser deferida apenas quando representasse reais vantagens ao adotado.

No Brasil, a adoção faz retomar a história da já citada roda dos expostos, onde crianças eram depositadas para que fossem acolhidas pela instituição Santa Casa da Misericórdia e depois entregue para uma família criá-la. O cilindro de madeira, cujo modelo foi importado da Europa foi instituído no Brasil em razão do grande número de crianças abandonadas em portas de igrejas e conventos, todavia, como já dito, não atingiu seu objetivo haja vista o alto número de mortalidade das crianças acolhidas.

Com o passar dos séculos o instituto da adoção passou por inúmeras transformações de ordem social e jurídica, deixando de ser uma opção assistencialista para dar lugar ao amor e ao afeto. Essas transformações ocorreram na maioria dos países, mas especialmente no Brasil, constatou-se que, somente após a virada do século XX é que o Estado, de fato, passou a demonstrar preocupação em resguardar os interesses do público infanto-juvenil.

O Código Civil de 1916, em que pese tivesse muitas restrições e preconceitos em relação ao filho adotivo, deu origem a uma nova relação jurídica na proteção de direitos da infância, regulamentando a adoção através dos artigos 368 a 378 dispostos no Título V (Relações de Parentesco), Livro I (Do Direito de Família), da parte especial.

Conforme demonstrou-se na pesquisa, ao longo dos anos o instituto da ação recebeu regulamentação em várias legislações, cujas mudanças sempre levavam em consideração os interesses das crianças, rompendo gradativamente com as diferenças havidas entre filhos biológicos e adotivos.

O ápice da mudança, todavia, ocorreu após longos debates nacionais e internacionais acerca dos direitos da população infanto-juvenil, com a inclusão de um artigo (art. 227) na Constituição Federal de 1988, direcionado aos direitos da criança e do adolescente.

Portanto, a partir da Constituição Federal de 1988, a legislação relacionada aos interesses da criança e do adolescente, especialmente no que diz respeito a filiação e a adoção, continuou apresentando evolução na tentativa de eliminar toda e qualquer forma de diferenciação existente entre os filhos, trazendo suas primeiras modificações através da criação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O ECA regulamentou as normas constitucionais e priorizou a segurança e proteção da infância no Brasil e regulamentou o instituto da adoção eliminando a diferenciação entre os tipos de adoção (plena e simples), tornando uma só possível e distinguindo a adoção de maiores de 18 anos regulada pelo Código Civil e a adoção dos menores de 18 anos que passou a ser recepcionada pelo Estatuto. A partir do Estatuto, a lei deixou de priorizar os interesses dos adotantes, direcionando sua atenção ao público infantil.

O Código Civil de 2002 também trouxe mudanças para o instituto da ação, especialmente em relação à redução da idade do adotante para 18 anos e extinguindo a distinção entre a adoção de maiores de 18 anos e a adoção de menores de 18 anos, revestindo-se das mesmas características e, ambas, subordinadas à uma decisão judicial.

Após o Código Civil de 2002, três novas leis, quais sejam, 12.010/2009, 12.955/2014 e 13.509/2017, surgiram trazendo novas alterações para o instituto da adoção, todas, buscando alternativas para a problemática do número crescente de crianças institucionalizadas no país e dar maior agilidade aos processos de adoção, estipulando o prazo máximo para concluir o processo de adoção.

No primeiro capítulo a pesquisa tratou ainda dos critérios legais para a adoção de crianças e adolescentes no Brasil, demonstrando-se que o sonho da paternidade/maternidade foi sempre a motivação mais relevante para dar início a todo o processo de adoção. A vontade de dar continuidade à linhagem e transmitir valores, sem dúvida, é a mola propulsora para a maioria dos pretendentes à adoção e, este desejo, em regra, só será possível, se os candidatos preencherem os requisitos estabelecidos em lei.

Destacou-se que com relação aos critérios jurídicos, é o Estatuto da Criança e do Adolescente que traz toda a normativa para adoção de crianças e adolescentes no Brasil, o qual determina, entre outros critérios para habilitação, ter o pretendente à adoção mais de 18 anos de idade, ser pelo menos 16 anos mais velho do que adotando, a necessidade de consentimento do adotando se ele contar com mais de 12 anos e o consentimento dos pais ou representantes legais do adotando, salvo se já tiverem sido destituídos do poder familiar.

Nesta etapa da pesquisa destacou-se, ainda, que os critérios para se adotar uma criança podem variar em outros países a exemplo de Portugal, Espanha e Itália. Neste último país, por exemplo, apesar de ser expressamente reconhecida a união civil entre pessoas do mesmo sexo desde 2016, através da Lei 76/2016, não é permitida legalmente a adoção por casais do mesmo sexo, assim como também não é permitido que o filho biológico de um seja reconhecido pelo outro, situação bem diferente do Brasil pois os critérios para a adoção por pessoas do mesmo sexo, embora não encontre amparo na legislação pátria, são os mesmos aplicados à pessoas solteiras, casadas ou conviventes, desde que represente vantagem ao adotando.

No segundo capítulo, a pesquisa abordou o Cadastro Nacional de Adoção e os critérios de seleção dos pretendentes à adoção, onde se demonstrou que o CNA é uma ferramenta criada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2008, de grande relevância para os processos de adoção, dando maior lisura ao processo de adoção, facilitando e agilizando o cruzamento de dados pelas autoridades judiciárias, entre pretendentes à adoção e crianças e adolescentes disponíveis.

O Poder Judiciário é quem exerce o controle sobre o número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção e é quem mantém esta relação sempre atualizada. As informações são repassadas a partir de dados colhidos em processos judiciais de adoção e, também, periodicamente pelas instituições de acolhimento.

Destacou-se que a morosidade na conclusão dos processos de adoção tem como causa, também, as dificuldades no processo de destituição do poder familiar, pois ao Poder Judiciário cabe, num primeiro momento, tentar reintegrar a criança em situação de abandono na família de origem e somente quando constatada

a impossibilidade de reinserção na família de origem, a criança ou adolescente é inscrita no cadastro nacional para possibilidade que ela seja recebida por uma família substituta.

Observa-se que o Estado busca encontrar alternativas para amenizar essa morosidade, tanto que em 2019, ainda no intuito de dar maior celeridade aos processos de adoção no Brasil, o Conselho Nacional de Justiça criou um sistema, denominado Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que engloba os cadastros municipal, estadual e nacional. Uma das novidades do sistema adotado pelo SNA foi a possibilidade do pré-cadastro de pretendentes à adoção que pode ser realizado pelo próprio interessado, o qual deverá inserir seus dados pessoais e indicar o perfil da criança ou adolescente preferido.

Porém, o SNA, foi omisso quanto aos critérios de prioridade para a convocação de pretendentes, deixando a cargo das Comarcas onde é realizada a habilitação, a deliberação acerca da escolha dos pretendentes.

Observou-se que a criação das diversas ferramentas para facilitar o cruzamento de dados e dar maior celeridade aos processos de adoção não foram suficientes para evitar que as adoções *intuitu personae* ou diretas continuassem ocorrendo. Ainda é possível constatar uma ocorrência predominante de mães biológicas entregando seus bebês para pretendentes determinados e por ela escolhidos, o que tem se combatido pelo Poder Judiciário, dentro do possível.

Pelas regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, demonstrou-se durante a pesquisa que os pretendentes a adoção, devem obrigatoriamente fazer seu requerimento de habilitação na comarca de sua residência e, a partir do deferimento da habilitação, os pretendentes à adoção serão chamados a adotar de acordo com ordem de inscrição no Cadastro que existe na própria Comarca, e com o perfil indicado em relação à criança ou o adolescente que pretende adotar. A adoção pode ser mais rápida se os pretendentes fizerem menos exigências em relação ao perfil do adotando.

Portanto, quando uma criança está apta à adoção é chamado a adotar o primeiro pretendente da lista, de acordo com o perfil da criança exigido. Esgota-se, neste caso, a lista da Comarca onde se encontra a criança, para posteriormente fazer

o cruzamento dos perfis com o Cadastro Estadual e num último momento com o Cadastro Nacional.

Conforme demonstrado, a concorrência entre pretendentes é acirrada dentro da própria comarca onde está inscrito, especialmente quando o perfil da criança desejada é de menor de 2 (dois), de modo que estando disponível uma criança com este perfil, certamente será entregue ao primeiro inscrito no cadastro local, tornando-se, assim, inaplicável o Cadastro Estadual e o Nacional.

Portanto, verificou-se a problemática para quem está inscrito numa comarca pequena, onde a entrega de bebês à adoção pela mãe biológica não é frequente. Estes futuros adotantes, raramente serão chamados na comarca local diante da inexistência de crianças aptas à adoção e, portanto, ficarão à espera das crianças listadas no Cadastro Estadual ou Nacional, as quais, pela sistemática adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, só estão ainda à espera de uma família porque, foram “rejeitadas” pelos pretendentes nas comarcas do local de sua residência.

Os dados colhidos durante a pesquisa junto ao sítio da internet do Conselho Nacional de Justiça, demonstram com relação ao perfil das crianças e adolescentes disponíveis para adoção, que a maioria possui mais de 14 (quatorze) anos de idade, sendo 1.412 (hum mil quatrocentas e doze) delas e, apenas 329 (trezentas e vinte e nove) crianças aptas à adoção possuem menos de 2 (dois) anos de idade. Já com relação aos pretendentes a adoção observou-se que quanto à faixa etária escolhida, há uma preferência acentuada (10.609 pretendentes) por crianças entre 2 (dois) e 4 (quatro) anos de idade, sendo que apenas 87 (oitenta e sete) cadastrados aceitam adolescentes maiores de 16 (dezesseis) anos.

Portanto, a partir dos dados coletados foi possível diagnosticar as razões pelas quais a adoção no Brasil é alvo de críticas, as quais são sempre atribuídas à demora na espera por uma criança apta à adoção. A maioria das crianças e ou adolescentes aptos à adoção não preenchem o perfil dos pretendentes disponíveis, sendo assim, há evidente incompatibilidade nos números.

Constatou-se ainda, que a adoção tardia (crianças maiores com mais de 6 anos) é ainda alvo de muito preconceito em nosso país. Muitos pretendentes

baseiam-se em concepções equivocadas de que a criança ou adolescente, com mais idade, não teriam mais condições de estabelecer novos vínculos socioafetivos, especialmente porque, permaneceram muito tempo institucionalizadas e na maioria trazem consigo histórico anterior de violência e conflitos emocionais.

Foi possível ainda concluir que, embora se possa constatar que há uma forte preocupação do legislador em criar ferramentas jurídicas que possibilitem diminuir o tempo de espera nas filas de adoções em todo o país, é imprescindível que se criem políticas públicas de conscientização para que sejam rompidos antigos mitos acerca da adoção de crianças maiores.

A pesquisa abordou, também, o Cadastro Único Informatizado de Adoção no Estado de Santa Catarina que foi instituído no Estado de Santa Catarina, pelo Poder Judiciário em 2005, com o objetivo de facilitar e agilizar os procedimentos relativos à adoção e disciplinar os critérios de inscrição dos pretendentes de modo a se evitar a multiplicidade de pedidos, como ocorria no passado.

Sendo assim, demonstrou-se que em Santa Catarina, os pretendentes à adoção devem se habilitar obrigatoriamente na Comarca onde residem e após habilitados, integram uma ordem cronológica. Quando uma criança está apta à adoção é chamado o primeiro pretendente da lista, de acordo com o perfil da criança exigido. Esgota-se, neste caso, a lista da Comarca onde se encontra a criança, para posteriormente fazer o cruzamento dos perfis com o Cadastro Estadual (CUIDA) e num último momento com o Cadastro Nacional.

Em Santa Catarina, conforme dados informados durante a pesquisa, existem apenas 201 (duzentas e uma) crianças disponíveis para adoção, a maioria delas com idade entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos (45) e por outro lado, constam nos dados do CNJ que 2.842 pretendentes estão disponíveis para adotar, porém, apenas 4 (quatro) destes pretendentes aceitam adolescentes entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos. A preferência dos Catarinenses é por crianças entre 4 (quatro) e 6 (seis) anos, sem doenças infectocontagiosas ou alguma deficiência física. Constatou-se, que o perfil de crianças escolhidas pelos Catarinenses não foge à regra nacional, pois a preferência também é em relação a crianças de menor idade.

Pela sistemática adotada no Estado, embora exista um Cadastro que interligue todas as Comarcas, e que qualquer criança apta à adoção estaria automaticamente inscrita na lista Estadual, em se tratando de um bebê entregue à adoção pela mãe biológica, conforme demonstrado na pesquisa, será inicialmente esgotada a lista de pretendentes da Comarca que a criança se encontra, para só então dar a opção de escolha para outras Comarcas e então fazer o cruzamento de dados com os pretendentes Cadastrados no Estado.

Assim, observou-se que ao se tratar de bebê (criança menor de 2 anos) a concorrência é acirrada dentro da própria comarca que os pretendentes estão inscritos, tornando-se praticamente inaplicável o Cadastro Estadual neste caso. Por outro lado, verificou-se a problemática para quem está inscrito numa Comarca pequena em que a entrega de bebês à adoção não é frequente, estes pretendentes, seguramente, não adotarão um bebê, colocando-os em situação diferenciada dos demais concorrentes.

Portanto, pôde-se concluir que é flagrante a existência de diferença quanto ao tempo de espera para os pretendentes à adoção que residem em comarcas com maior número de habitantes do que aqueles que residem em comarca interioranas, especialmente quando o perfil escolhido pelos pretendentes se referir a criança recém-nascida ou de até 4 (quatro) anos de idade, sendo visível a violação ao princípio fundamental da isonomia entre os pretendentes inscritos à adoção no Brasil, uma vez que não há equalização dos procedimentos jurídicos quanto à escolha da criança nas diferentes comarcas do país, impedindo que a lei seja aplicada de forma igualitária.

Analisando-se especialmente a norma aplicada no Estado de Santa Catarina, é possível concluir que há flagrante inconstitucionalidade na forma como são selecionados os pretendentes à adoção. Ao exigir que os futuros adotantes se inscrevam, obrigatoriamente, na comarca de sua residência, a norma fomenta a desigualdade, haja vista que o pretendente inscrito em uma comarca do interior não terá a mesma oportunidade de adotar um bebê, do que aquele pretendente inscrito em uma comarca com maior número de habitantes.

Para finalizar o capítulo dois, demonstrou-se numa abordagem comparativa e com o intuito de se chamar a atenção ainda mais para a violação dos princípios constitucionais, como ocorre a sistemática de seleção de pretendentes à adoção em Portugal, Itália e Espanha, destacando-se que, especialmente em Portugal, todos os pretendentes inscritos e devidamente habilitados possuem as mesmas chances na adoção de uma criança, porquanto, integram uma lista única nacional. Não há, naquele país, um cadastro local, como ocorre no Brasil, já na Itália, os pretendentes pode se inscrever simultaneamente em vários Tribunais, aumentando suas chances de adoção.

Portanto, analisando os problemas e as hipóteses de pesquisa apresentadas, pode-se concluir, que o Cadastro Estadual não é uma ferramenta útil no processo de adoção de crianças de até 2 (dois) anos de idade, especialmente quanto aos critérios de seleção dos pretendentes, porquanto, o modelo atual coloca os inscritos em situação de desigualdade, pois a depender da comarca que estão inscritos, suas chances diminuem de modo considerável.

Por fim, no terceiro capítulo, buscando a resposta à última das hipóteses levantadas, tratou-se acerca da adoção de embriões excedentários como solução para a diminuição da espera dos pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina, defendendo-se a ideia da adoção dos embriões excedentários provenientes da técnica de reprodução assistida *in vitro* quando não tiverem mais utilidade para o casal doador, observando-se as regras da adoção estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Principiou-se o capítulo categorizando-se as técnicas de reprodução humana que podem ser utilizadas quando o método natural não resulta na desejada gravidez, podendo ser de alta ou baixa complexidade. De baixa complexidade consideram-se as técnicas do coito programado e da inseminação artificial, já as técnicas de alta complexidade subdividem-se em Fertilização *in vitro* (FIV), Transferência Intratubária de Gametas (GIFT), Transferência Intratubária de Zigotos (ZIFT) e Injeção Intracitoplasmática de Espermatozoides (IIEC), todas realizadas em laboratórios e com intervenção médica.

Foram apresentadas, também, outras técnicas, consideradas mais modernas que vêm surgindo em todo o mundo, em razão do grande avanço da medicina reprodutiva, como por exemplo, o congelamento e a vitrificação de óvulos que possibilitam a guarda do material genético para uma gravidez futura, preservando-se a fertilidade da mulher pelo tempo que ela desejar especialmente recomendada para mulheres que desejam ter filhos no período da menopausa ou que passaram por tratamento de quimioterapia em razão de um câncer, onde as chances de uma gravidez são significativamente afetadas.

Em 1978, nasceu o primeiro bebê gerado por técnicas de reprodução humana, cuja conquista foi celebrada por seu idealizador e pesquisador Dr. Robert Edward que contou com a ajuda do seu colega Patrick Steptoe. Robert ficou conhecido mundialmente como o criador da fertilização *in vitro.* No Brasil, a década de 1980 foi um marco para o desenvolvimento das atividades e estudos envolvendo a reprodução humana no Brasil, sendo gerado o primeiro bebê de proveta por meio da intervenção do ginecologista Nilton Nakamura.

Neste capítulo a pesquisa tratou, ainda, sobre o conceito de embrião, destacando as teorias acerca do início da vida, cuja controvérsia envolve calorosos debates entre cientistas, juristas e religiosos, estando longe de se ter uma unanimidade.

A teoria concepcionista reconhece o embrião como pessoa a partir da sua concepção. Tal teoria assegura ao nascituro os seus direitos ainda que no ventre materno, mesmo que este não possua ainda direito de gozo, já a teoria natalista, não reconhece o nascituro como pessoa e tampouco como sujeito de direitos, exigindo, o nascimento com vida para que tenha personalidade civil.

Filiando-se à corrente que entende o embrião como pessoa humana, destacou-se na pesquisa, que a legislação brasileira demonstra, mesmo que de forma tímida e à sombra de outros direitos, a proteção do embrião ainda em desenvolvimento, o que se percebe, inclusive, no Estatuto da Criança e do Adolescente que incluiu uma gama de proteções e cuidados à gestante, deixando claro sua intenção de resguardar os interesses do filho que está sendo gerado em seu ventre.

A pesquisa visou demonstrar ainda, que as técnicas de reprodução humana têm se aprimorado a cada ano no intuito de solucionar os problemas existentes em relação infertilidade humana, porém, o que se pode concluir é que a utilização do material genético produzido é ainda objeto de grandes debates e questionamentos, tais como a seleção e o descarte de embriões não utilizados, utilização e destruição de embriões em pesquisas, manipulação genética, criopreservação sem prazo estipulado, entre outros.

A par disto, foi possível constatar que o uso dos embriões através das técnicas de reprodução assistida encontra regulamentação apenas em resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Medicina, e que foram sofrendo inúmeras alterações ao longo dos anos, especialmente no que se refere a limitação da idade da mulher para gestar, idade limite para doação de gametas, a gestação de substituição com a necessidade de apresentação de documentação pertinente à técnica e ampliação do grau de parentesco para a receptora do embrião a ser gestado, etc.

Enquanto não é aprovada uma legislação específica sobre o tema pelo Congresso Nacional, o Conselho Federal de Medicina justifica a necessidade de constantes alterações da normativa que regulamenta a reprodução assistida, através da atualização e edição de novas resoluções.

O uso de embriões congelados para fins de reprodução é uma realidade não só no Brasil como em vários outros países, conforme se destacou durante a pesquisa, contudo, há variação com relação à destinação daqueles embriões não utilizados e o tempo de permanência em criopreservação.

Assim como no Brasil, na maioria dos países da Europa há lei prevendo e permitindo a utilização de embriões excedentários, seja para fins de congelamento, doação para casais inférteis ou para pesquisa e inclusive para um possível descarte após a dispensa pelo casal doador. Porém, em qualquer parte do mundo, persistem as discussões acerca da teoria do início da vida humana, a natureza jurídica do embrião e se ele deve gozar de proteção jurídica ou não para utilização em pesquisas científicas ou para outros fins.

A técnica é eficiente e útil para casais que desejam realizar o sonho da gestação, todavia, a ética deve ser a normativa que deve delinear os procedimentos, pois nem tudo que a ciência acredita ser possível é verdadeiramente ético.

Com isto, no intuito de se alcançar o objetivo proposto, a pesquisa se direcionou no intuito de demonstrar que é possível atender aos anseios dos casais inférteis e, ao mesmo tempo, ser ético e eficiente do ponto de vista técnico-científico, garantindo que os embriões excedentários que não têm mais como destino a fecundação no casal doador, sejam utilizados de maneira a garantir a continuidade da vida humana, e, ao mesmo tempo proporcionando o direito à gestação daquela mulher que não pode gerar o filho próprio, através da adoção.

Pelos estudos realizados se pôde concluir que a inexistência de uma norma regulamentadora da adoção do nascituro ou de embriões produzidos em laboratórios, por si só, não gera a presunção de sua impossibilidade, especialmente porque o próprio Código Civil preserva os direitos do nascituro desde a concepção.

A manipulação de embriões humanos para fins de pesquisa ou a destruição deles, representa, sem dúvida, umas das particularidades mais atuais na discussão da preservação da vida humana e da garantia dos direitos fundamentais à vida e à dignidade humana, mostrando-se relevante uma regulamentação que priorize o novo ser em desenvolvimento.

A possibilidade de gestar e gerar um filho, mesmo que seja ele proveniente de material genético obtido de terceiros, é uma solução viável e que precisa ser repensada pelas autoridades legislativas, pois seria a chance de realizar o sonho reprodutivo de muitas mulheres.

Adotando-se a teoria concepcionista, a adoção de embriões excedentários possibilitaria, ainda, que fosse assegurado, com absoluta prioridade, o princípio fundamental do direito à vida do embrião, reconhecido este como uma vida humana em desenvolvimento, desde a concepção.

A adoção de embriões é adotada em algumas partes do mundo, com suas particularidades, citou-se no presente trabalho, como referência os Estados Unidos e o Estado de Querétaro no México. O programa de Blossom, dos Estados

Unidos, utilizou como ferramenta para disseminar a ideia da adoção de embriões excedentário, a valorização dos embriões sobressalentes, fazendo com que os doadores os vissem não apenas como um conjunto de células, mas como pré-crianças que poderiam nascer e se desenvolver em uma outra família, com a ideia de que se não pudessem gerá-los fisicamente, então sua responsabilidade seria encontrar uma família para eles.

Conforme se demonstrou na pesquisa a política de valorização da vida, através da doação de embriões praticada nos Estados Unidos é uma ferramenta que poderia ser facilmente aplicada no Brasil, de modo a fortalecer a ideia de que o embrião excedentário é uma vida em potencial, que poderá se desenvolver e crescer dentro de uma família que espera ansiosamente por um filho gerado no útero materno.

Assim, para evitar que o material genético seja descartado pelo casal doador, é absolutamente possível que estes embriões excedentários possam ser destinados à adoção, independente de autorização do casal doador, em respeito ao direito fundamental à vida deste ser em desenvolvimento e, também, para possibilitar que casais inscritos no Cadastro Nacional de Adoção, sejam chamados a adotar este embrião, observados os mesmos requisitos dispostos na Lei de Adoção e Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente em relação à ordem de inscrição, perfil da criança escolhida e a total gratuidade do ato. A adoção dos embriões excedentários, além de garantir o correto destino do material genético criopreservado, traria solução para os inúmeros casais que aguardam nas filas de adoção à espera de um bebê.

Como solução sugeriu-se a inclusão de um parágrafo único no artigo 1.618 do Código Civil, onde fosse expressamente possibilitada a adoção de embriões excedentários produzidos a partir de técnicas de reprodução humana assistida, independente de autorização dos doadores do material genético.

Outro ponto relevante trazido no desenvolvimento do último capítulo é quanto à necessidade de criação de uma política de conscientização sobre a relativização e descarte da vida humana a ser adotada pelo Estado de Santa Catarina, o que seria, também, uma solução viável a curto prazo, de modo a convencer os doadores do material genético que um ser humano não pode permanecer

indefinidamente congelado ou, em último caso, ser descartado, pois é preciso valorizar e defender a vida humana como garantia da continuidade da espécie.

A partir do estudo desenvolvido nos três capítulos, portanto, foi **possível validar** as **hipóteses** levantadas:

a) As chances diminuem significativamente para os pretendentes inscritos em Comarcas menores, isto porque, nestes locais, a entrega de bebês à adoção não é frequente, já que é comum, na dificuldade de criação do bebê, a família extensa assumir o papel dos genitores, como por exemplo os avós que criam os netos. Assim, os pretendentes inscritos em comarca com até 40 mil habitantes, seguramente, terão reduzidas as chances de adotar um bebê, colocando-os em situação diferenciada dos concorrentes inscritos em Comarca com mais de 100 mil habitantes onde a entrega de crianças à adoção é mais recorrente. Quanto a esta hipótese, também houve confirmação, pois foi possível concluir durante os estudos que, ao se dar preferência para ao cadastro local, outros casais podem estar sendo preteridos diante da inexistência de crianças disponíveis na comarca de sua residência.

Inegavelmente, em comarcas com maior número de habitantes há, também, maior incidência de abandono infantil e de entrega voluntária de bebês para a adoção por parte da mãe biológica, o que acaba resultando num maior número de adoções concluídas. Nas cidades pequenas, como no caso do Estado de Santa Catarina que foi objeto de estudo na presente pesquisa, crianças em situação de vulnerabilidade são, na maioria das vezes acolhidas pela rede familiar extensa, inviabilizando o sonho da paternidade/maternidade de muitos pretendentes inscritos que aguardam por longos anos na fila do Cadastro.

Com isto, a pesquisa procurou demonstrar a problemática em relação ao tempo de espera por um bebê para os casais inscritos no Estado de Santa Catarina, especialmente para aqueles que residem em comarcas onde a cultura da adoção não é difundida, destacando-se a questão das cidades com número pequeno de habitantes, cujas crianças em situação de vulnerabilidade são, via de regra, acolhidas pela rede familiar extensa, inviabilizando o sonho da paternidade/maternidade de muitos pretendentes inscritos no Estado, os quais acabam optando, em muitos casos, pela adoção irregular.

b) Com o avanço das técnicas de reprodução humana e o crescente debate jurídico acerca da criopreservação ou do descarte de embriões excedentários, a utilização destes embriões para a adoção mostra-se viável, como garantia do direito à parentalidade e da consagração do respeito à vida. Esta hipótese foi confirmada na última etapa da pesquisa, tendo-se concluído que a adoção de embriões excedentários é uma solução possível e contribuirá para a diminuição da espera dos pretendentes à adoção no Estado de Santa Catarina, possibilitando, assim, que muitos casais inférteis realizem a experiência paternidade/maternidade, sem com isso, esperar por longos e exaustivos anos nas filas de adoção.

Deste modo, a pesquisa demonstrou que a adoção, sem dúvida, é a melhor solução para o grande debate em relação ao descarte dos embriões excedentários, isto porque, garantiria que os embriões tivessem garantido o direito de nascer e se desenvolver.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

ADOPCION.ORG. **Adopción nacional**: España. Disponível em http://adopcion.org/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=91. Acesso em 20 jul. 2022.

ÁFRICA. Republic of South Africa. South Africa Government. **Kinderaanneming**. Disponível em https://www.gov.za/af/services/adopt-child/apply-national-adoption. Acesso em 29 dez. 2022.

AGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA E CONSELHO DA EUROPA. **Manual de legislação europeia sobre os direitos da criança.** 2015. Disponível em https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/Handbook_rights_child_POR . Acesso em 20 jul. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÊNCIA. **Sistema Nacional de Produções de Embriões** (SisEmbrio). 2022. Disponível em https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/dadosabertos/informacoes-analiticas/sisembrio Acesso em 20 jan. 2023.

ALMEIDA, Silmara Juny de Abreu Chinellato. Adoção de nascituro e a quarta era dos direitos: razões para se alterar o caput do artigo 1.621 do novo Código Civil. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueirêdo (coord). **Questões controvertidas no novo código civil**. São Paulo: Método, 2003.

ALMEIDA, Silmara Juny de Abreu Chinellato. Estatuto jurídico do nascituro: o direito brasileiro. **Rev. jurídica da universidade católica portuguesa**. 2008. PDF. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/direitoejustica/article/view/9843 Acesso em 19 jan. 2023.

AMIN, Andréa Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente** In: Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 4 ed. rev. atual. conf. lei 12.010/2009. Coord. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2010.

AMIN. Andrea Rodrigues. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: Aspectos Teóricos. Coord. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. 14. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

AMIN. Andrea Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente**. In curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (coord.). 14 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

ANDRIGHI, Jucélia Geraldo. **O descarte de embriões humanos excedentários.** Universidade autônoma de Lisboa**.** Repositório Institucional Camões, 2018. Disponível em https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4200. Acesso em 26 jan. 2023.

ANSA.it. Salutte&Benessere. Cosa resta della legge 40, aboliti 5 divieti. **Di Maria Emilia Bonaccorso**. Roma. 26 luglio 2022. Disponível em https://www.ansa.it/canale_saluteebenessere/notizie/sanita/2020/07/05/cosa-resta-della-legge-40-aboliti-5-divieti_c7448ba0-56d9-49bb-b6d3-c5e368249058.html. Acesso em 10 jan. 2022.

ANSELMO. Gisele Caroline Ribeiro. Adoção de crianças brasileiras na europa: o percurso das famílias italianas. **Rev. Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** 5. 17 cap. 2019. pp. 185-199.

ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família.** Trad. Dora Flaksmann. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

AUTORITÀ GARANTE PER L'INFANZIA E L'ADOLESCENZA. **La Convenzione delle Nazioni Unite sui diritti dell'infanzia e dell'adolescenza**: conquiste e prospettive a 30 anni dall'adozione. 2019. Disponível em https://www.garanteinfanzia.org/sites/default/files/agia_30_anni_convenzione.pdf. Acesso em 25 jul. 2023.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Breve revisão da adoção sob a perspectiva da doutrina da proteção integral e do novo código civil**. Disponível em https://www.tjrs.jus.br/novo/centro-de-estudos/wp-content/uploads/sites/10/2021/04/Adocao.pdf. Acesso em 6 out. 2022.

AZEVEDO, Álvaro Villaça; **Curso de Direito Civ**il: direito de família. 2019. 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BARBOSA, Joana Bezerra Cavalcanti. **Influência e aplicabilidade das normas de direito internacional na realidade dos jovens em conflito com a lei**.(Dissertação, Direito). Brasília, DF: Centro Universitário de Brasília, 2008. p. 25/26. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp073021.pdf >. Acesso em 23 jul. 2023.

BARBOSA. Rui. **Oração dos moços**. Edições Senado Federal. vol. 271. Brasília: Senado Federal, 2019.

BARRETO, Flavio Chame. **Embriologia descomplicada**. Rio de Janeiro: Flávio Chame Barreto, 2019.

BARRETTO, Vicente Paulo; LAUXEN, Elis Cristina Uhry. **O marco inicial da vida humana: perspectivas ético-jurídicas no contexto dos avanços biotecnológicos.** Cad. Saúde Pública, 2017**.** Disponível em https://doi.org/10.1590/0102-311X00071816. Acesso em 9 jan. 2022.

BARROS, Rosa Maria Souza de. **Adoção e família**: A preferência pela faixa etária, certezas e incertezas. Curitiba: Juruá, 2014.

BAVISTER. Barry D. **Early history of in vitro fertilization.** Department of Biological Sciences, University of New Orleans, and the Audubon Center for Research of Endangered Species, New Orleans. 2002. PDF. Disponível em https://www.semanticscholar.org/paper/Early-history-of-in-vitro-fertilization.-Bavister/8afc738d73ebddb7fcabe03ecd73f9e48b4da161. Acesso em 3 jan. 2022.

BIBLIA SAGRADA ON LINE. **O nascimento de jesus**. Mateus 1:18-24. Disponível em https://www.bibliaon.com/mateus_1/. Acesso em 3 jan. 2022.

BÍBLIA. Português. Bibliaon. **Êxodo 2:1-10**. Disponível em https://www.bibliaon.com/exodo_2/. Acesso em 5 abr. 2022.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BORDALLO. Galdino Augusto Coelho. **Adoção**. In curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (coord.). 14 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

BOYER, Pedro Castón; DOMINGO, José Ocón. **Historia y sociología de la adopción en espana.** Revista Internacional de Sociologia (RIS). v. 60 Num 33 (2002). Disponível em http://revintsociologia.revistas.csic.es Acesso 29 dez. 2022.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Sistema Nacional de Produção de Embriões**. Disponível em https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/dadosabertos/informacoes-analiticas/sisembrio. Acesso em 9 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 478/2007 e seus apensados**. Disponível em https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/345103. Acesso em 19 jan. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução CFM nº 2.294** de 15 de junho de 2021. Disponível em https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2021/2294_2021.pdf. Acesso em 4 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional da Justiça. **CNJ Serviço: entenda como funciona a adoção internacional,** 2015.Disponível em https://tinyurl.com/44hrh7mp. Acesso em 26 dez. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA.pdf. Acesso em 23 abr. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/Apostila-Sistema-Nacional-de-Adoção-e-Acolhimento_2020-5-8.pdf. Acesso em 23 abr. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça (CNJ).** Disponível em: https://tinyurl.com/368yheyu. Acesso em 28 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Quem somos**. Disponível em https://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos/. Acesso em 26 abr. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Como adotar uma criança no brasil: passo a passo. Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/passo-a-passo-da-adocao/. Acesso em 26 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Crianças acolhidas**. Disponível em https://tinyurl.com/34rt6xu8. Acesso em 27 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Crianças em processo de adoção**. Disponível em https://tinyurl.com/4jx3yfyu. Acesso em 27 dez. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/Apostila-Sistema-Nacional-de-Adoção-e-Acolhimento_2020-5-8.pdf. Acesso em 5 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Sistema Nacional de Acolhimento**. Disponível em https://tinyurl.com/t6nr6vapl. Acesso em 27 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Crianças disponíveis ou vinculadas para adoção**. Disponível em https://tinyurl.com/2p8kxsus. Acesso em 27 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Pretendentes disponíveis**. Disponível em https://tinyurl.com/ywmsz7sk. Acesso em 27 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). **Crianças adotadas a partir de janeiro de 2019**. Disponível em https://shre.ink/ajJp. Acesso em 27 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**.

BRASIL. **Decreto n. 5.083 de 1º de dezembro de 1926**. Institui o Código de Menores.

BRASIL. **Decreto n. 678 de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.

BRASIL. ECA. **Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

BRASIL. **Lei 4.513 de 1º de dezembro de 1964**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4513.htm. Acesso em 4 abr. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Lei n. 11804 de 5 de novembro de 2008**. Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 12.010 de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 12.955 de 5 de fevereiro de 2014**. Acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.

BRASIL. **Lei n. 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL. **Lei n. 3.133 de 8 de maio de 1957**. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil.

BRASIL. **Lei n. 4.655 de 2 de junho de 1965**. Dispõe sobre a legitimidade adotiva. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4655.htm. Acesso em 6 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 6.697 de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores.

BRASIL. **Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005**. Lei de biossegurança. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm. Acesso em 9 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Adoção por Residentes no Exterior**. Disponível em: https://tinyurl.com/3d2hraz6. Acesso em 26 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Procedimentos da adoção**: adoção internacional. http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/adocao-internacional/procedimentos-de-adocao. Acesso em 26 dez. 2022.

BRASIL. **Resolução n. 54 de 29 de abril de 2008**. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção.

BRASIL. **Resolução nº 289 de 14/08/2019** do Conselho Nacional de Justiça. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e dá outras providências. Disponível em https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2976. Acesso em 26 abr. 2022.

BRASIL. Senado Federal. Agência do Senado. **Jovens não adotados vivem drama quando fazem 18 anos e precisam deixar abrigos**. 2020. Disponível em https://tinyurl.com/573hvam3. Acesso em 27 dez. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Conselho Federal de Medicina tem novas normas para Reprodução Assistida**. 2022. Diponível em https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/09/21/conselho-federal-de-medicina-tem-novas-normas-para-reproducao-assistida. Acesso em 9 jan. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudências do STJ. **REsp 1172067** / MG. Relator Min. Massami Uyeda. J. 18.03.2010. Disponível em https://tinyurl.com/4bhkxt6h. Acesso em 28 jun. 2022.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. REsp 1.618.230/RS, 3. Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 28.03.2017. DJe 10.05.2017. Disponível em https://tinyurl.com/35kyhan6. Acesso em 7 mar. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Terceira Turma afasta ilegitimidade ativa de avó em ação de destituição de poder familiar e adoção.** Notícias. Disponível em https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/24102022-Terceira-Turma-afasta-ilegitimidade-ativa-de-avo-em-acao-de-destituicao-de-poder-familiar-e-adocao.aspx Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI n. 4.277/DF. Disponível em https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635. Acesso em 26 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 3510/DF**. Rel. Mini. Ayres Britto. J. 5.3.2008. Disponível em https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=611723. Acesso em 9 jan. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060** Santa Catarina. Relator Min. Luiz Fux. J. 29.9.2016. Disponível em https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13431919. Acesso em 7 mar. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Adoção nacional.** Disponível em https://adotar.tjsp.jus.br/Adocao/CadastroNacional. Acesso em 28 jun. 2022.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo; ALDROVANDI, Andrea. **Adoção no Brasil**: aspectos evolutivos do instituto no direito de família. JURIS, Rio Grande, 15: 7-35, 2010. p. 11. Disponível em https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5178/Adoção%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 23 jul. 2023.

BRITO, Leila Maria Torraca de. **Liberdade assistida no horizonte da doutrina de proteção integral.** 2007. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200003. Acesso em 6 out. 2022.

BUSNELLI, Francisco Donato. **Bioética e diritto privatto**: frammenti di um dizzionario. Torino, Giapichelli Editore, 2001.

CALADO, Vinicius; FARIAS, Ana Luiza Coelho; CADENA, Fernanda Prosini; ARAÚJO, Filipi Luis da Costa; COSTA, Jéssica Ribeiro; SOUZA, João Antônio G. de A.; MORAIS, Lorraine Almeida de ; SILVA, Marusa Daniele Ribeiro da. **Direito Médico e da Saúde**. Recife: Fasa, 2017. p. 208. Edição do Kindle

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almediana, 1998.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**. 8. ed. São Paulo : Saraiva. Educação, 2020.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Filiação jurídica:** biológica e socioafetiva. Ibdfam. 2009. Disponível em https://encurtador.com.br/bqrGX. Acesso 16 nov. 2023.

CARVALHO. Weliton. **Direitos fundamentais**: Constituição e tratados internacionais - análise do ordenamento jurídico brasileiro. Curitiba: Juruá, 2014.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

CASTELLOTTI, Daniella S.; CAMBIAGHI, Arnaldo S. **Preservação da fertilidade em pacientes com câncer.** Rev. Brasileira Hematol. Hemoter. 30 (5). Out 2008. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbhh/a/3rPFjKNYhJH83Qzt3LYCqTr/#. Acesso em 4 jan. 2023.

CERQUEIRA, Sofia. **É cada vez maior o número de brasileiros que adotam crianças na África**. Revista veja. 18 mar. 2022. Disponível em https://veja.abril.com.br/comportamento/e-cada-vez-maior-o-numero-de-brasileiros-que-adotam-criancas-na-africa. Acesso 20 jul. 2022.

CHINELATTO, Silmara Juny de Abreu. **A pessoa natural na quarta era dos direitos**: o nascituro e o embrião pré-implantatório. Revista Brasileira de direito comparado. Rio de Janeiro, n. 32. 2007. Disponível em http://www.idclb.com.br/revistas/32/revista32%20(7).pdf. Acesso em 18 jan. 2023.

CHORÃO, Mario Emílio. **O problema da natureza e tutela jurídica do embrião humano à luz de uma concepção realista e personalista do direito**. Separata da Revista O Direito, Lisboa, a 123, 1991.

CLÍNICA CONCEPTUS. **Embriões congelados**: entenda como funciona. 2017. Disponível em http://clinicaconceptus.com.br/embrioes-congelados-como-funciona/ Acesso em 10 jan. 2022.

CÓDIGO DE HAMURABI: **Código de manu (livro oitavo e nono)**. 3 ed. Supervisão edit. Jair Lot Vieira. São Paulo: EDIPRO. 2011.

COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL. Seção São Paulo. **Cnj: Cadastro nacional de adoção completa 11 anos**. Disponível em https://cnbsp.org.br/2019/04/29/cnj-cadastro-nacional-de-adocao-completa-11-anos/. Acesso em 28 dez. 2022.

COMUNE DI JESI. **Legge 4 maggio 1983, n. 184**. Disciplina dell'adozione e dell'affidamento dei minori. Disponível em http://www.comune.jesi.an.it/MV/leggi/l184-83.htm. Acesso em 28 dez. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução 2.320 de 20 de setembro de 2022**. Disponível em https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2022/2320. Acesso em 9 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 2.121 de 24 de setembro de 2015**. Disponível em https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2015/2121. Acesso 9 em jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 2013 de 16 de abril de 2013**. Disponível em https://portal.cfm.org.br/images/PDF/resoluocfm%202013.2013.pdf. Acesso em 9 jan. 2022.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia**. Psicologia: Reflexão e Critica, 20(3).

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CROMER, Risa. **Saving embryos in stem cell science and embryo adoption. New Genetics and Society, 2018.** V. 37, n. 4. Disponível em https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/14636778.2018.1546574?needAccess=true&role=button. Acesso em 26 jan. 2023.

CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do direito constitucional**. Curitiba: Juruá, 2001.

CRUZ, Paulo Márcio; GOMES, Rogério Zuel. **Princípios constitucionais e direitos fundamentais**: contribuições ao debate. Curitiba: Juruá, 2007.

CURT, Deise Santos. **Reprodução humana assistida e o Direito**. 2021.

CURY, Munir; PAULA, Paulo Afonso Garrido de; MARÇURA, Jurandir Norberto. **Estatuto da criança e do adolescente anotado**. 3 ed., rev. E atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DAMIAN, Terezinha. **Família e filiação socioafetiva**. Jundiaí-SP: Paco e Littera. 2022.

DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto**: questões jurídicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**.13 ed. Salvador:Juspodivm, 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual do direito das famílias**. 14 ed. rev. amp. atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. 7 ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017. Disponível em https://femparpr.org.br/site/wp-content/uploads/2017/07/Livro-ECA.pdf. Acesso em 6 out. 2022.

DONIZETTI, Leila. **Filiação socioafetiva e direito à identidade genética**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

DOURADO. Ana Cristina Dubeux. **História da infância e direitos da criança**. Salto para o futuro. ano XIX. n. 10. Setembro, 2009.

EBRAHIM. Surama Gusmão. **Adoção Tardia**: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional. Psicologia: Reflexão e Crítica, 14(1).

ELER, Kalline Carvalho Gonçalves. **Humanos que não são pessoas**: o status ético jurídico dos embriões excedentários. São Paulo: Edições Loyola, 2021.

ESPANHA. Boletín Oficial del Estado (BOE). **Codigo Civil y legislación complementaria**. Disponível em https://www.boe.es/buscar/pdf/1889/BOE-A-1889-4763-consolidado.pdf .Acesso em 26 dez. 2022.

ESTADÃO. E-Investidor. **Fertilização in vitro: confira os custos dos procedimentos e como é feito**. Disponível em https://shre.ink/ajCt. Acesso em 31 jul. 2023.

EVANGELISTA. Fernando. **30 anos do ECA:** Brasil quebra paradigma e adota a doutrina da proteção integral. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. 2020. Disponível em https://tinyurl.com/45w5p3p3. Acesso em 4 abr. 2022.

FACCHINI NETO, Eugênio. Code civil francês: gênese e difusão de um modelo. 2013. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496956/000983388.pdf. Acesso em 26 dez. 2022.

FACHIN, Luiz Edson. **Estabelecimento da filiação e paternidade presumida**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1992.

FACHINI, Thiago. Projuris. **CNJ**: Uma breve história do conselho nacional de justiça. 2021. Disponível em https://www.projuris.com.br/blog/cnj-breve-historia/. Acesso em 20 dez. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no brasil**. In RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula; MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza. **Desafios e possibilidades na adoção**. 29-46. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634913/3357. Acesso em 10 jul. 2023.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**: famílias. 2016.

FERNANDES, Maria Nilvane; COSTA, Ricardo Peres da. **A Declaração dos direitos da criança de 1924, a liga das nações, o modelo tutelar e o movimento save the children**: o nascimento do menorismo. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCSVol. 13Nº 25, Edição Especial de 202. Disponível em https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11887/8619. Acesso em 23 jul. 2023.

FERTILITY Medical Group. **Vitrificação de óvulos**. São Paulo, 2013. Disponível em https://fertility.com.br/noticias/vitrificacao-de-ovulos/. Acesso em 4 jan. 2022.

FRADA, Manuel António Carneiro de. A protecção juscivil da vida pré-natal sobre o estatuto jurídico do embrião. **Rev. direito e justiça da Universidade católica portuguesa**. In: Verdade, pessoa humana e ordem político-jurídica: Colóquio Internacional em Homenagem a Mário Emílio Bigotte Chorão, 2008. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/direitoejustica/issue/view/607. Acesso em 19 jan. 2023.

FRANCA, Limongi. **Manual de Direito Civil**. 3. Ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1981.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no brasil**. 9 ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2016.

FRIAS, Lincoln. **A ética do uso e da seleção de embriões**. Florianópolis: Ed. UFSC. 2012.

FUGITA. Jorge Siguemitsu. **Filiação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF) **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em 27 jul. 2023.

GIORGIS, José Carlos Teixeira. **A adoção de nascituro**. IBDFAM, 2007. Disponível em https://ibdfam.org.br/artigos/306/A+adoção+do+nascituro. Acesso em 18 jan. 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito de família. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção**: doutrina e prática. Curitiba: Juruá, 2009.

GRAZIUSU, Bruna Kern. **Gestação de substituição no Brasil e nos Estados Unidos**: regulamentações e práticas de casos nacionais e transnacionais. Rev. Electronica Direito Sociedade 374. 2018. Disponível em https://encurtador.com.br/dsZ58. Acesso em 4 jan. 2023.

HABERMAS, Jurgen. **O futuro da natureza humana**: a caminho de uma eugencia liberal. Tradução Karina Janini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004.

HERCULANO, Lenir Camimura. **Novo sistema de adoção e acolhimento é realidade no país.** Agência CNJ. Disponível em https://www.cnj.jus.br/novo-sistema-de-adocao-e-acolhimento-e-realidade-em-todo-o-pais/. Acesso em 28 dez. 2022.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da idade média á época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html . Acesso em 27 jul. 2023.

INSTITUTO BERNABEU. Medicina Reproductiva. **Quadro normativo italiano sulla procreazione medicalmente assistita**. Disponível em https://www.institutobernabeu.com/it/quadro-normativo-italiano-sulla-procreazione-medicalmente-assistita/. Acesso em 10 jan. 2022.

ITÁLIA. Associazione Famiglie Adottive. Le Radici e le Ali Adottare un Figlio Sostegno, informazione, formazione. **Come adottare.** Disponível em https://www.leradicieleali.com/html/adottare.html. Acesso em 28 dez. 2022.

ITÁLIA. Ministero della giustizia. **Adozione nazionale.** 2022. Disponível em https://www.giustizia.it/giustizia/it/mg_3_5_2.page. Acesso em 26 dez. 2022.

JATOBA, Clever. **Filiação socioafetiva**: os novos paradigmas da filiação. Revista da Faculdade de Direito Maurício Nassau. Recife: ano 5. n. 5. 2010. Disponível em https://ibdfam.org.br/artigos/535/Filia%C3%A7%C3%A3o+Socioafetiva:+os+novos+paradigmas+de+filia%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 5 out. 2022.

JORGE. Dilce Rizzo. **Histórico e aspectos legais da adoção no brasil**. Rev. brasil. Enfermagen. Abr-Jun. 1975. Disponível em https://www.scielo.br/j/reben/a/BgBrdzpHrV5X4NvD7yBVZwP/?lang=pt#. Acesso em 5 abr. 2022.

KOTTOW, Miguel. Bioética del comienzo de la vida ¿Cuántas veces comienza la vida humana? **Rev. Bioética**, 2001. v. 9 n. 2. PDF. Disponível em https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/243/243. Acesso em 6 jan. 2022.

LEITE, Carla de Carvalho. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. **Rev. Ministério Público** (23). Rio de Janeiro, 2003. p. 94. Disponível em https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla_Carvalho_Leite.pdf. Acesso em 6 out. 2022.

LEITE, Eduardo de oliveira. **A monografia jurídica**. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

LEITE, Eduardo de Oliveira. O direito do embrião humano: mito ou realidade? **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, a. 29, n. 29, 1996.

LEITE, Tatiana Henrique. Análise crítica sobre a evolução das normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida no Brasil. **Ciencia & saúde coletiva.** 24(3):917-928, 2019. PDF. Disponível em https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.30522016. Acesso em 9 jan. 2022.

LOBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil**: Família. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação à origem genética: uma distinção necessária. Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça. **Revista CEJ, Brasília**, n. 27, p. 47-56, out./dez. 2004. Disponível em https://core.ac.uk/reader/211932230. Acesso em 24 jul. 2023.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: famílias. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri-SP: Manole, 2003.

MACIEL, Milena Ataíde; CRUZ, Fátima Maria Leite. Do abandono de crianças à entrega para adoção: aspectos históricos e legais. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** (Unifafibe). ISSN 2318-5732. vol. 8, n. 3, 2020. Disponível em https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:FJ9xJU3N9LcJ:scholar.google.com/+roda+dos+expostos+e+adoção+&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em 19 jul. 2023.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Dos princípios fundamentais. In BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários a constituição federal de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MAIA, Renato. **Filiação paternal e seus efeitos**. São Paulo: SRS Editora, 2008.

MARTINS, Ernesto Candeias. **A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX.** Instituto Politécnico de Castelo Branco. 2006. Disponível em https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/907. Acesso em 30 dez. 2022.

MENDES, Gilmar Ferreira. Os direitos fundamentais e seus múltiplos significados na ordem constitucional. **Anuário Iberoamericano de Justicia Constitucional** n. 8, 2004. p. 132. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1983624.pdf. Acesso em 26 maio 2022.

MÉXICO. **Código Civil del Estado de Querétaro**. Disponível em https://site.legislaturaqueretaro.gob.mx/CloudPLQ/InvEst/Codigos/COD001_60.pdf. Acesso em 26 jan. 2023.

MIRANDA, Adriana Augusta Telles de. **Adoção de embriões excedentários à luz do direito brasileiro.** Coord. Giselda F. Novaes Hironaka e Flávio Tartuce. São Paulo: Método, 2016.

MIRANDA, Jorge. A dignidade da pessoa humana e a unidade valorativa do sistema de direitos fundamentais. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro** n. 52. abr/jun. 2014. Disponível em https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2550135/Jorge_Miranda.pdf. Acesso em 28 jun. 2022.

MONIZ, Ana Rita Botelho. **O Abandono de crianças na roda dos expostos da santa sasa da misericórdia de lisboa no século XVIII e XIX.** Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal) ProQuest Dissertations Publishing, 2007. Disponível em https://www.proquest.com/openview/359ad7eeaf0a2a0d8593dec515cd842d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em 20 jul. 2023.

MORAES, Alexandre**. Direito constitucional**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, Marisa Decat; SOUZA, Maria do Carmo Borges de; SCHEFFER, Bruno Brum. **Reprodução assistida**: um pouco de história. Rev. SBPH v.12 n.2 Rio de Janeiro dez. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582009000200004#12a. Acesso em 2 jan. 2023.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil**: direito de família. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NASCIMENTO, Alexandre Lescura do. **Adoção embrionária**. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2011

NAZARI, Evelise Maria; MULLER, Yara Maria Rauh. **Embriologia humana**. Florianópolis: biologia/ead/ufsc, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e adolescente comentado**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

OLIVEIRA, Farlei Martins Riccio de; MUSACCHIO, Camilla de Santana Sucupira. A adoção homoparental à luz do Direito brasileiro e italiano. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito** (RECHTD). Unisinos 2018. Disponível em https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2018.102.10. Acesso em 26 dez 2022.

OLIVEIRA, Laura Cristina Santos Damásio de; MAUX, Ana Andréa Barbosa. O estágio de convivência em casos de adoção: uma compreensão fenomenológica. **Pepsic**: Periódicos Eletrônicos em Psicologia. Rev. abordagem gestalt. v. 27 n. 3 Goiânia set./dez. 2021. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672021000300006. Acesso em 28 dez. 2022.

ORTIZ, Miguel Angel Léon. Dos aspectos a considerar en la adopción de embriones en el Estado de Querétaro: el derecho del menor a conocer su origen genético y la prohibición implícita de los diagnósticos genéticos preimplantacional y prenatal. **Revista Iberoamericana de Bioética**, nº 03. 01-14, 2017. Dsponível em https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/7654/7473. Acesso em 26 jan. 2023.

OTERO, María Federica. **Los procesos de adopciones de niños, niñas y adolescentes**: Desafíos para una adecuada integración familiar adoptiva. Conjunciones nº 49. Spanish Edition. p. 16. Noveduc. 2020.

OTERO, Maria Federica. **Os processos de adoção de crianças e adolescentes**: Desafios para uma adequada integração familiar adotiva (Conjunciones nº 49) (Edição em espanhol) (p. 15). Noveduc. Edição Kindle.

PACHÁ, Andréa; OLIVEIRA NETO, Francisco de. **Cadastro Nacional permite traçar o perfil da adoção no Brasil**. Disponível em https://www.anoreg.org.br/site/imported_12444/. Acesso em 28 dez. 2022.

PAIANO, Daniela Braga. **A família atual e as espécies e filiação**: da possibilidade jurídica da multiparentalidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Pará. **Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ)**. 2021. Disponível em https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Infancia-e-Juventude/653278-sistema-nacional-de-adocao-e-acolhimento.xhtml. Acesso em 23 abr. 2022.

PARANÁ. Ministério Público do Paraná. **Adoção**: Um encontro de amor. Disponível em https://mppr.mp.br/pagina-6099.html. Acesso em 26 abr. 2022.

PARANÁ. Ministério Público do Paraná. **Criança e adolescente**: quando o crime se mistura com a adoção. Disponível em https://crianca.mppr.mp.br/pagina-188.html. Acesso em 10 maio 2022.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14 ed. ver., atual. e ampl. Florianópolis: Empório Modara, 2018.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

PEREIRA, Almir Rogério. **Visualizando a política de atendimento**. Rio de Janeiro: Kroart, 1998.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 28 ed. rev. atual por Tania da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PEREIRA, Dirceu Henrique Mendes. A história da reprodução humana no Brasil. **Rev. Femina**. Fev. 2011. v. 39. n. 2. Federação brasileira das associações de

ginecologia e obstetrícia. Disponível em http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2011/v39n2/a2450.pdf. Acesso em 4 jan. 2022.

PEREIRA, Núbia Marques. **O processo de adoção e suas implicações legais**. Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Ago/2020. Disponível em https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1531/O+processo+de+adoção+e+suas+implicações+legais. Acesso em 25 jul. 2023.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Adoção**: quais são os tipos mais conhecidos? Disponível em https://www.rodrigodacunha.adv.br/7790-2/ Acesso em 18 jan. 2023.

PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Problemas Atuais de Bioética**. 3a edição, Editora Loyola, São Paulo, 1991.

PILOTTI, Francisco. **Globalización y convención sobre los derechos del niño:** el contexto del texto. Publicación de las Naciones Unidas. CEPAL - SERIE Políticas sociales n. 48. 2001. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5998/1/S01040321_es.pdf . Acesso em 25 jul. 2023.

PLATAFORMA DE ORGANIZACIONES DE INFANCIA. **Informe complementário Al iii y iv informe de aplicación de la convención sobre los derechos del niño en españa.** Plataforma de infância España.Madrid, marzo/2010. p. 18. Disponível em https://www.plataformadeinfancia.org/wp-content/uploads/2020/09/informe-complementario-al-iii-y-iv-informe-presentado-por-espana-al-comite-de-derechos-del-nino.pdf . Acesso em 27 jul. 2023.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: Direito de família. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1955.

PORTUGAL. Instituto da Segurança Social, IP. **Guia prático adoção**. 32 – v4.10, 2019. Disponível em https://www.seg-social.pt/documents/10152/14984/N32_adocao/eda1d840-7306-49b7-a699-cbfa9d8d604c Acesso em 14 jun. 2022.

PRANKE, Patrícia. A importância de discutir o uso de células-tronco embrionárias para fins terapêuticos. **Cienc. Cult.** v.56. n.3. São Paulo. 2004. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000300017&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em 9 jan. 2022.

PRIORE. Mary Del. **Infâncias, adolescências e famílias**: a criança negra no brasil. Disponível em https://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-16.pdf . Acesso em 15 mar. 2022.

PRIORI, Mary Del. **História das crianças no brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

PRIORIDADE ABSOLUTA. **6 coisas que você precisa saber sobre a convenção sobre os direitos da criança**. 2020. Disponível em https://prioridadeabsoluta.org.br/agenda-227/6-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/. Acesso em 26 de jul. 2023.

RAGER, Gunter. (Hg.) (2009) Beginn, **Personalität und Würde des Menschen**. 3. vollständig neu bearbeitete und erweiterte Auflage. Grenzfragen Band 32. Freiburg / Brsg.: Alber Verlag.

RAMÍREZ-GÁLVEZ, Marha Celia. **Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: fabricando a vida, fabricando o futuro**. Campinas-SP., 2003. Disponível em https://core.ac.uk/download/pdf/296834371.pdf. Acesso em 2 jan. 2022.

RAMIREZ-GÁLVEZ, Martha. **Razões técnicas e efeitos simbólicos da incorporação do "progresso tecnocientífico"**: reprodução assistida e adoção de crianças. Revista Sociedade e Estado, v. 26, n. 3, p. 565-586. Disponível em https://www.scielo.br/j/se/a/4zdNWQSHkxQFSLVnVSqzL4y/abstract/?lang=pt. Acesso em 25 jan. 2023.

RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha. Reprodução assistida, consumo de tecnologia, deslocamentos e exclusões. **Cienc. Cult**. V. 60 n. 1. São Paulo, 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000100016. Acesso em 20 jan. 2023.

RAPOSO, Vera Lúcia. O dilema do rei salomão: conflitos de vontade quanto ao destino dos embriões excedentários. **Revista do instituto de direito brasileiro**, ano 2 (2013), n. 6. Disponível em https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/06/2013_06_05477_05520.pdf. Acesso em 23 jan. 2023.

RIEDE, Jane Elisabete; SARTORI, Giana Lisa Zanardo. Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. **Perspectiva**, Erechim. v.37, n.138, p.143-154, junho/2013. p. 145-146. Disponível em https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_354.pdf. Acesso em 23 jul. 2023.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos de Família**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

RIZZINI, Irene. **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Petrobras-BR: Ministério da cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA Patricia Ferreira. **A construção do conceito jurídico de concepção:** uma análise da legitimidade sucessória a partir da reprodução humana assistida *post mortem*. Recife. 2018.

RODRIGUES, Liz Helena Silveira do Amaral. **Breves considerações a respeito das teorias relativas ao reconhecimento da personalidade jurídica e sua aplicabilidade à proteção do ser humano em gestação**. Lex Humana, Petrópolis, v. 5, n. 1, p. 119 -135, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lucia Sussel. **Convenção internacional sobre os direitos da criança**: debates e tensões. Estudos Sobre a Infância e Direitos da Criança. Cad. Pesqui. 40 (141). Dez 2010. Disponível em

https://www.scielo.br/j/cp/a/gvh6jf9BxZFWyZzcbSDWpzk/?lang=pt#. Acesso em 26 de jul. 2023.

SAMPAIO, Débora da Silva; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Pedras no Caminho da Adoção Tardia**: Desafios para o Vínculo Parento-Filial na Percepção dos Pais. Pontífica Universidade do Rio de Janeiro. Temas em Psicologia. Março 2018, vol. 26, no 1, 311-324. Disponível em https://doi.org/10.9788/TP2018.1-12Pt. Acesso em 27 dez. 2022.

SANTA CATARINA. Poder Judiciário de Santa Catarina. **Regimento interno da comissão estadual judiciária de adoção**. Disponível em https://tinyurl.com/589du3sa. Acesso em 28 abr. 2022.

SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Adoção:** habilitação de pretendentes à adoção nacional. Disponível em https://tinyurl.com/5c9dcjh7. Acesso em 28 abr. 2022.

SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Documentos para a adoção nacional**. Disponível em https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/adocao-nacional. Acesso em 28 abr. 2022.

SANTA CATARINA. Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. **Provimento 13/2005 de 20 de outubro de 2005**. Dispõe acerca do cadastro único informatizado de pretendentes à adoção, de entidades de abrigo e de crianças e adolescentes abrigados ou em condições de colocação em família substituta. Disponível em https://tinyurl.com/mwntyf5k. Acesso em 28 abr. 2022.

SANTA CATARINA. **Portal do Estado**. Disponível em https://estado.sc.gov.br Acesso em 27 dez. 2022.

SANTA CATARINA. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC).** Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/adocao/cadastro-unico-cuida. Acesso em 4 jan. 2022

SANTOS, Maria de Fátima de Oliveira dos. **Injeção intracitoplasmática de espermatozoides: questões éticas e legais.** Programa de Doutoramento em Bioética. Faculdade de Medicina. Universidade do Porto. 2010. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/K3yjTNWWZ6J64kv8vWSJzVK/?lang=pt#. Acesso em 3 jan. 2022.

SANTOS, Ozéias J. **Adoção:** Novas regras da adoção no estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Syslook, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dos princípios fundamentais. In SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 11 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

SARLET. Gabrielle Bezerra Sales. A filiação e a parentalidade no ordenamento jurídico brasileiro: uma análise jurídico-bioética da obstinação terapêutica em crianças. **Revista Direitos Fundamentais & Justiça**. Belo Horizonte, ano 11, n. 37, p. 363-387, jul./dez. 2017.

SCHETTINI, Beatriz. **Reprodução humana e direito**: o contrato de gestação por substituição onerosa. Belo Horizonte: Cohecimento Livraria e Distribuidora. 2019.

SCOTTI, Luciana B. El reconocimiento extraterritorial de la “maternidad subrogada”: una realidad colmada de interrogantes sin respuestas jurídicas. Buenos Aires: **Revista Pensar en Derecho**, 2012.

SEGRE, Marco. **A propósito da utilização de células-tronco embrionárias.** Ética e Ciências da Vida. Estud. av. 18 (51). Ago 2004. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000200017. Acesso em 9 jan. 2022.

SEGURANÇA SOCIAL. **Como adotar**. Disponível em https://www.seg-social.pt/como-adotar. Acesso em 21 jul. 2022.

SERRAGLIO, Lorena Pretti. **Quarta geração de direitos**. Faculdade Antônio Eufrázio de Prudente. Presidente Prudente-SP. 2008. Disponível em http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/1681/1608. Acesso em 18 jan. 2023.

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética**: Fundamentos e Ética Biomédica. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

SHARMA, Radhey Shyam; SAXENA, Richa; SINGH, Rajeev. Infertility & assisted reproduction: A historical & modern scientific perspective. **National Library Of Medicine**. 2018 Dec; 148(Suppl 1): S10–S14. Disponível em https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6469376/. Acesso em 2 jan. 2023.

SILVA, Catarina Andreia Ferreira. Adoção em Portugal: uma análise dos principais aspetos jurídicos. **Repositório das Universidades Lusíada**. 2020. Disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/6196/1/FD_Catarina_Silva-dissert.pdf. Acesso em 29 dez. 2022.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Rev. Direito Administrativo**. Rio de Janeiro. Abri/Jun/1998. p. 94. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13488/13488_3.PDF Acesso em 26 jun. 2022.

SILVA, Paulo Lins e. Os tratados internacionais de proteção às crianças e aos adolescentes. **Anais do Congresso Brasileiro de Direito de Família**: famílias nossas de cada dia. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015. Disponível em https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/254.pdf. Acesso 26 jun. 2023.

SILVA; Patrícia Santos da; SCHWOCHOW, Monique Souza; RESMINI, Gabriela de Faria; FRIZZO, Giana Bitencourt. **Critérios para habilitação à adoção segundo os técnicos do judiciário**. Disponível em https://www.scielo.br/j/pusf/a/LqG9HDZ7cjSzfLGwNfbbDJR/?format=html#. Acesso em 10 jul. 2023.

SILVER, Lee. **Vuelta al Edén**. Mas allá de la clonación en un mundo feliz. Madrid: Taurus, 1997.

SLAIB FILHO, Nagib. **Direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SOUZA NETO, João Clemente de. Apontamentos históricos sobre a criança e o adolescente em são Paulo. **Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura**, ano 3/4, Disponível em https://tinyurl.com/2n5brru5. Acesso em 4 abr. 2022.

SOUZA, Antônio Carlos Marques; GOMES, Maxwell Ferreira. **A reprodução assistida e a adoção de embriões excedentários.** E-revista 01 (2018) 1981-3511**.** Disponível em http://periodicos.estacio.br/index.php/e-revistafacitec/issue/current. Acesso em 23 jan. 2023.

SOUZA, Karla Keila Pereira Caetano; ALVES, Oslania de Fátima. As principais técnicas de reprodução humana assistida. **Saúde & Ciência em Acão**. Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde. v.2,n.01:Jan-Julho 2016.

STAMMZELLNETNETZWERK.NRW. Disponível em https://www.stammzellen.nrw.de/informieren/ethik-und-recht/rechtslage. Acesso em 10 jan. 2022.

TARANTINO, Antonio. **Per una dichiarazione dei diritti del nascituro** (coordenador). Sutdi Giuridici-sezione di folosofia del diritto e dela politica. Università degli sutdi di lecce. Dott. A. Giuffrè, Milano, 1996.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito de família. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 5.

TAVARES, José de Farias. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do direito civil**: direito de família. 2. ed.Rio de Janeiro: Forense, 2021.

THOME Majoí Coquemalla. **Retomada histórica da adoção e sua (ir)revogabilidade.** Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). 2019. Disponível em https://ibdfam.org.br/artigos/1322/Retomada+histórica+da+adoção+e+sua+%28ir%29revogabilidade. Acesso em 23 jul. 2023.

TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália. **Direitos da Criança em Portugal**: os desassossegos dos riscos na/da Infância. IV Encontro Maus-Tratos, Negligência e Risco na Infância e na Adolescência, 2011. Disponível em https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/890 . Acesso em 26 jul. 2023.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Declaração de genebra de 26 de setembro de 1924**. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/22021/file/Declaracao-de-Genebra-1924.pdf. Acesso 4 abr. 2023.

VALENTE, Jane. **Família acolhedora**: as relações de cuidado e proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.

VARGAS, Marlizete Maldonado. **Adoçao tardia**: da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: direito de família. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERONESE, Josiane Rose Petry; PETRY, João Felipe Corrêa. **Adoção internacional e Mercosul**: aspectos jurídicos e sociais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

VERONESE. Josiane Rose Petry. O direito e o tempo na perspectiva da construção do ser criança. In: SILVA, Rosane Leal da (org.). **A Criança e seus Direitos**: entre violações e desafios. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **Inseminação Artificial no Ordenamento Jurídico Brasileiro**: a omissão presente no código civil e a busca por uma legislação específica. 2011. Disponível em: https://ibdfam.org.br/_img/artigos/Insemina%c3%a7%c3%a3o%20artificial.pdf. Acesso em 5 out. 2022.

VILAS-BÔAS. Renata Malta. **Inseminação Artificial no Ordenamento Jurídico Brasileiro**: a omissão presente no Código Civil e a busca por uma legislação específica. Disponível em https://ibdfam.org.br/_img/artigos/Insemina%C3%A7%C3%A3o%20artificial.pdf Acesso 10 fev. 2024.

WEBER, Lidia Natália Dobrianskyj. **Pais e filhos por adoção no Brasil**: características, expectativas e sentimentos. 8 reimp. Curitiba: Juruá, 2008.

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ZENI, Bruna Schlindwein. A evolução histórico-legal da filiação no Brasil. **Rev. Direito em Debate**. Ano XVII. n. 31. jan-jun, 2009.